

Revista **Linguística**

Volume 14, número 1 de jan.-abr. de 2018

Organizadores da edição:

Diogo Pinheiro e Karen Alonso

Celebrando a vitalidade e a popularidade crescentes da Gramática de Construções, o lançamento desta edição da Revista Linguística coincide com os 30 anos de publicação de dois clássicos da área: o artigo “Regularity and idiomacity in grammatical constructions: the case of let alone” (de Charles J Fillmore, Paul Kay e Mary Catherine O’Connor) e o capítulo “A usage-based model”, de Ronald W. Langacker.

ISSN: 2238-975X

UFRJ

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-chefe

Aleria Lage, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores

Aniela Improta França, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Andrew Nevins, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marcus Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Honorários

Miriam Lemle, UFRJ

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Fundador

Lilian Ferrari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Anthony Naro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fernanda Ferreira Spoladore, Michigan State University, EUA

Gabriela Matos, Universidade de Lisboa, Portugal

Kees Hegenveld, Universidade de Amsterdam, Holanda

Leticia Sicuro Correa, Departamento de Letras - PUC/RJ

Leo Wetzels, Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

Luiz Amaral, University of Massachusetts, USA

Maria Armanda Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Maria Cecília Mollica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Roberto Almeida, Concordia University, Canada

Ruth Lopes

Organização da Edição

Diogo Pinheiro e Karen Alonso

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras da UFRJ
Av. Horácio de Macedo, 2151 - Sala F. 321. Ilha do Fundão Cidade Universitária
CEP 21941-917 - Rio de Janeiro - RJ. E- mail: ppglinguistica@letras.ufrj.br

Assessoria Editorial e Técnica

Elir Ferrari, Editorarte / UERJ

Design e Diagramação

Rafael Laplace, IGEAD

[http:// www.igead.com.br](http://www.igead.com.br)

Revista **Linguística**

Rio de Janeiro | Volume 14 | número 1 | p.282 | jan.-abr. 2018

Gramática de Construções | *Construction Grammar* | *Gramática de Construcciones*

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Faculdade de Letras UFRJ

Sumário

- 6** **Apresentação - 30 anos (ou mais) de Gramática de Construções: primeiros apontamentos para uma história do movimento construcionista (ou: 1988: o ano que não terminou)**
por Diogo Pinheiro e Karen Alonso
- 30** **Interview with Paul Kay**
por Tiago Timponi Torrent
- 35** **Interview with Ronald W. Langacker**
por Diogo Pinheiro
- 48** **Transitividade: do verbo à construção**
por Maria Angélica Furtado da Cunha
- 65** **A construção transitiva no português brasileiro: aspectos cognitivo-interacionais**
por Nedja Lima de Lucena
- 83** **A Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática “ATÉ QUE PARA X, Y”:
elementos holisticamente empregados para expressar concessividade e comparação**
por Gabriela da Silva Pires e Luiz Fernando Matos Rocha
- 109** **O afixoide lá em construções do português – perspectivização espacial e (inter)subjetificação**
por Mariangela Rios de Oliveira

- 130** **Análise funcional dos conectores *EM VEZ DE* e *AO INVÉS DE* no português brasileiro contemporâneo**
por Ivo da Costa do Rosário e Idrissa Ribeiro Novo
- 149** **Representação Computacional das construções de sujeito-predicado do português do Brasil**
por Alexandre Diniz da Costa, Vânia Gomes Almeida, Ludmila Meireles Lage, Gustavo Barbosa, Natália Duarte Marção, Vanessa Ramos Lopes Paiva, Ely Edison da Silva Matos e Tiago Timponi
Torrent
- 179** **Estrutura da informação em Gramática de Construções Baseada no Uso: o caso da construção pseudoclivada**
por Diego Leite de Oliveira
- 207** **Parece que é uma construção: a categoria de inferência em Wa'ikhana (Tukano Oriental)**
por Bruna Cezario Soares , Kristina Balykova e Kristine Stenzel
- 232** **Construcionalização e mudança construcional de locuções conjuntivas em português: o caso de "na hora que"**
por Diego Minucelli Garcia e Gisele Cássia de Sousa
- 251** **A mudança e a constituição da microconstrução "pois não" no português brasileiro**
por Célia Márcia G. Nunes Lôbo e Vânia Cristina Casseb-Galvão

30 ANOS (OU MAIS) DE GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES: PRIMEIROS APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO MOVIMENTO CONSTRUCIONISTA (OU: 1988: O ANO QUE NÃO TERMINOU)

*Diogo Pinheiro*¹

*Karen Alonso*²

A década de 1980 testemunhou, na linguística norte-americana, o reavivamento do interesse pelos padrões sintáticos simultaneamente idiossincráticos e produtivos. Um dos primeiros sinais dessa tendência foi um pequeno artigo publicado em 1984, por Paul Kay, nos anais do encontro anual da Sociedade de Linguística de Berkeley (BLS, na sigla em inglês). Nesse trabalho, Kay escrutina a sintaxe, semântica e pragmática de dois *hedges* do inglês: “sort of” / “sorta” e “kind of” / “kinda” (como em “A mastodon is kind of an elephant”). Embora a maior parte do texto consista em uma descrição razoavelmente detalhada da gramática desses elementos, seu objetivo maior só fica claro na última seção, intitulada “Grammatical constructions”. Nela, Kay sugere que os *hedges* “sort of” e “kind of” têm potencial para ameaçar consensos solidamente estabelecidos, conduzindo a uma concepção de gramática cuja unidade básica é a construção gramatical – entendida como “um pacote que reúne, no caso mais geral, informação lexical, sintática, semântica e pragmática” (KAY, 1984, p. 167).

O ponto de partida de Kay é a constatação de que o tratamento tradicional, que isola a sintaxe e a semântica do léxico e da pragmática, parece incapaz de explicar o conhecimento gramatical que está por trás das sentenças com os *hedges* “sort of” e “kind of”. A raiz do problema parece ser a seguinte: ao mesmo tempo em que esses dois elementos são produtivos, no sentido de que podem dar origem a um sem-número de sentenças com estrutura sintática e interpretação semântica estáveis, as

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: diogopinheiro@letras.ufrj.br

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: karensampaio@letras.ufrj.br

regras capazes de explicar essa produtividade se aplicam a apenas dois itens lexicais – e, como se não bastasse, envolvem ainda conhecimento de natureza pragmática. Num cenário como esse, fica mais difícil preservar a oposição rígida entre um conhecimento de natureza gramatical (isto é, sintático-semântico), caracterizado pela generalidade e regularidade, e um conhecimento de natureza lexical, caracterizado pela especificidade e idiossincrasia. O que os *hedges* de Kay mostram é que certas regras sintático-semânticas produtivas podem ser lexicalmente específicas, além de envolverem restrições pragmáticas estáveis.

Um trabalho publicado por Charles Fillmore no ano seguinte, novamente nos anais do encontro anual da BLS, segue pelo mesmo caminho. Intitulado *Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction*, esse artigo analisa duas espécies exóticas da gramática do inglês: o “have” contrafactual, encontrável em sentenças como “If you had ve eaten it, you would have died”, e certas “interjeições invasoras” do tipo “the hell”, “the devil” e “the heck”, capazes de se infiltrar em uma sentença como “What the heck did you see?” (mas aparentemente inadaptadas ao ambiente hostil das perguntas-eco, como se vê em “*You saw what the heck?”). Nesse trabalho, Fillmore repete a estratégia adotada por Kay um ano antes: depois de ocupar a maior parte do texto com uma análise desses dois fenômenos gramaticais, a seção final, mais uma vez intitulada “Grammatical constructions”, estabelece um diálogo com a tradição precedente – e procura convencer o leitor de que, á luz dos dados analisados, uma teoria baseada em construções é uma ótima pedida.

Em linhas gerais, o raciocínio de Fillmore segue os seguintes passos: (i) para dar conta de espécies exóticas como o “have” contrafactual e as interjeições invasoras, é necessário recorrer a algo como o conceito de construção gramatical; (ii) para dar conta de espécies gramaticais mais familiares – isto é, a velha e boa *core grammar* –, uma abordagem construcionista e uma abordagem derivacional são equivalentes, e poderiam mesmo ser consideradas “meras variantes notacionais” (FILLMORE, 1985, p. 84); (iii) logo, no fim das contas, um tratamento construcional é preferível a um tratamento derivacional. Eis como o próprio Fillmore sintetiza o argumento (1985, p. 84):

As pessoas que decidem essas coisas certamente declarariam que os fenômenos que eu venho descrevendo pertencem à “periferia” da gramática e não ao seu “núcleo”, e eles seriam rápidos em informar que, dentro do “núcleo”, as estruturas de deslocamento podem ser descritas, de forma equivalente, por uma via construcional ou por uma via derivacional, de modo que ambas seriam “meras variantes notacionais”. Eu gostaria de sugerir que, uma vez que nos casos “periféricos” a abordagem “construcional” tem, a meu ver, uma série de vantagens, talvez ela deva ser preferida em todos os casos. No mínimo, isso tornaria menos necessária a crença de que há uma descontinuidade fundamental entre a Gramática Nuclear e A Periferia.

As boas práticas de escrita acadêmica recomendam que se evitem citações longas, mas o parágrafo de Fillmore aí em cima merece que se abra uma exceção – e isso por dois bons motivos. O primeiro deles é a ironia fina, revelada tanto pelo sintagma “As pessoas que decidem essas coisas”, que evidencia sutilmente a natureza arbitrária dessa decisão, quanto pelas iniciais maiúsculas em “Gramática Nuclear” (“Core Grammar”) e “A Periferia” (“The Periphery”), que constroem jocosamente essas categorias como entidades quase místicas – e sugerem mais uma vez, pela via do sarcasmo, que esse tipo de distinção faz bem pouco sentido.

O segundo motivo, menos divertido mas com maior impacto teórico, reside no fato de que esse parágrafo constitui um dos primeiros exemplos daquilo que nós gostaríamos de chamar de Retórica Construcionista Clássica³. Resumidamente, essa retórica consiste em evidenciar a necessidade do conceito de construção gramatical para dar conta de estruturas idiomáticas e então mostrar que o mesmo conceito pode ser estendido para padrões perfeitamente regulares e composicionais. A conclusão inevitável desse raciocínio é a de que ninguém precisa de regras, derivações ou operações transformacionais – sozinhas, as construções gramaticais dão conta de todo o recado.

Mas, nos primeiros anos da década de 1980, essa conclusão ainda não estava clara, e a verdade é que nem Kay (1984) nem Fillmore (1985) chegam nesse momento a esboçar um modelo alternativo. Se pudéssemos arriscar aqui uma interpretação khuniana, diríamos que esses dois artigos refletem uma fase de crise paradigmática: por um lado, o foco de interesse de parte da comunidade linguística passa a recair sobre os idiomatismos sintáticos, que se configuram, nesse contexto, como exemplos claros de anomalias (KHUN, 1962); por outro, ainda não é possível vislumbrar aqui as engrenagens de um novo paradigma. Em 1985, em suma, Fillmore e Kay já falam em construções gramaticais, mas ainda não falam em Gramática de Construções.

Crise paradigmática também é o que se observa em um artigo bem mais conhecido publicado três anos depois na *Language*: o clássico construcionista em que Charles Fillmore, Paul Kay e Catherine O’Connor analisam a construção com “let alone” (por exemplo, “He doesn’t eat fish, let alone shrimp”). Embora muito mais alentado que o texto de 1985 – são 38 páginas com uma análise minuciosa de um único padrão gramatical –, esse artigo (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988) exhibe uma organização estrutural curiosamente parecida com a do seu antecessor: inicia-se pela análise de um fenômeno gramatical particular e passa-se, nas considerações finais, às lições teóricas

3 Um dos primeiros, mas não o primeiro. O obscuro *Syntactic amalgams* (LAKOFF, 1974) é um exemplo ainda mais seminal dessa mesma retórica. Falaremos dele mais adiante.

que podem ser extraídas dela. Como se não bastasse, a estratégia retórica dos parágrafos finais também é virtualmente idêntica à da seção que encerra o texto de 1985: começa-se argumentando pela *necessidade* de uma abordagem construcionista para dar conta dos idiomatismos sintáticos⁴ e, na sequência, sustenta-se a *viabilidade* de estender o mesmo tratamento para os fenômenos regulares e composicionais – um movimento que, no fim das contas, conduziria a teoria da gramática em direção a uma arquitetura exclusivamente construcionista, isto é, não-derivacional⁵.

Os textos relativamente obscuros de 1984 e 1985 e o clássico de 1988 são, portanto, parentes próximos: todos eles analisam padrões idiomáticos, tomam essa análise como evidência de que a noção de construção gramatical é necessária para uma teoria da gramática e sugerem que esse constructo também poderá se prestar à descrição da “core grammar”. Interessantemente, os três trabalhos se irmanam também em relação ao que lhes falta: nenhum deles chega a apresentar uma análise (ainda que preliminar) de estruturas regulares nem se propõe a esboçar qualquer teoria unificada, de natureza construcionista, capaz de se apresentar como alternativa viável aos modelos vigentes.

Não que essa situação perdure por muito tempo; na verdade, ela será remediada no próprio ano de 1988, graças ao artigo *The mechanisms of “Construction Grammar”*. Publicado, assim como os trabalhos de 1984 e 1985, nos anais do encontro anual da BLS, esse texto (FILLMORE, 1988) tem um título duplamente revelador: de um lado, ele deixa clara a intenção de esboçar as engrenagens de um novo modelo teórico, que é então batizado como “Construction Grammar”; de outro, a presença das aspas sugere que a ideia de uma gramática baseada em construções ainda não é aceita com naturalidade pela comunidade científica.

Embora bem menos conhecido que o estudo sobre o “let alone”, esse texto tem o mérito histórico de haver esboçado, de forma pioneira, uma teoria gramatical unificada de base construcionista. Essa teoria trata a construção gramatical como unidade básica de análise e se sustenta sobre três pilares fundamentais: princípios de unificação (que regem a compatibilidade dos itens concretos entre si e com as construções abstratas que eles instanciam), princípios de herança (por meio dos quais

4 “We hope to have demonstrated in the preceding pages that, in the construction of a grammar, more is needed than a system of general grammatical rules and a lexicon of fixed words and phrases. [...] It has seemed to us that a large part of a language user’s competence is to be described as a repertory of clusters of information, including, simultaneously, morphosyntactic patterns, semantic interpretation principles to which these are dedicated, and, in many cases, specific pragmatic functions in whose service they exist” (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988, p. 534).

5 “It can be hoped that the structure-building principles of the so-called core and the machinery for building the phaseological units of the kind discussed in this paper may be of a uniform type, the former being degenerate instance of the latter.” (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988, p. 534).

as construções podem compartilhar traços gramaticais) e princípios de verificação da presença de elementos obrigatórios (que regulam a possibilidade de omissão de complementos). Esse artigo parece representar, portanto, a superação da fase de crise paradigmática: em vez de escrutinar um ou mais fenômenos que se caracterizam como anomalias em face do modelo hegemônico, ele lança as bases para o desenvolvimento de um modelo alternativo.

Nesse texto, Fillmore se refere à Gramática de Construções como “diversos alvos em movimento” – uma metáfora que ilumina não apenas a dinamicidade da empreitada construcionista (os alvos estão em movimento) como também, e o que é mais importante para os nossos propósitos, a sua heterogeneidade (existem diversos alvos, e não apenas um). Não dá para cravar com segurança a identidade de todos os “alvos” a que ele se refere, mas um deles, certamente, é o modelo de base construcionista que vinha sendo desenvolvido, na mesma época, pelo seu colega de *campus* George Lakoff. E isso nos leva à próxima parte desta história.

Se Paul Kay e Charles Fillmore tiveram papel fundamental na concepção e no desenvolvimento da Gramática de Construções (de agora em diante, GC), não foi menos decisiva a atuação de George Lakoff, colega dos dois no *campus* de Berkeley da Universidade da Califórnia. De fato, se alguém quiser contar a história do empreendimento construcionista, talvez tenha que começar por um artigo obscuro de 1974, publicado nos anais do encontro anual da Sociedade de Linguística de Chicago.

Intitulado *Syntactic amalgams*, esse texto ancestral apresenta uma solução gerativista pouco ortodoxa para um fenômeno gramatical periférico: os amálgamas sintáticos, isto é, sentenças complexas resultantes da fusão de outras sentenças em princípio independentes (como em *Get out, or do I have to call the cops?*). Nos dias de hoje, porém, a relevância desse artigo se deve menos à análise desenvolvida do que às reflexões teóricas presentes nele. E não é para menos: é possível que ele tenha sido o responsável por plantar pela primeira vez, no terreno dos estudos linguísticos, a semente da Gramática de Construções⁶.

6 Claro, qualquer reconstrução histórica pode recuar no tempo tanto quanto permitir a disposição do reconstrutor. Mas, se um historiador da ciência menos disposto quiser contar a história da, digamos, Gramática de Construções Moderna, ou Gramática de Construções Como A Conhecemos, é provável que tenha que começar pelo obscuro Lakoff (1974). Nota da nota: junto com a colega e amiga Priscilla Mouta Marques, e num momento de mais disposição para recuos históricos, nós tentamos mostrar em que sentido a “sofisticada teorização gramatical do *Curso de Linguística Geral*” pode ser encarada como precursora da GC moderna (MARQUES; ALONSO; PINHEIRO, 2017) Com um pouco menos de disposição, alguém poderia recuar até a tese de doutorado de Lakoff, concluída em 1965 e publicada em 1970

Interessantemente, a organização estrutural desse texto é muito semelhante à dos trabalhos de Kay e Fillmore que nós enquadrámos na fase de crise paradigmática: enquanto a maior parte do artigo consiste em um tratamento descritivo de diversos casos de amalgamação sintática, a seção final, chamada *Implications*, discute as consequências teóricas dessa proposta. É aqui que a retórica construcionista se faz presente, ao que tudo indica, pela primeira vez. Depois de demonstrar a necessidade de estipular, na teoria da gramática, uma “regra de amalgamação” para dar conta de sentenças pouco convencionais, Lakoff especula que essa regra poderia ser estendida a estruturas mais familiares, como as relativas ou estruturas de complementação. Nas palavras do autor:

Até agora, estamos olhando os fatos de modo conservador e nos perguntando que evidências existem em favor das regras de amalgamação – em que casos elas são absolutamente necessárias? Mas, agora que sabemos que algumas são necessárias, é possível fazer uma pergunta diferente: existem outras construções que *poderiam* ser descritas por meio de regras de amalgamação? (LAKOFF, 1974, p. 343)

Partindo dessa pergunta, Lakoff passa a considerar quais seriam as consequências de estender a ideia de amalgamação à totalidade da gramática. Para ele, isso implicaria uma alteração radical do conceito de estrutura lógica. Na esteira desse raciocínio, duas soluções são cogitadas. A primeira, discutida um pouco mais longamente, envolve uma “versão semanticizada” (LAKOFF, 1974, p. 343) do modelo do *Syntactic structures* de Chomsky. A segunda, mencionada de forma absolutamente sumária, implicaria o desenvolvimento do modelo “em direção a uma teoria não-derivacional” (LAKOFF, 1974, p. 343).

Por um lado, é verdade que esse texto ancestral menciona apenas de passagem a possibilidade de uma arquitetura construcionista – isto é, não derivacional – de gramática. Por outro, não surpreende que Lakoff o considere, em visada retrospectiva, como um ponto de virada em sua própria carreira, creditando aos amálgamas sintáticos o mérito de chamar sua atenção para o conceito de construção gramatical (IBAÑEZ, 1997). O fato é que amálgamas sintáticos – assim como os *hedges* “kinda” e “sorta”, o “have” contrafactual, as interjeições invasoras e a expressão “let alone” – constituíam anomalias em face do modelo hegemônico. E foi a tentativa de lidar com essas anomalias que preparou o terreno para a emergência da Gramática de Construções.

Com o terreno devidamente preparado, o insight sobre uma “teoria não-derivacional” reapareceria três anos depois em um trabalho bem mais conhecido: o celebrado *Linguistic gestalts* (LAKOFF, 1977). Nesse texto mais citado do que lido, Lakoff sugere que a sintaxe de uma língua

sob o sintomático título de *Irregularity in syntax* (LAKOFF, 1970).

pode ser descrita como uma coleção de “*gestalts* linguísticas” – padrões estruturais abstratos que apresentam significado próprio, independentemente das palavras que os preenchem. Isso, claro, torna esse artigo um ótimo candidato a marco inaugural da GC. Mas, interessante, sua importância histórica não termina aí: *Linguistic gestalts* é, ao mesmo tempo, um dos textos fundadores da própria Linguística Cognitiva (LC)⁷.

Isso fica evidente, sobretudo, na proposta de criação de uma “linguística experiencial”, cuja tese central seria a de que “uma ampla variedade de fatores experienciais – percepção, raciocínio, a natureza do corpo, as emoções, memória, estrutura social, o desenvolvimento cognitivo e sensório-motor, etc. – determina em grande medida, se não inteiramente, as características estruturais universais da linguagem” (LAKOFF, 1977, p. 237). Aqui, estamos claramente no território da LC, e não no da GC: não se trata de discutir a arquitetura do conhecimento linguístico, mas de questionar a tese gerativista de que a linguagem opera segundo princípios formais próprios, isto é, em grande medida autônomos em relação à cognição geral. Com efeito, não é difícil enxergar, na passagem citada acima, o embrião do famoso *compromisso cognitivo*, segundo o qual a LC deve oferecer uma caracterização da linguagem humana “que esteja em consonância com o que sabemos sobre o cérebro e a mente a partir de outras disciplinas que não a linguística” (LAKOFF, 1991, p. 54). A “linguística experiencial” de 1977 é, portanto, o precursor óbvio da Linguística Cognitiva já institucionalizada de 1991 – e o princípio da indistinção entre “cognição linguística” e “cognição não-linguística”, a zona de interseção entre as duas.

Justiça seja feita, Lakoff levou esse princípio ao pé da letra em suas análises gramaticais. O exemplo mais famoso talvez seja o estudo das construções com “there dêitico” (*There’s Harry with his red hat on*) e “there existencial” (*There was a man shot last night*). Com esse trabalho, Lakoff (1987, p. 462-585) pretendeu mostrar que uma série de bases de conhecimento e processos mentais pertencentes à cognição geral – principalmente a categorização por protótipos, mas também projeções entre espaços mentais, mapeamentos metafóricos, substituições metonímicas e *gestalts* experienciais

7 As relações entre GC, LC e Linguística Funcional (LF) são complexas. Nem toda abordagem construcionista é funcional-cognitivista (há modelos formalistas da GC) e nem todo trabalho funcionalista ou cognitivista é construcionista (há modelos gramaticais funcionalistas que não adotam uma perspectiva construcionista, e há estudos cognitivistas que sequer focalizam fenômenos gramaticais – detêm-se, em vez disso, sobre problemas discursivos ou sobre a relação entre significado e estrutura conceptual humana). No entanto, é inegável que GC e LC compartilham, em grande medida, uma gênese histórica comum, assim como é inegável que, do ponto de vista teórico, as versões não-formalistas da GC são fortemente compatíveis com a LC e a LF. Por essas duas razões, um vasto contingente de linguistas que se identificam como funcionalistas e/ou cognitivistas adota explicitamente – e cada vez mais – alguma versão da GC em suas análises gramaticais.

– devem ser mobilizados para explicar o funcionamento da gramática. No que tange especificamente às estruturas com “there”, Lakoff argumenta que o significado da construção dêitica se sustenta sobre um modelo cognitivo idealizado (o MCI de apontar), que as construções estudadas se organizam em redes radiais (de modo que a categorização baseada em protótipos, anteriormente proposta para a cognição geral, comparece também na gramática) e que construção existencial, interpretada como extensão da construção dêitica, remonta à metáfora EXISTÊNCIA É LOCAÇÃO EM UM ESPAÇO CONCEPTUAL.

Essa inclinação deixa claro que o projeto lakoffiano não é apenas construcionista, no sentido de assumir que o conhecimento linguístico do falante consiste em um inventário estruturado de unidades simbólicas. Ele é também, e muito crucialmente, cognitivista, na medida em que incorpora avidamente uma miríade de processos mentais e estruturas psicológicas à descrição de fenômenos gramaticais. Na sua trajetória particular, portanto, GC e LC são virtualmente inseparáveis.

Esta é, provavelmente, a diferença fundamental entre os dois projetos construcionistas que foram gestados em Berkeley nos anos 1970 e 1980. De um lado, o trabalho de Lakoff dilui alegremente as fronteiras entre a linguística e as (demais) ciências cognitivas, buscando incorporar descobertas relativas à cognição não-linguística e revelando uma preocupação com questões de interesse geral (como funciona a mente humana?; qual a relação entre mente e corpo?; qual a relação entre linguagem e cultura?; etc) que comparece mesmo em suas análises estritamente gramaticais. De outro, Kay e Fillmore optam por desenvolver o trabalho mais tradicional de um linguista descritivista: seu objetivo é compreender os princípios que regulam o funcionamento interno do sistema gramatical⁸. Certamente, diferenças desse quilate sustentam a interpretação de que, mesmo nos seus anos de formação, a GC já testemunha divergências significativas entre os seus (então escassos) praticantes.

8 Em entrevista publicada nesta mesma revista no ano de 2016 (volume 12, número 1), Lakoff dá uma resposta particularmente elucidativa em relação a essa diferença. Sua narrativa é tão interessante, e guarda tanto interesse histórico, que, a despeito da sua extensão, vale a pena citá-la na íntegra: “So, when we started to form Cognitive Linguistics, those were the people I contacted, Talmy and so on. Chuck [Charles] Fillmore did not want to become a Cognitive Linguist at all. He was against it. We were trying to get to work together on Construction Grammar, because we had the idea that meaning came in there, I had accepted his Frame Semantics, and he didn’t accept the metaphor stuff at all. But we accepted Frame Semantics in Construction Grammar. And we were working on a notation for Construction Grammar in my backyard one day, and we had a disagreement about the notation. So, I said, “This notation should reflect how people think, it should reflect cognition”, and he said, “No, it shouldn’t”. And I said, “Why?”, and he said, “Construction Grammar is about lexicography. What you want to do is make linguistic descriptions that can be put in dictionaries and in written grammar, so that people can understand it easily and can be taught”. And I said, “Wait a minute, language is about cognition, about the way you think, and he said, “No, it isn’t. It’s about words and how you put them together”. And then, we just had two different versions of Construction Grammar. He never adopted Metaphor Theory or Cognitive Primitives or Image Schemas in his theory of Frame Semantics.” (ABREU, 2016, p. 12).

Graças ao protagonismo de George Lakoff, Paul Kay e Charles Fillmore, o *campus* de Berkeley da Universidade da Califórnia costuma ser reconhecido como o epicentro da formação da Gramática de Construções. É um reconhecimento justo, mas parcial: a quase 800 quilômetros dali, no *campus* de San Diego da mesma universidade, um outro capítulo da história da GC vinha sendo escrito de forma independente. E isso nos leva à terceira parte desta história.

O *campus* de San Diego tem sido, há mais de 50 anos, o endereço profissional de Ronald W. Langacker. Foi lá que ele dedicou cerca de dez anos de sua carreira ao trabalho de descrição e reconstrução histórica de línguas nativas americanas da família uto-asteca. E foi lá também que, a partir da década de 1970, ele passou a se dedicar ao desenvolvimento da sua própria versão da Gramática de Construções. Esse modelo, que foi apresentado ao mundo com o nome de Space Grammar, acabou sendo batizado de forma definitiva como Cognitive Grammar – e se transformou na primeira e única variante da GC que não leva a palavra “construction” no nome.

A razão para essa peculiaridade remonta aos anos 1970 do século passado, e tem a ver com um fato histórico importante: em vez de ter surgido como uma tentativa de incluir os idiomatismos sintáticos na teoria linguística, como aconteceu com a GC forjada em Berkeley, o modelo langackeriano parece ter sido motivado originalmente pelo desejo de dar conta de diferenças semânticas sutis entre sentenças que descreviam uma mesma cena objetiva – como em “the clock is on the table” *versus* “the clock is sitting on the table” *versus* “the clock is standing on the table”. Langacker percebeu que cada uma dessas sentenças “construía” o cenário a ser descrito de forma distinta, evocando “imagens mentais” particulares. O problema, segundo ele, era que o aparato semântico baseado na lógica formal parecia incapaz de explicar essas diferenças. Moral da história: para Langacker, a anomalia que disparou a busca por um modelo alternativo não foram as irregularidades sintáticas – e sim as sutis diferenças semânticas produzidas pelas tais “imagens mentais”.

Acontece que anomalias diferentes fazem surgir alvos diferentes. Em outras palavras, o aspecto de um determinado paradigma que será posto em xeque por um movimento teórico contestador tem a ver com qual aspecto do objeto de estudo se constitui como anomalia. Se você esbarra nas dificuldades impostas por estruturas idiomáticas, como aconteceu com os construcionistas de Berkeley ao avistar entidades como o “have contrafactual”, pode acabar se convencendo da necessidade de abandonar as regras derivacionais, uma vez que a distinção qualitativa entre léxico e sintaxe deixa de fazer sentido.

Mas, se o seu obstáculo são as sutis diferenças de significado entre sentenças com o mesmo valor de verdade, jogar por terra as derivações sintáticas em princípio não ajuda em nada – o que você precisa é de uma nova teoria semântica.

E foi precisamente isso que Langacker começou a esboçar em um artigo publicado em 1976. Intitulado *Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis* e citado pelo próprio como precursor da atual Cognitive Grammar (LANGACKER, 1987, p. 3), esse texto (LANGACKER, 1976) é simultaneamente conservador e subversivo. É conservador porque assume o modelo de gramática consagrado pela semântica gerativa, no qual a estrutura superficial é derivada diretamente de uma estrutura semântica subjacente. É subversivo porque, ao discutir a relação entre linguagem e pensamento, articula uma proposta que é ao mesmo tempo ousada (porque desafia o consenso vigente na época em relação à universalidade da estrutura semântica) e complexa (porque sugere que a relação entre linguagem e pensamento não é nem inexistente ou trivial, como parecia supor o consenso gerativista, nem tão direta quanto assume a versão forte da Hipótese de Sapir-Whorf).

Em sua essência, a proposta de Langacker pode ser resumida da seguinte maneira: (i) é preciso estabelecer uma diferença entre a estrutura conceptual, que diz respeito à cognição não-linguística e é universal, e a estrutura semântica, que diz respeito ao sistema linguístico e varia de uma língua para outra; (ii) o processo de transposição do pensamento (estrutura conceptual) para a linguagem (estrutura semântica), a que Langacker se refere como *codificação* (“coding”), é necessário para a verbalização e para o “pensamento por palavras”; (iii) no processo de codificação, línguas diferentes ou estruturas diferentes de uma mesma língua podem impor (e frequentemente impõem) *imagens* diferentes sobre uma base conceptual comum – em outras palavras, trata-se de construir um mesmo conceito ou cena de formas distintas; (iv) como resultado de (iii), uma sentença como *The clock is sitting on the table* não é semanticamente equivalente a *The clock is standing on the table*, muito embora elas sejam *conceptualmente* equivalentes; (v) por fim, uma das implicações fundamentais de (iv) é o fato de que a análise semântica precisa incorporar ferramentas que permitam distinguir os diferentes tipos de imagens que podem ser projetados sobre uma base conceptual pré-linguística, e a lógica formal, instrumento por excelência da análise semântica gerativista da época, não comporta essas ferramentas. Em relação ao ponto (v), Langacker (1976, p. 355) diz o seguinte:

Por fim, a concepção de representação semântica que eu propus lança dúvidas quanto à sua viabilidade como os objetos formais em termos dos quais as relações lógicas são definidas e as deduções lógicas são levadas a cabo. O aspecto figurativo da linguagem é o maior obstáculo. Duas sentenças podem enquadrar uma mesma situação em termos de imagens diferentes e não-comparáveis, mesmo que os falantes as considerem equivalentes e as tratem da mesma

maneira para fins de deduções lógicas. Se existe um nível da estrutura cognitiva em relação ao qual as relações lógicas podem ser definidas, este provavelmente é o nível conceptual, e não o nível da representação semântica.

Em resumo, esse artigo empurra as “imagens mentais” para o centro do palco – seu maior mérito é chamar a atenção da comunidade de linguistas para as diferenças semânticas existentes entre sentenças aparentemente sinônimas. Ao jogar luz sobre essa anomalia, Langacker desfere um golpe importante na ideia de que o significado linguístico pode ser adequadamente descrito por meio dos instrumentos oriundos da lógica formal. Nesse aspecto, está claro que as ideias levantadas nesse texto antecipam posições que se tornariam centrais ao arcabouço semântico da Cognitive Grammar. Por outro lado, ainda não há nada aqui que permita entrever a emergência de uma concepção não-derivacional de gramática, marca registrada de qualquer abordagem construcionista.

Seis anos depois, porém, a situação já seria bem diferente. Em um estudo publicado na *Language* em 1982, o que se vê já não é a mais a farta exemplificação de anomalias que ocupava a maior parte do trabalho de 1976. Em vez disso, esse artigo já consiste na apresentação dos fundamentos do que viria a ser uma teoria gramatical completa de base construcionista. Embora essa teoria seja aqui apresentada sob o rótulo de Space Grammar, ela não difere fundamentalmente do que se conhece hoje como Cognitive Grammar. Em outras palavras, a passagem de Space Grammar para Cognitive Grammar foi apenas uma mudança de nome, aparentemente motivada por razões mercadológicas⁹.

Para apresentar seu modelo, Langacker (1982) recorre a um tipo de estrutura textual que se repetiria ao menos mais uma vez em sua produção (LANGACKER, 1988). A estratégia aqui consiste em esboçar um arquétipo da teoria rival – neste caso, o “arquétipo transformacional” (LANGACKER, 1982, p. 22) – e em seguida enumerar, por contraste, as posições teóricas do modelo que está sendo proposto como alternativa. Nessa que talvez seja a primeira enumeração sistemática dos princípios da Cognitive Grammar, está incluída a sugestão feita no texto de 1976 em relação à representação do significado linguístico. Isso pode ser visto com clareza na premissa teórica identificada como (d’), que está formulada do seguinte modo: “A estrutura semântica é específica a cada língua e envolve camadas de imagens mentais convencionais. A estrutura semântica consiste em estrutura conceptual convencionalizada [...]” (LANGACKER, 1976, p. 23).

A continuação do mesmo ponto (d’), contudo, sugere que esse trabalho vai além, enquadrando

9 Não duvidamos de que essa motivação seja real, embora haja um inegável toque de ironia nas seguintes palavras: “A theory called space grammar can obviously not be taken seriously, but one called **cognitive grammar** is potentially of great intellectual significance” (LANGACKER, 1987, p. vi; grifo no original).

explicitamente a Cognitive Grammar como um modelo gramatical: “[...] e a gramática é a simbolização convencional da estrutura semântica”. A sugestão de que a forma gramatical consiste em um meio convencional de representar uma estrutura semântica lembra muito a definição de construção gramatical como um pareamento convencional de forma e significado. Mas, se alguém tinha alguma dúvida de que a Cognitive Grammar já se apresentava aqui como um modelo declaradamente construcionista, a seguinte passagem acaba com qualquer resquício de ceticismo: “A gramática de uma língua, nos termos da *space grammar*, é simplesmente um INVENTÁRIO ESTRUTURADO DE UNIDADES LINGUÍSTICAS CONVENCIONAIS” (LANGACKER, 1982, p. 25; grifos no original).

Talvez, como adiantamos acima, a Cognitive Grammar não tenha a palavra “construction” no nome porque as primeiras inquietações que conduziram ao desenvolvimento do modelo, lá no texto de 1976, tinham como alvo a confiança (exclusiva) na lógica formal como aparato de descrição semântica – e não a aposta nas operações derivacionais como motor da competência linguística do falante. Como resultado, as primeiras formulações do modelo investiam em uma teoria semântica alternativa, e não em uma proposta inovadora acerca da arquitetura do conhecimento gramatical. Mas ninguém precisa da palavra “construção” para ser construcionista: se você assume que a unidade básica da gramática são “unidades linguísticas convencionais”, e que o conhecimento gramatical do falante nada mais é do que uma coleção estruturada dessas unidades (e não algum tipo de sistema derivacional), sua adesão ao quadro teórico da GC é um fato inegociável.

Estabelecida a filiação da Cognitive Grammar ao movimento construcionista, a próxima pergunta a ser feita é a seguinte: dado o que se sabe sobre as divergências internas nesse movimento desde os seus primeiros anos, a qual das suas vertentes o modelo de Langacker se alinha? À linhagem de Fillmore e Kay, que toma a língua como sistema formal autônomo, ou ao projeto lakoffiano, que enfatiza a relação entre sistema linguístico e processos cognitivos gerais?

Aqui, a resposta é simples e direta: como vimos, e esta é uma posição que pode ser entrevista desde o artigo de 1976, Langacker assume que a “estrutura semântica consiste em estrutura conceptual convencionalizada” (LANGACKER, 1982, p. 23). O que isso significa, na prática, é o seguinte: para entender o significado de uma construção (seja uma palavra, um morfema ou um esquema abstrato), é preciso sondar o funcionamento do sistema conceptual não-linguístico. Em consonância com essa ideia, Langacker chega inclusive a enumerar, no artigo de 1982, uma série de processos cognitivos de domínio geral, ou “habilidades cognitivas humanas” (LANGACKER, 1982, p. 38), que teriam impacto sobre a estrutura semântica. Nesse grupo, entram capacidades como integração

e combinação de conceitos, conceptualização de um cenário em diferentes graus de especificidade e detalhamento, focalização seletiva da atenção, dentre muitas outras¹⁰. No fim das contas, a moral da história é a seguinte: a despeito da distância geográfica, o projeto construcionista de Lakoff e de Langacker parecem desde o princípio irmanados por um espírito comum, ao qual não seria exagero se referir como o *espírito da Linguística Cognitiva*.

O que não significa que as duas propostas sejam idênticas. Na verdade, um único fator é suficiente para distingui-las: o *uso*. Com alguma simplificação (mas não muita), podemos dizer que Lakoff não inclui, em sua abordagem, qualquer menção aos efeitos da experiência linguística sobre o conhecimento subjacente. Na extensa análise das construções com “there”, por exemplo, a definição de construção gramatical não reserva nenhum papel para o uso linguístico (LAKOFF, 1987, p. 467), e toda a discussão sobre *quantas* construções com “there” devem ser postuladas envolve apenas reflexões sobre o poder preditivo de cada análise alternativa (LAKOFF, 1987, p. 507-508). A esfuziante Gramática de Construções de Lakoff, em suma, inclui muita coisa – protótipos, metáforas, gestalts experienciais, Modelos Cognitivos Idealizados, pragmática –, mas deixa o uso definitivamente fora da festa.

Essa exclusão fica ainda mais evidente na tese de Adele Goldberg, orientada por ele e publicada em 1995 sob o título *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Nesse livro importantíssimo, que se transformou em clássico instantâneo da literatura construcionista, Goldberg (1995) não se limita a *não incluir* considerações sobre o uso linguístico da definição de construção gramatical – ela explicitamente *exclui* os efeitos de frequência dessa definição. Para Goldberg, apenas uma irregularidade sintática ou semântica é capaz de fazer com que um determinado enunciado se qualifique como uma construção. Assim, uma sequência como “abrir o jogo” poderá ser representada na gramática do falante como uma unidade independente – mas o mesmo não se aplica a sequências como “abrir a janela” ou “abrir o livro”, ainda que elas se revelem muito frequentes. Se considerarmos que o projeto construcionista lakoffiano é, na verdade, um projeto lakoff-goldbergiano, como fazem Croft e Cruse (2004, cap. 272-278), parece seguro sugerir que se trata de uma GC em que não há espaço para o uso linguístico¹¹.

10 Assim, se alguma diferença existe entre os projetos lakoffiano e langackeriano no que respeita à exploração da cognição não-linguística para fins de análise semântica e gramatical, trata-se de uma diferença de ênfase: enquanto o primeiro privilegia as estruturas pré-linguísticas oriundas da experiência sensorio-motora, a categorização por protótipos e processos tradicionalmente associados à linguagem figurativa (especificamente, a metáfora e a metonímia), o segundo tende a se debruçar sobre processos associados primariamente ao aparato perceptual humano.

11 Mas a situação real é mais complexa que isso, e felizmente existem as notas de rodapé para nos permitir

No que tange à CG langackeriana, contudo, a situação não poderia ser mais diferente. No artigo de 1982, em uma passagem na qual discute o tema da economia descritiva, Langacker defende que o conhecimento linguístico pode incluir representações redundantes – o que significa, na prática, que a gramática do falante pode conter tanto generalizações, do tipo VERBO OBJETO, quanto sequências concretas regulares e composicionais, do tipo “abrir a janela”. Essa é, como se sabe, uma posição tipicamente baseada no uso, que se coloca em franca oposição à definição de construção gramatical assumida por Goldberg (1995).

Por outro lado, é preciso dizer que o caráter “usage-based” do seu modelo, embora já plenamente estabelecido no trabalho de 1982, fica ainda subfocalizado nesse texto. De fato, embora Langacker defenda a postulação de sequências regulares como unidades independentes, ele em nenhum momento menciona que o estabelecimento dessas unidades na gramática do falante resulta da frequência com que elas ocorrem na sua experiência linguística. E, mais do que isso, a própria qualificação do modelo como “usage-based” só dá as caras em duas inofensivas notas de rodapé (LANGACKER, 1982, p. 34 e p. 46)¹².

De 1982 para 1988, porém, o que estava escondido em letras miúdas é alçado para o título: com o capítulo *A usage-based model*, publicado no livro *Topics in Cognitive Linguistics* (RUDZKA-OSTYN, 1988), Langacker escancara e esmiúça o caráter “usage-based” do seu modelo. Repetindo a estratégia retórica do artigo de 1982, ele inicia a exposição enumerando posições teóricas associadas ao modelo rival. Desta vez, porém, os esforços se concentram sobre os três princípios que constroem o caráter “minimalista” (LANGACKER, 1988, p. 182) da linguística gerativa: a economia (a melhor gramática é a menor gramática), a geratividade (uma gramática é um mecanismo gerador de sentenças) e o reducionismo (as estrutura geradas pelas gramática não são, elas próprias, listadas como parte da gramática). Estabelecido esse pano de fundo, o restante do capítulo consiste na apresentação

explorar essa complexidade. Em primeiro lugar, é preciso dizer que o capítulo 5 do livro de 1995 é claramente “usage-based” – acontece apenas que ele é uma espécie de corpo estranho no conjunto da obra. Em segundo lugar, devemos reconhecer que, mais tarde, Goldberg alterou sua definição de construção gramatical a fim de contemplar os efeitos de frequência (GOLDBERG, 2006). Na mesma obra, ela se pronunciou acerca dessa mudança dizendo que a definição anterior era apenas “metodologicamente conservadora” (GOLDBERG, 2006, p. 224) e não implicava uma negação da existência de efeitos de uso.

12 Barlow e Kemmer (2000, p. vii) afirmam que o termo “usage-based” foi introduzido em Langacker (1987), que vem a ser o primeiro volume da sua obra magna – as *Foundations of Cognitive Grammar*. Como vemos aqui, isso não é verdade: não apenas o caráter baseado no uso da Cognitive Grammar está solidamente estabelecido no artigo de 1982, como o próprio termo “usage-based” já comparece por lá. Mas, justiça seja feita, é fácil deixar de notar duas notas de rodapé em um texto de 60 páginas repleto de ideias inovadoras e diagramas desnorteantes.

de um modelo alternativo, no qual a realidade psicológica é mais importante que a economia, a gramática é uma rede de unidades simbólicas (e não um mecanismo gerador de sentenças) e tanto expressões concretas quanto estruturas sintáticas prontas são diretamente representadas como parte do conhecimento gramatical.

É difícil exagerar a importância das posições “usage-based” de Langacker no desenvolvimento posterior da linguística funcional. Hoje, a ideia de que o conhecimento linguístico consiste em uma rede altamente redundante de unidades simbólicas é aceita com naturalidade por grande parte da comunidade linguística. O ambiente intelectual dos anos 1970, no qual esse tipo de posição parecia em larga medida inconcebível (tanto no sentido menos composicional de “inaceitável” quanto no sentido mais composicional de “impossível de ser pensado”), já não existe mais. E se o insight da *rede de unidades simbólicas* é compartilhado pelo menos com os modelos de Lakoff e de Fillmore e Kay, a aposta no caráter *redundante* dessa rede só pode ser entrevista nos estágios iniciais de um deles: a Cognitive Grammar de Langacker.

A interpretação histórica esboçada até aqui pode ser resumida como segue. A Gramática de Construções emergiu como resultado da confluência de três projetos teóricos que se desenvolveram mais ou menos paralelamente, a partir da década de 70 do século passado, na costa oeste dos Estados Unidos. Destes, os projetos de Lakoff / Goldberg e Fillmore / Kay foram gestados em Berkeley e impulsionados pela tentativa de dar conta dos idiomatismos sintáticos. Já o projeto langackeriano – dos três, o que se desenvolveu de forma mais independente – nasceu e cresceu em San Diego, tendo sido motivado originalmente pelo esforço por explicar diferenças semânticas sutis entre sentenças aparentemente equivalentes. Apesar de suas origens diversas e da distância geográfica, os projetos de Lakoff / Goldberg e de Langacker têm em comum o compromisso de explicar a estrutura linguística a partir de processos cognitivos gerais – o que fez com que eles viessem a ser identificados com a empreitada mais ampla da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional. Por fim, a GC langackeriana se diferencia do modelo de Fillmore e Kay, bem como das versões iniciais do modelo de Lakoff e Goldberg, pela centralidade atribuída, desde os seus primeiros anos, aos efeitos do uso linguístico sobre a representação gramatical subjacente.

Tentamos sintetizar tudo isso na tabela abaixo:

	Anomalia	Incorpora processos associados à cognição geral?	Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?
Fillmore / Kay	Idiomatismos sintáticos	Não	Não
Lakoff / Goldberg	Idiomatismos sintáticos	Sim	Não ¹³
Langacker	Diferenças semânticas sutis associadas às “imagens mentais”	Sim	Sim

Tabela 1: linhas paralelas de formação e desenvolvimento da Gramática de Construções

Mas isso são águas passadas. De fins da década de 90 para cá, pelo menos três mudanças importantes alteraram a configuração do mercado teórico da GC. Mudança um: a GC lakoff-goldbergiana incorporou decididamente o uso, e em particular os efeitos de frequência, ao seu arsenal explicativo (falamos disso na nota de rodapé 9). Mudança dois: a popularização da abordagem construcionista levou ao surgimento de novas variantes da GC – o *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (HOFFMANN; TROUSDALE, 2013) contabiliza sete modelos. Mudança três: como resultado da mudança dois, os modelos construcionistas ganharam nomes mais longos, a fim de que pudessem se diferenciar uns dos outros (à exceção da Cognitive Grammar, que já nasceu com nome diferente). Atualizando a tabela acima em face dessas alterações, o cenário resultante é o seguinte¹⁴:

	Incorpora processos associados à cognição geral?	Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?
Berkeley Construction Grammar (FILLMORE, 1988; FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988)	Não	Não
Sign-Based Construction Grammar (BOAS; SAG, 2012)	Não	Não
Cognitive Construction Grammar (GOLDBERG, 2006; a sair)	Sim	Sim

13 Mais uma vez, vale a ressalva de que estamos nos referindo às origens do projeto lakoff-goldbergiano, englobando a produção de George Lakoff dos anos 1970 e 1980 e os primeiros trabalhos de Adele E. Goldberg, que culminarão no livro de 1995. Mais sobre esse ponto no próximo parágrafo.

14 As referências na primeira coluna dizem respeito apenas às obras que consideramos particularmente representativas ou emblemáticas de cada modelo. Goldberg (1995) não foi incluída porque corresponde a uma fase anterior da Cognitive Construction Grammar, quando os efeitos da experiência linguística do falante ainda não haviam sido plenamente incorporados (foco no “plenamente”, conforme ressalva na nota 9) e o modelo sequer havia sido batizado.

Cognitive Grammar (LANGACKER, 1987; 1991)	Sim	Sim
Radical Construction Grammar (CROFT, 2001)	Sim	Sim
Fluid Construction Grammar (STEELS, 2011)	Sim	Sim
Embodied Construction Grammar (BERGEN; CHANG, 2005)	Sim	Sim

Tabela 2: mercado teórico da GC nos dias de hoje

A tabela sugere que a GC está hoje cindida em dois grandes territórios: o campo dos modelos baseados no uso, de inclinação funcional-cognitiva, e o campo dos modelos “baseados-na-competência” (“competence-based”, nos termos de Hoffmann (2017, p. 322)), de inclinação formalista. Hoffmann (2017) distingue essas duas frentes levando em conta apenas o critério do uso – e, crucialmente, a admissão de que o armazenamento construcional pode ser redundante, a depender do *input* a que o falante é exposto. Assim, a Berkeley Construction Grammar (rótulo atribuído hoje ao modelo que foi um dia chamado simplesmente de “Construction Grammar”, e que remonta ao trabalho seminal de Fillmore e Kay) e a Sign-Based Construction Grammar (resultado do casamento entre a Berkeley Construction Grammar e a Head-Driven Phrase Structure Grammar) advogam por uma representação gramatical livre de redundâncias, o que equivale a isolar o modelo dos efeitos do uso, ou desempenho (daí serem modelos “baseados-na-competência”). Todas as demais versões da GC, no entanto, reconhecem que a experiência concreta do falante pode afetar a representação subjacente, o que implica aceitar a existência de construções redundantes.

É compreensível que Hoffmann (2017) não tenha mobilizado explicitamente a ideia de processos cognitivos gerais como um critério capaz de distinguir entre essas duas vertentes. Isso seria, afinal de contas, inócuo: dado que todos os modelos que contemplam o uso também contemplam a cognição geral (e vice-versa), a inserção desse critério adicional não produziria nenhuma mudança na classificação proposta. Essa situação resulta do fato de que, atualmente, todas as abordagens incluídas no balaio dos chamados “modelos baseados no uso” – ou “linguística baseada no uso”, ou ainda “Linguística Funcional Centrada no Uso” – partem do princípio de que o inventário construcional do falante resulta da atuação, sobre o *input* linguístico, de uma série de processos cognitivos de domínio geral. Nos dias de hoje, portanto, a centralidade da experiência linguística e a relevância da cognição não-linguística são premissas inextricavelmente conectadas.

Mas, como esperamos ter mostrado nas páginas anteriores, nem sempre foi assim. De fato, no projeto construcionista capitaneado por Lakoff nos anos 1970 e 1980, o uso linguístico brilha pela ausência: não apenas não se faz qualquer consideração sobre o impacto da experiência linguística sobre a representação subjacente, como as poucas considerações sobre a representação construcional parecem descartar a possibilidade de armazenamento redundante (LAKOFF, 1987)¹⁵. Assim, parece claro que o panorama vigente hoje, no qual uso e cognição geral andam de mãos dadas, é o resultado de um deslocamento do modelo lakoff-goldbergiano em direção à linguística baseada no uso.

Evidentemente, é impossível precisar uma data de nascimento para a Gramática de Construções, e isso por duas razões complementares. Em primeiro lugar, como vimos, a emergência da GC resulta da confluência de três projetos teóricos que não são inteiramente paralelos: embora pareçam atravessar as mesmas fases de maturação e desenvolvimento, eles não completam essas etapas exatamente ao mesmo tempo. Além disso, mesmo que tomássemos cada linhagem individualmente, não está claro quais critérios poderíamos adotar para decidir em que momento já se pode falar na existência de um modelo gramatical plenamente constituído.

De qualquer maneira, caso alguém insista em determinar o marco zero do calendário construcionista, talvez deva pensar com carinho no ano de 1988. Pelo menos três argumentos pesam a favor dessa escolha: é o ano que em que a linhagem kay-fillmoreana supera a fase de crise paradigmática e passa a desenvolver sua teoria construcionista de inclinação formalista (FILLMORE, 1988); é o ano em que a linhagem langackeriana sistematiza e detalha sua orientação cognitivo-funcional, argumentando em favor de uma abordagem construcionista baseada no uso (LANGACKER, 1988); e é o ano de publicação do clássico sobre o “let alone”, que tem forte impacto sobre a comunidade linguística e, com isso, ajuda a popularizar o campo (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988).

Mas é claro que alguns podem considerar essa data um pouco tardia demais. Afinal, a vertente langackeriana – aquela que parece ter tido o desenvolvimento mais precoce das três – supera a fase de crise paradigmática já em 1982, com o artigo publicado na *Language*. E, se não quisermos esperar a superação dessa etapa para decretar o nascimento do modelo, podemos recuar até o *Linguistic gestalts* de Lakoff, publicado no distante ano de 1977.

15 Embora este ponto não chegue a ser discutido de forma explícita.

A despeito de todas essas possibilidades, ficaremos felizes caso alguém compre nossos argumentos em favor do ano de 1988. Afinal, isso significaria que esta edição da revista *Linguística*, cujo tema é precisamente *Gramática de Construções*, estaria sendo lançada exatamente três décadas após o nascimento da GC. Mas, mesmo que a ideia não cole, não podemos escapar do fato de que a publicação deste número coincide com o aniversário de 30 anos de três textos fundamentais da área: os já citados Fillmore (1988), Langacker (1988) e Fillmore, Kay e O'Connor (1988).

Gostaríamos de dizer que isso foi intencional, mas a verdade é que foi pura coincidência – e, para piorar a nossa situação, foi o colega Tiago Torrent, da Universidade Federal de Juiz de Fora, quem nos alertou para a efeméride do texto sobre o “let alone”. Seja como for, trata-se de uma coincidência particularmente feliz. Afinal, os três aniversariantes do ano são representantes emblemáticos das duas grandes posições teóricas que compartilham o território da GC nos dias de hoje. De um lado, os artigos *Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of “let alone”* (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988) e *The mechanisms of “Construction Grammar”* simbolizam a vertente formalista, caracterizada pela rejeição à redundância representacional. De outro, o capítulo *A usage-based model* (LANGACKER, 1988) simboliza a GC funcional-cognitiva, caracterizada pela adesão irrestrita à possibilidade de representação redundante. Tomados em conjunto, portanto, esses três textos pintam o quadro teórico dentro do qual os gramáticos construcionistas vivem e atuam até hoje. Do ponto de vista da história da GC, 1988 é o verdadeiro ano que não terminou.

Como uma forma de celebrar os 30 anos desses três textos tão atuais, este número traz entrevistas com dois dos linguistas que melhor representam as duas grandes vertentes teóricas da GC contemporânea. Paul Kay – um dos pioneiros do movimento construcionista, co-autor do clássico sobre o “let alone” e até hoje um dos principais nomes da GC de inclinação formalista (ver, por exemplo, Kay (2013)) – é entrevistado pelo colega Tiago Torrent, de quem já falamos acima. Na sequência, Ronald W. Langacker – que segue até hoje desenvolvendo e refinando sua Cognitive Grammar e veio a ser celebrado como precursor da linguística baseada no uso (BARLOW; KEMMER, 2000) – é entrevistado por Diogo Pinheiro, um dos autores deste texto. Nessas entrevistas, esses dois professores eméritos da Universidade da Califórnia – onde tudo começou, entre 30 e 45 atrás – discutem uma série de questões teóricas centrais ao paradigma construcionista de modo geral e aos seus modelos de predileção (respectivamente, Berkeley Construction Grammar / Sign-Based Construction Grammar e Cognitive Grammar) em particular.

Mas este número não é feito só de entrevistas. E, mais do que comemorar os 30 anos de publicação de três textos fundamentais na história da GC (ou, quem sabe, do próprio modelo), é importante celebrar a vitalidade da Gramática de Construções no Brasil e no mundo. A nosso ver, a qualidade e diversidade dos artigos aqui reunidos são uma amostra inequívoca dessa vitalidade.

O primeiro artigo, intitulado *Transitividade: do verbo à construção*, de autoria de Maria Angélica Furtado da Cunha, discute o tema da transitividade verbal a partir de três vieses distintos: a abordagem da gramática tradicional, a perspectiva do funcionalismo clássico e a abordagem da Gramática de Construções Baseada no Uso. O enfoque recai sobre construções transitivas e seus usos efetivos na fala e na escrita.

O segundo texto da revista, intitulado *A construção transitiva no português brasileiro: aspectos cognitivo-interacionais*, de autoria de Nedja Lima de Lucena, aborda a construção transitiva, com enfoque nos aspectos cognitivo-interacionais, demonstrando também que se trata de uma construção com alto grau de esquematicidade e produtividade, a qual licencia um grande número itens capazes de preencher o *slot* verbal

O terceiro artigo intitula-se *A Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática “ATÉ QUE PARA X, Y”*: elementos holisticamente empregados para expressar concessividade e comparação e é de autoria de Gabriela da Silva Pires e Luiz Fernando Matos Rocha. Partindo da análise de instâncias como “Até que para um iniciante me saí bem” e ancorando-se na abordagem sociocognitivista da Gramática de Construções, os autores focalizam os aspectos semântico-pragmáticos da construção estudada, destacando a correferencialidade entre X e Y.

O quarto artigo, *O afixoide lá em construções do português – perspectivização espacial e (inter) subjetificação*, de autoria de Mariangela Rios de Oliveira, propõe, sob a ótica da Linguística Funcional Centrada no Uso, uma análise dos usos do afixoide *lá*, entendido como subparte de três construções distintas, a saber: conectora textual; marcadora discursiva; e intensificadora de grau.

O quinto texto, sob o título *Análise funcional dos conectores em vez de e ao invés de no português brasileiro contemporâneo*, de autoria de Ivo da Costa do Rosário e Idrissa Ribeiro Novo, tem como objetivo caracterizar as construções conectoras *em vez de* e *ao invés de* e demonstrar que, na fase atual do português, ambas veiculam o sentido de substituição, para além do sentido de oposição tradicionalmente associado a elas.

O sexto artigo que compõe a revista tem como título *Representação computacional das construções de sujeito-predicado do português do Brasil* e é de autoria de Alexandre Diniz da Costa, Vanis Gomes Almeida, Ludmila Meireles Lage, Gustavo Barbosa, Natália Duarte Marção, Vanessa Ramos Lopes Paiva, Ely Edison da Silva Matos e Tiago Timponi Torrent. Desenvolvido à luz do Constructicon da FrameNet Brasil, o trabalho traz uma proposta de representação computacional de construções do português brasileiro, demonstrando de que forma a Semântica de Frames e a Gramática de Construções podem ser implementadas computacionalmente e, a partir daí, sustentar aplicações em Compreensão de Língua Natural.

O sétimo artigo intitula-se *Estrutura da informação em Gramática de Construções Baseada no Uso: o caso da construção pseudoclivada* e é de autoria de Diego Leite de Oliveira. Nesse texto, é feita uma análise de construções pseudoclivadas na língua russa, comparativamente a suas contrapartes no português brasileiro e no inglês. O autor, além de apresentar similaridades e especificidades dessas construções nas três línguas, defende que a construção pseudoclivada do russo herda propriedades de uma construção de foco mais abstrata e parece a função de foco com a posição final de sentença.

O oitavo texto da revista, que tem como título *“Parece que” é uma construção: a categoria de inferência em Waikhana (Tukano Oriental)* e é de autoria de Bruna Cezario Soares, Kristina Balykova e Kristine Stenzel, descreve propriedades de cunho sintático, semântico e pragmático da construção de evidencialidade inferencial na língua Waikhana (Tukano Oriental). Nessa investigação, as autoras defendem que a semântica da construção não é previsível a partir de suas partes, mas que, por outro lado, propriedades dessa construção podem ser motivadas a partir de outras construções da língua em estudo.

A revista ainda traz um nono artigo, intitulado *Construcionalização e mudança construcional de locuções conjuntivas em português: o caso de na hora que*, de autoria de Diego Minucelli Garcia e Gisele Cássia de Sousa. Sob a ótica da abordagem construcional da mudança de Traugott e Trousdale (2013), esse trabalho analisa os micropassos de mudanças por que passou a locução conjuntiva *((n) a hora (em) que* no português. Além disso, traz uma avaliação dos graus de composicionalidade, produtividade e esquematicidade de *((n)a hora (em) que* e de locuções conjuntivas similares, com o objetivo de propor uma hierarquia construcional, bem como mapear a trajetória de construcionalização dessas construções.

O décimo e último artigo da revista, que também aborda a mudança linguística, tem como

título *A mudança e a constituição da microconstrução “pois não”* e é de autoria de Célia Márcia G. Nunes Lôbo e Vânia Cristina Casseb-Galvão. O estudo descreve os micropassos de mudança atrelados aos contextos atípico, crítico e isolado que levaram à formação da microconstrução “pois não” no português. O artigo ressalta, ainda, a importância, no estágio do contexto isolado, da perda da função de negação e da formação do *chunk*.

Boa leitura a todos!

REFERÊNCIAS

ABREU, H. *Entrevista: George P. Lakoff*. *Linguística*, 12, 1, p. 9-16, 2016.

BARLOW, M.; KEMMER, S. (Eds.). *Usage-based models of language*. Chicago: University Press, 2000.

BERGEN, B. K.; CHANG, N. Embodied Construction Grammar in simulation-based language understand. In: OSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Eds.). *Construction Grammars: Cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, p. 147–90, 2005.

BOAS, H. C.; SAG, I. *Sign-Based Construction Grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2012.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: University Press, 2001.

_____; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2004.

FILLMORE, C. J. Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction. *Proceedings of the 11th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 73-86, 1985.

_____. The mechanisms of “Construction Grammar”. *Proceedings of the 14th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 35-55, 1988.

_____; KAY, P.; O’CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions:

the case of *let alone*. *Language*, 64, 3, p. 501-538, 1988.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: University Press, 2006.

_____. *Explain me this: Creativity, Competition and the Partial Productivity of Constructions* Princeton: University Press, a sair.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

HOFFMANN, T. *Construction grammars*. In: DANCYGIER, B. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017.

IBAÑEZ, F. J. R. M. An interview with George Lakoff. *Cuadernos de Filología Inglesa*, 62, 2, p. 33-52, 1997.

KAY, P. The kind of / sort of construction. *Proceedings of the 10th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 157-171, 1984.

_____. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University Press, 1962.

LAKOFF, G. *Irregularity in syntax*. 1970. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

_____. Syntactic amalgams. *Papers from the 10th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, p. 321-344, 1974.

_____. Linguistic gestalts. *Papers from the 13th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*, p. 236-287, 1977.

_____. *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.

_____. Cognitive versus generative linguistics: How commitments influence results. *Language and communication*, 11, 1/2, p. 53-62, 1991.

LANGACKER, R. W. Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. *Foundations of language*, 14, 3, p. 307-357, 1976.

_____. Space Grammar, analysability, and the English Passive. *Language*, 58, 1, p. 22-80, 1982.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical prerequisites*. Stanford: University Press, 1987.

_____. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, B. (Ed.). *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar: Descriptive application*. Stanford: University Press, 1991.

MARQUES, P.; ALONSO, K.; PINHEIRO, D. Do signo à construção: o legado saussuriano e as abordagens construcionistas da gramática. *Gragoatá*, 22, 44, p. 1149-1171, 2017.

STEELS, L. *Design patterns in Fluid Construction Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

INTERVIEW WITH PAUL KAY

by Tiago Timponi Torrent¹

This issue of *Linguística* on Construction Grammar would not be complete without an interview with one of the founders of the field. Together with the late Charles Fillmore, Paul Kay was responsible for shaping distinguishing aspects of constructionist approaches to grammar. In this interview, this history is revisited, and key aspects of linguistic theory - such as generativism and formalism - are discussed. The Emeritus Professor of Linguistics at the University of California also discusses the turn of Berkeley Construction Grammar towards Sign-Based Construction Grammar. Paul Kay's answers to the following questions couldn't be more in tune with the theory he helped create: beyond simplistic distinctions, he sheds light on both the more general features of Construction Grammar and on the equally relevant peripheral anecdotes that paved the way for the development of the field in the last three decades.

Linguística: Thirty years ago, a paper by you, Charles Fillmore and Mary Catherine O'Connor (Fillmore, Kay & O'Connor, 1988) presented the bases on which not only one, but a set of approaches to grammar were developed. Looking back over these thirty years, what is your general assessment of the constructionist effort so far? What were the most relevant achievements in the field, in your opinion?

Paul Kay: Maybe the most useful idea to come out of 80's construction grammar was the rejection of "core grammar" in favor of the recognition (if I may) that idiomaticity is an inherently gradient phenomenon with no clear boundary between "core" and "periphery". Grammatical patterns associating meaning with form, or specifying form alone, can and do exist along a continuum between total fixity of all elements (*Drop dead!*) and maximal abstraction ($S \rightarrow NP VP$). The *let alone*

1 Universidade Federal de Juiz de Fora / FrameNet Brasil. E-mail: tiago.torrent@ufjf.edu.br

construction of Fillmore, Kay & O'Connor (1988) provided an extended example of a grammatical pattern in between these extremes.

Linguística: And what did you expect to be different?

Paul Kay: I'm not sure I had any well-formed expectations, as distinct from hopes.

Linguística: Around the same time, you and Fillmore taught a graduate division course on construction grammar that gave rise to Berkeley Construction Grammar (Kay & Fillmore, 1999). Among your students, were some of the people whose books became the basic readings for other approaches to construction grammar. Which aspects of that first course do you think were preserved in those other approaches and which ones you wish had been preserved, if any?

Paul Kay: What I might wish to have been pursued more actively in some constructional approaches was further development of the gentle push toward formalism presented in Kay and Fillmore (1999). Sign-Based Construction Grammar (SBCG) is the current incarnation of that desire that I'm personally involved in.

Linguística: And why do you think that didn't happen? I mean, why do you think some approaches to Construction Grammar, other than SBCG, either don't embrace formalism consistently or avoid it?

Paul Kay: In part as a result of the influential work of Adele Goldberg, a less formally self-conscious type of construction grammar, concerned centrally with argument structure and theoretically oriented toward Cognitive Linguistics, has been found congenial by a number of linguists who find formalism in grammatical study more obscuring than illuminating.

Linguística: Some approaches to Construction Grammar tend to call themselves usage-based, as opposed to unification-based (i.e. more formal) approaches. How do you see this differentiation? Is it somehow rooted in or related to the avoidance of formalism mentioned in the previous question?

Paul Kay: I have to preface my answer by admitting that I don't know the usage-based literature as well as I should. I guess I'm not more strongly attracted to it than I am precisely because it's not as formal an approach as I would like to think possible. I accept that in the end the usage-based approach

may turn out to be something like *right*, in the sense that it's the best we are able to do; maybe formal approaches *ipso facto* commit themselves tacitly to unrealistically strong assumptions. That may be correct, but I hope it isn't. I would like language to turn out to be less messy than usage-based approaches appear willing, even eager, to accept. With regard to the second question (about avoidance of formalism), it seems to be a fact that there is substantial overlap between the Cognitive Linguistics and usage-based communities and that attitudes toward formal linguistics in these communities tend to run from indifferent to antagonistic. It's not really for me to say why the many excellent linguists who harbor these attitudes do so.

Linguística: In your contribution to the Oxford Handbook on Construction Grammar (Kay, 2013), you propose a differentiation between grammatical constructions and coining patterns, the former being generative, while the latter can't be predicted by any grammar. In the concluding section of the chapter, you recognize that, most probably, such a distinction is less clear for those adopting a more usage-based approach to Construction Grammar (Kay, 2013, p. 46). However, given the historic opposition between (Usage-Based) Construction Grammar and Chomskyan Generative Linguistics, such a distinction may have seemed odd to some constructionists instead. In other words, do you think that framing Generative Linguistics and Construction Grammar as opposing approaches to grammar imposes unnecessary biases to the model?

Paul Kay: That's a pretty complex question. In the chapter you refer to, I added the part about usage-based approaches at the request of the editors of the Handbook. I observed that the distinction on which I was, perhaps tiresomely, insisting is not something that naturally arises in the usage-based view. Incidentally, I should emphasize here that my view of grammar is subsumable under "Chomskyan Generative Linguistics" only in the broadest, and original, sense of "generative grammar" as denoting mathematically explicit grammar. To the degree that usage-based approaches to grammar and formal approaches are opposed, it might be worth noting that the idea of grammatical construction has been found useful by workers on both sides of that divide.

Linguística: After some time, not only you, but also other subscribers of Berkeley Construction Grammar, moved to Sign-Based Construction Grammar. Could you summarize the main reasons for that, given that Berkeley Construction Grammar was already a formal approach to grammar?

Paul Kay: Berkeley Construction Grammar (BCG) was a *semi*-formal approach to grammar. When Fillmore, Kay and O'Connor presented an oral version of the 1988 *Let Alone* paper at Stanford,

Ivan Sag told us that constructional analysis was precisely the way he was taking his work in HPSG and suggested collaboration. Soon after that, I presented some form of the 1993 (deservedly) unpublished Fillmore & Kay ms. to a seminar of Ivan's at Stanford and Ivan, among others, pointed out some important formal flaws in the way we were using the notation of BCG, which I took back to Chuck Fillmore and the BCG group. This led to a series of meetings between Ivan, Chuck, Laura Michaelis and me. SBCG was born out of the meeting of BCG with constructional HPSG.

Linguística: Could you elaborate further on these formal flaws and also on the main points of these discussions?

Paul Kay: The linking theory we proposed exhibited several of these flaws. It employed an intuitive notion of set unification that had no proper mathematical definition. For example, the valence of the main verb of a sentence like (1) could be augmented by the “Oblique Goal Construction” to license a sentence like (2). But in creating the verbal valence that could license a sentence like (3), rather than add a valent, the oblique goal template would have to unify with the already present, partially specified, goal valent, although there was nothing in the theory that would make that happen. Even adding a filter that said in effect that all “final” valence sets must be ‘well formed’ in some sense probably wouldn't solve the problem.

(1) I hit the ball.

(2) I hit the ball to you.

(3) I handed the ball to you.

Similarly, Kay & Fillmore employed an incoherent concept of set unification in their discussion of adjuncts (See Müller, 2006). A quite general and importantly undesirable property of BCG was the assumption that all paths in a tree representing a phrase or sentence have to end in an overt feature-value. This amounted to an omnipresent filter, which undercut the goal of monotonicity. Finally, Müller 2006 showed that the attempt in Kay 2002 to establish in BCG an explicit recursive licensing procedure for sentences did not work.

Linguística: Most recently, Construction Grammar has been used in computational applications, such as constructicons, parsers and so on. How do you see the move of Construction Grammar into

a field usually dominated by metrics? If Construction Grammar applications were to be evaluated, which parameters would you like to see be taken into consideration in such an evaluation?

Paul Kay: I am not a computational person. The most advanced work relevant to this question of which I am aware is described at the LinGO Grammar Matrix², which contains, among other things, implemented HPSG grammars of a growing number of languages.

Linguística: What are the challenges remaining to Construction Grammar approaches? What do you see as the most promising developments to tackle them?

Paul Kay: I like working in SBCG and would applaud further development of this framework. Almost all the work in SBCG so far has been in English. I would like to see SBCG employed in grammatical descriptions and analyses of other languages, especially unwritten languages.

Linguística: Is there any question I haven't included in this interview that you'd like to have been asked?

Paul Kay: Not that I can think of.

REFERENCES:

Fillmore, C. J., Kay, P., & O'Connor, M. C. (1988). Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: The case of let alone. *Language* 64(3), 501-538.

Kay, P. (2002) An informal sketch of a formal architecture for construction grammar. *Grammars* 5(1), 1-19.

Kay, P. (2013). The Limits of (Construction) Grammar. In. T. Hoffman & G. Trousdale. *The Oxford Handbook of Construction Grammar* (pp. 32-48). New York: Oxford University Press.

Kay, P., & Fillmore, C. J. (1999). Grammatical constructions and linguistic generalizations: the What's X doing Y? construction. *Language* 75(1), 1-33.

Müller, S. (2006). Discussion Note: Phrasal or Lexical Constructions? *Language* 82(4), 850-833.

2 <http://matrix.ling.washington.edu>

INTERVIEW WITH RONALD W. LANGACKER

by Diogo Pinheiro¹

Over thirty years ago, the first volume of Ronald Langacker's *Foundations of cognitive grammar* presented the linguistic community with a highly innovative and equally controversial framework for linguistic analysis. It took some time, however, for Cognitive Grammar to be perceived as a construction grammar model – maybe because “the word ‘construction’ rarely appears there” (Croft and Cruse 2004: 278), maybe because the semantic apparatus and heavy use of diagrams seemed so overwhelming at first that the construction grammar side of the framework faded into the background.

Whatever the cause, this initial misunderstanding is now a thing of the past. In fact, since the publication of Langacker's seminal volume, Cognitive Grammar has come to be recognized as a particularly successful, and in many ways unique, version of (usage-based) construction grammar. In this interview, Professor Emeritus Ronald W. Langacker revisits the history of Cognitive Grammar, discusses a number of key theoretical issues – often in comparison to other strands of construction grammar –, and considers the model's potential for practical application.

Linguística: Thank you very much for accepting my invitation for this interview – as I said before, it is really an honor to me. Besides, I should say it was great fun to try to come up with some interesting and hopefully thought-provoking questions.

But now we should get started. And, since this is an issue on construction grammar, my first question has to do with the anatomy of a grammatical construction. You have mentioned a couple

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: diogopinheiro@letras.ufrj.br

of times that Charles Fillmore asked you long ago whether we should describe grammar in terms of constituency or dependency relations. I'm also aware that your current answer is that both kinds of relations should be jointly represented, and that this is precisely what Cognitive Grammar (CG) achieves. Could you further elaborate on that?

Ronald W. Langacker: Constituency is a matter of part-whole relations, while dependency consists in relations between a “main” part and “subsidiary” parts. Obviously, both have an important role in linguistic structure. In a phrase like *in the room*, the overall constituent *in the room* has *in* and *the room* as subconstituents. But in terms of dependency, *in* is the main part in the sense that it determines the reference and grammatical category of the whole; *in* is termed the **head**, while *the room* is a **dependent** with respect to it.

Both sorts of relations are commonly represented by tree-like diagrams (with either the overall constituent or the head at the top). However, either sort of tree represents only one type of relation, so it does not per se represent the other type. From its very inception (Langacker 1987), the CG account of grammatical constructions includes them both. Thus CG diagrams have typically shown constituency, with larger parts (constituents) broken down into smaller parts (subconstituents) at any number of levels. This hierarchical arrangement tends to obscure the fact that the diagrams also incorporate the relationships represented in dependency trees. In particular, they indicate the **profile determinant** in a given construction: the component structure whose profile (conceptual referent) is inherited by the composite whole; this is equivalent to the **head** in dependency representations. CG diagrams also indicate **correspondences**: how the component structures are connected, through conceptual overlap, to one another as well as to the composite structure. Those connections capture dependency relations.

For many years, it has been recognized in CG that constituency is less essential than the semantic relations reflected in dependency diagrams (Langacker 1997). So instead of trees based on constituency, grammatical structure is characterized more generally as residing in **assemblies** of connected elements. The same assembly harbors both constituency relations and dependency relations; whether it is shown as a constituency tree or a dependency tree is just a matter of which sorts of connections one wants to represent in a single diagram. A typical CG diagram showing both constituency and dependency can be converted into a dependency diagram by a simple mechanical procedure (Langacker To appear). And since constituency is less essential (often variable if not indeterminate), that sort of representation is more perspicuous for many purposes.

Linguística: My second question has to do with one important point in which Cognitive Grammar differs from other versions of construction grammar: the definition of construction. While everyone takes constructions to be form-meaning pairings, you specifically take form to mean *phonological* form. Given this rather crucial difference, my second question splits into three different – albeit related – ones.

- (a) If I were to guess, I'd say your position is probably due to the fact that you take grammatical relations and parts of speech to be ultimately semantic notions, which means they wouldn't count as *form* after all. Is this interpretation correct?
- (b) Assuming that a general construction – say, the nominal construction – is abstracted away by the speaker from actual instances of usage, and considering that there is no phonological commonality between things such as “my pen” and “this sofa”, what exactly does it mean to say that the form of the construction is, say, XY? OK, it means that the construction is entirely unspecified in regard to its form – but doesn't it imply that the construction has *no form* whatsoever? And, if so, doesn't it affect the very definition of construction?
- (c) The third question is directly related to the second one. If we tried to figure out which formal generalizations a speaker would be able to make over dozens of instances of any given nominal construction, we could presumably suggest that s/he understands that the abstract pattern is made up of (at least?) two elements, and that the first somehow depends on – or forms a higher-level constituent with – the second. Such generalizations cannot likely be said to be phonological or prosodic in nature, but neither do they suffer from the inconvenience of evoking “pseudo-syntactic” entities such as “noun” or “subject”. So, wouldn't it be useful, or even necessary, to include this kind of syntactic information in the formal pole of grammatical constructions?

Ronald W. Langacker:

- (a) Most discussions of these matters are noteworthy for their failure to clarify what is meant by “form”. Normally it is tacitly assumed that form includes not only phonological structure but also grammatical category, or grammar more generally. But in what sense is the categorization of, say, *sofa* as a noun a matter of “form”? It is not directly observable, like the spatial form of a sculpture. The closest analog to that in language would be the

visual form of a gesture, and the next closest thing—its counterpart in another modality—would be the auditory form of sounds or sound sequences. I understand “form” in this fairly restrictive sense, at least in locutions like “form-meaning pairing”. Grammatical category membership (or grammar more generally) is not directly observable in the way that sounds and gestures are. Thus it does not have a symbolizing function, but is rather an aspect of meaning. Symbolization is the essential feature of form-meaning pairings, and the characterization of grammar as assemblies of symbolic structures is a central claim of CG. Subsuming grammar under “form” is incoherent on this view and a source of confusion in thinking about how language serves its symbolic function.

- (b) Being unspecified in regard to (phonological) form is not the same as having no form. You can think of it as a matter of the form being maximally schematic—there is the notion of phonological content (or sound structure) without any further specification that would narrow it down to any particular sound experience. It is not a vacuous notion: the schematic conception of sound is not the same as the schematic conception of smell or color. In fact, the need to recognize schematic conceptions of this sort is shown by the very existence, and semantic distinctness, of words like *sound*, *smell*, and *color*. And when linguists talk about constructions as consisting in form-meaning pairings, they use the terms *form* and *meaning* with comparable schematicity.
- (c) A symbolic structure is still symbolic even if it is maximally schematic at either pole or at both. The same holds for a grammatical construction, i.e. an assembly of symbolic structures connected in particular ways. Suppose we say that, as its schematic meaning, a noun profiles a THING. A noun is nonetheless a symbolic structure, not just a meaning. Its schematic characterization might thus be given as [THING/...], where “...” indicates that its phonological pole is maximally schematic: some sound sequence, but (as a general characterization) no particular sound sequence. For nominals with overt grounding, we can likewise posit the highly schematic structure [[GROUNDING/...]-[THING/...]]. It specifies that the nominal consists of two component elements, and that the grounding element precedes the noun in the phonological sequence. We can go even further. The highly schematic structure [[... /...]-[... /...]] generalizes over constructions (of any sort) comprising two symbolic elements. A linguist who says that constructions consist in form-meaning pairings is invoking a schema that we can represent as [... [... /...] ...]. That is, it abstracts away from the number of such pairings (“some number of symbolic elements”).

Linguística: The third question is linked to letter (c) above. To my mind, Cognitive Grammar sometimes seems to have a somewhat derivational flavor. Received wisdom has it that one thing which distinguishes construction grammar from traditional generative models is the absence of derivations – the idea that one does not need to compositionally *create* syntactic structure because it is already there, specified in the formal pole of grammatical constructions. Cognitive Grammar, on the other hand, sometimes seems to place an emphasis on the process of creating increasingly larger and more complex units by means of joining words and simpler units together. Would that be a major difference between your approach and other strands of construction grammar?

Ronald W. Langacker: You are missing the point. CG is non-derivational in the same way that other versions of construction grammar are.

It is important here to distinguish **composition**, in the sense of forming larger and larger structures, from **derivation** in the classic generative sense, where it refers to deriving **surface structures** from **underlying structures** (which are different in nature but not necessarily in size). CG has always denied the reality of derivation in this latter sense.

As for composition, early discussions of CG tended to present it as moving from “bottom to top” by combination at successive levels. And for ease of discussion, I often still describe it—informally—in that way. It is important, however, not to confuse the informal, metaphorical presentation of a theoretical notion with what is actually being claimed about the phenomenon in question (Langacker 2016a). I have long insisted that the standard metaphor of “composition” or “creation” (including the “building-block” metaphor) is just that: a convenient metaphor, not to be taken literally (Langacker 1991: 5-6, To appear). Instead, constructions reside in assemblies of symbolic structures linked by correspondences (i.e. overlap) and categorizing relations. Taken as wholes, these assemblies have no inherent or exclusive directionality.

A basic CG notion, however, is that linguistic structure resides in **activity** (at the neural, processing, interactive, and discursive levels). So viewing it holistically, though unavoidable and valid for many purposes, oversimplifies matters by ignoring this intrinsic dynamicity. While there is no overall directionality, the structures comprising an assembly are connected in myriad ways involving asymmetries reasonably taken as having a temporal basis on some time scale. Most obvious, of course, is word order—or more generally, the sequence of presentation for structures at any level (e.g. syllables, phrases, clauses, sentences). But there are many other natural paths through a complex

structure that no doubt have some role in language processing, irrespective of the order of symbolic expression: sequence of causation, paths of access through mental spaces, the apprehension of scalar organization, and so on. So I see a holistic view as abstracting away from the dynamicity that will ultimately be revealed in finer-grained accounts, where structure consists in processing activity.

Linguística: Fourth question, and we are still in the realm of the differences between cognitive grammar and other constructionist approaches. Now we go back to the issue of how to define lexical categories. In your comment on Goldberg's *Constructions at work* (*Cognitive Linguistics*, volume 20, issue 1), you note that your conceptual definitions for basic grammatical units do not imply an essentialist view. Now, if by "essentialist" it is meant that your definitions are intrinsic, it seems to me that this would be a fairly appropriate label. In fact, this way of approaching lexical categories seems to contrast sharply with Croft's, as well as Goldberg's, suggestion that categories are to be seen as construction-induced generalizations – a view in which complex constructions as structured wholes clearly take precedence over lexical categories. Could you please comment on this difference? (And once more: do you take that to be a major disagreement?)

Ronald W. Langacker: Whether it is a disagreement depends on whether Croft and/or Goldberg are willing to accept the CG claim that nouns and verbs all instantiate the schematic meanings I have proposed for these categories (respectively, the profiling of a **thing** or a **process**, abstractly characterized). I think they probably would not—at least I have never heard them admit it. For me the claim is a key factor in the central CG notion that grammar is symbolic in nature, residing solely in configurations of semantic structures, phonological structures, and symbolic relations between the two.

In rejecting the label "essentialist" for my characterization of nouns and verbs, I did not make my intent sufficiently clear. If the proposed schematic meanings are universally valid, they are indeed essential for expressions to qualify as category members. I was resisting the label "essentialist" because it suggested that the schematic meanings were all that needed to be said about the categories. But in the CG view, nouns and verbs resemble most other categories in being **complex**, with prototypes, extensions from the prototypes, cross-cutting subclasses, and so on. In particular, one basis for categorization is participation in grammatical constructions. So as in other kinds of construction grammar, we can perfectly well describe categories as construction-induced generalizations. The point of difference is that CG makes the further claim that certain fundamental categories (like noun and verb, also subject and object) have that status because they are characterized in terms

of both salient **conceptual archetypes** (object and event, agent and patient) and basic **cognitive abilities** allowing their apprehension (e.g. grouping in the case of nouns). The archetypes function as category prototypes. The abilities are first manifested in the archetypes and constitute the schematic characterizations.

Linguistic elements are categorized on the basis of intrinsic properties (semantic and/or phonological) as well as extrinsic ones (occurrence in constructions). Categories differ as to their relative importance. At one extreme are purely distributional categories, e.g. a class of nouns that take a particular irregular plural ending, with no semantic or phonological coherence to the set of members. At the opposite extreme are basic categories like noun and verb, which exist precisely because of their intrinsic semantic values, and may not have any fully general distributional characterization (even in a single language). Most categories lie somewhere in between.

I am not aware of any valid arguments against the schematic characterizations proposed in CG for fundamental and universal notions like noun, verb, subject, object, and possessive. In various places (e.g. Langacker 2015), I have shown that the standard arguments are based on false assumptions, and have tried to dispel the confusion that has clouded discussions of the issue. More importantly, the proposed meanings allow the explicit and principled description of numerous grammatical phenomena (generally treated in purely formal terms) as having a conceptual basis.

Linguística: You have already suggested that the Baseline / Elaboration organization represents a preferable alternative to positing zero elements. Whereas I generally agree with construction grammar's overall rejection of empty categories and underlying levels of representation, I tend to think that the zero metaphor could still be useful. This is because it is probably true that the speaker is able to compare two different but related constructions – say, “dog” and “dogs” – and thus conclude that the idea of singular is associated with the absence of a certain morpheme that can be found somewhere else. So my question is: is it possible that we might be throwing the baby out with the bathwater? If the process of mentally comparing constructions turns out to be psychologically real, wouldn't we need a zero element to apprehend – or represent – the speaker's knowledge that something is missing?

Ronald W. Langacker: I agree that speakers are able to associate the idea of singular with the absence of a plural morpheme. However, as described in my article (2016b: 431-432), the account in terms of baseline and elaboration allows this without requiring the postulation of a zero element. It

throws out the bathwater but keeps the baby.

What is rejected is the characterization of a singular form as bimorphemic, e.g. *dog* + \emptyset . Instead, *dog* (*tout court*) is the baseline form, with respect to which *dogs* constitutes a semantic and morphological elaboration. In terms of layers of complexity, *dog* represents the initial stratum, S_0 , and *dogs* a higher stratum, S_1 , invoking additional resources and allowing a wider range of options. Note that my diagram shows a still higher stratum, S_2 , where the commonality of *dog* and *dogs* gives rise to a more schematic structure *dog...*, which neutralizes the number distinction (i.e. presence vs. absence of plurality). However, this schematic structure is derivative rather than fundamental, as it is if one analyzes the singular *dog* as bimorphemic.

Now a baseline structure like *dog* can be apprehended in and of itself, i.e. in the context of S_0 . But it can also be interpreted in the context of S_1 , where it stands in systemic opposition to *dogs*. The context of interpretation results in *dog* having slightly different meanings: ‘dog’ *tout court* vs. ‘dog’ as opposed to ‘dogs’. The latter amounts to the recognition that the absence of a plural marker indicates singular. It does so without positing \emptyset as a structural element. That is, the comparison of *dog* and *dogs*, so that the plural *-s* contrasts with its absence, arises as a higher-order phenomenon. It is not the case that *dog* is bimorphemic (*dog* + \emptyset) as its fundamental characterization.

Linguística: In an interview published in 2005 in *Acta Linguistica Hungarica*, you describe what seems to be a very nuanced view on controversial issues such as innateness and modularity: while you claim to be “uncomfortable with any modular view of language”, you also argue that “we don’t learn languages just on the basis of general abilities”. While we know this is not an actual contradiction, it certainly might sound like one. Could you please clarify this position?

Ronald W. Langacker: In rejecting the strong modular view of language (an innate “universal grammar” basically separate from other aspects of cognition), cognitive linguists perhaps tend to go too far and “throw the baby out with the bathwater”. We are clearly born to learn language, and general abilities (memory, attention, perception, etc.) are obviously involved. The question is whether anything specific to language is also involved. I believe so, based on both the strength of the drive to acquire language and the degree of universality it exhibits (which is not to deny or minimize the extent of its diversity). For guidance we can look to the physical organs of speech (like the lips, tongue, glottis, and numerous muscles), all of which have non-linguistic functions. However, the organs and their configuration have been adapted and adjusted for speech—despite having the same

organs, chimpanzees cannot produce the full range of human speech sounds. I suggest that the same holds for other facets of language: they depend on specialized adaptations of abilities we have for other reasons. Language is not a separate module, but neither is it learned “just” on the basis of general capacities.

Linguística: In the same interview mentioned in the previous question, you briefly underline the need for a cognitive lexicography, “along the lines of the constructs suggested in cognitive grammar”. That sounds like a fascinating enterprise to me – I would definitely love to understand how words mean, and the CG apparatus for semantic description is obviously very compelling. So my question is: have you or someone else actually attempted to systematically describe a number of lexical items using Cognitive Grammar analytical tools? If so, what have you found? If not, would that still be on the agenda?

Ronald W. Langacker: I regret to say that I am not aware of any serious efforts along these lines. I have thought about undertaking such a project, and would enjoy it, but have too much appreciation for the complexity and immensity of serious lexicographic research to believe I could accomplish very much in the time available. There are of course many partial lexical descriptions in the CG literature (perhaps the most extensive being a treatment of predicates of propositional attitude [Langacker 2009: ch. 10]), but being devised for particular analytical purposes, these are quite selective in what they cover. This literature does at least offer extensive discussion about the nature of lexical meaning.

There is first the recognition that linguistic meaning is not a matter of truth, logic, or objective reality, but a conceptual phenomenon occurring in a cultural, social, and interactive context. Rather than being based on specifically linguistic “primitives”, it consists in processing activity and is grounded in social and bodily experience. It thus seems reasonable for attempts at semantic description to look toward basic aspects of cognition (such as activation, entrenchment, priming, simulation, contextual adaptation), general cognitive abilities (like grouping, perspective, categorization, focusing of attention), and conceptual archetypes (e.g. object, event, location, property, force, causation, part/whole relations).

A number of other basic aspects of lexical meaning are quite explicit in discussions of CG. A central point is that an expression’s meaning is not just a matter of the conceptual content invoked, but is crucially dependent how that content is **construed**. Moreover, the content is neither clearly delimited nor specifically linguistic; instead, lexical meanings draw upon an open-ended array of

non-linguistic knowledge, whose relative salience and accessibility is part of their conventional value. Also, most lexemes are polysemous, comprising a network of semantic variants, some of which are schematic or prototypical relative to others. But rather than being a fixed or rigid structure, this “network” is flexible and dynamic, since a variant’s manifestation is always adapted to the linguistic and interactive context. So when examined in fine-grained detail, every use is unique and has some impact on the network’s configuration.

Even in a limited domain, serious lexicographic description in CG terms would therefore be an open-ended task requiring the combination of conceptual analysis with a corpus based approach.

Linguística: Now, a little less theory and a little more informal sociology: this question has to do with the impact of Cognitive Grammar on the field of linguistics as a whole. Now, I haven’t done any research on that, but I have this impression that at least some linguists are now less eager to quickly dismiss semantic characterizations of the parts of speech – and, coherently, more sensitive to construal. So, I know this is wildly speculative, but how – and to what extent – do you feel Cognitive Grammar might have contributed to change hegemonic linguistic thought in the last 35 years or so? And, perhaps even more importantly, how do you feel that the assessment of CG’s central claims and the evaluation of the framework as a whole have changed over all these years?

Ronald W. Langacker: CG has had a substantial impact on the field as a whole if only indirectly, by virtue of figuring prominently in the development of cognitive linguistics, which is steadily growing and gaining influence on a world-wide scale. At least in many places, it is now regarded as a serious (if not a preferred) alternative to generative approaches.

As for CG itself, the generative movement has largely succeeded in ignoring it. That however represents just one segment of the scholarly community concerned with language. A substantial and increasing number of other individuals, in linguistics and other disciplines, find CG to be natural, revelatory, and helpful in their own research. Within cognitive linguistics, basic ideas of CG are, if not fully accepted, at least sufficiently familiar to be mentioned or utilized without the need for extensive explanation or justification. In recent years I have observed that CG terms and notions are being presented with greater accuracy and employed more appropriately than used to be the case.

As for the parts of speech, it is still unusual—but no longer rare—for linguists (especially younger cognitive linguists) to accept my conceptual characterizations as plausible if not well

established. Usually, though, they are still just ignored, even in cognitive linguistics. The reasons are obvious: that basic categories cannot be semantically defined is a fundamental doctrine, and the very possibility of principled conceptual description is still not generally recognized. So a scholar who accepts the conceptual characterizations runs the risk of not being considered “scientific” or “empirical”. I completely disagree. On the one hand I have argued that the standard arguments against conceptual definitions for basic categories rest on false assumptions and are simply invalid (Langacker 2015). On the other hand, I hope to have shown through decades of CG research that conceptual analysis can perfectly well be principled and empirically responsible (Langacker 2016d).

Linguística: I have come across a few interesting attempts to apply Cognitive Grammar to second language teaching. As far as I know, you do not take a personal interest in pedagogical grammars. Still, I believe it is worth asking the founder of Cognitive Grammar whether he thinks that the kind of conceptual characterizations provided by the framework can help foreign students grasp the meaning and usage of particular constructions. So, do you think Cognitive Grammar has a pedagogical potential? (If so, did you consider that potential when you were in the process of building the foundations of the theory?)

Ronald W. Langacker: I have always considered the potential for practical applications to be a source of validation for the framework, and have been interested from the outset in how it might apply to language pedagogy. Unfortunately I have virtually no experience in language teaching. But since I do have some appreciation of how hard it is and the problems involved, I have offered only very general comments (Langacker 2008a, 2008b), leaving serious investigation to those with appropriate expertise.

You have pointed to the most obvious way of applying CG: “the kind of conceptual characterizations provided by the framework can help foreign students grasp the meaning and usage of particular constructions”. There are endless possibilities for achieving this, and numerous people have attempted it, generally with some success. If CG helps in that respect, this itself can be a substantial contribution to language teaching. A broader question is whether an entire program of language instruction can be based on descriptions inspired by CG or cognitive linguistics more generally. While I can certainly envisage it, a curriculum along these lines is not a realistic goal in the foreseeable future, if only due to the sheer number of constructions that would have to be described even in a basic course. One might however anticipate that cognitive linguistic notions and descriptions will gradually permeate language pedagogy over the course of many years.

Linguística: Finally, I believe everyone is eager to know what you have been working on recently and, most importantly, what you think the next steps are for CG as a theory of grammar. What is still missing? Which theoretical challenges would you be willing to take up in the near future?

Ronald W. Langacker: In the early years (Langacker 1987, 1991), CG research was aimed at a unified account of lexicon, morphology, and syntax. More recently (with Langacker 2008c marking the transition), the emphasis has shifted to achieving a unified account of structure, processing, and discourse (Langacker 2016b, 2016c, To appear). Obviously, the objective of a truly comprehensive account along these lines is far too ambitious to be realistic. Still, the broad outlines of a basic synthesis have gradually been emerging.

What I would ideally like to do and what I can realistically hope to do are of course very different matters. In terms of core areas, I would ideally like to work toward systematic treatments of phonology and lexical semantics. Ideally, I would make sustained efforts in all the following areas (to name just some): gesture, acquisition, sociolinguistics, neurolinguistics, language change, grammaticization, typology and universals, and the description of myriad other languages. But realistically, I know that not all of this is going to happen.

Instead, I expect to continue developing the descriptive and theoretical basis of CG by working in areas which have thus far been central to my research. Every topic I have examined deserves to be analyzed in much greater depth and breadth than before. One particular objective is a more systematic presentation of the conceptual foundations of semantic structure. I also want to explore the great diversity of constructions, as well as the dynamic nature of assemblies; these can be accessed in different ways, affording a unified treatment of seemingly very different phenomena. Whatever the specific topic, unification will remain a basic goal.

REFERENCES

Langacker, Ronald W. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 1, *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.

Langacker, Ronald W. 1997. Constituency, Dependency, and Conceptual Grouping. *Cognitive Linguistics* 8:1-32.

Langacker, Ronald W. 1991. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, *Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press.

Langacker, Ronald W. 2008a. The Relevance of Cognitive Grammar for Language Pedagogy. In Sabine De Knop and Teun De Rycker (eds.), *Cognitive Approaches to Pedagogical Grammar: A Volume in Honour of René Dirven*, 7-35. Berlin and New York: Mouton de Gruyter. Applications of Cognitive Linguistics 9.

Langacker, Ronald W. 2008b. Cognitive Grammar as a Basis for Language Instruction. In Peter Robinson and Nick C. Ellis (eds.), *Handbook of Cognitive Linguistics and Second Language Acquisition*, 66-88. New York and London: Routledge.

Langacker, Ronald W. 2008c. *Cognitive Grammar: A Basic Introduction*. New York: Oxford University Press.

Langacker, Ronald W. 2009. *Investigations in Cognitive Grammar*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter. Cognitive Linguistics Research 42.

Langacker, Ronald W. 2015. On Grammatical Categories. *Journal of Cognitive Linguistics* 1:44-79.

Langacker, Ronald W. 2016a. Metaphor in Linguistic Thought and Theory. *Cognitive Semantics* 2:3-29.

Langacker, Ronald W. 2016b. Baseline and Elaboration. *Cognitive Linguistics* 27:405-439.

Langacker, Ronald W. 2016c. Toward an Integrated View of Structure, Processing, and Discourse. In Grzegorz Drożdż (ed.), *Studies in Lexicogrammar: Theory and Applications*, 23-53. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins. Human Cognitive Processing 54.

Langacker, Ronald W. 2016d. Working Toward a Synthesis. *Cognitive Linguistics* 27:465-477.

Langacker, Ronald W. To appear. Trees, Assemblies, Chains, and Windows.

TRANSITIVIDADE: DO VERBO À CONSTRUÇÃO

*Maria Angélica Furtado da Cunha*¹

*José Romerito Silva*²

RESUMO

Neste artigo, discutimos a transitividade verbal. Mais especificamente, confrontamos a abordagem desse fenômeno segundo a tradição gramatical, a proposta do Funcionalismo norte-americano em sua versão clássica e a perspectiva funcional centrada no uso aliada à Gramática de Construções. Desse modo, buscamos focalizar, sobretudo, o deslocamento da visão centrada na oração, que considera a gradiência das relações entre o verbo e seu(s) argumento(s), para a que postula a transitividade como uma propriedade da construção. Nessa direção, examinamos a construção transitiva, a partir de usos efetivos da língua em textos de fala e de escrita, procurando identificar pressões de natureza discursivo-pragmática na perspectivização de eventos transitivos e o reflexo delas na expressão dos construtos que os codificam.

Palavras-chave: Transitividade. Construção. Linguística Funcional Centrada xno Uso.

ABSTRACT

In this paper we discuss verbal transitivity. More specifically, we confront the approach to this grammatical phenomenon according to grammatical tradition, the proposal of North-American Functionalism in its classic version and the usage based functional perspective articulated to Construction Grammar. Thus, we attempt to focus, mainly, on the shift from the view centered on

1 Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: angefurtado@gmail.com

2 Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: j.romer.silva@gmail.com.

the clause, which considers the gradience of the relation between a verb and its argument(s), to the one that postulates transitivity as a property of the construction. Thus, based on the effective uses of language in oral and written texts, we examine the transitive construction, trying to identify discourse-pragmatic pressures on the perspectivation of transitive events and how these pressures reflect on the expression of the constructs that encode these events.

Keywords: Transitivity. Construction. Usage-based Functional Linguistics

Introdução

A transitividade tem sido tradicionalmente tratada como uma propriedade dos verbos, classificados como transitivos ou intransitivos, conforme se encontra, por exemplo, em Almeida (1999), Bechara (2009), Rocha Lima (2011). No Funcionalismo norte-americano, mais particularmente em Hopper e Thompson (1980), esse fenômeno tem sido tomado como uma propriedade da oração, numa perspectiva escalar. Propomos aqui o tratamento da transitividade numa ótica funcionalista centrada no uso conjugada à Gramática de Construções.

Contrapondo-se ao que se constata na maioria dos compêndios de gramática tradicional, a abordagem funcionalista defende que as categorias linguísticas não possuem caráter discreto. Alinhados à visão de pesquisadores como Givón (1984), Lakoff (1987), Croft (1991), Taylor, (1997), os funcionalistas acolhem a ideia de que as categorias lexicais e gramaticais são gradientes, organizando-se em um *continuum*, em que feixes de traços estão mais ou menos presentes. Isso significa que as fronteiras entre uma categoria e outra não são nítidas e precisamente delimitadas (FURTADO DA CUNHA, COSTA e CEZARIO, 2003).

Nesse sentido, investigamos se as orações transitivas que codificam diferentes eventos são resultado de polissemia construcional, em que as orações que se distanciam da cena transitiva prototípica herdam seus significados do sentido central da construção transitiva. A análise está orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Gramática de Construções. Os dados empíricos são provenientes de narrativas e relatos de procedimento produzidos por estudantes do ensino médio e universitários, coletados do *Corpus Discurso & Gramática* (FURTADO DA CUNHA, 1998), bem como de textos avulsos da *web*.

2. Transitividade na visão funcionalista norte-americana

A classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo, na visão tradicional, ancora-se em critérios sintático-semânticos: presença ou não de um Sintagma Nominal (SN) objeto (complemento verbal), exigido pelo significado do verbo.

Para a Linguística Funcional norte-americana, a transitividade é “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática oração” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011, p. 37). Nesse sentido, uma oração pode ser considerada menos ou mais transitiva, a depender de um conjunto de traços – ou parâmetros – semânticos e morfossintáticos associados a cada participante para aferir em que medida este contribui para o grau de transitividade do evento (HOPPER; THOMPSON, 1980).

Esses traços, conquanto sejam independentes, atuam em conjunto e articulados na língua, o que implica que nenhum deles isoladamente é suficiente para determinar a transitividade de uma oração. Os parâmetros, segundo Hopper e Thompson, distribuem-se em dez categorias, as quais elencamos resumidamente a seguir: quantidade de participantes (um vs. mais de um), cinese (ação vs. não ação), aspecto (perfectivo vs. não perfectivo), pontualidade do verbo (pontual vs. não pontual), intencionalidade (intencional vs. não intencional), agentividade do sujeito (agentivo vs. não agentivo), polaridade (afirmativa vs. negativa), modalidade da oração (modo realis vs. modo irrealis), afetamento do objeto (afetado vs. não afetado) e individuação do objeto (individuado vs. não individuado). Quanto mais positivamente for marcada a oração (considerando-se os pares contrastivos de traços), mais alta ela se posicionará na escala da transitividade. Para melhor compreensão, vejamos as seguintes ocorrências, extraídas do *Corpus Discurso & Gramática* (FURTADO DA CUNHA, 1998):

(1) [...] aí eu não podia dizer que tinha sido eu que tinha trancado ele... né... que foi que eu fiz... joguei a chave no lixo... e saí feito uma louca... na escola... procurando o diretor...
(*Corpus D&G*, p. 51, fala)

(2) [...] se eu não me engano... ela presenciou o crime na... numa... na biblioteca lá...

(3) [...] eu tava com muita fome porque eu num tinha comido muito bem no avião... então a Rodoviária de Porto Alegre tem umas lanchonetes assim super apetitosas... umas tangerinas... uns... uns bolos super transados... (*Corpus D&G*, p. 101, fala)

A oração destacada em (1) localiza-se no ponto mais alto da escala de transitividade (grau 10), pois apresenta todos os traços de alta transitividade, ou seja, é marcada positivamente quanto a todos os parâmetros descritos anteriormente, com a vantagem, ainda, de conter três participantes (*eu, a chave e o lixo*). Em (2), a oração em destaque apresenta grau 6 nessa escala, pois, embora também tenha um verbo transitivo direto (*presenciar*), é marcada negativamente em relação aos traços cinese, agentividade e intencionalidade do sujeito e afetamento do objeto, além de ter apenas dois participantes (*ela e o crime*). Por fim, a oração destacada em (3) possui grau 3 de transitividade, pois só apresenta os traços polaridade afirmativa e modalidade realis da oração, contendo, também, somente dois participantes (*a Rodoviária de Porto Alegre e umas lanchonetes*).

Considerando-se a abordagem do fenômeno feita pela gramática tradicional, os verbos das orações destacadas de (1) a (3) seriam todos vistos como igualmente transitivos – pelo fato de “exigirem”/apresentarem complementos – e, portanto, receberiam a mesma classificação, isto é, transitivos diretos. Sob a ótica de Hopper e Thompson (1980), contudo, não basta considerar tão somente a complementaridade do verbo. Em vez disso, é preciso levar em conta, além desse fator, os demais componentes relacionados ao verbo bem como as propriedades semânticas do evento codificado pela oração sob análise. Sendo assim, poderia haver o caso de uma oração tradicionalmente concebida como “intransitiva” ter maior grau de transitividade do que uma tomada como transitiva.

Seguindo a linha desses autores, admitimos a existência de uma oração transitiva prototípica, que reflete a transferência completa da ação de um participante para outro, causando alguma modificação no estado deste. Com base nesse padrão, são analisados outros exemplares de orações com maior ou menor grau de transitividade, conforme se aproximem ou se distanciem do protótipo.

Embora o tratamento da transitividade proposto por esses autores represente um grande avanço no estudo desse tópico, ele toma a oração, construída em torno de um elemento predicativo, como a unidade básica de organização da descrição sintática. Frequentemente, mas nem sempre, esse elemento predicativo – nesse caso, o verbo – é acompanhado de um ou mais elementos nominais – seus argumentos.

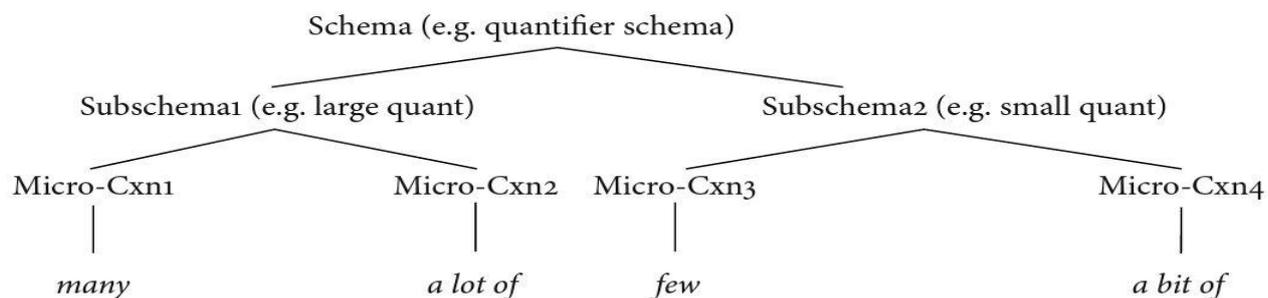
Segundo Chafe (1979), o universo conceptual humano está dividido em duas grandes áreas: a do verbo e a do nome. A área do verbo é central e compreende eventos e estados (condições, qualidades); a área do nome é periférica e compreende “coisas” (objetos físicos e abstrações coisificadas). A centralidade do verbo pode ser justificada com base em alguns pontos listados por Chafe. Primeiramente, nas línguas naturais, há sempre um verbo semanticamente presente nos enunciados, o que indica que a classe dos verbos é um universal linguístico. Embora o verbo seja comumente acompanhado por um ou mais nomes – seus argumentos –, há orações em que apenas um verbo está presente, como *Saia!*, por exemplo. Em segundo lugar, é a natureza semântica do verbo que determina como a oração deverá ser formada: que nomes podem acompanhar o verbo, que relação sintática esses nomes mantêm com o verbo (sujeito, objeto etc.) e que papel semântico (agente, paciente etc.) esses nomes desempenham.

Em uma posição de complementariedade à visão esboçada acima, a Gramática de Construções (doravante, GC), tal como formulada por Goldberg (1995), busca determinar a natureza do significado do verbo e sua relação com o significado da oração. Além disso, investiga como e em que medida enunciados novos se baseiam em enunciados previamente aprendidos. Para tanto, propõe um estudo dos tipos básicos de oração – as “orações simples” dos gramáticos tradicionais.

A tese central que orienta a GC é que as orações básicas de uma língua são instâncias de construções – correspondências forma-significado que existem independentemente de verbos particulares, afastando-se, assim, do que defende Chafe. Embora não negue que uma grande quantidade de informação é fornecida por itens lexicais individuais, a GC argumenta que as próprias construções têm significado, independentemente das palavras que compõem a oração. É esse ponto de vista que exploramos aqui, identificando os padrões estruturais mais frequentes instanciados pela construção transitiva em textos falados e escritos.

A proposta construcional de Traugott e Trousdale (2013) contempla um sistema hierárquico organizado em três níveis: os esquemas, que são generalizações de nível mais alto e mais abstrato; os subesquemas, que são menos esquemáticos do que os esquemas e estão ligados ao sentido central da construção; as microconstruções, que representam tipos individuais de construção, instanciam os subesquemas e são, por sua vez, instanciadas por construtos (*tokens*), ocorrências empiricamente atestadas, ou instâncias de uso em uma situação específica, produzidas por um falante particular com um propósito comunicativo determinado. No quadro a seguir, ilustramos essa proposta.

Figura 1 - Relações hierárquicas da rede construcional.



Fonte - Traugott e Trousdale (2013, p. 16).

Segundo Goldberg (1995), as relações entre construções podem se dar por *links* distintos de herança. Para ela, existem quatro tipos básicos de *links*: polissemia, metáfora, subparte e instanciação. O primeiro revela as relações semânticas entre uma construção e suas extensões de sentido. Esse tipo de *link* pode ser ilustrado com a construção ditransitiva, em que um agente causa a transferência de um objeto para um recipiente. No caso dos verbos *dicendi*, contar algo a alguém, por exemplo, é visto como uma ação de “transferência” de informação. O segundo tipo de relação – o metafórico – tem a ver com a extensão de sentido de um verbo particular. Assim, *dar um fora em alguém*, por exemplo, demonstra a metaforização desse verbo, o qual se vincula à construção ditransitiva de transferência de posse. A relação por *subparte* ocorre quando uma construção apresenta uma configuração parcial de outra construção, existindo independentemente desta. Um exemplo disso é a construção resultativa *O arroz cozinhou*, que se transforma numa construção monoargumental. O quarto tipo – por instanciação – se mostra quando uma dada construção constitui-se num caso especial de outra. É o que se dá, por exemplo, com *O bebê espirrou mingau na mãe*, em que *espirrar*, convencionalmente usado como verbo intransitivo, nessa oração, comporta-se como verbo transitivo. Em todos esses casos de relação, o sancionamento é parcial, visto que se afastam, em certa medida e em algum aspecto, da construção prototípica básica (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).³

A perspectiva de análise que adotamos situa este trabalho no domínio da interface entre sintaxe, semântica e pragmática, de acordo com a postura teórico-metodológica corrente no quadro da Linguística Funcional Centrada no Uso (FURTADO DA CUNHA, BISPO, e SILVA, 2013), em especial, na Gramática de Construções.

Em suma, a análise da transitividade pode ser feita sob diferentes ângulos: (i) a classificação

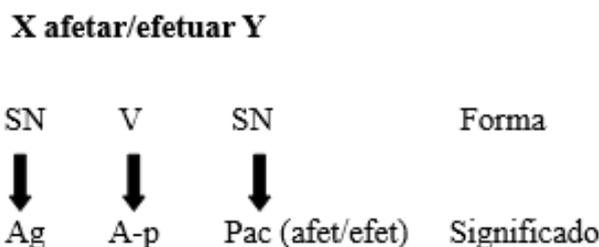
3 Serão explorados aqui apenas os links de herança observados nas ocorrências do *corpus* utilizado.

tradicional é centrada no verbo; (ii) a classificação funcional é centrada na oração; (iii) a classificação construcional é centrada no pareamento abstrato forma-significado; por fim, (iv) a classificação da LFCU é centrada na oração em contexto, propondo a unificação das abordagens funcional e construcional.

3. Abordagem construcional da transitividade

O padrão estrutural e o esquema conceptual ($Suj_{Agente} V_{Ação-processo} Obj_{Paciente}$) característicos dos verbos de ação-processo estão diretamente relacionados à expressão do evento transitivo prototípico, em que um agente intencional causa o afetamento ou efetramento⁴ de um participante paciente. Assim, um padrão básico de experiência é codificado em um padrão básico da língua. Assim, podemos dizer que a grande maioria das orações que são semanticamente transitivas são também sintaticamente transitivas, como prevê Givón (2001). Nessa linha, a oração transitiva canônica representa o esquema-*type* da construção transitiva prototípica (FURTADO DA CUNHA, 2015). Esse esquema pode ser representado da seguinte maneira:

Figura 2 - Esquema-*type* da construção transitiva prototípica.



Fonte - Autoria própria.

No *corpus* analisado, investigamos os padrões de estrutura argumental sintática dos verbos transitivos, concluindo que tanto na fala como na escrita predominam os verbos de ação-processo (42% dos dados, num total de 1.321 ocorrências), ou seja, aqueles que expressam uma ação em que um sujeito animado, intencional, causa uma mudança no estado ou na localização do paciente, como nas orações destacadas a seguir:

- (4) Biff pega esse almanaque... pega a máquina do tempo e volta para o passado... né (...) volta e dá aí esse almanaque... (*Corpus D&G*, p. 187, fala)

4 Alguns objetos de verbos de ação-processo são criados pela ação do verbo, e não transformados, como acontece com o objeto de outros verbos de ação-processo. Hopper (1987) chama esse caso de *objeto efetorado*, para distingui-lo de objeto afetado. Uma amostra disso pode ser vista, por exemplo, em “nós fizemos um círculo...” (*Corpus D&G/Natal*, p. 28, fala)

(5) [...] prepara o arroz... né... faz aquela limpeza total... bem lavado... preparo este arroz... preparo um molho pra refogar esse arroz... (*Corpus D&G*, p. 60, fala)

Entretanto, a análise do *corpus* mostrou que a estrutura argumental sintática preferida, mais frequente, é também a estrutura transitiva prototípica S V OD, tanto na fala como na escrita. Para os verbos de ação, constatamos 26% das ocorrências, como em (6); para os de processo, 12% dos dados, como em (7); para os de estado, que se afastam do protótipo semântico do evento transitivo, 20% dos dados, como em (8). Esse resultado é surpreendente na medida em que, por definição, o verbo de ação expressa uma atividade realizada por um sujeito agente que não implica necessariamente um segundo argumento, como *correr*, *rir*, ou verbos de movimento, como *ir*, *vir*, cujo complemento é um Sintagma Preposicional locativo. Por outro lado, o verbo de processo denota um evento que afeta um sujeito paciente e, portanto, também não envolve obrigatoriamente um segundo argumento, como *acordar*, *morrer*, *dormir*. Já os verbos de estado, como *ter*, *possuir*, *dever*, ou os de cognição/emoção, como *conhecer*, *querer*, *amar*, expressam uma propriedade localizada no sujeito, o qual é mero suporte dessa propriedade ou seu experienciador. Vejam-se os dados:

(6) [...] após subir a escada, encontra-se à direita um banheiro social e em frente a escada o quarto principal [...] (*Corpus D&G*, p. 25, escrita)

(7) [...] e eu fui lá... receber um livro e tal... (*Corpus D&G*, p. 180, fala)

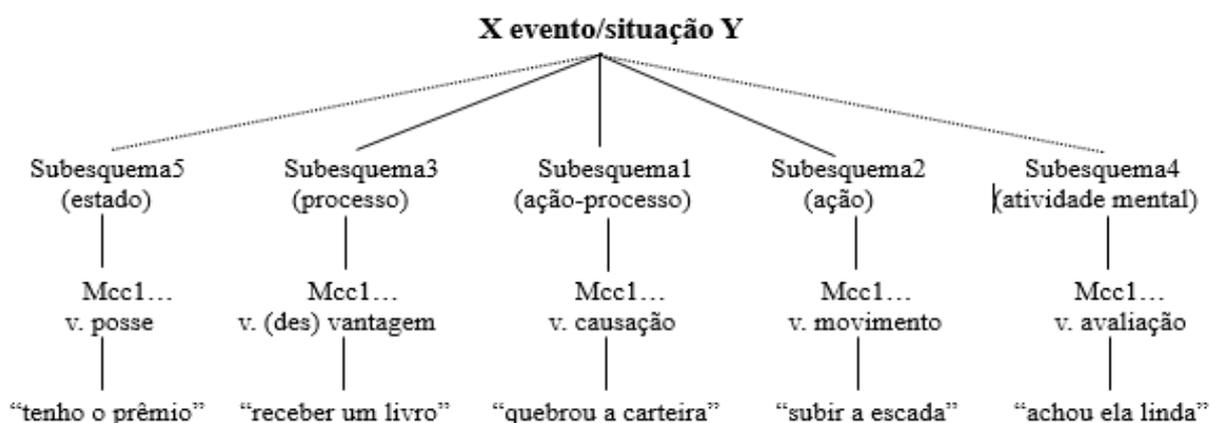
(8) [...] ela usava peruca loira... e ele... quando ele viu ela sem peruca ele achou ela linda... porque aquela peruca era muito artificial... (*Corpus D&G*, p. 112, fala)

(9) [...] e eu sempre trabalhando porque eu tenho o prêmio da melhor UNIJOVEM... (*Corpus D&G*, p. 177, fala)

As orações transitivas canônicas bem como as que se formam com verbos que se afastam semanticamente do evento transitivo prototípico instanciam um conjunto de microconstruções distintas as quais, por sua vez, podem ser correlacionadas a diferentes subesquemas representativos de um variado leque de graus de transitividade. Esse conjunto de microconstruções e de subesquemas são instanciações de um esquema construcional transitivo superordenado, compondo uma rede cuja esquematização se apresenta tal como mostramos na figura que segue, alinhados ao que defendem

Traugott e Trousdale (2013):

Figura 3 - Rede hierárquica da construção transitiva.



Fonte - Autoria própria.

A rede hierárquica da Figura 3 apresenta um esquema superordenado que configura a construção transitiva. Esse esquema é instanciado por um conjunto de *types* construcionais, os quais se distribuem em um conjunto diversificado de subesquemas conforme o significado básico que cada um possui, desde o mais central (prototípico) até os que deste mais se afastam, num *continuum* escalar (*ação-processo* > *ação* > *processo* > *atividade mental* > *estado*). Tais subesquemas, por sua vez, insemnam microconstruções também semanticamente variadas, a depender do significado dos verbos que as instanciam.

Retomando os dados de (6) a (9), temos o primeiro caso (6), em que, embora o construto com o verbo *subir* instancie o padrão transitivo (SVO), descrevendo uma ação realizada por um sujeito volitivo, nesse evento, o objeto *escada* não é afetado. Trata-se, portanto, de um caso de relação por instanciação, nos termos de Goldberg (1995), em que um verbo “intransitivo” (na verdade, transitivo relativo) de direção é usado transitivamente. No segundo (7), o construto com *receber* – que é convencionalmente de formato transitivo –, cujo complemento é *livro*, tem sujeito não agentivo. Sendo assim, essa microconstrução se afasta do sentido básico da construção matriz. Na amostra (8), *achar* constitui um caso de relação por mapeamento metafórico com a construção prototípica, visto que o sentido de tal verbo se encontra semanticamente abstratizado, significando *considerar/julgar* (GOLDBERG, 1995). Cabe assinalar, ainda, que, nesse caso, a construção tem um argumento adicional, que é a qualificação atribuída ao objeto, o que confere ao verbo o caráter transobjetivo. Sendo assim, podemos afirmar que, além do esquema transitivo, essa construção incorpora, ainda, o esquema SVOAdj, em que o adjetivo funciona como predicativo do complemento verbal. Desse

modo, essa (micro)construção relaciona-se à construção transitiva central por um link de herança por instanciação, uma vez que, nela, o verbo ultrapassa seu caráter transitivo básico, requerendo um argumento indiretamente vinculado a ele e mais associado ao objeto-complemento. Portanto, é plausível supor que, nessas condições, tem-se um caso de herança múltipla, conforme postulada, por exemplo, em Goldberg (1995, 2003) e em Traugott e Trousdale (2013). Por fim, (9) representa outro caso relacionado, mas, provavelmente, o mais afastado da construção transitiva central, posto que a cena descrita por *ter* não designa ação nem processo, o sujeito não é agente e o objeto não é afetado. Seu vínculo com a construção transitiva se dá pela analogia formal, isto é, pelo fato de consistir num verbo que designa posse, o qual se articula com dois argumentos (o sujeito, externo, e o objeto, interno).

Conforme podemos ver, todos esses casos constituem instanciações microconstrucionais, parcialmente sancionadas, da construção transitiva matriz, a ela relacionadas por links de herança de natureza diversa. Tais instanciações se distribuem de forma gradiente, revelando maior ou menor vinculação ao protótipo.

4. Construção transitiva e perspectivização do evento

Segundo Givón (1989), Casad (1995), Verhagen (2007) um evento/ estado de coisas pode ser conceitualizado/focalizado de diferentes perspectivas. Dependendo do quê e de como queira focalizar um dado acontecimento ou situação, o falante/escrevente pode selecionar um aspecto para ser destacado em detrimento de outro(s); pode, também, apresentar detalhes da cena, tornando-a mais especificada; ou pode, ainda, retratar algum participante a partir de um certo viés. Essas possibilidades têm um reflexo crucial na organização da informação e, conseqüentemente, na codificação linguística (cf. CROFT; CRUSE, 2004; LANGACKER, 2008). Cabe assinalar que, em qualquer desses casos, o locutor monitora o conteúdo (a ser) informado com base na (pres)suposição do que já seja ou não compartilhado com seu(s) interlocutor(es) (TRAUGOTT; DASHER, 2002; VERHAGEN, 2005).

Sob essa mesma ótica, Tomasello (1998) postula as noções de *evento referencial* e *evento de fala*. O primeiro vincula-se à estrutura semântica do que é comunicado, ou seja, ao conteúdo da informação em si; o segundo associa-se à maneira como esse conteúdo é codificado/focalizado, o qual depende de fatores discursivo-pragmáticos envolvidos na interação.

Sendo assim, um evento transitivo pode ser perspectivizado a partir de diferentes pontos de vista,

ou “modos de visualização”, conforme Langacker (2008, p. 55). Nesse sentido, a informação desse evento pode privilegiar o agente, levando à construção prototípica (Suj_{Agente} V_{Ação-processo} Obj_{Paciente}); pode, por outro lado, focalizar o paciente, o que resulta, em geral, na construção passiva (Suj_{Paciente} V_{Passivo} Obl_{Agente}); pode, alternativamente, perfilar o paciente como se fosse agente, sendo a codificação, nesse caso, uma construção medial (Suj_{Paciente} V_{Ação-processo}). Vemos, então, que um mesmo evento pode ser expresso por padrões construcionais diversos, a depender do ponto de vista adotado e dos interesses comunicativos em jogo.

Nessa linha de raciocínio, a construção transitiva pode assumir formatos distintos, variando entre a configuração prototípica e outras possibilidades de configuração que podem se distanciar do protótipo. Vamos focalizar aqui quatro dessas possíveis configurações: com apagamento do sujeito; com apagamento do objeto; com apagamento do sujeito e do objeto; e com topicalização do objeto.

Na primeira, o sujeito é apagado por representar um agente anafórico, como em (10), em que o sujeito-agente de *pegar* retoma *ele*, mencionado anteriormente:

(10) [...] *ele* passou ligeiro por dois casal num hotel que tava sentado num:: num:: banco de praça... aí [∅] pegou o casaco da mulher... (*Corpus D&G*, p. 345, fala).

Na segunda, há apagamento do objeto direto, cujo referente pode ser recuperado do contexto discursivo, ou cuja identidade exata é irrelevante para os propósitos comunicativos do falante, como em (11) e (12), respectivamente:

(11) [...] aí pego *o pano*... enrolo [∅] *na minha mão*... pra num queimar [∅]... (*Corpus D&G*, p. 166, fala)

(12) [...] a pessoa mata [∅]... você põe ela no presídio... (*Corpus D&G*, p. 100, fala)

Em (11), o objeto direto dos verbos *enrolar* e *queimar* são dados no contexto imediatamente precedente: *o pano* e *a minha mão*, respectivamente. Em (12), a identidade exata do referente objeto de *matar* não pode ser recuperada: infere-se que a pessoa mata qualquer indivíduo que interfira em suas atividades ilícitas. Com base em nossa experiência, atribuímos um argumento objeto ao verbo *matar*, embora, nesse contexto, não sejamos capazes de identificá-lo, já que ele representa

um elemento genérico, não específico. Assim, temos duas motivações distintas para o apagamento do objeto: uma relacionada ao fluxo textual imediato, em que o objeto está ativado na mente do interlocutor, sendo facilmente recuperado do contexto; outra vinculada à irrelevância comunicativa do complemento verbal.

A terceira configuração é aquela em que o foco recai sobre o evento em si e, por isso, os argumentos do verbo são apagados. Isso pode ser visto na amostra (13), em que os verbos sublinhados não são acompanhados nem por sujeito nem por objeto:

(13) Até achava que aqui batia um coração

Nada é orgânico é tudo programado

E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vem eles novamente, eu sei o que vão fazer:

Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba

Leia, vote, não se esqueça

Use, seja, ouça, diga

Tenha, more, gaste, viva

(PITTY. *Admirável chip novo*. Disponível em: <http://musica.com.br/artistas/pitty/m/admiravel-chip-novo/letra.html>. Acesso: 09/09/14)

Nesse excerto textual, identificamos os verbos *pensar, falar, comprar, beber, ler, usar, ouvir, dizer, ter e gastar*. Trata-se de verbos biargumentais cujo esquema construcional inclui dois participantes: o sujeito e o objeto. Ocorre que, nesses casos, os respectivos participantes são subtraídos. Isso se dá em razão de, primeiramente, os verbos estarem no imperativo, cuja forma, em geral, dispensa o uso

do sujeito; também pelo fato de os verbos sinalizarem eventos genéricos, sem interessar a informação dos objetos a ele relacionados. Assim, o que importa é focalizar os eventos em si mesmos e não os participantes neles envolvidos.

Outra possibilidade de configuração transitiva alternativa se dá com a topicalização do objeto, que ocupa a posição mais à esquerda da oração, a qual, em geral, é ocupada pela informação pragmaticamente orientada, isto é, o tópico oracional, que pode ser o sujeito ou qualquer outro componente da cláusula, como em (14) e (15):

(14) [...] o molho da pizza eu faço com ... é:: com alho... (*Corpus D&G*, p. 41, fala)

(15) [...] mas macarrão não ... macarrão eu faço sem óleo... (*Corpus D&G*, p. 350, fala)

Nos fragmentos em (14) e (15), os objetos *o molho da pizza* e *macarrão*, respectivamente, são embalados como o referente sobre o qual os procedimentos – como fazer molho de pizza e macarrão – são comunicados. Nesse sentido, a perspectivização do objeto reflete alternativas de configuração de um evento com dois participantes por pressões cognitivas e/ou discursivo-pragmáticas. Sendo perspectivizados como tópicos da informação, os objetos dessas orações são promovidos a figura na cena transitiva, ao mesmo tempo em que sinalizam informação velha.

Os dados de (10) a (15) demonstram que as instanciações da construção transitiva podem ser formalmente realizadas de modo distinto em razão de pressões discursivas e pragmáticas/contextuais. No que diz respeito à forma, temos as seguintes configurações transitivas: agente e/ou paciente anafórico/genérico, apagamento de argumentos, topicalização do objeto. Quanto ao significado, as instanciações vão do significado central da construção transitiva aos subsquemas em que o argumento sujeito não desempenha o papel semântico de agente e o argumento objeto não é paciente, do seguinte modo: X afetar/efetuar Y, X não é agente, Y não é paciente.

Esses modos distintos de perspectivizar cenas transitivas, portanto, podem ser correlacionados às noções de evento referencial e evento de fala, formuladas por Tomasello (1998), conforme explicitadas anteriormente. Nos casos examinados, podemos verificar que, embora a estrutura semântica da cena se mantenha (isto é, um evento/uma situação que envolve, pelo menos, dois participantes), a configuração formal da construção que a codifica varia em razão do jogo comunicativo estabelecido

entre os parceiros de interação.

Palavras finais

Neste artigo, discutimos brevemente a transitividade verbal. Nossa intenção foi, primeiramente, focalizar a mudança no tratamento desse fenômeno. Quanto a isso, explicitamos que a abordagem das orações transitivas concentrou-se, a princípio, no verbo, conforme a visão da gramática tradicional. O tratamento dispensado pelos compêndios gramaticais à transitividade não dá conta das variadas manifestações de orações transitivas. Isso porque é no uso que se forjam os distintos arranjos linguísticos com vistas a expressar determinados sentidos e a atender a propósitos comunicativos específicos.

Em seguida, revisamos a proposta funcionalista norte-americana, segundo a qual a oração é considerada como um todo, examinando-se propriedades semânticas e morfossintáticas dos componentes oracionais – sujeito, verbo e complemento(s) – envolvidos na cena descrita. Embora essa abordagem apresente-se como um refinamento em relação ao tratamento tradicional, ela tende a considerar o verbo como a unidade básica e central da oração.

Mais recentemente, adotando o enfoque construcional, o foco recai sobre a construção transitiva, observando-se, além do pareamento forma-função, as relações hierárquicas, os links de herança por meio dos quais as distintas instanciações dessa construção estão a ela vinculadas na rede bem como o grau dessa vinculação ao evento transitivo prototípico. Nesse viés, constatamos, nos casos analisados, o estabelecimento de links mais particularmente relacionados à herança por instanciação, por mapeamento metafórico e por herança múltipla, segundo postulados em Goldberg (1995).

Trabalhos recentes na linha funcionalista, a exemplo de Furtado da Cunha (2011, 2014), Furtado da Cunha e Bispo (2012, 2013), Lucena (2016), evidenciam que a estrutura argumental dos verbos tem a ver com frequência no uso linguístico real. Demonstram, ainda, que a transitividade é uma propriedade não do verbo *per se*, posto que verbos intransitivos, por exemplo, podem ser usados transitivamente, mas da construção como um todo.

Nesse viés, analisamos, ainda, a perspectivização da construção transitiva em situações de fala e de escrita. A esse respeito, vimos que, no discurso, essa construção pode ser instanciada de formas diversas: com apagamento do sujeito, com apagamento do objeto, com a omissão de ambos ou com

a topicalização do objeto. Nos três primeiros casos, a diversidade formal se deve ao fato de um dos argumentos ser já dado, inferível ou irrelevante no co(n)texto discursivo; no último, a promoção do objeto se dá em razão de o falante/escrevente desejar pôr esse elemento em destaque. Assim, as distinções formais exibidas por determinadas instanciações da construção transitiva são mais de natureza discursivo-pragmática do que propriamente semântica.

REFERÊNCIAS

Casad, E. H. (1995). Seeing it in more than one way. In: Taylor, J. R. & MacLaury, R. E. (eds.). *Language and the cognitive construal of the world*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, p. 23-50.

Chafe, W. L. (1979). *Significado e estrutura linguística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves, Odete Gertrudes, Luiza Campos e Sonia Rodrigues. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico.

Croft, W. (1991). *Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organization of information*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____. & Cruse, A. D. (2004). *Cognitive linguistic*. Cambridge: Cambridge University Press. (Col. Cambridge Textbooks in Linguistics).

Furtado da Cunha, M. A. (org.). (1998). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal, RN: EDUFRN.

_____. (2011). Construções de estrutura argumental no português do Brasil. *Anais do XVII Congresso Internacional da ALFAL*. João Pessoa: Ideia.

_____. (2014). A construção transitiva no português do Brasil. *Documentos para el XVI Congreso Internacional de la Asociación de la ALFAL*.

_____. (org.). (2015). *A gramática da oração: diferentes olhares*. Natal: EDUFRN.

_____. & Bispo, E. B. (2012). Relações sintático-semânticas da oração. In: Palomanes, R. & Bravin, A. M. (orgs.). *Práticas de ensino do português*. São Paulo: Contexto, p. 143-164.

_____. & _____. (2013). Transitividade: ensino reflexivo de gramática. Disponível em <http://www.simelp.letras.ufg.br/anais.php>.

_____.; _____. & Silva, J. R. (2013). Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: Cezario, M. M. & Furtado da Cunha, M. A. (orgs.). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ.

_____.; Costa, M. A. & Cezario, M. M. (2003). Pressupostos teóricos fundamentais. In: Furtado da Cunha, M. A.; Oliveira, M. R. de. & Martelotta, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 29-55.

_____. & Souza, M. M. de. (2011). *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez. (Col. Leituras Introdutórias em Linguagem, v. 2).

Givón, T. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*, v. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.

_____. (1989). *Mind, code and context: essays in pragmatics*. Hillsdale, New Jersey; London: Lawrence Erlbaum Associates.

_____. (2001). *Syntax: an introduction*. v. 1. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins.

Goldberg, A. E. (1995). *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____. (2003). Constructions: a new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences*, 7:219–224.

Hopper, P. J. (1987). Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*. v. 13, p. 139-157.

_____. & Thompson, S. A. (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*, p. 251-299.

Lucena, N. de L. (2016). *A construção transitiva no PB: uma abordagem funcional centrada no uso*. Tese de doutorado. UFRN.

Lakoff, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

Langacker, R. W. (2008). *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Taylor, J. R. (1997). *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press.

Tomasello, M. (1998). Introduction: a cognitive-functional perspective on language structure. In: _____. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, p. vii-xxiii.

Traugott, E. C. & Dasher, R. B. (2002). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. & Trousdale, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

Verhagen, A. (2005). *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax, and cognition*. Oxford: Oxford University Press.

_____. Construal and perspectivization. In: Geeraerts, D. & Cuyckens, H. (eds.). (2007). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. Oxford: Oxford University Press, p. 48-81.

A CONSTRUÇÃO TRANSITIVA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ASPECTOS COGNITIVO-INTERACIONAIS

Nedja Lima de Lucena¹

RESUMO

Este artigo discute aspectos cognitivo-interacionais relacionados a uma subclasse de construções de estrutura argumental: a *Construção Transitiva*. Alinha-se teoricamente à Linguística Funcional Centrada no Uso que abriga a concepção de que as línguas são moldadas pela complexa interação de princípios cognitivos e funcionais. A partir da análise de dados empíricos, a pesquisa conclui que a Construção Transitiva é altamente esquemática e produtiva, em termos de *types* e de *tokens*, o que justifica o alto número de verbos licenciados por essa construção, e atesta que a aproximação ou afastamento entre as instanciações são motivados preponderantemente por propriedades semânticas.

Palavras-chave: Gramática de Construções; Construções de estrutura argumental; Construção Transitiva; Linguística Funcional Centrada no Uso.

ABSTRACT

This article discusses cognitive and interactional aspects related to argument structure construction subclass: the *Transitive Construction*. It is theoretically aligned with Usage-based Linguistics, which holds the conception that the languages are shaped by the complex interaction of cognitive and functional principles. From the analysis of empirical data, the research has concluded that the transitive construction is highly schematic and productive, in terms of types and tokens, which justifies the high number of verbs licensed by this construction, as well as it attests the proximity or distancing amongst the instances that are especially motivated by semantic properties.

1 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: lucenedja@gmail.com

Keywords: Construction Grammar; Argument structure Constructions; Transitive Construction; Usage-based Linguistics.

Introdução

A noção de construção², pareamento entre forma e significado, está presente em diversos estudos linguísticos como se pode ver em Lakoff (1987), Fillmore (1988) e Fillmore, Kay e O'Connor (1988)³. No entanto, essa noção se ampliou e ganhou ênfase a partir da agenda de trabalhos propostos por Goldberg (1995; 2006), Croft (2001), Tomasello (1998; 2003; 2005), Traugott (2008), Bybee (2010), Traugott e Trousdale (2013), *inter alia*. Esses autores compartilham a noção de que as construções gramaticais devem ser tomadas como as unidades primárias da língua.

O fato é que a Gramática de Construções (GC) tem fornecido um profícuo diálogo entre os estudos de orientação funcionalista e cognitivista. Além disso, as pesquisas alicerçadas na abordagem construcional têm gerado um panorama descritivo das construções das línguas naturais. No Brasil, os trabalhos de Rosário e Oliveira (2016), Furtado da Cunha (2015), Ciríaco (2011), Salomão e Miranda (2009), Oliveira (2009), Torrent (2008), Rodrigues (2006), dentre outros, são exemplos de estudos que descrevem construções do português brasileiro.

Nessa linha, filiado ao quadro teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso, este artigo discute um tipo de construção de estrutura argumental⁴, a Construção Transitiva (*O professor pegou um béquer*). São examinadas as instanciações dessa construção, compostas por orações simples formadas sintaticamente por Sujeito (S) - Verbo (V) - Objeto Direto (OD)⁵.

A Construção Transitiva corresponde a um tipo de construção que ocorre em diversas línguas, de maneira que na presente pesquisa focaliza-se o Português brasileiro. Em relação à forma, possui

2 O termo *construção* é utilizado pela própria gramática tradicional para se referir a fenômenos como construção passiva, reflexiva e impessoal. O termo também faz parte da história do gerativismo, no entanto, com outro significado. Nessa abordagem, a construção estava relacionada a regras específicas da gramática transformacional, bem como servia de pano de fundo para se pensar em princípios gerais (SALOMÃO; MIRANDA, 2009).

3 De certo modo, esses estudos são desdobramentos dos trabalhos prógonos de Fillmore (1968), *The case for case reopened*, e de Lakoff (1977), *Linguistics gestalts*. A expressão *Gramática de Construção* foi cunhada por Fillmore et al. (1988).

4 O conceito de estrutura argumental muitas vezes é tratado nas gramáticas tradicionais e nas gramáticas descritivas como sinônimo de regência verbal, valência verbal e transitividade (cf. CUNHA; CINTRA, 1985; SAID ALI, 1971; NEVES, 2000; PERINI, 1995, entre outros).

5 As orações transitivas indiretas não estão contempladas nesta análise.

arranjo sintático que se caracteriza, na maioria dos casos, por dois argumentos em torno de um verbo, sendo que esses correspondem às relações gramaticais de Sujeito e Objeto Direto. Esse arranjo está diretamente associado a um sentido central que implica uma entidade Agente que age para causar uma mudança de estado ou de condição numa entidade Paciente (GOLDBERG, 1995; 2006; GIVÓN, 2001; TAYLOR, 2003).

Ocorre que, com base no sentido central da Construção Transitiva, o falante estende sua moldura sintática para abarcar outros tipos de eventos que se afastam do significado prototipicamente a ela associado. Assim, para descrever essa construção, é necessário o exame de dados empíricos oriundos de situações sociocomunicativas, com o intuito de observar como se caracterizam as suas instanciações.

Desse modo, em termos metodológicos, foram coletadas 321 orações advindas de diversos *corpora*⁶. A partir desses dados, foi realizado um exame dos atributos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos das orações coletadas.

O artigo está organizado em três seções seguidas a esta introdução: na primeira, são discutidos aspectos referentes ao quadro teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso, focalizando a GC; posteriormente, são assinaladas reflexões sobre a noção de construções de estrutura argumental; na seção seguinte, são apontados os resultados da análise da Construção Transitiva. Por último, são tecidas algumas considerações finais.

2. A Linguística Funcional Centrada no Uso e a Gramática de Construções

A descrição da Construção Transitiva desenvolvida neste artigo alinha-se aos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Em linhas gerais, essa abordagem teórica abriga: (a) a compreensão de que a língua está fundamentada como um complexo mosaico de atividades cognitivas e sociocomunicativas, (b) o entendimento de que as habilidades linguísticas podem ser tomadas e apreendidas do mesmo modo que outras habilidades cognitivas e (c) a ideia de que a língua consiste de um inventário de construções utilizadas na comunicação (TOMASELLO, 1998; BYBEE, 2010).

6 *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal (Corpus D&G); Banco Conversacional de Natal (BCN); Revista Istoé; Blogs Vida Materna e Santa Dieta (BVM/ BSD); Contos As mãos do meu filho (CMF) e Passeio Noturno (CPN).*

À luz da LFCU, as estruturas linguísticas são motivadas e ritualizadas a partir de fatores discursivo-funcionais sujeitos a motivações cognitivas subjacentes. Em outras palavras, as línguas são desenhadas pela complexa simbiose entre princípios cognitivos e interacionais que desempenham um papel na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA 2013). Sob essa ótica, o uso está associado à complexa arquitetura cognitiva da mente humana, que é capaz de selecionar, recortar, classificar, isto é, *categorizar* as entidades e eventos que nos cercam.

Desse modo, a língua pode ser assinalada como um sistema adaptativo complexo, constituído simultaneamente de padrões regulares e emergentes, a qual serve aos falantes engajados em experiências sociointerativas. Os padrões linguísticos ritualizados e em emergência constituem a gramática. Segundo Bybee (2010), “a gramática pode ser pensada como a organização cognitiva de uma experiência com a linguagem” (p. 9).

Na esteira da LFCU reside o interesse pela GC, sobretudo, a partir das investigações de Goldberg (1995; 2006). A construção *une*, em par, forma (morfossintática e fonético-fonológica) alinhada a significado (funções semântica, pragmática e discursiva). Assumir a perspectiva construcional implica o reconhecimento de que a gramática corresponde a uma grande rede de construções. Nesse viés, não há estrita divisão entre léxico e gramática, de forma que estes são tomados como um *continuum*. De maneira geral, todas as abordagens construcionais enxergam a gramática como um arcabouço holístico, ou seja, nenhum nível é autônomo ou central (LANGACKER, 2008; SALOMÃO; MIRANDA, 2009; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

As construções se estabelecem a partir da frequência com que os falantes as usam, tornando-se uma unidade de processamento. Nesse seguimento, para abarcar determinados usos, os falantes exploram os recursos disponíveis em seu repertório, a fim de consolidar seus objetivos comunicativos. Em outras palavras, há padrões que ultrapassam o que é predizível pelas regras gramaticais, de modo que a elucidação desses deve ser investigada no âmbito da cognição e da comunicação (GOLDBERG, 2006; BYBEE, 2010).

Variáveis em complexidade e esquematicidade, as construções se configuram em unidades, desde morfemas, palavras, estruturas frasais mais complexas até padrões textuais (ÖSTMAN; FRIED, 2005). Para elucidar a afirmação, Goldberg (cf. 2006, p. 5) assinala que, no inglês, morfemas, como *-ing*, palavras, como *avocado* e *anaconda*, e padrões frasais, a exemplo da Ditransitiva *he gave her a*

fish taco são tomados como construções.

Goldberg (2006) e Langacker (2008) explicam que as construções são concebidas como unidades simbólicas, convencionalizadas, organizadas em redes e tomadas basicamente como esquemas cognitivos do mesmo tipo dos que existem em outros domínios da cognição. Na mesma linha, Traugott e Trousdale (2013, p. 1) resumem essa ideia ao afirmarem que as construções “são unidades em que algum aspecto do signo é tão idiossincrático (GOLDBERG, 1995) ou tão frequente (GOLDBERG, 2006) que o signo é armazenado como um par forma-significado na mente do falante”. Além disso, grande parte das construções é parcialmente esquemática, contendo, assim, posições pré-definidas essenciais para a configuração do exemplar prototípico e posições abertas que podem abarcar uma categoria de itens semanticamente delineados (BYBEE, 2010).

Vale ressaltar que a abordagem construcional enfatiza que construções mais comuns às línguas, como a *Ditransitiva*, a *Transitiva* e a *Passiva*, convivem juntamente com outras, mais específicas e particulares de uma dada língua. Dito de outra maneira, há eventos codificados em várias línguas (por exemplo, causação, posse, negação, entre outros), no entanto, o modo como tais eventos são empacotados linguisticamente, em termos de instanciações das construções, pode ser altamente variável e singular.

As construções podem admitir uma família de distintos sentidos que se relacionam de algum modo. Traugott e Trousdale (2013) defendem que uma determinada construção pode ser pensada hierarquicamente em termos de três níveis: *esquemas*, *subesquemas* e *microconstruções*. Em termos decrescentes, o esquema corresponde à generalização mais abstrata e virtual, que está no topo da hierarquia. Abaixo dele, está o subesquema, relacionado ao sentido central e à forma prototípica da construção, bem como outros sentidos relacionados. Seguidamente, situam-se as microconstruções, que contemplam tipos individuais da construção, instanciadas por construtos (*tokens*). Os autores exemplificam a hierarquia a partir do caso da microconstrução *may*, que pertence ao subesquema *modal* e, por conseguinte, ao esquema dos *auxiliares* (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Assentado, em especial, na abordagem construcional de Goldberg (1995; 2006) este artigo intenta descrever as manifestações sintático-semânticas da Construção Transitiva. Para tanto, é necessário explanar o interesse pelas construções que evocam os significados oracionais básicos em uma língua, as construções de estrutura argumental, que estão no cerne da investigação da GC, como

pode ser observado a seguir.

3. Construções de estrutura argumental

A noção de estrutura argumental⁷ diz respeito à inter-relação entre verbos e sintagmas nominais na oração, de maneira que a quantidade e os papéis que os nomes desempenham compõem a estrutura argumental de um dado verbo (CHAFE, 1979; FILLMORE, 1977). Mais precisamente, a estrutura argumental é um fenômeno multidimensional, no qual interagem aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos, tipológicos, diacrônicos, relacionados à aquisição, à cognição e, sobretudo, à pragmática. Por exemplo, um sintagma nominal numa determinada oração pode exibir múltiplas dimensões: do ponto de vista gramatical, pode ser um sujeito transitivo; semanticamente, um humano experienciador; do ponto de vista morfológico, um pronome; e pragmaticamente, uma informação dada (DU BOIS; KUMPF; ASHBY, 2003; FURTADO DA CUNHA, 2009).

Consoante Goldberg (1995), as construções de estrutura argumental existem independentemente de verbos particulares, ou seja, possuem significado próprio e estão parcialmente atreladas às palavras que a compõem. Sua tese ancora-se no fato de que um mesmo verbo pode ocorrer em diferentes construções de estrutura argumental, como é o caso, no inglês, de *slice* (fatiar/partir) em *He sliced the bread* (Construção Transitiva), *Pat sliced the carrots into the salad* (Construção de Movimento Causado) e *Pat sliced Chris a piece of pie* (Construção Ditransitiva).

Desse modo, uma determinada construção licencia os verbos que podem ocorrer com ela. Isso significa que construções e verbos interagem de algum modo; sendo assim, é necessário considerar novos usos de verbos em construções particulares, bem como analisar a semântica e/ou informação sintática especificada pelo verbo (GOLDBERG, 2006).

As construções de estrutura argumental têm papéis argumentais que podem se conectar diretamente a um conjunto de diferentes papéis semânticos (como Agente, Paciente, Tema, Estativo, Recipiente, Locativo etc.). Nessa linha, o sentido do verbo está atrelado a um *frame* semântico que em parte especifica os argumentos associados ao significado de um dado verbo.

7 A noção de estrutura argumental tem sua gênese na Filosofia (cf. FREGE, [1978] 2009) e sua discussão está presente em diversos trabalhos, dentre os quais recomenda-se: Thompson e Hopper (2001), Du Bois et al. (2003) e Furtado da Cunha (2009; 2015).

Assim posto, segundo Goldberg (1995), fundem-se os papéis argumentais (da construção) e os papéis participantes (do verbo), motivados pelo *princípio da coerência semântica* e o *princípio da correspondência*. O primeiro demonstra que apenas papéis compatíveis semanticamente podem se fundir; já o segundo apresenta a ideia de que cada papel participante do verbo deve ser fundido com – e expresso por – um papel argumental da construção.

A integração entre os papéis aplica-se aos argumentos mais centrais ou nucleares (especificados por relações gramaticais como Sujeito, Objeto Direto e Objeto Indireto), os quais têm alta proeminência discursiva⁸. A interface entre a construção e o verbo mostra que a semântica lexical e a pragmática discursiva se alinham, ou seja, os participantes que são importantes no significado do verbo são aqueles que são relevantes para o discurso.

A perspectiva construcional expressa alguns benefícios para a investigação das construções de estrutura argumental: (a) descarte de sentidos implausíveis para um verbo; (b) entendimento de que o sentido do verbo é integrado ao sentido da construção; (c) noção de que a construção tem significado próprio, convencional e esquemático independente de verbos particulares e (d) a noção de que os itens lexicais contribuem para o significado das orações, mas não são responsáveis por todo o significado (GOLDBERG, 1995; FERRARI, 2011).

É válido assinalar que, por ser basilar para entendimento da língua, a investigação das construções de estrutura argumental é fundamental para explicar como as estruturas gramaticais ritualizam-se e emergem na dinâmica do discurso. Além de que a observação dessas construções é um ponto chave para compreender como se dá a interação entre léxico e gramática.

4. Configuração da construção transitiva: uma abordagem centrada no uso

A Construção Transitiva (CT) é uma construção que implica o significado básico *X afetar Y*, sendo codificada como Sujeito (S) Verbo (V) Objeto Direto (OD), conforme o seguinte esquema representativo:

⁸ Essa regra não é rígida. Goldberg explica que, se um verbo tem três argumentos, uma posição pode ser preenchida por um argumento oblíquo, isto é, mais periférico. A autora ainda descreve possibilidades de restrições quanto a argumentos e adjuntos (cf. GOLDBERG, 2006, p. 42).

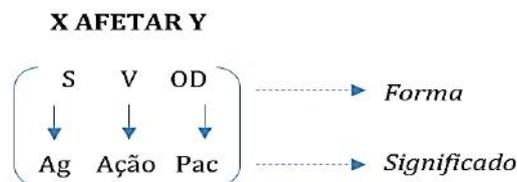


Figura 1 – Esquema da CT

O evento denotado pela CT é aquele em que há dois participantes: um Agente e um Paciente. O primeiro direciona um fluxo de energia que é transmitido e causa alguma mudança, seja de condição, de estado ou de localização, no segundo, que é impactado por essa energia (TALMY, 1988; LANGACKER, 2008). Observe-se a seguinte ocorrência:

- (1) Cortei uma raposinha que tinha no livro de Layce. (BCN, Conversa 8, fala).

A oração em (1) é formada pelo verbo *cortar* que perfila dois papéis participantes: uma entidade que corta e uma entidade que é cortada. Esses papéis correspondem aos papéis argumentais da CT, Agente e Paciente. (1) é composta por S (\emptyset = eu) e OD (*uma raposinha*), que acomodam, respectivamente, os papéis semânticos de Agente e Paciente. A correspondência entre a moldura sintática e a moldura semântica é o que define a CT, conforme ilustra a Figura 1.

Prototipicamente, a CT licencia verbos do tipo semântico ação-processo cuja característica é expressar uma mudança de estado, condição ou locação de um paciente, causada por um sujeito animado e intencional (BORBA, 1996). Foram encontradas 161 ocorrências de verbos ação-processo, distribuídos em 91 *types* (por exemplo, fazer, pegar, comprar, abrir, enterrar, trancar etc), o que corresponde a maior parte dos dados. Desses, os verbos mais frequentes foram *fazer* (35 ocorrências) e *pegar* (23 ocorrências). Veja-se:

- (2) Fizemos um levantamento, que mostrei ao Conselho Federal de Medicina, com mais de dez casos de mortes e complicações graves atribuídas a cirurgiões plásticos. (Revista *Istoé*, 11Jul/2012, escrita).

- (3) Ele pegou um cano e assustou o gato (*Corpus D&G*, p. 46, escrita)

Em (2), o S (\emptyset = nós) realiza uma ação (*fazer*), portanto é Agente, que causa a criação de uma

entidade (*um levantamento* – objeto efetuado⁹), que não existia e passa a existir. Na oração em (3), o S (*ele*) intencionalmente afeta (ação expressa por *pegar*) e causa uma mudança de lugar da entidade OD – Paciente (*um cano*) que é deslocado de um lugar para as mãos do Agente. Desse modo, pode-se dizer que a moldura semântica de *fazer* e de *pegar* é análoga à semântica da CT, de maneira que os eventos denotados por *fazer* e *pegar* são instanciações do evento relacionado à CT.

Sob a ótica de Langacker (2008), as línguas humanas podem codificar eventos a partir de duas orientações, uma agentiva e outra temática¹⁰, de maneira que cada língua recorta qual dessas orientações será prototípica. No caso do Português brasileiro, a orientação agentiva é predominante: a tendência é de que o Agente seja foco de atenção e preencha, ainda, a posição de Sujeito. Segundo Bybee (2010), a alta frequência de uso de um construto é o que contribui para modelar a representação mental da construção que ele instancia.

Sob a perspectiva de Goldberg (1995), as construções se ligam a uma família de sentidos intimamente relacionados, isso permite que a construção estenda seu sentido para abarcar usos que se afastam do exemplar prototípico. Nesse viés, há elos relacionais entre as instanciações da construção, como ocorre com a CT, que preserva suas especificações sintáticas e estende sua moldura semântica, como pode ser observado nos dados (4-8) a seguir. Sendo assim, a agentividade e o afetamento podem ser pensados em termos de gradualidade (+/- Agente/Paciente).

Nos dados analisados, foram encontradas 81 ocorrências de verbo de *ação*, as quais correspondem a um percentual de 25,2% do total de ocorrências. Caracterizado por expressar uma atividade, física ou não, realizada por um Agente na posição S, esse tipo de verbo “indica um fazer por parte do sujeito” (BORBA, 1996, p. 58). Somam-se a esse tipo de verbo os papéis semânticos de Agente para o S e Tema¹¹ para o OD, conforme ilustra a ocorrência:

9 Givón (2001) explica que o afetamento do objeto pode ocorrer de maneira parcial ou total como em *She washed his shirt* (Ela lavou a camisa dele) e *They demolished the house* (Eles demoliram a casa), respectivamente; ou ainda, o objeto pode ser *efetuado* pela ação verbal, ou seja, criado a partir dessa ação *She made a dress* (Ela fez um vestido). Seguindo a proposta givoniana, a denominação Paciente aplica-se ao OD afetado e efetuado.

10 *Agent orientation* e *theme orientation*, nos termos do autor. Segundo ele, *Tema* está associado a uma série de papéis semânticos, tais como: Paciente, Experienciador e Zero. Para maior detalhamento, consultar Langacker (2008, p. 366).

11 Esse papel, tal como utilizado aqui, designa o participante do evento que não é afetado nem efetuado pela ação verbal, mas faz parte da moldura do verbo. Pode corresponder ao papel *Objetivo* (ou objeto estativo) utilizado por Cançado (2005).

(4) *Examinei o carro* na garagem (CPN, escrita).

A ocorrência em (4) denota um evento em que S ($\emptyset = eu$) é Agente, no entanto, a ação praticada (*examinar*) não desencadeia nenhuma mudança no referente OD (*o carro*), sendo este Tema [-Paciente].

Segundo Borba (1996), há casos, ainda, de verbos cuja ação é uma atividade mental e cujo S possui menos propriedades agentivas, sendo tomado como um Experienciador. Veja-se o dado:

(5) *O Pelé também esqueceu os documentos...*” (BCN, Conversa 2, fala).

O caso em (5) expressa um evento em que S (*O Pelé*) não apresenta propriedades de Agente (como intencionalidade e controle), uma vez que *esquecer* é uma atividade que ocorre, a princípio, sem querer. Além disso, não há afetamento no OD (*os documentos*). De acordo com Borba, quando os verbos denotam uma atividade mental (psicológica ou perceptual), o S é um Experienciador [-Agente], ao passo que o OD é o Estímulo [-Paciente] para essa experiência.

Na amostra coletada, foram constatadas ocorrências com verbo de enunciação ou *dicendi*, como em (6):

(6) Quando o professor saiu... *eu chamei umas duas colegas minhas* pra mostrar a experiência que eu tinha achado fantástico (*Corpus D&G*, p. 50, fala).

No caso acima, a ação de dizer (*chamar*) praticada por S (*eu*) é intencional e o OD (*umas duas colegas minhas*), a priori, não é afetado diretamente pela ação, nem efetuado por ela, já que seu referente preexiste à enunciação. No entanto, Furtado da Cunha (2013), ao examinar a Construção Ditransitiva, aponta que verbos *dicendi* também são licenciados pela construção. Explica que esses verbos denotam uma atividade que, via extensão metafórica, é interpretada como uma transferência de quem diz > para quem se diz. No mesmo viés, a CT licencia tais verbos, especialmente, porque conforma aquilo que é dito ao papel argumental Paciente, sendo este uma contribuição da própria construção.

Os dados apresentam, ainda, orações com o verbo do tipo semântico processo, cuja característica

é expressar um acontecer, ou seja, um evento ou conjunto de eventos que afetam um S Paciente (BORBA, 1996). São atestadas 29 ocorrências (9% dos dados) com esse tipo verbal, de maneira que correspondem ao tipo semântico menos frequente no material investigado. Um dado pode ser visto em:

(7) [O Brasil] Ele enfrenta uma transformação muito grande. (Corpus D&G, p. 85, fala)

Como se pode observar, o referente de S (*Ele = Brasil*) é Paciente do processo denotado pelo verbo (*enfrentar*), enquanto o OD (*uma transformação muito grande*) é Tema [- Paciente] do processo.

Na descrição feita até aqui, é possível perceber que as instanciações se afastam progressivamente do exemplar prototípico. Esse afastamento também é verificável em instanciações com verbos do tipo semântico estado. Para Borba (1996), esse tipo de verbo é definido como aquele em que não há a expressão de uma ação ou de um processo, de maneira que o que se exhibe é uma propriedade (estado, condição, situação) de um elemento S.

(8) [Sobre alimentos] Esses contêm magnésio, clorofila e são ricas em antioxidantes (BVM, 06/11/2012, escrita, inserção minha).

A oração em (8) apresenta um verbo (*conter*) que designa uma propriedade de S (*esses = alimentos*), enquanto o OD (*magnésio, clorofila*) assinala especificamente essa propriedade. S e OD evidenciam, portanto, os papéis semânticos de Suporte de Propriedade (BORBA, 1996) e Estativo (CANÇADO, 2005), respectivamente. Casos como esse correspondem a 50 (15,5%) ocorrências nos dados coletados.

Todas as instanciações averiguadas aqui herdam a grade sintática da CT ao passo que a diferença entre elas ocorre majoritariamente no nível da semântica. Dado que na abordagem construcional não há divisão estrita entre léxico e gramática, bem como entre semântica e pragmática, é natural que a semântica das construções contemple as informações pragmáticas a elas associadas (GOLDBERG, 1995).

Em relação aos sentidos arrolados para a CT nos *corpora* investigados, foram encontrados os seguintes:

- a. X afetar Y {S [V Ação-processo] OD} – Sentido central

[X Ø = eu] apaguei [Y as luzes do carro]¹²

- b. X agir Y {S [V Ação] OD}

[X Ø = nós] subimos [Y uma duna]¹³

- c. X experienciar Y {S [V Ação (psicológica/sensorial)] OD}

[X Ø = nós] ouvimos [Y o coraçãozinho do bebê]¹⁴

- d. X dizer Y {S [V Ação (dicendi)] OD}

[X Diamond] divulgou [Y dados]¹⁵

- e. X acontecer Y {S [V Processo] OD}

[X O Brasil] enfrenta [Y uma transformação]¹⁶

- f. X possuir Y {S [V Estado] OD}

[X Eu] tenho [Y uma série de plantas]¹⁷

Na ótica de Bybee (2010), a adesão de um novo membro a uma categoria pode ocorrer a partir da interação de duas dimensões: semelhança e frequência. Considerando que as construções são objetos linguísticos convencionalizados, a frequência de ocorrência de um dado padrão pode influenciar significativamente a categorização na linguagem.

12 CPN, escrita.

13 *Corpus D&G*, p. 169, escrita.

14 BVM, 06/11/12, escrita.

15 *Revista Istoé*, 11Jul/2012, escrita.

16 *Revista Istoé*, 11Jul/2012, escrita.

17 *Corpus D&G*, p. 57, fala.

Os usos convencionalizados de formas linguísticas refletem situações também rotinizadas. Dessa maneira, tanto a forma quanto o sentido são facilmente acessíveis e se configuram como bons modelos para recrutar novos membros. Nesse sentido, a CT é produtiva, uma vez que seu padrão pode ser aplicado para abarcar novos enunciados, como atestam os dados.

Em relação aos papéis semânticos atribuídos a S e OD nos *tokens* da CT, cada sentido atribuído à construção conforma papéis semânticos distintos, conforme se pode observar no quadro 1, a seguir, que sumariza os resultados:

Sentidos observados nas orações coletadas	Papel semântico do S	Papel semântico do OD
Sentido A <i>X afetar Y</i> {S [V Ação-processo] OD}	+ Agente	+ Paciente
Sentido B <i>X agir Y</i> {S [V Ação] OD}	+ Agente	- Paciente (<i>Tema</i>)
Sentido C <i>X experimentar Y</i> {S [V Ação (<i>psicológica/sensorial</i>)] OD}	- Agente (<i>Experienciador</i>)	- Paciente (<i>Estímulo</i>)
Sentido D <i>X dizer Y</i> {S [V Ação (<i>dicendi</i>)] OD}	+ Agente	+ Paciente
Sentido E <i>X acontecer Y</i> {S [V Processo] OD}	- Agente (<i>Paciente</i>)	- Paciente (<i>Tema</i>)
Sentido F <i>Y possuir Y</i> {S [V Estado] OD}	- Agente (<i>Suporte de propriedade</i>)	- Paciente (<i>Estativo</i>)

Quadro 1 – Papéis semânticos observados nas ocorrências

Em síntese, a CT é esquemática e produtiva, em termos de *types* e *tokens*, bem como pode ser instanciada por um vasto arranjo de verbos que se integram com ela. Por esse motivo, deve ser tomada em termos de *continuum*, uma vez que há sentidos que carregam atributos mais próximos do exemplar prototípico (como o agentividade e afetamento), enquanto outros se afastam sobremaneira. Os sentidos da CT se unem direta ou indiretamente ao exemplar prototípico, ou seja, o sentido A

é o mais esquemático, uma vez que licencia um conjunto maior de verbos; já o sentido F, mais periférico, pode não ser predizível do exemplar prototípico, mas é motivado, em alguma medida por ele (LAKOFF, 1987).

Em consonância com o que postula Bybee (2010), grande parte das construções é parcialmente esquemática, com posições que podem ser ocupadas por um grupo de elementos semanticamente definidos. Nessa ótica, a CT pode ser agrupada por itens lexicais variados, que desempenham papéis semânticos previstos, ora licenciados pela construção, ora licenciados pelo verbo.

Ancorando-se na LFCU, postulou-se, aqui, que a motivação para o agrupamento de diferentes instanciações da CT está relacionada a elos de polissemia, que, em síntese, correspondem aos elos semânticos que ligam diferentes instanciações de uma construção, desde o sentido prototípico até suas extensões. Sob esse viés, o sentido central da CT [X afetar Y] é estendido para abarcar outros sentidos relacionados, configurando-se, assim, um caso de polissemia construcional. É por essa razão que a moldura sintática e as particularidades semânticas da construção são independentes dos verbos que podem ser licenciados por e fundidos com ela. Traugott e Trousdale (2013) assinalam que a construção pode facultar verbos de domínios semânticos relativamente distintos, isso porque o significado dos padrões construcionais é mais esquemático do que o significado do verbo, como é o caso da CT.

Goldberg (2006) elucida que instanciações com alta frequência fornecem ancoragem cognitiva, ou protótipo, que ajuda os usuários da língua a assimilar novos casos para a categoria. Assim, a alta frequência de instanciações com verbos de ação-processo, as quais naturalmente são mais concretas e correspondem à cena transitiva mais prototípica, permite ao usuário da língua estender o padrão para outros sentidos distintos, mas relacionados, e menos frequentes. Isso significa que os sentidos são arrolados no *continuum*, de modo que entre um e outro, novos sentidos podem emergir.

Considerações finais

Este artigo buscou discutir aspectos cognitivo-interacionais referentes às instanciações da Construção Transitiva. Para tanto, ancorou-se teoricamente aos postulados básicos da Linguística Funcional Centrada no Uso, alinhando-se à Gramática de Construções. Para compor a análise, foram examinados dados empíricos produzidos por usuários do português brasileiro.

Ao longo deste trabalho, foi possível observar que a manifestação discursiva da CT está

diretamente relacionada a elos de polissemia entre as instanciações da construção. O sentido central da CT, (alguém age intencionalmente a fim de causar uma mudança numa entidade paciente), reflete uma cena básica da experiência humana e se liga, assim, ao padrão prototípico da categoria.

A frequência de uso do padrão prototípico permite ao usuário da língua realizar generalizações que podem ser estendidas para outros membros, isso porque, ao se deparar com um uso novo, o usuário, por economia, tende a recuperar uma representação armazenada em sua memória e associá-la a um item novo (BYBEE, 2010). Isso permite que a CT estenda seu sentido básico, construindo redes polissêmicas para abarcar novos sentidos, ou seja a forma é pareada com sentidos diversos. Essas redes CT são resultado dos processos cognitivos de domínio geral que subjazem qualquer atividade humana.

O fato de o sentido central da CT ser estendido para compreender outros corrobora a assunção de que as construções de uma língua são padrões da experiência, isto é, esquemas cognitivos que implicam procedimentos, em grande medida, rotinizados para que os usuários da língua atinjam seus objetivos comunicativos específicos.

REFERÊNCIAS

BORBA, F. S. (1996). *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática.

BYBEE, J. (2010) *Language, usage and cognition*. Cambridge: United Kingdom University Press.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). (2013) *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ.

CHAFE, W. (1979) *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

CANÇADO, M. (2005). *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

CÍRIACO, L. (2011). *A hipótese do contínuo entre o léxico e a gramática e as construções incoativa, medial e passiva do PB*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

CUNHA, C.; CINTRA, L. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DU BOIS, J.; KUMPF, L.; ASHBY, W. (Eds.). (2003). *Preferred Argument Structure: Grammar as Architecture for Function*. Amsterdam: Benjamins.

FERRARI, L. (2011). *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto.

FILLMORE, C. (1968). The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Orgs). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

_____. (1977). Topics in lexical semantics. In: COLE, R. (Ed). *Current issues in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press.

_____. (1988). *On grammatical construction*. California: UCB.

FILLMORE, C.; KAY, P.; O'CONNOR, C. (1988). Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. *Language*, n. 64, p. 501-538.

FREGE, G. (2009). *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: EDUSP.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). (1998). *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN.

_____. (2009). A transitividade em gêneros textuais narrativos: implicações para o ensino. In: SIGET, V, Natal. *Anais... O ensino em foco*. Caxias do Sul: EDUCS. p. 70-86.

_____. (2015). O estatuto argumental do objeto indireto e a construção ditransitiva no português do Brasil. In: FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org). *A gramática da oração – diferentes olhares*. Natal: EDUFRN, p.135-165.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E.; SILVA, J. R. (2013). *Linguística funcional centrada*

no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, p. 13-39.

GIVÓN, T. (2001). *Syntax*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins.

GOLDBERG, A. E. (1995). *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

_____. (2006). *Constructions at work: the Nature of Generalization in Language*. New York: Oxford University Press.

LAKOFF, G. (1977). *Linguistic gestalts*. Chicago: Chicago Linguistic Society.

_____. (1987). *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University Chicago Press.

LANGACKER, R. (2008). *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press.

NEVES, M. H. M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, N. F. (2009). *Abordagem cognitiva dos deverbais em -dor*. Tese (Doutorado em Letras – Lingüística Aplicada), Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, UFRN, Natal.

ÖSTMAN, J.; FRIED, M. (Ed). (2005). *Construction grammar: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

PERINI, M. (1995). *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática.

RODRIGUES, A. (2006). *Eu fui e fiz esta tese: as construções do tipo foi fez no Português do Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Letras), Unicamp/IEL, Campinas.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. (2016). Funcionalismo e abordagem construcional da Gramática. *Rev. Alfa*. São Paulo, 60 (2), p. 233-259.

SAID ALI, M. (1971). *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos.

SALOMÃO, M. M; MIRANDA, N. (Orgs.). (2009). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: EDUFMG.

TALMY, L. (1988). Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, v. 2.

TAYLOR, J. (2003). *Linguistic categorization*. New York: Oxford University Press.

THOMPSON, S. A.; HOPPER, P. (2001). Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins.

TOMASELLO, M. (Ed). (1998). *The new psychology of language cognitive and functional approaches to language structures*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, v. 1.

_____. (Ed). (2003). *The new psychology of language cognitive and functional approaches to language structures*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, v. 2.

_____. (2005). *Constructing a language: a Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Cambridge: Harvard University Press.

TORRENT, T. T. (2008). A Construção de dativo com infinitivo: uma abordagem sociocognitivista e diacrônica. *Veredas*, v. 1, Juiz de Fora, p. 95-111.

TRAUGOTT, E. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (Eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 219-250.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press.

A CONSTRUÇÃO CONCESSIVO-COMPARATIVA ANTEPOSTA ENFÁTICA “ATÉ QUE PARA X, Y”: ELEMENTOS HOLISTICAMENTE EMPREGADOS PARA EXPRESSAR CONCESSIVIDADE E COMPARAÇÃO¹

Gabriela da Silva Pires²

Luiz Fernando Matos Rocha³

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns resultados do estudo da Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática (CCCAE), esquematizada como “ATÉ QUE PARA X, Y” e instanciada em ocorrências como “*Até que para um iniciante me saí bem*”. Seguindo o aporte sociocognitivista da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; FILLMORE, LEE-GOLDMAN & RHOMIEUX, 2012), e igualmente ancorados nas abordagens sobre concessividade (KÖNIG, 1985) e comparação linguística (HASEGAWA et al., 2010), buscamos legitimar nosso objeto de estudo como uma Construção Concessivo-Comparativa. Após análise empírica dos dados (2860 ocorrências coletadas da Web), abordamos alguns aspectos semântico-pragmáticos da CCCAE e destacamos que esta construção apresenta a correferencialidade entre X e Y como configuração mais central.

Palavras-chave: Gramática das Construções, Concessividade, Comparação.

ABSTRACT

1 O presente trabalho é baseado nas seções 6.1, 6.2, 6.4 e 6.6 de minha tese de doutorado (PIRES, 2016), com algumas alterações.

2 Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: gabriela.pires@ufv.br.

3 Professor e pesquisador da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luiz.rocha@ufjf.edu.br.

The aim of this paper is to present some results of the study of Emphatic Prefixed Concessive-Comparative Construction (henceforth CCCAE), schematized by “ATÉ QUE PARA X, Y” and instantiated in utterances such as “*Até que para um iniciante me sai bem*”. The theoretical approach adopted is the Construction Grammar (GOLDBERG, 1995, 2006, FILLMORE, LEE-GOLDMAN & RHOMIEUX, 2012), and also the approaches of concessivity (KÖNIG, 1985), and linguistic comparison (HASEGAWA et al., 2010). We propose to legitimize our object of study as a Concessive-Comparative Construction. From the results of the empirical data analysis, we discuss some semantic-pragmatic aspects of the CCCAE and emphasize that this construction presents the coreferentiality between x and y as the most central configuration.

Keywords: Construction Grammar, Concessivity, Comparison.

Introdução

No presente trabalho, apresentamos um recorte de nosso estudo acerca de certas estruturas que permitem uma leitura concessivo-comparativa e se instanciam em ocorrências como as do tipo “*Até que para um jogador de basquete ele dança bem*”. Comum a essas expressões é a estrutura “ATÉ QUE PARA X_[CARÁTER INDEFINIDO] Y_[COMENTÁRIO CONTRÁRIO]”, que parece evidenciar certas generalizações sobre esquemas conceituais compartilhados, acionados na contraparte “ATÉ QUE PARA X” –, e quebras de expectativas, consolidadas na contraparte Y.

Seguindo o aporte sociocognitivista da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; FILLMORE, LEE-GOLDMAN & RHOMIEUX, 2012), e igualmente ancorados nas abordagens sobre concessividade (KÖNIG, 1985; KÖNIG e SIEMUND, 2000) e comparação linguística (HUANG, SHIH e CHEN, 2008; HASEGAWA et al., 2010), buscamos descrever essa estrutura como uma Construção Concessivo-Comparativa.

O interesse em empreender este estudo se justifica por vislumbrar, nesta tarefa, uma oportunidade de descrever e analisar uma estrutura concessivo-comparativa, considerada não-canônica, e, dessa forma, corroborar a importância de abordagens sensíveis aos dados. Assim, os principais objetivos deste trabalho são: (i) legitimar empiricamente nosso objeto de estudo como um fenômeno construcional, que licencia uma leitura de concessividade e comparação; (ii) descrever a configuração das construções a partir da abordagem construcionista de Fillmore, Lee-

Goldman & Rhomieux, (2012); (iii) discutir questões sobre a centralidade de configurações da referida construção.

Uma vez que o esquema semipreenchido “ATÉ QUE PARA X_[INDEFINIDO] Y_[COMENTÁRIO CONTRÁRIO]” tem como contraparte estruturalmente mais estável a sequência “ATÉ QUE PARA X”, foram delineadas quatro expressões para nortear a busca de ocorrências: “até que para/prá quem”, “até que para/prá alguém”, “até que para/prá um” e “até que para/prá uma”. Dentre essas, elencamos o conjunto “até que para/prá um/a” para este trabalho. Para tanto, conduzimos uma abordagem empírica e elencamos três domínios da internet para a busca de dados: (i) abril.com.br; (ii) blogspot.com.br; e (iii) br.answers.yahoo.com. Ao final do processo, obtivemos 286 ocorrências, a partir das quais pudemos empreender o estudo.

Os desdobramentos da pesquisa são apresentados neste trabalho da seguinte maneira: na seção 2, trazemos um breve panorama do aporte teórico que sustenta nossa investigação; na seção 3, comentamos o procedimento metodológico de busca e tratamento dos dados; na seção 4, discutimos alguns pontos de análise para, na seção 5, tecermos as considerações finais.

2. Bases teóricas

2.1. A Gramática das Construções

É assumido, neste trabalho, que o conhecimento gramatical do falante deva se organizar em torno de construções de sua língua. As construções são, portanto, os emparelhamentos aprendidos entre uma forma e um significado ou uma função e que formam uma rede estruturada (GOLDBERG, 1995, 2006). Goldberg (2006, p. 5) sintetiza a definição do que sejam as construções gramaticais:

Todos os níveis de análise gramatical envolvem construções: pares aprendidos de forma com função semântica ou discursiva, incluindo morfemas ou palavras, idiomas, padrões frasais parcialmente preenchidos lexicalmente ou completamente genéricos⁴ (GOLDBERG, 2006, p. 5) (grifos da autora).

Pode-se dizer que essa concepção de construção procura dar conta do conhecimento gramatical

4 Nossa tradução de: “All levels of grammatical analysis involve constructions: learned pairings of form with semantic or discourse function, including morphemes or words, idioms, partially lexically filled and fully general phrasal patterns” (GOLDBERG, 2006, p. 5).

do falante como um todo. Como dito por Goldberg (2006, p. 18): “**tudo são construções**”⁵ (grifos da autora). Tudo são construções na língua no sentido de que o que fazemos nas interações linguísticas são padrões aprendidos que relacionam uma determinada forma a uma função (semântica ou discursiva), e se apoiam em nossa experiência de mundo. Esse postulado emblemático resume o pensamento construcionista, pois as construções “são os blocos constitutivos centrais da língua”⁶, e devem ser as unidades de análise dentro da linguística (BOAS, 2010, p. 4).

Um aspecto bastante significativo da proposta de Goldberg (1995, 2006) é a promoção de um alinhamento rigoroso entre sua proposta de gramática e a plausibilidade psicológica que esta deve manter com nosso aparato cognitivo, que é corporificado. A autora enfatiza recorrentemente em seus trabalhos que não há razão para se distinguir nosso empenho humano em organizar conhecimentos gerais do empenho em organizar conhecimento gramatical. A própria categorização (discutida por LAKOFF, 1987; GOLDBERG, 1995, 2006, e outros), que é uma operação útil na aprendizagem, leva em conta a organização do conhecimento por meio dos itens tidos como mais exemplares, de caráter básico. A partir daí, são feitas extensões e ampliações de sentido.

Pensando no conceito da estrutura radial para categorização proposta por Lakoff (1987), assumimos que há um modelo idealizado que ocupa uma posição mais central e exibe efeitos de prototipicidade, mas também pode haver modelos menos centrais, radiais, que carregam uma ou outra propriedade do modelo central. Com as construções, também é possível estabelecer um nível organizacional de extensão e relação de sentido umas com as outras. É a chamada rede de heranças: uma construção se relaciona formalmente com outra, seguindo princípios que estruturam essa relação; o que faz com que se entenda as construções como uma rede taxonômica organizada.

Para reivindicar o lugar das construções na gramática, Goldberg (1995) enfatiza em seu trabalho as Construções de Estrutura Argumental (CEA), isto é, os emparelhamentos entre forma e função que trazem um padrão frasal que evidencia algum tipo de cena básica, disparada por um *frame* (esquema conceptual). Embora haja consenso de que o sentido global da construção se dê por meio da interação de todos os elementos (uma visão holística), o verbo ocupa, nesse tipo de abordagem, um *status* de predador, interagindo com os demais participantes, de modo a apresentar uma grade de argumentos específica para determinada construção e impulsionar inclusive o papel

5 Nossa tradução de: “it’s constructions all the way down” (GOLDBERG, 2006, p. 18).

6 Nossa tradução de: “(...) are the central building blocks of language” (BOAS, 2010, p.4).

semântico dos outros elementos. Há uma relação intrínseca entre a construção e o verbo evocador do *frame*, que irá moldar a cena.

Contemporaneamente, há uma proposta de abordagem construcionista inserida em um projeto chamado *Constructicon*, em que Fillmore, Lee-Goldman & Rhomieux (2012, p. 321) postulam construções como “regras que licenciam signos linguísticos ‘novos’ baseados em outros signos linguísticos⁷”, e as estruturas licenciadas são chamadas de “construtos”. Em termos gerais, a estrutura chamada “construto” é entendida como o signo “mãe” e é formada por constituintes menores, chamados de “filhas”, que se relacionam por meio de regras e restrições (sintáticas, semântico-pragmáticas e contextuais). Para uma descrição, é necessário identificar as entidades linguísticas na extensão da instância da construção que representam seus constituintes. Atribui-se um nome à construção e, em seguida, são descritas as propriedades do construto “mãe” e as propriedades dos constituintes “filhas”, e por fim é fornecida uma instrução para a interpretação construcional.

Algumas construções têm sido reconhecidas e classificadas no projeto *Constructicon*. Interessa-nos mais intimamente, neste trabalho, a Construção de Realização do Qualificador de Grau (*Degree_qualifier_realization*). O construto dessa construção é constituído da seguinte forma: de um lado, um Sintagma Adjetival/Adverbial complexo formado por uma palavra modificadora de grau aliada a um adjetivo/advérbio; e, de outro, um contexto de complementação (reivindicado por meio da modificação de grau). Por exemplo, quando se diz que “*este menino é mais alto*”, espera-se um complemento, seja para especificar outro objeto de referência na escala, ou outro atributo (“este menino é mais alto que aquele”, ou “este menino é mais alto do que (é) bonito⁸”).

Os itens tipicamente marcadores de grau (mais, tão, muito, demais, o suficiente, etc.) podem se associar a padrões específicos de complementação. A modificação de grau pode ativar um contexto de complementação, trazendo um ambiente de referência e qualificação da modificação ocorrida. A seguir, apresentamos a representação informal da Construção de Realização do Qualificador de Grau (cf. FILLMORE, LEE-GOLDMAN & RHOMIEUX, 2012, p. 346):

7 Nossa tradução de: “(...) rules that license ‘new’ linguistic signs based on other linguistic signs” (FILLMORE, LEE-GOLDMAN & RHOMIEUX, 2012, p. 321).

8 Exemplos adaptados de Fillmore, Lee-Goldman & Rhomieux (2012, p. 321).

Nome	Realização do Qualificador de Grau
M	Sintagma X, que é identificado com o Sintagma de F1.
F1	Sintagma X contendo um Marcador de Grau (<i>mais, menos, tão, muito, etc</i>) e fornece o escopo da Modificação de Grau introduzida pelo Marcador de Grau.
F2	Qualificador de Grau. Com Comparativas, será um Sintagma “(do) que X”, “quanto X”; Com construções de suficiência (“ <i>bastante</i> ”, “ <i>o bastante</i> ”, etc), poderá ser um Sintagma Infinitivo; dentre outros.
Interpretação:	o escopo da Modificação de Grau, fornecida pelo Qualificador de Grau, inclui a significação inteira de F1.

Quadro 1: Representação da Construção de Realização do Qualificador de Grau (CRQG)

Assim, uma sentença como “este menino é bastante alto para participar do jogo” teria a seguinte configuração para a CRQG:

(1) Este menino é {^{CRQG} [Marcador de Grau e Adjetivo bastante alto] [Qualificador de Grau para participar do jogo]}.

Com isso, pretendemos mostrar que a abordagem de construções apresentada no projeto *Constructicon* alinha-se com nosso objeto de estudo e fornece meios práticos para descrição da construção por nós estudada. Por ser voltada para a descrição de CEAs (Construções de Estrutura Argumental), a representação construcional fornecida por Goldberg (1995; 2006) não nos fornece os instrumentos específicos e adequados à nossa empreitada em termos de descrição da configuração construcional. Assim, uma das maiores vantagens em relação ao aparato do projeto *Constructicon* é ser uma ferramenta de descrição construcional que, segundo Fillmore, Lee-Goldman & Rhomieux (2012, p. 369) “é flexível o suficiente para manusear construções de qualquer tipo de complexidade⁹”.

2.2. Concessividade

König (1985) traz contribuições significativas sobre a concessividade, que, em termos

9 Nossa tradução de: “(...) is flexible enough to handle constructions of any level of complexity” (FILLMORE, LEE-GOLDMAN & RHOMIEUX, 2012, p. 369).

linguísticos, é a expressão, em um enunciado, da coocorrência de duas situações assumidas como conflitantes. A situação prototipicamente descrita pode ser ilustrada como a seguir, com a fórmula básica de “embora p, q”: “*embora fosse domingo, ela trabalhou*”¹⁰. A cláusula concessiva (p) descreve uma situação (ser domingo) e a cláusula principal (q) descreve outro tipo de situação (ela trabalhou), entendida como indo contra as possíveis inferências geradas a partir da informação contida em p; uma vez que a própria configuração da oração concessiva implica que “normalmente” espera-se que alguém não trabalhe (ou não queira trabalhar) caso seja domingo. É assumida uma pressuposição subjacente à concessiva, que o autor descreve como: “Normalmente (se p, então não-q)”. König (1985, p.4) postula que “pelos padrões normais, há uma incompatibilidade ou conflito entre os fatos descritos por p e q: ‘p’ e ‘q’ não andam juntos normalmente”¹¹.

Entendendo que as relações concessivas lidam com certa frustração de causalidade, Verhagen (2000) discute o raciocínio inferencial envolvido. Segundo o autor, “alguém reconhece que, em circunstâncias altamente similares, uma mente muito similar a si mesmo faz uma inferência causal válida, enquanto, na realidade, essa inferência não é válida”¹² (VERHAGEN, 2000, p. 367).

Aliada a essa ideia, está outra característica das concessivas: tanto a verdade do conteúdo da oração concessiva como a da nuclear são afirmadas. Apesar de assumidamente conflitantes entre si, nenhuma das informações é negada pelo falante. Para Fretheim (2001), a verdade do segmento concessivo é construída em um contexto que a faz ser considerada pressuposta ou estipulada. Daí é gerada uma “incompatibilidade pragmática”, uma vez que o falante formula uma representação da crença de seu interlocutor, que pode não esperar que “q” (segmento nuclear) seja verdadeiro no mesmo contexto em que “p” (segmento concessivo) é estipulado como verdadeiro.

A incompatibilidade assinalada entre duas situações ganha *status* de notoriedade com a presença das contrapartes concessivas. O caráter enfático das concessivas é asseverado por König & Siemund (2000, p. 355), ao postularem que certos estudos do discurso “tipicamente caracterizam a função básica das sentenças concessivas como a asserção de um fato notável, a asserção de uma sentença que é verdadeira em circunstâncias desfavoráveis”¹³.

10 Exemplo nosso.

11 Nossa tradução de: “(...) by normal standards, there is an incompatibility or conflict between the facts described by p and q: ‘p’ and ‘q’ do not normally go together.” (KÖNIG, 1985, p. 4).

12 Nossa tradução de: “someone acknowledges that in highly similar circumstances a mind very similar to one’s own draws a valid causal inference, while this inference is actually not valid” (VERHAGEN, 2000, P. 367).

13 Nossa tradução de: “Sentence-oriented studies of written discourse typically characterise the basic function of concessive sentences as the assertion of a remarkable fact, the assertion of a sentence that is true in unfavourable

2.3. Comparação

Comparação, discutida de forma não estritamente composicional, é aqui compreendida como uma operação cognitiva básica e imprescindível em nosso meio sociocultural. Huang, Shih e Chen (2008) apresentam três elementos essenciais presentes na comparação: os itens comparativos (um item avaliado e um padrão comparativo), os atributos e as variações (graus).

Bastante significativa para este trabalho é a contribuição de Hasegawa et al. (2010, p. 170), que investigam a comparação como “a linguagem usada para comparar duas entidades dentro de alguma escala, em relação de igualdades como de desigualdades¹⁴”. Esses autores estudam construções comparativas levando em consideração a noção de *frame*: um conjunto de conceitos que se encontram estruturados de forma interdependente e são capazes de gerar expectativas (FILLMORE, 1982). O *frame* Comparação é descrito da seguinte forma: “Um valor em uma escala é comparado a outro. Cada grau representa o valor de algum atributo de uma entidade, situada ao longo de uma escala potencialmente quantificável¹⁵” (HASEGAWA et al., 2010, p. 185). Tal descrição é generalizada ao máximo para abarcar diversos itens comparativos e relacionados à comparação. Os autores postulam que este *frame* apresenta “atributo”, “item” e “padrão” como alguns de seus elementos definidores.

Em especial, interessa-nos a discussão dos autores sobre as chamadas construções comparativas implícitas, que envolvem uma expressão adjetiva avaliativa. Como exemplificado por Hasegawa et al (2010), uma expressão como “ele é baixo” traz, implicitamente, um padrão de comparação. Esse padrão implícito pode se fazer explícito, como em: “ele é baixo para um sueco”. Apesar de os autores não aprofundarem esta discussão, pode-se dizer que “para um sueco” imprime alguma expectativa de altura para as pessoas dessa nacionalidade/etnia. O indivíduo comparado pode não ser absolutamente baixo, já que a expectativa em relação aos suecos, segundo nosso conhecimento enciclopédico, é de altura relativamente elevada.

Definidos, em linhas gerais, os conceitos que embasam nossa empreitada investigativa, passamos aos procedimentos metodológicos usados para constituição de nosso banco de dados.

circumstances” (KÖNIG & SIEMUND, 2000, p. 355).

14 Nossa tradução de: “(...) the language used in comparing two entities with each other on some scale, both equalities and inequalities” (HASEGAWA et al, 2010, p. 170).

15 Nossa tradução de: “One value on a scale is compared to another. Each degree represents the value of some attribute of an entity, placed along a potentially quantifiable scale” (HASEGAWA et al, 2010, p. 185).

3. Procedimento metodológico

A partir da observação de ocorrências do tipo “*Para quem não fala, até que ele falou muito*”, estudadas em trabalho que investigava usos da perífrase “até que” (PIRES & ROCHA, 2011), foi levantada a hipótese de que o item em “PARA X” se apresentaria sob a forma de um elemento de caráter indefinido.

O próximo passo metodológico requerido foi, pois, delinear o objeto de estudo que instanciasse o esquema construcional “PARA X_[INDEFINIDO] Y_[COMENTÁRIO CONTRÁRIO]”. Tomando como base o caráter indefinido (não particularizado e genérico) do elemento que compõe a lacuna X, e buscando verificar a manutenção do valor indefinido associado a X, o objeto de estudo passou a contemplar os Pronomes “quem” e “alguém” e Sintagmas Nominais formados a partir dos Artigos Indefinidos “um” e “uma”. As expressões de busca foram, inicialmente: “para/prá quem”, “para/prá alguém”, “para/prá um” e “para/prá uma”.

O caráter inovador de nosso objeto de estudo requereria um banco de dados gigantesco. No entanto, as investidas iniciais em *corpora* disponíveis nos mostraram que o fenômeno que buscamos estudar com dados empíricos não foi satisfatoriamente encontrado mesmo em *corpora* considerados de grande porte. Passamos, então, à fonte mais acessível de dados linguísticos em abundância – a internet, através da busca avançada do Google.

Compreendendo a diversidade de sites da internet e as limitações de uma busca de amplo espectro, selecionamos três domínios da internet que permitissem restringir nossa busca para páginas em português do Brasil e, minimamente, que contemplassem estilos diversos. Os domínios escolhidos foram: (i) o Grupo Abril (abril.com.br); (ii) blogs de criação gratuita (blogspot.com.br); e (iii) a versão brasileira do site de perguntas e respostas, Yahoo Respostas (br.answers.yahoo.com). A coleta consistiu em selecionar os 200 primeiros resultados de cada busca pela ferramenta Google.

As expressões de busca inicialmente escolhidas, devido ao caráter altamente polissêmico, nos forneceram pouquíssimos resultados válidos (19 ocorrências, num universo de 4800). Assim, por estratégia analítico-metodológica mais eficiente, passamos a incluir a estrutura “até que” na configuração do objeto de pesquisa. Uma vez que “até que” reforça o aspecto argumentativo do

enunciado no qual ocorre, sua inserção nas expressões de busca é vista como favorável em termos metodológicos – pela possibilidade de obtenção de mais resultados válidos. Desse modo, as expressões de busca passaram a ser: “até que para/prá alguém”, “até que para/prá quem”, “até que para/prá um” e “até que par/prá uma”. Assim, após este tratamento dos dados, obtivemos 385 ocorrências válidas (em um universo de 800 sentenças, representando assim 48% de dados válidos). Essa nova configuração estabelece que a contraparte X, acionadora de concessividade e comparação, venha sempre anteposta ao comentário e seja marcada por ênfase, por meio de “até que” – justificando assim o nome dado à construção.

Logo, neste trabalho, iremos tomar para a discussão dos dados apenas as ocorrências provenientes do conjunto “ATÉ QUE PARA/PRA UM/UMA”, devido ao fato de ser este o mais representativo da construção, com 286 ocorrências (75% do total, com 195-UM e 91-UMA). Além disso, em termos analíticos, X-UM e X-UMA apresentam caracterização e distribuição dos dados bastante homogêneas entre si, comportando-se holisticamente, o que possibilita mais generalizações.

4. Análise dos dados

Nesta seção, apresentamos alguns levantamentos para afirmar que “ATÉ QUE PARA X, Y” é uma construção concessiva e comparativa.

4.1. Constituição de x

O conjunto aqui estudado, “ATÉ QUE PARA UM/UMA”, é formado por artigo indefinido no singular, na forma masculina ou feminina, seguido de Sintagma Nominal também no singular, que pode ser SN simples e individualizado (artigo indefinido + substantivo) ou um sintagma complexo (artigo indefinido + substantivo + complemento). Vejamos as seguintes ocorrências ilustrativas:

(2) Até que para uma *petista* não sou tão má assim, não é, chê? (YR: Ciências Humanas/2007/375)

(3) Muito boa sua postagem Lobo, até que pra um *cara que a mamãe teve que ajudar a*

passar de ano, você escreve bem pra caraca rrsrrsrrs... (Blog: Banda capitão mamão/2008/232)

Em (2), a avaliação do comentário de Y recai sobre uma concepção generalizada de “petista”, que incorpora, em um único léxico, um conjunto de orientações político-partidárias. Já em (3), a estrutura com o pronome relativo “*que*” é usada para especificar o léxico “cara”. Para elogiar de forma jocosa o amigo, o autor do blog circunscreve um tipo específico de cara (que supostamente não saberia escrever bem), acionando situação constrangedora do passado, para se referir propriamente a Lobo e, a partir daí, promover um acionamento específico de expectativas em X.

Assim, a extensão do material linguístico empregado em X suscita algumas considerações. O X é considerado de curta extensão quando for preenchido por geralmente um item lexical anexado à expressão de busca. É considerado de longa extensão nas situações em que há material mais extenso, que caracterize mais pormenorizadamente o elemento ATÉ QUE PARA X. As diferentes extensões de X alinham-se, dessa forma, às diferentes conceptualizações do elemento que irá disparar um *frame* de expectativas. A quebra de expectativas pode partir de situações mais estereotipadas e cristalizadas socialmente (com X de curta extensão) até situações bastante circunscritas e localizadas (com X de longa extensão). No entanto, casos de X de curta extensão foram os mais frequentes nos dados. Isso sinaliza que a construção concessivo-comparativa tende a se realizar mais fortemente ancorada no conhecimento compartilhado de estereótipos, capazes de acionar um variado rol de expectativas socioculturais.

4.2. “ATÉ QUE PARA X, Y” é um par forma/função

Como um emparelhamento aprendido entre forma e significado, a estrutura “ATÉ QUE PARA X, Y” apoia-se igualmente nas esferas formal e semântico-pragmática para promover a leitura concessiva e comparativa de forma holística. Isso quer dizer que o caráter construcional de “ATÉ QUE PARA X, Y” se estabelece segundo uma hipótese fraca de composicionalidade. É necessária uma forte interação dos polos sintático e semântico-pragmático na concepção construcional do nosso objeto de estudo. A esfera formal dessa construção prevê a linearidade desses elementos: <até que + para/prá + SN indefinido Singular + Oração>. A partir dessa informação, ilustramos algumas possibilidades de realização da Oração:

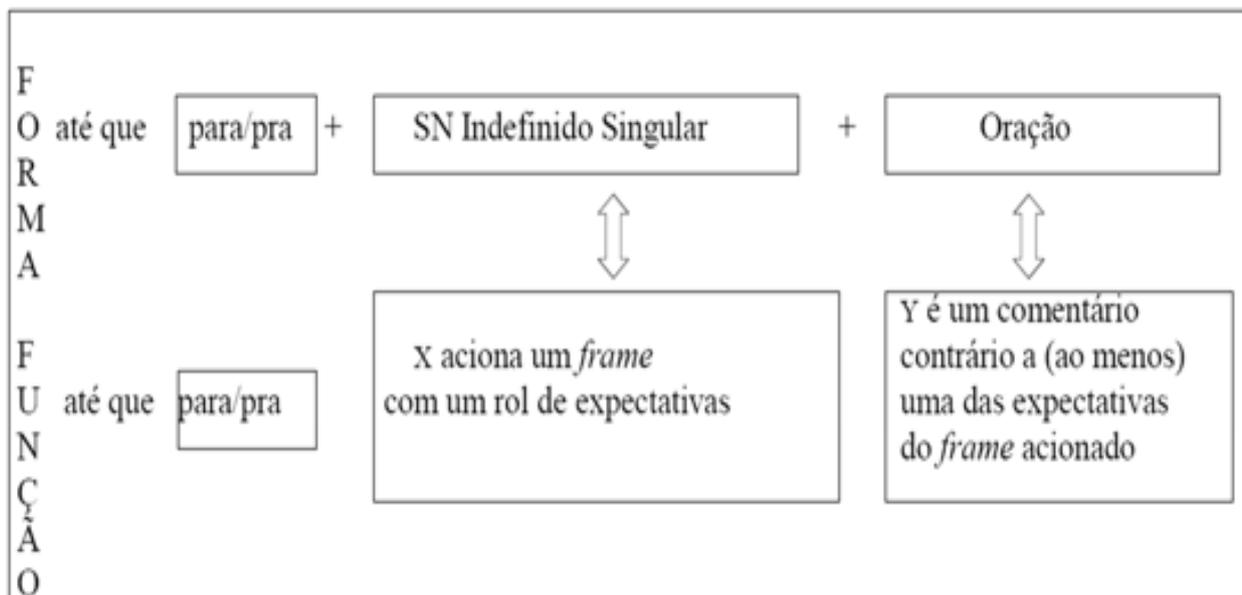
- (4) Até que para uma criança eu daria este chocolate.
- (5) Até que para uma criança Papai Noel existe.
- (6) Até que para uma criança ela canta bem.

Apesar de serem todas formadas por Orações, as três opções fornecidas levam a possibilidades de interpretação distintas. Em (4), o sentido global dessa sentença se assemelha a situações de direcionamento ou transferência. Temos aí uma cena de transferência com o verbo “dar”, em que o tema “este chocolate” é direcionado ao alvo “uma criança”. No caso, o falante possivelmente estipularia o critério “ser criança” para se receber o chocolate. Em (5), a leitura global parece ser a de emissão de opinião ou crença, no sentido de que a ideia da existência de Papai Noel estaria condicionada à crença de quem é criança. A opção (6) ocorre nos dados como (7):

- (7) “Filha, não sei qual é o seu problema com essa garota, até que pra uma criança ela canta razoavelmente bem.” (YR: Celebidades/2010/384)

A ocorrência (7) estabelece uma relação direta entre “ela” (essa garota) e “uma criança”, com uma contraexpectativa – atenuada pelo uso de “razoavelmente bem” – para expressar a qualidade vocal da suposta cantora mirim.

Assim, uma vez que a configuração formal, por si só, não dá conta de garantir o sentido concessivo-comparativo da construção, há necessidade de ancoragem semântica, que restrinja que a Oração em Y seja um comentário contrário às expectativas acionadas em “ATÉ QUE PARA X”. Essa relação é evidenciada no quadro a seguir:



Quadro 2: Relação forma e função em “ATÉ QUE PARA X, Y”

Assim, é estabelecido um elo entre os polos sintático e semântico-pragmático na construção. Neste sentido, o empenho do caráter indefinido da descrição feita na contraparte “(ATÉ QUE) PARA X” contribui para a configuração concessivo-comparativa da construção.

Em função do aporte teórico da Gramática das Construções, lidamos com uma premissa básica de que a atribuição de sentido deve levar em conta as pistas linguísticas formais. Uma das pistas linguísticas utilizadas por esta construção é a restrição de que o elemento em “ATÉ QUE PARA X” seja linguisticamente marcado como indefinido (pronome indefinido ou artigo indefinido + SN).

Retomando o exemplo (6), as interpretações de direção (cantar bem para uma criança ouvir) e de opinião/crença (cantar bem na opinião de uma criança), ainda que pareçam forçosas, são linguisticamente possíveis. Aplicada aos dados reais, a interpretação para um enunciado próximo ao (6) parece seguir uma preferência de leitura concessivo-comparativa, corroborada pela configuração estrutural sintático-semântica da instância, como se nota pelo exemplo (7).

O uso de descrição indefinida proporciona, pois, a possibilidade de três interpretações. Se a descrição em x for definida (“até que para a criança, ela canta bem”), as interpretações mais plausíveis serão de opinião e direcional, excluindo-se, em potencial, a interpretação concessivo-comparativa. No caso da estrutura “ATÉ QUE PARA X, Y”, parece-nos que as três possibilidades interpretativas apresentadas não têm o mesmo *status*. Quanto a isso, é importante ressaltar que, na ocorrência real

de (7), a presença de “*até que*” parece contribuir para reforçar a leitura concessivo-comparativa, na medida em que destaca a relação de contraexpectativa, atribuindo-lhe maior notoriedade.

4.3. “(ATÉ QUE) PARA X, Y” é uma construção concessiva

Conforme visto em (7), a leitura concessiva é preferencialmente acionada, em detrimento de leituras direcionais ou de opinião. A estrutura “ATÉ QUE PARA X, Y” atua, pois, como uma instrução parcial, convidando o leitor a inferir a relação de concessividade. Portanto, faz parte das estruturas que passam a ter uma leitura concessiva graças ao enriquecimento pragmático. Corroborando, dessa forma, a teoria da composicionalidade fraca de construções (GOLDBERG, 1995), uma vez que não há item independentemente reconhecido canonicamente como concessivo.

Discutimos, a seguir, alguns dos aspectos caracterizadores das relações concessivas (canônicas), que se aplicam à estrutura “ATÉ QUE PARA X, Y”.

A noção básica de concessividade é a coocorrência de duas situações assumidas como conflitantes. Na relação “embora p, q”, o conteúdo do segmento “q” é um tipo de situação que ocorre em condições desfavoráveis, acionadas em “p”. Considerando a estrutura “ATÉ QUE PARA X, Y”, temos que em ATÉ QUE PARA X é descrito um tipo de situação assimilada como desfavorável à situação descrita em Y, e, portanto, conflitante com esta. A situação trazida por ATÉ QUE PARA X é conceptualizada como um obstáculo à realização da situação descrita em Y. Partindo da premissa de que a construção concessivo-comparativa ATÉ QUE PARA X, Y concebe a situação de Y como contrária às expectativas ativadas pelo *frame* acionado em X, ilustramos duas proposições, formadas pela relação concessiva canônica:

(8) Apesar de ser velho, ele tem uma memória/visão/audição/coordenação motora ótima.

(9) Apesar de ser velho, ele tem um corpo *vigoroso/esbelto*.

Aplicando a fórmula discutida por König (1985) de pressuposição subjacente à concessiva “(normalmente) se p, então não-q”, temos (10) e (11), respectivamente:

(10) (normalmente) se é velho, então não tem memória visão/audição/coordenação motora

ótima.

(11) (normalmente) se é velho, então não tem um corpo vigoroso/ esbelto.

Os exemplos em (10) e (11) consolidam concepções culturais difundidas sobre o processo de envelhecimento nos seres vivos, e suas consequências do ponto de vista biológico-cognitivo e também do ponto de vista estético. Uma vez que a configuração das concessivas lida com a quebra de expectativas, ilustramos situações reconhecidas e compartilhadas acerca da relação entre idade e habilidades cognitivas – em (12) – ou entre a idade e padrões de beleza – em (13). Em ambos os exemplos, “ATÉ QUE PARA X” aciona a ideia de um homem velho:

(12) Eis que o Anão que estava com a sua mãe, diz: “Até que para um velhinho ele dirige muito bem!” (Blog: Fermano/2012/191)

(13) mas as fotos dele na revista gay, até que pra um coroa ele tá com um corpichu gostoso....(YR: Entretenimento/2006/290)

Em (12), a ocorrência da construção se dá na fala reportada de um menino de 10 anos, chamado de Anão por seu comportamento precoce, a respeito do taxista com o qual fazia uma viagem. O autor da postagem caracteriza o taxista como “*um experiente motorista de praça, beirando uns 75 anos. Cabelos branquinhos, aquela cara de vô que leva a turma para a praia, sabe?*”. O elogio feito pelo menino é apresentado no texto após um trecho que destaca a capacidade de dirigir do taxista, em: “*O motorista entra numa rua, sai em outra foge do trânsito com destreza*”. A ocorrência corrobora a ideia de que não se espera que um “velhinho” tenha excelente habilidade em dirigir.

A ocorrência (13) aciona a relação entre idade e padrões de beleza. Em pergunta, a autora Leninha pede opinião dos usuários sobre o estilista Ronaldo Éesper. Na parte das respostas, a usuária faz elogio ao porte físico do estilista, que havia posado nu em uma revista aos 61 anos de idade. A contraexpectativa é acionada pela relação entre ser “coroa” e ter, ao mesmo tempo, um “*corpichu gostoso*”.

O que percebemos nos casos descritos em (12) e (13) é que a quebra de expectativas em Y aponta para um aspecto dentro do rol de expectativas que podem ser geradas pelo lexema usado em “(ATÉ QUE) PARA X”. O lexema “velho” (e os termos correlacionados: “velhinho” e “coroa”) ativa em potencial uma série de expectativas variadas. Podemos considerar que a relação entre expectativa (X) e quebra de expectativa (Y) é endossada por conhecimentos compartilhados em relação à trajetória de envelhecimento físico, natural e previsível nos seres vivos. Por outro lado, a configuração da construção parece impelir a uma aplicação local e situada de contraexpectativa entre X e Y. Consideremos o exemplo em (14):

(14) Melhor resposta: Até que para uma pessoa mal humorada assim, vc gosta de boa música. (YR: GLBT/2011/369)

Em (14), o autor de uma pergunta em Yahoo Respostas, LupascoMéchant, comenta que gosta de David Bowie e pergunta aos usuários se eles conhecem o cantor britânico. Na parte de respostas, o usuário refere-se ao seu interlocutor e autor da pergunta como “*uma pessoa mal humorada*”, e comenta, em Y, que este “*gosta de boa música*”. A partir da construção, o usuário marca uma contraexpectativa acionada localmente entre ser mal humorado e ter bom gosto musical.

A ocorrência (14) é ilustrativa de casos em que o sentido construcional como um todo impulsiona a reanálise de Y e X como situações conflituosas entre si, uma vez que passam a ser assumidas como situações conflitantes. Somos levados a inferir que, entre X e Y, há uma incongruência que, *a priori*, não seria necessariamente motivada pelos *frames* dessas duas situações em separado. Por outro lado, *a posteriori*, a incongruência parece se manter no nível discursivo, uma vez que é acionada localmente.

4.4. “(ATÉ QUE) PARA X, Y” como uma construção comparativa

O sentido básico de comparação acionado nesta construção é o de atribuir valores relativamente a um grupo, entendido como um padrão norteador da comparação, e relacionar tais valores a um membro específico desse grupo. A comparação implícita (com o item explicitado), discutida na subseção 2.3, é avaliativa no sentido de situar um atributo graduável de um item em determinado nível escalar tomando um padrão como referência. Essa operação perpassa o sentido da CCCAE como um todo, uma vez que o comentário avaliativo de Y (que, geralmente, lida com atributos graduáveis) é

relativizado a um padrão comparativo acionado em ATÉ QUE PARA X. Vejamos a ocorrência (15):

(15) Até que para um jogo de 1998 os gráficos são muito bons, principalmente considerando a tecnologia (sic) da época. (Blog: Jow feel the feeling/2012/174)

Em (15), o autor faz críticas negativas, em vários trechos do texto, em relação à baixa qualidade da estrutura do jogo. A ocorrência da construção inicia um parágrafo a partir do qual o texto passa a destacar aspectos positivos do jogo. É preciso levar em consideração o tempo de produção do jogo, 1998, que é uma época em que os gráficos não tinham alta qualidade. A relativização é reforçada pelo uso de “*principalmente considerando a tecnologia da época*”.

Neste exemplo, estão presentes os três elementos essenciais na comparação, segundo Huang, Shih & Chen (2008): os itens comparativos, os atributos e as variações (graus). Os itens comparativos são: “os gráficos [do jogo *Tenchu: The Stealth Assassins*, de 1998]”, como o item avaliado, e “um jogo de 1998”, como o padrão comparativo (generalizado). O atributo a respeito do qual é feita a comparação é a qualidade, acionada pelo adjetivo de uso geral – “bom”. A variação dos gráficos de jogos na escala de qualidade é ativada pelo intensificador “muito”, que situa o atributo em nível escalar elevado (acima das expectativas estabelecidas pelo padrão comparativo). As expectativas sobre qualidade gráfica de jogos de videogames produzidos antes de meados da década de 2000 são tacitamente baixas.

Considerando-se os três elementos do *frame* Comparação, mencionados por Hasegawa et al. (2010), a saber: “atributo”, “item” e “padrão”, podemos perceber certa aproximação com a construção por nós estudada. A cena evocada neste *frame* geralmente exhibe a comparação implícita entre dois entes (“item” e “padrão”).

Diferentemente, em CCCAE, a expressão linguística que se refere ao “padrão” ocorre aparentemente como um referente individualizado, mas aciona um grupo, uma categoria geradora de expectativas. A comparação passa a ser, portanto, entre o ente (y) e sua categoria (x). Assim, o papel do sintagma em x tem uma dupla possibilidade de referência. Consideremos o enunciado (16), em que, no texto de uma peça teatral que retrata uma cena de julgamento, a personagem “Juíza” se dirige à testemunha, “Pedrinho”:

(16) Juiza: Hum!... Que estranho! Aqui consta que o Sr. é menino de rua. Até que para um menino de rua o Sr. Está bem apresentável!... (Blog: Profe Neiva Ester/2012/160).

No plano do material linguisticamente expresso, a descrição pode ser pensada da seguinte forma: Pedrinho (o SN “o Sr.”) alinha-se ao “item” na cena de comparação. Afinal, é ao Pedrinho que se refere a cena. O “atributo” avaliado é “*apresentável*”, que, como um atributo graduável, ocorre com o grau (*bem*) que o situa em um nível alto em uma escala. O Sintagma Preposicional “para+SN” liga-se ao “padrão” comparativo, que é “*menino de rua*”.

Já no plano conceptual, “menino de rua”, inicialmente marcado como “padrão”, passa a ser avaliado como uma categoria. Ocorre uma espécie de *mismatch*¹⁶ no sentido de que a configuração sintática do elemento (“*um menino*”) está no singular (e, por *default*, seria aplicada a um indivíduo), mas direciona-se a um conjunto, a um grupo de indivíduos. A expressão “*para um menino de rua*” seria então interpretada como “para um membro (qualquer) da classe dos meninos de rua”. O diagrama a seguir ilustra essa articulação:

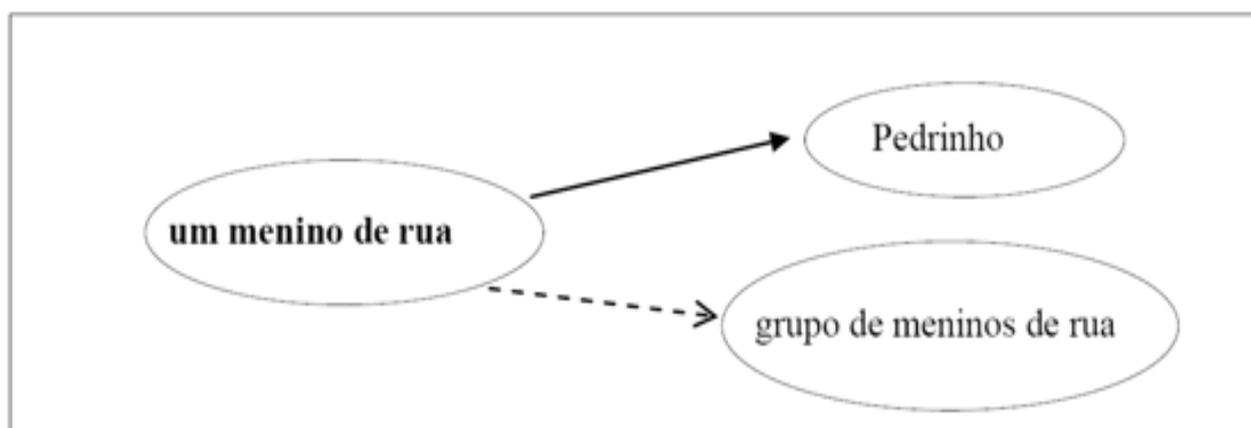


Figura 1: *Mismatch* na contraparte ATÉ QUE PARA X

O uso do Artigo Indefinido “um” permite essas duas leituras concomitantes. Ao mesmo tempo em que “*um menino de rua*” liga-se diretamente a “*Pedrinho*”, aponta, também, para um conjunto maior, do “*grupo de meninos de rua*”, abarcando expectativas geradas para esse conjunto. Diante dessa discussão, consideramos que nossa construção imprime, de fato, uma leitura comparativa, uma vez entendida a comparação como um processo que é bastante latente quando falamos em atributos.

16 O *mismatch* é considerado uma situação de incompatibilidade entre características sintáticas de um item e sua respectiva atribuição semântica.

4.5. Proposta de configuração da CCCAE inspirada no projeto *Constructicon*

A esquematização de uma configuração linguística particular que aciona um sentido particular pode ser facilitada pela forma como o projeto *Constructicon* descreve construções (de variados níveis gramaticais). Tomando a proposta de Fillmore, Lee-Goldman e Rhomieux (2012), a Construção de Realização do Qualificador de Grau (CRQG) apresenta uma estrutura semelhante à nossa. Nesta construção “mãe”, formada por duas “filhas”, F1 apresenta um adjetivo (ou advérbio) modificado em grau e F2 apresenta um qualificador da modificação do grau (cf. discutido em 2.1).

Considerando-se “ATÉ QUE PARA X” como o papel do qualificador da modificação de grau e Y como o papel da modificação de grau, verificamos que em 32% do total (considerando-se todas as 385 ocorrências obtidas) a contraparte Y lida com a modificação de grau de adjetivos ou advérbios.

Nesse sentido, poderíamos supor que CCCAE seria uma versão da CRQG em que há, primeiro, a qualificação da modificação do grau e, em seguida, a modificação de grau de algum adjetivo (ou advérbio). Uma adaptação (forçada) para a descrição construcional nesses termos seria (17):

(17) {^{CRQG}[^{Qualificador} até que para um menino de rua] [^{Modificador de grau} o Sr. está bem apresentável!]}

Entretanto, a linearidade F1 e F2, própria da CRQG, não estaria sendo respeitada¹⁷ em CCCAE. Partindo do princípio da não-sinonímia entre construções, de que para cada forma há uma função (cf. GOLDBERG, 1995), a alteração formal existente em uma construção leva à postulação de nova construção. Assim, com base no esquema proposto por Fillmore, Lee-Goldman e Rhomieux (2012), propomos a descrição para CCCAE em (18):

(18) {^{CCCAE} [^{Enfatiza/Aciona frame X} até que para um menino de rua] [^{Comentário contrário a X} o Sr. está bem apresentável!]}

No quadro 3, é oferecida a representação informal (em prosa) da CCCAE:

17 Apresentar primeiro o atributo modificado em grau e, depois, apresentar o qualificador do grau é um tipo de configuração mais próximo da construção que chamados de Construção Concessivo-Comparativa Posposta, como em “o Marcos Valério está {[Modificador de grau muito tranquilo] [Qualificador pra alguém que tem medo de ser morto]}”.

Nome	Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática
M	Oração com adjunção anteposta.
F1	Sintagma Preposicional, formado por estrutura argumentativa “até que” + preposição “para” + Sintagma Nominal Indefinido Singular + (complemento nominal).
F2	Oração.
Interpretação	O elemento em F1 (SN Indefinido) aciona uma categoria que evocam <i>frame</i> , gerando expectativas. O comentário avaliativo feito em F2 é analisado como contrário a ao menos um aspecto dentre o rol de expectativas geradas pelo <i>frame</i> do elemento citado em F1. O comentário em F2 é comparativo em relação ao <i>frame</i> evocado em F1, e, no caso de haver atributos graduáveis em F2, estes são situados numa escala em nível superior ou inferior (não igual) à expectativa de F1. Em sua configuração mais prototípica, F2 apresenta um elemento que funciona como membro (não prototípico) da categoria evocada em F1.
Pragmática	A estrutura argumentativa factual “até que” dá ênfase à informação de F1. O comentário contrário em F2 é, então, assumido como ainda mais discrepante das expectativas geradas em F1.

Quadro 3: Representação da Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática

A ativação do *frame* evocado em F1 elege tacitamente os bons representantes das categorias acionadas, por meio de efeito de prototipia. Os elementos contidos em F2 não são bons representantes das categorias, uma vez que a posição em que estão situados em uma escala (de atributos, por exemplo) marca o distanciamento da categoria. Ampliando-se o contexto do exemplo (16), percebemos, na continuação do diálogo, que o distanciamento entre F1 e (as expectativas de) F2 é justificado textualmente. Vejamos (19) :

(19) Juíza: Hum!... Que estranho! Aqui consta que o Sr. é menino de rua. Até que para um menino de rua o Sr. Está bem apresentável!...

PED: Sra. Juíza, há um engano no seu relatório. Agora eu sou um “ex-menino de rua” - há um bom tempo já não vivo mais na rua... (Blog: Profe Neiva Ester/2012/160)

Por meio da construção, é inferido que o personagem Pedrinho se distancia das expectativas em torno da categoria “menino de rua”. Devido a condições socioeconômicas altamente desfavoráveis, meninos de rua geralmente se apresentam subnutridos e mal vestidos. Pedrinho é visto como um

membro não prototípico exatamente por estar “bem apresentável”. A discrepância entre o personagem e a categoria é evidenciada ao percebermos, textualmente, que Pedrinho, de fato, não é membro da categoria, em sua resposta à Juíza: “*Agora sou um ‘ex-menino de rua’*”.

4.6. Estrutura radial da construção

A partir de uma análise construcionista ancorada na plausibilidade psicológica da abordagem, podemos incorporar a noção de radialidade para organizar as construções. Por meio da estrutura radial das categorias (cf. LAKOFF, 1987), assume-se que, em posição central, situam-se os membros considerados prototípicos (os exemplares típicos), e, na periferia da estrutura, estão os membros considerados menos prototípicos na categoria.

Aplicando essa noção para a CCCAE, percebemos que algumas configurações dessa construção exibem efeitos de prototipicidade, enquanto outras configurações assumem um caráter mais periférico e fronteiro. A noção de centralidade nesta construção está relacionada ao nível de correferencialidade sintático-semântica apresentada entre x e o elemento citado em y. Verificamos dois tipos de configuração: Com-correferencialidade (ou correspondência), ou Sem-correferencialidade entre x e y.

Os casos Com-correferencialidade entre x e y representam 83,2% das ocorrências totais (ou seja, 320 sentenças). Contemplam as situações em que o elemento x aciona um *frame*, relacionado a uma categoria, e, no comentário de y, está contido um elemento (indivíduo ou entidade) que é concebido como um membro menos prototípico da categoria acionada por x. O elemento em y pode ser ligado a x por uma relação um-a-um (como SN ou pronome pessoal), por um pronome possessivo, ou, ainda, pode ser depreendido por pistas linguísticas que acionam uma relação de correferencialidade. Vejamos alguns exemplos:

(20) Até que pra uma salada, essa aí ficou bem gostosinha! (Blog: Temperinhos/2009/362)

(21) Fonte(s):Até que para um Ignóstico, a minha resposta foi boa kkk’ (YR: Religião e Espiritualidade/ 2012/254)

(22) Até que para um capítulo que demorou tanto, ficou bem pequeno o final, né não, pessoas? (Blog: Jemi Believe in me/2012/109)

Em todas essas instâncias, observamos a relação direta entre o elemento contido em y e o elemento disparado em x. Assim, em (20), “*essa aí*” [salada de rúcula com camarão] liga-se diretamente a “*uma salada*”, como um membro (não prototípico) desse tipo de prato. Na resposta

dada em (21), o usuário Guilherme liga-se ao grupo de pessoas agnósticas por meio do pronome possessivo “*minha*”. Em (22), é depreendida uma relação de meronímia (relação entre parte e todo). Subentende-se que a autora se refere, em Y, ao final do capítulo de sua narrativa. O quesito “final” faz parte do esquema conceptual de “capítulo” (que, como uma estrutura textual, tem início, meio e fim como partes constitutivas). Assim, embora não se esteja falando exatamente da mesma coisa em X e em Y, percebe-se uma relação intrínseca de parte-todo, que atua como uma correspondência.

Os casos Sem-correferencialidade entre X e Y são situações em que não é depreendido (por meio de alguma forma codificada) nenhum tipo de correspondência sintático-semântica entre X e Y. Para que seja estabelecida a relação concessivo-comparativa, é necessário um processo de inferência ainda mais dependente do contexto sócio-histórico e sociocultural envolvido. Ou seja, é preciso que mobilizemos outros conceitos, relacionados aos que são efetivamente relatados na expressão ATÉ QUE PARA X, Y. A configuração Sem-correferencialidade entre X e Y corresponde a 16,5% (63 sentenças) das ocorrências totais da CCCAE. Vejamos o exemplo a seguir:

(23) Até que para um primeiro outdoor o novato se deu bem, né? Vamos aguardar o que vem por aí! (Blog: All very beautiful/2011/153)

Em (23), a autora da postagem divulga que o modelo Patrick Schwarzenegger, de apenas dezessete anos, havia feito sucesso em sua primeira aparição em *outdoor* de divulgação da marca *Hudson Jeans*. Para estabelecer uma relação de contraexpectativa, a autora situa os dois termos “*um primeiro outdoor*” e “*o novato*” na estrutura da CCCAE. A combinação desses segmentos, no contexto concessivo-comparativo, faz acionar a inferência de que se trata do primeiro *outdoor* em que Patrick Schwarzenegger aparece.

Algumas ocorrências de configuração Sem-correferencialidade menos frequentes referem-se a conceitos absolutamente distintos que estão dispostos numa relação de relativização. São casos em que é estabelecida uma adequação de Y exclusivamente ao conceito acionado por X. Esses casos são mais fronteirços e acionam um sentido de conformidade restrita/exclusiva. Ocorre, assim, uma relativização do que é afirmado em Y, sendo o comentário em Y condicionado a X. Vejamos:

(24) Até que para um jantar sem reserva, em pleno sábado à noite, esperei pouco. Uns 45 minutos. Acompanhada de um bom vinho, de uma entradinha na medida e de uma conversa para lá de especial. (Abril: Viaje Aqui/2009/102)

Em (24), uma espera de 45 minutos – relativa ao fato de se tratar de famoso restaurante em

São Paulo (Maní), em um dia de semana agitado, e sem reserva – passa a ser considerada pouca. Nesses tipos de ocorrência, os segmentos em X e Y, isoladamente, não mantêm relações semânticas apriorísticas entre si. É a estrutura concessivo-comparativa, aliada a um empenho inferencial do falante, que faz emergir o sentido *a posteriori* de relação entre os conceitos. Assim, o material circunvizinho é responsável por possivelmente enquadrar a construção como concessivo-comparativa.

Há, ainda, uma configuração bastante peculiar que corresponde a 0,3% (uma sentença) dos casos da construção, com Y não imediato. Refere-se a uma configuração atípica e contempla ocorrências que só apresentaram a contraparte ATÉ QUE PARA X (sem a contraparte Y imediatamente), seguida por reticências. O exemplo a seguir é ilustrativo dessa situação:

(25) E ai ?Ate que para uma caixa de bolomas ainda estou aqui olhando pra ela e pensando onde utiliza-la ,ela esta muito bonitinha para ficar dentro do armário, não acha??
(Blog: Elis Bianchi/2011/329)

Em (25), a autora Elisana faz postagem sobre seu trabalho artesanal de reciclagem de uma caixa de bolo, em que relata os passos. Ao final da postagem, por meio do uso da expressão “ATÉ QUE PARA X...”, a autora parece sugerir que fará uma relação de contraexpectativa, em relação às expectativas baixas de qualidade artesanal para uma caixa de bolo. Em seguida, ao comentar que “*ela está muito bonitinha para ficar dentro do armário*”, como sinal de elogio, a autora sinaliza que as possíveis expectativas contrárias à qualidade do produto foram superadas.

Diante dessa discussão, e tomando como base um forte empenho de processos inferenciais apoiados tanto em conhecimentos enciclopédicos como nas pistas textuais e cotextuais, consideramos que (26) seria uma sentença candidata a uma possível paráfrase da CCCAE em (25):

(26) Até que para uma caixa de bolo, ela está muito bonitinha para ficar dentro do armário.

Os tipos assinalados como Com-Correferencialidade são considerados aqueles que assinalam a configuração central da CCCAE. Para tanto, adotamos dois critérios: o qualitativo e o quantitativo.

- a) Em termos qualitativos: o sentido concessivo-comparativo da estrutura se impõe nos casos de configuração Com-correferencialidade, uma vez que, nesses, o esforço inferencial do falante parece ser menos dependente da mobilização de conhecimentos extralinguísticos para a atribuição de sentido. Buscamos evidenciar esse critério a partir da discussão detalhada das ocorrências ilustrativas de cada tipo de correferencialidade.
- b) Em termos quantitativos: as configurações consideradas nucleares (Com-correferencia-

lidade) representam 83,2% das ocorrências de CCCAE, totalizando, portanto, o maior número de ocorrências (320 sentenças).

Assim, no núcleo da construção, está a configuração Com-correferencialidade, que situa a estrutura concessivo-comparativa numa relação um-a-um. Engloba os chamados “bons exemplares” da construção, que geram efeitos de prototipicidade. Em uma posição intermediária, está a configuração Sem-correferencialidade, que relaciona conceitos semanticamente próximos na relação de contraexpectativa. A posição passa a ser mais periférica quando requer maior dependência contextual para acionar a relação de contraexpectativa. Nesses casos, a relação se torna fronteira com o sentido de conformidade restrita/exclusiva.

Tomando a configuração Com-correferencialidade como a configuração central, temos o seguinte esquema em (27):

(27) até que para x [SN INDEFINIDO- CATEGORIA QUE ACIONA *FRAME*] y [SV/ORÇÃO- COMENTÁRIO CONTRÁRIO/ ELEMENTO EM Y É UM MEMBRO NÃO PROTOTÍPICO DE X]

Assim, em sua configuração mais emblemática, a CCCAE assume que entre x e y há (direta ou indiretamente) uma correferencialidade. Y é um membro não prototípico de x, uma vez que se instaura como elemento que quebra as expectativas acionadas pelo *frame* disparado por x. As diferentes configurações dos níveis de correferencialidade e sem-correferencialidade entre x e y endossam a proposta de que, em maior ou menor medida, o falante que estrutura sua sentença como uma CCCAE conta com a cooperação interpretativa de seu interlocutor para depreender, assim, que duas situações estão sendo assumidas como dissonantes.

Considerações finais

Esperamos ter demonstrado, ao longo deste artigo, que a estrutura “ATÉ QUE PARA X [ACIONA *FRAME*/EXPECTATIVAS], Y [COMENTÁRIO CONTRÁRIO]” é uma construção concessivo-comparativa, instanciada como CCCAE. Esta imprime um sentido holisticamente depreendido como concessivo, que se assemelha, em certa medida, às relações de concessividade canonicamente expressas por “embora p, q”. O comentário avaliativo feito em Y ganha notoriedade a partir da contraparte “ATÉ QUE PARA X”, uma vez que essas contrapartes passam a ser assumidas como situações conflituosas.

A partir da noção de radialidade para tratar a centralidade de configurações construcionais, assumimos que as situações que denotam uma correferencialidade (direta ou indiretamente reconhecida) entre x e o elemento avaliado em Y são as mais centrais (em termos qualitativos e

quantitativos). Nesses casos, a relação concessivo-comparativa parece se impor mesmo em situações que, *a priori*, não são reconhecidas como conflituosas.

Por viabilizar a descrição de construções em todos os níveis, a proposta descritiva desenvolvida pelo projeto *Constructicon* contribuiu como forma de esboçar a configuração da CCCAE (que não faz parte de Construções de Estrutura Argumental) como uma construção que, embora bastante similar às de Realização do Qualificador de Grau, tem emparelhamento próprio.

De acordo com os dados analisados, CCCAE demonstra ser uma construção do deboche, do sarcasmo e da ironia; construção do cotidiano e da informalidade. Instancia situações que, em diversas vezes, acionam estereótipos, cristalizados ou circunscritos, numa relação que oscila entre corroborar a existência do estereótipo, naturalizando-o, e, então, quebrar as expectativas já estereotipadas.

REFERÊNCIAS

BOAS, Hans. Comparing constructions across languages. In: _____ (Ed). *Contrastive studies in construction grammar*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010. pp: 1- 20.

FILLMORE, Charles. J. Frame Semantics. In: *Linguistics in the morning calm. Selected papers from SICOL-1981*. Seoul, Korea: Hanshin Publishing Company, 1982.

FILLMORE, Charles; LEE-GOLDMAN, Russel; RHOMIEUX, Russel. The FrameNet Constructicon. In: BOAS, Hans; SAG, Ivan. (Eds). *Sign-based construction grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2012.

FRETHEIM, Thorstein. Interpreting concessive adverbial markers in English and Norwegian discourse. IN: *Reports of the project Language in Contrast*. 2001. Disponível em:

<<<http://www.hf.uio.no/ilos/forskning/prosjekter/sprik/pdf/fretheim.pdf>>>. Acesso em: 18 out. 2013.

GOLDBERG, Adele. *Construction: A construction grammar approach to argument structure*. The University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: The Oxford University Press, 2006.

HASEGAWA, Yoko et al. On expressing measurement and comparison in English and Japanese. In: BOAS, Hans. (Ed). *Contrastive studies in construction grammar*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010.

HUANG, Shu-Ling; SHIH, Yueh-Yin; CHEN, Keh-Jiann. Knowledge representation for comparative constructions in Extended-HowNet. In: *Language and Linguistics* 9.2. 2008. pp: 395-413. Disponível em:

<http://ckip.iis.sinica.edu.tw/CKIP/paper/Knowledge_Representation_for_Comparative_Constructions_in_Extended-HowNet.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2015.

KÖNIG, Ekkehard. On the history of concessive connectives in English. Diachronic and synchronic evidence. IN: *Lingua*. V. 66. 1985. Disponível em:

<<<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez25.periodicos.capes.gov.br/>>>. Acesso em: 18 out. 2013.

KÖNIG, Ekkehard; SIEMUND, Peter. Causal and concessive clauses: Formal and semantic relations. IN: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (eds). *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse Perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.

PIRES, Gabriela da Silva. *Abordagem semântico-pragmática da Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Simples “PARA X, Y” e Construção Concessivo-Comparativa Anteposta Enfática “ATÉ QUE PARA X, Y”*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, UFJF. Juiz de Fora/MG, 2016. 277 fl.

PIRES, Gabriela da Silva; ROCHA, Ana Paula Antunes. A gramaticalização de Até Que. IN: *Gláuks- Revista de letras e artes*. Vol. 11, nº 1. Viçosa: UFV; DLA, 2011.

VERHAGEN, Arie. Concession implies causality, though in some other space. IN: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; KORTMANN, Bernd (eds). *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse Perspectives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

O AFIXOIDE LÁ EM CONSTRUÇÕES DO PORTUGUÊS – PERSPECTIVIZAÇÃO ESPACIAL E (INTER)SUBJETIFICAÇÃO

Mariangela Rios de Oliveira¹

RESUMO

Neste artigo, com base na Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010; 2015), entre outros, investigamos o afixoide *lá* como subparte de três construções instanciadas no português brasileiro: a conectora textual (*lá vai, lá está*), a marcadora discursiva (*vamos lá, olhe lá*) e a intensificadora de grau (*para lá de bonita, para lá de charmoso*). Defendemos que o uso de *lá* nos três esquemas é motivado por inferências negociadas entre os interlocutores, a partir de propriedades do locativo, atinentes ao tipo de espacialização perspectivizada, no apontamento para lugar mais distante e vago em relação aos interlocutores, e às estratégias de (inter)subjetificação articuladas.

Palavras-chave: Perspectivização espacial, subjetificação, construção gramatical, afixoide lá.

ABSTRACT

In this article, in accordance with Usage-Based Functional Linguistics, in terms of Traugott and Trousdale (2013,) and Bybee (2010, 2015), among others, we investigate the affixoid “lá” as a subpart of three constructions instantiated in Brazilian Portuguese: textual connector (“lá vai”, “lá está”), discursive marker (“vamos lá”, “olhe lá”), and degree intensifier (“para lá de bonita”, “para lá de charmoso”). We argue that the use of “lá” in the three schemes is motivated by inferences that are negotiated between the interlocutors, based on properties of the locative, related to the type of perspectivized spatialization, when referring to a more distant and vague place in relation to the

1 Professora Titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mariangelariosdeoliveira@gmail.com

interlocutors, and to the strategies of (inter) subjectification.

Key-words: Space perspectivization, subjectification, grammatical construction, affixoid lá.

Introdução

Com base na Linguística funcional centrada no uso (doravante LFCU), nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010; 2015), entre outros, investigamos neste artigo determinados padrões construcionais do português em que uma de suas subpartes é a partícula locativa *lá*. Interessamo-nos pesquisar como tal partícula concorre, em termos semânticos, na configuração dos pareamentos investigados. Partimos da hipótese de que propriedades de sentido, atinentes à perspectivização espacial, e de forma, relativas à configuração monossilábica desse item, motivam sua seleção como subparte das construções pesquisadas.

Os padrões construcionais selecionados para análise são três:

(a) a construção conectora textual formada por locativo e verbo $[\text{LocV}]_{\text{ct}}$, nos termos de Rocha (2016):

(1) *Realmente, para mim foi uma certa novidade. Então, à sua volta, jovens como a Ana estão a ler mais? A. M. Sim, e eu considero que o tempo, de facto, acaba por ser um problema maior no que toca à leitura. Hoje em dia temos horários muito pesados, depois com trabalhos extra-escolares também grandes. Horários muito grandes e depois ainda os trabalhos de casa, o estudo pessoal que tem que ser feito e depois, **lá está**, se queremos continuar a cultivar aquela ideia que há que gozar a juventude, que a vida tem que ser vivida e que são os nossos melhores anos, este género de filosofia depois encaixada na realidade é complicada.* (Século XX, Portugal, oral)

(b) a construção marcadora discursiva integrada por verbo e locativo $[\text{VLoc}]_{\text{md}}$, conforme Teixeira (2015) e Sambrana (2017):

(2) *Sua mão preta, de unhas brancas, desafivelava, fazia o troco, afivelava - independente do seu olhar, que vagava ao longe, e apenas baixava uma ou outra vez, para conferir. Maria*

Maruca quis provar aquela comida de pretos. Olhe lá... Tome cuidado... - dizia Dentinho de Arroz. Essa gente sabe muita coisa... Podem botar dentro alguma porcaria. Maria Maruca desdenhava: 'Eu lá tenho medo de feitiços' - Sua cara vermelha brilhava ao sol. Amontoaram-lhe no prato o pirão de milho, e viraram-lhe, ao lado, umas colheradas do ensopado de bofe e coração. (CP, séc. XX, Br, Fic, C.Meireles, Olhinhos de gato, 1939)

(c) a construção intensificadora de grau [para lá de X_{adj-ig}], nos termos de Venâncio (2015):

(3) *Michel Teló e Thais Fersoza* escolheram um destino **para lá de romântico** para comemorar suas bodas de sorvete - que marcam os primeiros dois meses de casados -, *Fernando de Noronha. Tanto a atriz como o sertanejo publicaram em seus perfis no Instagram nesta terça-feira, 16, fotos da viagem ao destino, um dos favoritos dos famosos brasileiros. (Disponível em: <<http://caras.uol.com.br/verao/michel-telo-e-thais-fersoza-comemoram-bodas-de-sorvete-em-fernando-de-noronha#.VM5EFGjFAU>>. Acesso em 15 dez. 2014.)*

Nos três exemplos apresentados, destacamos instâncias de uso de construções gramaticais do português formadas pelo afixoide *lá*. De acordo com Booij (2010; 2013), definimos *afixoide* como uma categoria gradiente, situada no intervalo entre termos lexicais, de conteúdo mais pleno, como nomes e verbos, e termos de maior sentido procedural, de conteúdo abstrato, como afixos e desinências. Nesse sentido, a partícula *lá* é interpretada como subparte periférica dessas construções complexas, como constituinte mais *leve*, em termos de sentido e forma, que, vinculada a outros elementos nucleares, concorre para a configuração de esquemas específicos. Em pesquisa do português, Braga e Paiva (2003, p. 209) se referem ao papel afixoide como uso *clítico*, em seu estudo específico do locativo *aí*.

Interessa-nos aqui investigar como a perspectivização espacial (Batoréo, 2000) e a inferência sugerida² (Traugott; Dasher, 2002) motivam a seleção de *lá* nas instanciações construcionais destacadas em (1), (2) e (3). Conforme Goldberg (1995; 2006; 2009) e Croft e Cruse (2004), definimos *construção* como pareamento convencional de forma e função. Assumimos que, se, por um lado, o sentido construcional não corresponde meramente à soma do sentido das subpartes envolvidas, por outro lado, cada subparte concorre para a instanciação construcional como um todo. Assim, traços semânticos do afixoide *lá*, como os atinentes ao nível de proximidade dos interlocutores e à sua

2 Nossa tradução livre para o termo *invited inference*, cunhado por Traugott e Dasher (2002), na referência à negociação de sentidos intersubjetivos em contextos específicos.

granulidade³ vasta, na articulação do sentido vago e impreciso que veicula, entre outros, devem impactar e motivar sua instanciação nas construções referidas.

Para dar conta de nosso objetivo e da hipótese de trabalho, este artigo se distribui em quatro seções. Na primeira, trazemos as bases teóricas da LFCU, com destaque para a abordagem construcional da gramática. Na segunda parte, voltamo-nos para o afixoide *lá*, enfatizando as propriedades de sentido que motivam seu recrutamento para compor as construções em estudo. Na terceira, dedicamo-nos à descrição e à análise das três construções selecionadas, a partir de dados de recentes pesquisas do português em uso; o foco reside nas propriedades do afixoide *lá* e sua contribuição para os padrões construcionais analisados. Por fim, na quarta seção, como considerações finais, apresentamos uma síntese dos traços caracterizadores de *lá* que motivam sua seleção como subparte afixoide das construções pesquisadas, com destaque para a perspectivização espacial e a (inter)subjetificação que esse constituinte articula.

1. Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)

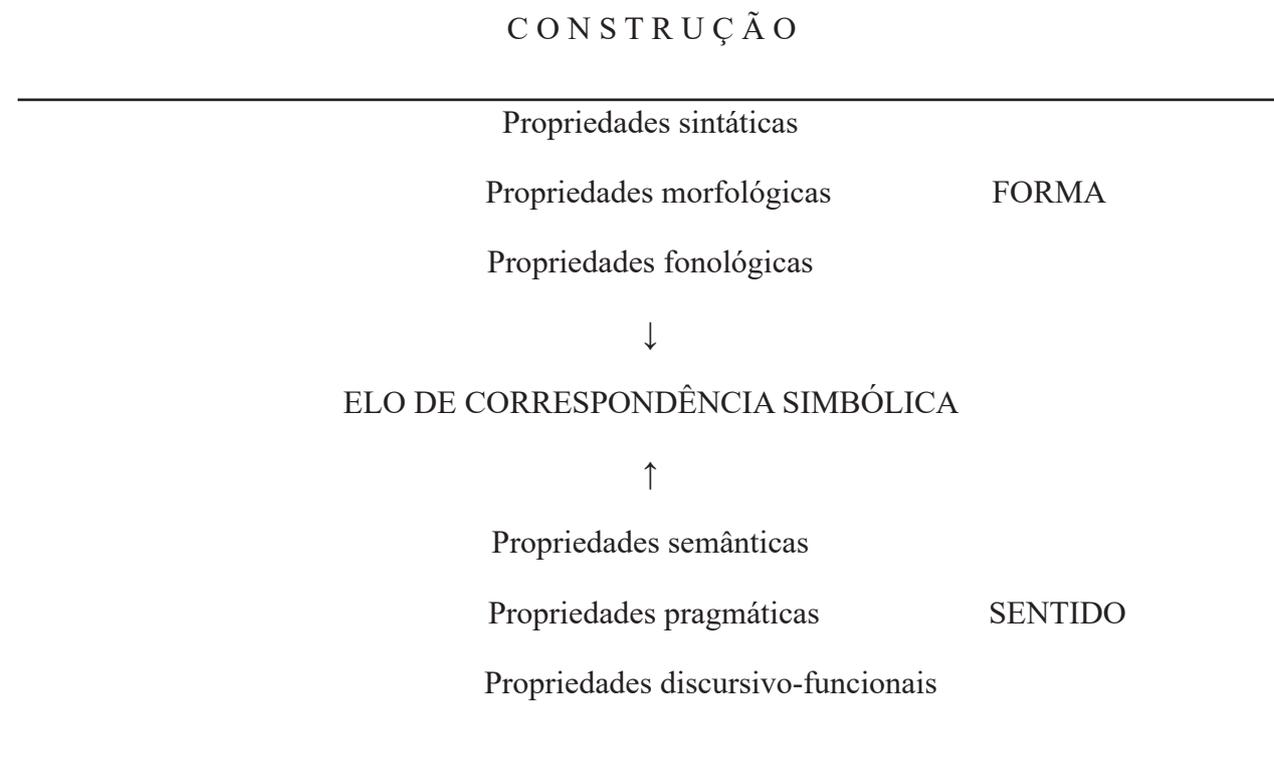
O campo teórico em que nos apoiamos, resultante do mais recente diálogo e parceria entre o funcionalismo de vertente norte-americana, na linha de Givón, Traugott, Bybee, Hopper, Thompson e outros, e o cognitivismo, com base nos trabalhos de Croft, Goldberg, Fillmore, entre outros, é hoje por nós nomeado de *Linguística funcional centrada no uso* (Bybee, 2010; 2015; Traugott, 2012; Traugott, Trousdale, 2013). Sob esse rótulo, o funcionalismo que praticamos atualmente lança seu foco de interesse em padrões de uso, em expressões que são produzidas e recebidas como um todo de sentido e forma, e que passam a cumprir funções mais gramaticais ou discursivo-pragmáticas na língua. Tais padrões emergem da combinação de três eixos motivadores: a dimensão cognitivo-experiencial, a dimensão sócio-histórica e a dimensão estrutural da própria língua. Da associação dessas três instâncias, em menor ou maior grau, são forjados, fixados e regularizados os usos linguísticos. Assim posto, parte a LFCU, com base em Traugott e Trousdale (2013), de concepção holística de gramática, dado que esta é assumida como um sistema de conhecimento linguístico hipotético, incluindo não só morfossintaxe, semântica e fonologia, mas também pragmática e funções discursivas.

Na LFCU, os padrões de uso são considerados instanciações de construções, definidas estas como modelos esquemáticos em que forma e sentido se encontram vinculadas em maior ou menor

3 De acordo com Batoréo (2000: 439), a granulidade, termo oriundo da Inteligência Artificial, define as diferenças nas regiões-de-vizinhança dos conjuntos, a partir de dois subsistemas: a) granulidade vasta do binômio *cá/lá* e granulidade fina ou estreita, correspondente a um ponto específico, como *aqui/ai/ali*.

grau; e a língua, portanto, é entendida como o sistema simbólico de pares de estrutura e significado, como demonstrado com base em exemplificação do português em Rosário e Oliveira (2016). Assim, por exemplo, em relação a *lá está, olhe lá e para lá de romântico*, concernentes aos fragmentos (1), (2) e (3), apresentados na parte introdutória do presente artigo, consideramos tratar-se, respectivamente, de instâncias de uso pertencentes à classe dos conectores textuais, dos marcadores discursivos e dos intensificadores de grau. Tais usos, tomados como manifestações de esquemas altamente vinculados em termos de sentido e forma, são produzidos e compreendidos como um todo; nessas expressões, cada subparte concorre para o sentido e o formato geral. Há em comum, nos três fragmentos, o preenchimento de uma das subpartes pelo afixoide *lá*, que, assim, contribui, com seus traços semânticos, para a configuração de tais esquemas. Nosso problema é justamente responder a essa questão: por que *lá* é recrutado para compor esses esquemas? Que propriedades tem esse afixoide que o fazem preencher determinados *slots*⁴?

Em consonância com a estreita relação entre sentido e forma assumida pela perspectiva construcional, fundamentamo-nos na proposta de Croft e Cruse (2004, p. 258) e Croft (2001, p. 18), a partir de seu modelo da estrutura simbólica da construção:



4 *Slots* são lugares esquemáticos de uma construção, passíveis de serem preenchidos e instanciados por distintos constituintes, como V, Loc e X; quanto mais esquemática é uma construção, menor sua composicionalidade e maior é a tendência à formação de *types* específicos do mesmo padrão, revelando sua produtividade.

Como podemos observar, a proposta dos autores procura dar conta de todos os níveis de uso de uma dada construção, tanto em termos de suas propriedades formais quanto referenciais. A conexão entre convencionalização de sentido e forma é interna à construção, envolvendo aspectos mais arbitrários e outros mais motivados. Trata-se, portanto, de um modelo holístico de análise, que procura dar conta das distintas dimensões aí envolvidas e suas interfaces.

2. Espacialização e (Inter)subjeficação⁵

Em abordagem cognitivista, Batoréo (2000, p. 26) destaca que o espaço *é considerado um dos domínios mais transparentes e complexos da interdependência da Linguagem e Cognição* e que *esquemas espaciais são recrutados para esquemas formados por outras expressões de caráter não-espacial*. Na mesma vertente teórica, Ferrari (2011, p. 93) declara que *recorremos ao conhecimento de base experiencial relativo ao espaço e o projetamos para o domínio abstrato de tempo*. Assim posto, tal concepção retoma a clássica derivação de base localista *espaço > tempo > texto*, proposta por Traugott e Heine (1991). Essa trajetória tem a ver com: a) a espécie de perspectivização espacial articulada na interação; b) o tipo de percepção que o indivíduo tem do que o rodeia; c) a representação que o esse indivíduo tem do meio ambiente em relação a seu interlocutor. Tais questões se encontram detalhadas em Batoréo (2000) e tratadas empiricamente em Oliveira e Batoréo (2014), a partir de estudo contrastivo de construções formadas por locativos no PB e o no PE.

A espacialização pode ainda ser considerada com base na semântica de *frames*, tal como formulada por Fillmore (1988). O termo corresponde a um tipo de enquadramento, de sistema estruturado de conhecimento, fundado na experiência cotidiana, que é acionado nas interações. De acordo com tal perspectiva, esse enquadramento atribui sentido às nossas declarações, que se encontram, assim, dependentes do tipo de *frame* acionado. Portanto, há motivação entre determinados contextos de uso, nos termos de Diewald (2002; 2006), seu nível de menor ou maior abstração, estratégias de (inter)subjeficação e o afixoide *lá* instanciado nas construções pesquisadas. A semântica de *frames* também guarda correspondência com o tipo de sequência tipológica articulada (MARCUSCHI, 2002; 2008), uma vez que porções textuais descritivas e narrativas tendem a se organizar a partir de molduras mais objetivas, enquanto sequências injuntivas, dialógicas ou expositivo-dissertativas enquadram cenas mais abstratas e marcadas por (inter)subjeficação, tal como ocorre nos exemplos (1), (2) e (3). Nesses exemplos, prepondera a marca (inter)subjefativa, que se observa tanto no tom

⁵ Embora Traugott e Dasher (2002) se refiram ao termo *subjeficação*, optamos aqui por complementá-lo com a anteposição de (*inter*), levando em conta que o foco desse processo é a díade falante/escritor & ouvinte/leitor; nesse sentido, a expressão do locutor e suas estratégias persuasivas acabam por atingir o interlocutor de modo inevitável.

dialógico, mais explícito em (1) e (2), como na manifestação opinativa, destacada em (3).

Para a abordagem da (inter)subjeficação, fundamentamo-nos em Traugott e Dasher (2002), com base na proposição da inferência sugerida, entendida como uma espécie de acordo tácito, no plano interacional, em que os interlocutores negociam sentidos e crenças, em nível de maior abstração, para além do plano meramente informacional. Uma das manifestações da inferência sugerida é justamente a (inter)subjeficação, pela qual os locutores, além de manifestarem sua avaliação do que verbalizam e veiculam, atuam ainda sobre os interlocutores, no intuito de agirem sobre estes, tentando seduzi-los no jogo interacional. Para tanto, mudanças semânticas ocorrem, uma vez os novos sentidos negociados são forjados com base em termos já existentes, que têm seu conteúdo abstratizado para dar conta dos novos propósitos comunicativos. De acordo com Traugott e Dasher (2002), a (inter) subjeficação é um dos mais fortes e representativos mecanismos da mudança semântica no uso linguístico, constituindo etapa inicial de muitos processos de mudança gramatical.

Assumimos que a (inter)subjeficação veiculada por intermédio do afixoide *lá*, motivada pelos jogos inferenciais e arranjos verbais de que participa, é um fator relevante para seu recrutamento na formação das construções aqui analisadas. De acordo com Bueno (1968) e Cunha (1987), o locativo *lá* provém do termo latino *illac*, na referência àquele lugar, como espaço mais distante dos interlocutores. Segundo Batoréo (2000), além da distância aludida, *lá* também porta propriedades de granularidade vasta, uma vez que se refere a espaço inespecífico e indeterminado, traço que o distingue, por exemplo, do locativo *ali*. Consideramos que tanto o distanciamento do espaço interlocutivo quanto a granularidade vasta constituem traços motivadores para o uso de *lá* tanto nos padrões construcionais aqui estudados quanto em outros do português. Martelotta e Rêgo (1996, p. 237), por exemplo, em estudo pioneiro, fundamentados em abordagem funcionalista clássica, já se referem aos *contextos em que a partícula lá mostra sinais de gramaticalização* e destacam *funções que são assumidas por ela no ato discursivo*, como em usos do tipo *sei lá, uma doença lá, de lá para cá*, entre outros.

Na descrição gramatical do português, o locativo *lá* se situa na classe dos advérbios, considerada de *extrema mobilidade semântica e funcional* (BECHARA, 1999, p. 288). Camara Jr (1979, p. 123), ao identificar usos conectivos de determinados advérbios, alerta para *certas diretrizes* que devem ser *pesquisadas, descritas e classificadas* no tratamento dessa categoria, a fim de que se retire de sua abordagem a marca da arbitrariedade com que, em geral, é descrita. Mesmo nos estudos mais recentes sobre a língua portuguesa do Brasil, tais como os de Ilari et al (1990), Neves (2000; 2002), Castilho, (2010) e Bagno (2011), a categoria adverbial é caracterizada como uma classe pouco nítida, de

contornos difusos, integrada por membros muito distintos, incapazes de compartilhar maior conjunto de traços.

No caso do locativo *lá*, a imprecisão categorial manifesta-se de modo ainda mais acentuado. Trata-se prototipicamente de um advérbio *não-predicativo* (Ilari et al, 1990) e *não-modificador* (Neves, 2000). Como marcas adicionais da subclasse dos locativos, que confirmam sua marginalidade característica em relação aos demais advérbios, citam-se a natureza pronominal e a foricidade de que se reveste. *Lá* constitui uma proforma que, na perspectiva construcional assumida pela LFCU, atua como afixoide, como subparte mais periférica de esquemas complexos, como as construções abordadas a seguir.

3. O afixoide *LÁ* em construções do português

Nesta seção, selecionamos três padrões construcionais para descrição e análise. Privilegiamos as instâncias de uso em que o *slot* do locativo (Loc) é preenchido por *lá*. Interessa-nos não só a configuração de cada um desses padrões como também o que há de comum nos mesmos, a partir do recurso ao mesmo afixoide.

3.1. [LocV]_{ct}

A [LocV]_{ct} é uma construção esquemática, ou seja, tem alto nível de abstração, com suas subpartes podendo ser preenchidas por constituintes distintos, formando-se assim microconstruções ou *types* específicos, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). O tipo de conexão realizado por esse pareamento é *retroativo-propulsor*, conforme Tavares (2012), ou seja, vincula o que foi declarado, anaforicamente, ao que será declarado, cataforicamente.

De acordo com Rocha (2016) e Oliveira e Rocha (2016), nessa construção, uma das possibilidades de preenchimento das subpartes Loc e V é justamente aquela formada pelo afixoide *lá* seguido dos constituintes verbais *está* ou *vai*, nas formações *lá está* e *lá vai*. Assim, embora a [LocV]_{ct} desempenhe, em termos gerais, função conectora, a depender das subpartes envolvidas, efeitos de sentido específicos são obtidos. Desse modo, *lá está* e *lá vai*, como microconstruções do esquema maior [LocV]_{ct}, são instanciadas como em:

- (4) *Nós à bocado falámos da liberdade se falou-se da censura, portanto, da liberdade de*

imprensa. Quando vê televisão, acha que a verdade está a passar, a verdade dos acontecimentos, ou, se há manipulação, que as pessoas podem gerir o que ouvem e serem capazes de ser objectivas perante as imagens que recebem? A. M. O problema dos meios de comunicação é muito complexo. Lá está: saber gerir a liberdade. Eu, desde muito pequena que acompanho o meu pai, que é da área da comunicação social, em conferências e, esse é um tema que eu já ouvi debater muito por gente que melhor do que eu saberá falar nele. (Século XX, Portugal, oral)

(5) *Deve fazer umas quadrinhas novas... Porque não faz? - Fiz já. - Pode recitar? - Pois não. - Diga lá. – Lá vai: Ai, Filomena, Se eu fosse como tu, Punha uma máscara Na cara do Dudu. (Século XX, Brasil, ficção)*

Tanto em (4) quanto em (5), *lá está* e *lá vai* apresentam alto nível de vinculação semântico-sintática, formando um *chuncking*⁶, nos termos de Bybee (2010; 2015). Nesses usos, tanto o locativo *lá* quanto o elemento verbal nuclear perdem traços de sua categoria prototípica, em prol da formação de um pareamento de função gramatical, no nível da conexão textual. Em ambos os fragmentos, representativos de textos escritos, a [LocV]_{ct} é instanciada antes de pausa menor e se encontra precedida por pausa maior. O preenchimento do *slot* Loc pelo afixoide *lá* confere também à construção certo caráter mostrativo: ao mesmo tempo em que prepara o interlocutor sobre o que será declarado após os dois pontos - a especificação do problema dos meios de comunicação, em (4), e a quadrinha recitada em (5), desloca essa amostra para um espaço distante e inespecífico, afastado do ambiente mais próximo em que se encontram os interlocutores. Sequências dissertativo-argumentativas, como (4), e dialógicas, como (5), são ambientes motivadores para instanciações desse tipo; em tais contextos, por inferência sugerida, o escritor atua sobre o leitor, convidando-o a partilhar, intersubjetivamente, sentidos mais inferíveis, de natureza pragmático-discursiva, como o traço mostrativo presente nas duas instanciações construcionais destacadas em (4) e (5).

Em pesquisa sincrônica sobre a [LocV]_{ct}, com base em levantamento exaustivo de textos do

6 Para a autora, um *chuncking* é um processo cognitivo de domínio geral pelo qual são encadeadas, em termos de sentido e forma, as unidades linguísticas. Trata-se de um mecanismo básico para a formação de unidades mais complexas, tanto no nível gramatical, como as construções SN, SV ou SPrep, quanto no nível lexical, como os compostos *guarda-chuva* ou *quebra-cabeça*, por exemplo.

século XX no *Corpus do Português*⁷, Rocha (2016, p. 92) encontra 90 dados do uso desse padrão construcional. Das seis microconstruções pesquisadas pela autora, tomadas como as mais frequentes no português, as preenchidas pelo afixoide *lá* são as menos recorrentes, como podemos observar pela Tabela 1:

COMBINAÇÃO	<i>Aqui está</i>	<i>Aí está</i>	<i>Lá está</i>	<i>Aí vem</i>	<i>Aí vai</i>	<i>Lá vai</i>	TOTAL
Total de ocorrências	96	155	149	57	29	176	662
Ocorrências no Cont. Isolado ⁸	9 (9,37%)	52 (33,55%)	6 (4,03%)	11 (19,30%)	7 (24,14%)	5 (2,84%)	90 (13,59%)

Tabela 1: Frequência das microconstruções do esquema [LocV]_{ct}

Nessa tabela, a linha “Total de ocorrências” diz respeito ao levantamento geral de expressões usadas, seja em vinculação menor das subpartes, nas quais Loc e V atuam efetivamente como elementos mais lexicais, seja em arranjos mais integrados, quando atuam de fato como instâncias da [LocV]_{ct}. A segunda linha horizontal, sob o rótulo “Ocorrências no contexto isolado”, assumindo a terminologia de Diewald (2002; 2006), refere-se somente aos casos em que se detectam usos conectores textuais das expressões levantadas. Comparando-se os resultados numéricos de ambas as linhas, podemos constatar que os contextos “isolados”, nos quais temos a efetiva instanciação da [LocV]_{ct}, são pouco produtivos no *corpus* pesquisado, registrando reduzida frequência de uso.

Consideramos, na Tabela 1, que a menor frequência no uso de *lá* como preenchedor da primeira subparte da [LocV]_{ct} deve-se justamente à granulidade vasta e ao maior distanciamento articulados por esse locativo. Dos dados de Rocha (2016), constatamos que a maior frequência de preenchimento do slot Loc é a de *aí*, termo que aponta justamente para o espaço do interlocutor, de modo mais preciso e específico, num tipo de articulação de sentido que parece favorecer a proximidade na negociação de

7 Acessado através do link: www.corpusdoportugues.org

8 De acordo com Diewald (2002; 2006), o contexto isolado refere-se ao estágio em que uma mudança linguística se efetiva e consolida; trata-se da fase em que um novo membro é convencionalizado e incorporado ao paradigma da língua, distinguindo-se por completo dos arranjos iniciais que o motivaram.

sentidos entre os atores da interação. Das 90 ocorrências levantadas, a grande maioria, perfazendo 70 dados, são exemplares instanciados por aí, tendo a microconstrução *aí está* a maior frequência.

3.2. [VLoc]_{md}

Conforme se encontra em Oliveira e Teixeira (2015; 2017), Teixeira (2010; 2015) e Sambrana (2017), a [VLoc]_{md} constitui, no português contemporâneo, um esquema altamente vinculado e muito produtivo, notadamente em interações mais informais e injuntivas, nas quais preponderam pressões intersubjetivas, nos termos de Traugott e Dasher (2002). A íntima vinculação de suas subpartes, com perda acentuada das propriedades típicas de seus constituintes (verbo e pronome locativo), contrasta com o modo mais desvinculado com que [VLoc]_{md} atua nos textos em que ocorre. A função precípua dessa construção é pontuar a sequência em que se insere, orientando o foco do interlocutor para o que se intenta destacar; trata-se de um tipo de *inferência sugerida* específico.

Entre a distinta conceituação dos marcadores discursivos na literatura linguística, partimos da seguinte, que consideramos contemplar a funcionalidade da [VLoc]_{md}:

Trata-se de amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções, e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa. (RISSO; SILVA; URBANO; 2002, p. 21)

Assim posto, assumimos que a [VLoc]_{md} se encontra em ponto avançado na rota de mudança gramatical, dado que a marcação discursiva atua no nível pragmático da língua, para além da dimensão sintática. Em termos construcionais, a menor integridade de conteúdo e forma das subpartes V e Loc revela a menor composicionalidade, ou seja, a menor autonomia de cada subparte, e a maior esquematicidade, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), desse pareamento.

A subparte Loc, em papel afixoide, contribui para o sentido construcional, perspectivando V, na formação de um elemento da classe dos marcadores discursivos do português. A depender do preenchimento de Loc, altera-se a referida perspectiva, como demonstrado em Sambrana (2017), com base no fragmento (2), ilustrado na seção introdutória. Nesse fragmento, o marcador *olhe lá* abre espaço para o conselho dado a Maria Maruca: *Tome cuidado... Essa gente sabe muita coisa... Podem botar dentro alguma porcaria*. A instanciação de *lá* nessa formação concorre para articulação

do sentido de aconselhamento e recomendação de toda a sequência, como se num lugar vago e mais distante (*lá*) estivesse o perigo (*Podem botar dentro alguma porcaria*). O sentido de aconselhamento se articula não só pelo preenchimento do *slot* V por *olhe*, usado metaforicamente com sentido cognitivo, como também pela instanciação de *lá* no *slot* Loc, como se o perigo e demais riscos estivessem de fato num espaço mais distante e pouco nítido.

Um novo efeito de sentido se instaura quando, conforme demonstrado em Teixeira (2015, p. 198), o afixoide *lá* é combinado com verbo de deslocamento espacial, formando outra microconstrução, como a seguir:

(6) *Houve, mas só de passagem. O que houve mesmo, de fato, foi a aprovação do primeiro turno da emenda da reeleição na Câmara. Dirão que depende do ponto de vista. **Vá lá.** Mas o que não é pura interpretação é a vontade com que o senador Antônio Carlos assumiu seu posto no Senado. Mostrou as primeiras garras, que agradou muito à esquerda sem desagradar ao poder...* (Século XX, Brasil, notícia)

Em instanciações como (6), destaca-se o sentido concessivo articulado por *vá lá*. Esse uso, por inferência sugerida, concorre para incrementar o tom opinativo, fazendo com que o emissor desloque para espaço mais difuso e distante alguma interpretação inicial (*Dirão que depende do ponto de vista*); em seguida, após *vá lá*, esse mesmo emissor traz à cena o que de fato intenta destacar (*Mas o que não é pura interpretação é a vontade com que o senador Antônio Carlos assumiu seu posto no Senado*). Assumimos que essa propriedade de deslocamento e de vagacidade, de distanciamento para um ponto difuso, motiva a seleção do afixoide *lá* em tais formações. A marca do descomprometimento de *vá lá* coaduna-se com a impessoalidade da forma verbal *vá*, com o traço dissertativo-argumentativo do fragmento (6) e com o *frame* abstrato de todo o contexto.

Quando a subparte V é preenchida pela forma verbal na primeira pessoa do plural, altera-se o efeito do sentido construcional:

(7) *O senhor poderia dar um balanço de quantos ou quanto economizou com isso? **Vamos lá:** de informática, eu cancelei 450 milhões com várias empresas, inclusive a da prefeitura, que não é da prefeitura, uma empresa privada que substituiu o CPD, o Centro de Processamento de Dados da prefeitura.* (Século XX, Brasil, entrevista)

Por intermédio de *vamos lá*, tal como ilustrado em (7), articula-se um tipo específico de sentido

injunctivo com o qual o emissor convida o interlocutor a partilhar a informação a seguir, preparando-o para o que vai se declarado, destacando o tom intersubjetivo do fragmento. Ao usar a primeira pessoa do plural, instaura-se a adesão e o comprometimento, no convite a que o ouvinte ou leitor endosse o que será referido. O afixoide *lá* nessa formação concorre para instaurar a marca da abstração de todo o trecho. Como demonstra Teixeira (2015, p. 230), *o traço de exortação derivado do sentido de se delocar para além de onde se encontram os interlocutores permanece nos usos de vamos lá, indicando, como marcador, uma exortação/estímulo/incentivo para atuar em outra instância, deslocando o ponto de vista/atenção do interlocutor.*

Tomando por fonte também o *Corpus do Português*, Teixeira (2015) levanta, no século XX, 20 ocorrências de *vá lá* e 26 de *vamos lá* como instanciações da [VLoc]_{md}. Esses usos, de fato, são registrados na língua, de acordo com o banco de dados pesquisado, desde o século XIX. A autora também detecta e investiga, como microconstruções da [VLoc]_{md} preenchidas no slot Loc por *lá*, as seguintes formações: *espera lá, olha lá, vê lá, diga lá, sei lá, sabe lá e quero lá*. Cada um desses *types*, conforme a natureza semântica e gramatical de V, assume sentido mais específico, em termos de marcação discursiva; em comum, partilham o preenchimento da segunda subparte pelo afixoide *lá*, o que confere a todos, em maior ou menor grau, marca de imprecisão, vaguidão, distanciamento ou pouca importância, chegando até mesmo a sentido negativo, no caso do *type sei lá*, conforme demonstrado em Oliveira e Santos (2011).

3.3. [para lá de X_{adj}]_{ig}

O terceiro padrão construcional aqui abordado é aquele instanciado pelo afixoide *lá*, antecedido por *para* e seguido por *de X*, este, via de regra, de base adjetiva. Trata-se de uma construção gramatical parcialmente esquemática, uma vez que apresenta subpartes preenchidas (*para, lá, de*) e outra em *slot* (X). A construção tem função de grau intensificador, conforme se encontra em Silva (2014, p. 69), para quem *intensidade é localização*. De acordo com autor

entendemos a conceitualização do grau como uma atividade semântico-cognitiva e discursivo-pragmática fundada em nossas experiências individuais (físicas e/ou afetivas) e socioculturais.

Nessa conceitualização, escalonam-se, de certa maneira, noções relativas a conceitos referenciais, eventos e estados de coisas em geral que são tomados, de algum modo, como suscetíveis a um escalonamento, conforme determinados parâmetros e convenções. Tal conceitualização, associada ao propósito discursivo e ao contexto em que se dá, evidentemente, tem implicações em seu modo de expressão. (SILVA, 2014, p. 38-39)

Com base em Venâncio (2015), ilustramos instanciações da [para lá de X_{adj-ig}]:

(8) *Nesta terça-feira (12), é o aniversário de 22 anos da modelo britânica Cara Delevingne, uma das tops mais simpáticas da atualidade. A seguir, o UOL Moda selecionou 22 imagens que provam que, além de querida e com uma vida social **para lá de agitada**, ela é a modelo mais interessante do momento.* (Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/entretenimento/2014/08/11/22-vezes-em-que-cara-delevingne-provou-que-e-a-top-mais-querida-do-momento.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2012)

(9) *Se você é tipo a gente, que adora acompanhar todo o luxo e riqueza dos glamourettes, vai adorar essa notícia: pedimos a Deborah Falci, Tania Derani, Luciana Tranchesi e Walério Araújo, donos de cachorrinhos **pra lá de fofos**, para contarem como é o dia a dia dos seus bichinhos. Vem com a gente!* (Disponível em: <<http://glamurama.uol.com.br/au-au-a-vida-puro-charme-dos-caes-de-quatro-glamourettes-vem-espiar/>>. Acesso em: 30 ago. 2014)

Como podemos observar, em (8) e (9), a instanciação de [para lá de X_{adj-ig}] concorre para incrementar sentido atributivo: em (8), intensifica a agitação da vida social da modelo britânica Cara Delevingne; em (9), destaca a *fofura* de cachorrinhos de artistas famosos brasileiros. O locativo *lá*, por conta de sua granularidade vasta e do distanciamento espacial que articula, é o item recrutado para a instauração do sentido intensificador. A distância no espaço, sentido fonte do locativo, se encontra, por força de pressões de ordem contextual e pragmática, redimensionada e convertida em distância no nível da atribuição referida; assim, *para lá de agitada* e *pra lá de fofos* atuam em função intensificadora, ao articularem sentido que designa algo para além do limite do qualificador inicial – *agitada* e *fofos*, fazendo a referência ultrapassar a barreira da simples adjetivação.

Os fragmentos (8) e (9) ilustram ainda o contexto preferencial de instanciação da [para lá de X_{adj-ig}]: declarações informais, injuntivas ou dialógicas, marcadas por forte (inter)subjetividade e tom opinativo. Em contextos assim forjados, [para lá de X_{adj-ig}] torna-se mais um elemento a concorrer, coesivamente, para a articulação de pontos de vista enfáticos. Justamente por essa característica discursivo-pragmática, a instanciação da [para lá de X_{adj-ig}] tem sido mais levantada em blogues, em sites de moda, de entretenimento, colunas sociais, entre outros, como demonstra Venâncio (2015). Tal tendência permite ainda que se hipotetize ser essa construção mais recente na trajetória do PB, dado que investigações preliminares por nós empreendidas ainda não levantaram tal ocorrência no PE.

Assumimos que [para lá de X_{adj-ig}] tenha como contextos originais ou típicos, conforme a terminologia de Diewald (2002; 2006), formações mais composicionais, em que cada subparte corresponde a sua classe inicial e em que X constitui um nome substantivo de sentido espacial, como em (10), temporal, como em (11), ou quantificador, como em (12), também extraídos de Venâncio (2015):

(10) *Olharam através da extensão imensa dos campos de algodão de Gerald O'Hara, recentemente arados e contemplaram o horizonte encarniçado. Agora que o Sol estava prestes a sumir-se atrás das colinas, **para lá do rio Flint**, o calor tépido daquela tarde de Abril começava a dar lugar a uma brisa suave e fresca.* (Disponível em: <<http://vitallivros.xpg.uol.com.br/E%20o%20vento%20levou.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014)

(11) *Excelente gravação. O som ficou ótimo, e o contraste realmente ficou um pouco exagerado. Mais vc tava com muito sol nesse dia, o que eu gravei já eram **pra lá das 19:30 hs...**Eu particularmente gosto de um contraste mais forte. Abcs.* (Disponível em: <http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/maria-scombona/pr-naodesvairar/1013_764>. Acesso em: 22 dez. 2014)

(12) *Como o fotógrafo já está acostumado com essa prática no dia a dia, é ele o profissional requisitado ultimamente para cobrir as festas de casamento, tirar **pra lá de três mil fotos**, e depois criar um álbum com imagens conceituais e artísticas que estão mais para compor livro de arte.* (Disponível em: <<http://portaltagit.ne10.uol.com.br/cultura/17637/album-de-casamento-e-quase-um-livro-de-arte/>>. Acesso em: 18 set. 2014)

Tomando por base a teoria localista, como apresentada em Batoréo (2000), podemos estabelecer o *cline* de abstratização *espaço > tempo > texto* (quantificação) a partir dos três fragmentos (10), (11) e (12). Nessa trajetória, *para lá do rio Flint*, em (10), revela maior composicionalidade, uma vez que cada uma das subpartes (*para, lá, do rio Flint*) preserva seus traços categoriais de fonte (preposição, pronome locativo, Sprep locativo); trata-se de um arranjo circunstancial locativo que integra sequência marcada por forte perspectivização espacial. Em (11), temos o circunstanciador temporal *pra lá das 19:30 hs*, num fragmento caracterizado por maior subjetividade e marcas da primeira pessoa (*eu gravei, eu particularmente gosto, abcs*). Por fim, em (12), *pra lá de três mil fotos* complementa o verbo *tirar*, destacando, de outra parte, o número de fotos tiradas; nesse fragmento, temos o nível de abstração do locativo *lá* incrementado por conta de seu preenchimento catafórico a

partir de *três mil fotos*, que já não corresponde a um marco espacial ou temporal.

Na comparação dos três fragmentos, detectamos que, em (12), tanto a preposição, quando o locativo e o *de X* se destituem de seus traços de categoria fonte em prol de maior vinculação semântico-sintática. Nesse sentido, podemos dizer que (12) exibe menor composicionalidade face a (10) e (11). Por outro lado, embora quantificação seja sentido mais abstrato em relação a espaço e tempo, ainda não estamos diante da efetiva [para lá de $X_{adj}ig$] mas sim de uma configuração textual correspondente, por hipótese, ao contexto classificado como *crítico* de Diewald (2002; 2006), num nível de articulação que antecede a efetiva construção de grau intensificadora, tal como ilustrada em (8) e (9).

A seguir, apresentamos o levantamento da produtividade desses padrões no PB contemporâneo, com base em Venâncio (2015, p. 59):

Combinação	Ocorrências	Nível de vinculação
Para lá de X_{loc}	26	baixa
Para lá de X_{temp}	4	baixa
Para lá de X_{quant}	9	média
[para lá de $X_{adj}ig$]	339	alta
Total	378	

Tabela 2: Frequência e níveis de vinculação de “para lá de X”

De acordo com a Tabela 2, constatamos a majoritária frequência da [para lá de $X_{adj}ig$] em relação aos demais arranjos, esses menos vinculados, em que *X* é preenchido por elemento de natureza circunstancial locativa, como em (10), circunstancial temporal, como em (11), e por elemento quantificador, como em (12). Assumimos que esses usos antecedem e motivam, num *cline* de crescente integração semântico-sintática, a efetiva [para lá de $X_{adj}ig$], considerada, neste estágio, contexto isolado, nos termos de Diewald (2002; 2006). Embora a pesquisa de Venâncio (2015) seja de viés sincrônico, assumimos que os quatro tipos de expressões apresentadas na Tabela 2 correspondem, na trajetória da língua, a contextos iniciais de mudança linguística, tal como (10) e (11), passando a fases de polissemia e ambiguidade, como ocorre em (12), e chegando a usos como os ilustrados em (8) e (9), quando se instancia a [para lá de $X_{adj}ig$]. Nesse sentido, em termos do PB contemporâneo, defendemos que os quatro estágios de vinculação convivem e competem pelo uso, na representação atual de distintas fases da língua. Em tais estágios, o afixoide *lá*, por conta de sua granularidade vasta e maior distanciamento do espaço interlocutivo, atua como subparte dependente, como elemento que

marca afastamento no espaço, no tempo, na quantidade e na atribuição, respectivamente. O sentido de grau intensificador articulado na [para lá de X_{adj}_{ig}] é motivado por intermédio da estreita relação entre maior distanciamento e conseqüente aumento de intensidade atributiva.

Considerações Finais

A descrição e a análise das instâncias de uso dos três padrões construcionais aqui selecionados, com foco no papel afixoide de *lá* em cada padrão, permitem que cheguemos a algumas constatações e generalizações, listadas a seguir:

- a. Traços semânticos de *lá*, atinentes ao nível de distanciamento maior em relação aos interlocutores e aos objetos da interação, bem como a granularidade vasta, motivam sua instanciação como afixoide em construções complexas do português.
- b. O afixoide *lá*, ainda que instanciado em padrões distintos, como nas três construções aqui abordadas, preserva os referidos traços, que são redimensionados e combinados com as demais subpartes das construções, concorrendo para o novo pareamento de sentido e forma.
- c. Nas sequências em que são instanciadas essas construções, prepondera o *frame* não espacial, ou seja, o espaço é perspectivizado como domínio abstrato; fragmentos injuntivos, dialógicos e dissertativo-argumentativos configuram-se como os ambientes textuais ótimos para os usos aqui pesquisados.
- d. Em termos de inferência sugerida, a (inter)subjetividade prepondera; o locutor age sobre o interlocutor, negociando o espaço vago e impreciso de *lá* na formação de esquemas portadores de funções gramaticais, como conexão textual, marcação discursiva e intensificação de grau.
- e. Na construção [LocV]_{ct}, o preenchimento da primeira subparte pelo afixoide *lá* ratifica o sentido mostrativo do conector instanciado, ao mesmo tempo em que desloca o objeto a ser mostrado, no caso, declarações, opiniões ou pontos de vista, para espaço difuso e abstrato, afastado do contexto em que se situam os interlocutores.
- f. Na construção [VLoc]_{md}, o afixoide *lá*, ocupando o *slot* da segunda subparte, de acordo com suas propriedades semânticas, pode concorrer na articulação de sentido concessivo (*vá lá*), persuasivo (*vamos lá*) e mesmo negativo (*sei lá*), entre outros efeitos, a depender do preenchimento de V.
- g. Na construção [para lá de X_{adj}_{ig}], o afixoide *lá* concorre para incrementar o nível de distanciamento do atributo X, concorrendo, assim, para o sentido intensificador de grau; a adjetivação, por conseguinte, assume maior dimensão, em efeito obtido por intermédio do distanciamento e da granularidade vasta de *lá*.

Em termos gerais, com os resultados aqui sumarizados, destacamos a importância da dimensão espacial, da teoria localista, como origem e base para a mudança semântica e gramatical da língua. De outra parte, ratificamos o papel de cada subparte, com suas propriedades específicas, para o sentido e o formato construcional, na fixação do chamado *elo de correspondência simbólica*, nos termos de Croft (2001).

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BATORÉO, H. (2000). *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BECHARA, E. (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37ª. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna
- BOOIJ, G. (2013). *Morphology in Construction Grammar*. In Hoffmann and Trousdale (eds.), p. 255-273.
- _____. (2010). *Construction Morphology*. Oxford: Oxford University Press.
- BRAGA, M. L; PAIVA, M. C. (2003). Do advérbio ao clítico é isso *aí*. IN: RONCARATI, C; ABRAÇADO, J. (org). *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 206-212.
- BUENO, F. S. (1968). *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- BYBEE, J. (2015). *Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2010). *Language, Usage and Cognition*. New York: Cambridge University Press.
- CAMARA, Jr, J. M. (1979). *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CASTILHO, A. T. (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CROFT, W; CRUSE, D. A. (2004). *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CROFT, W. (2001). *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

CUNHA, A. G. (1987). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DIEWALD, G. (2006) Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, Düsseldorf. Disponível em: <www.constructions-online.de:0009- 4-6860>.

_____. (2002). A model of relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I; DIEWALD, G (eds). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 103-120.

FERRARI, L. (2011). *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto.

FILLMORE, C. J. (1988). *On grammatical constructions*. Califórnia: UCB.

GOLDBERG, A. (2009). The nature of generalization in language. *Cognitive Linguistics* 20-1, p. 93-127

_____. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (1995). *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

ILARI, R. *et al.* (1990). Considerações sobre as posições dos advérbios. In: Ataliba T, de C. (org.) *Gramática do Português Falado*: Vol. I: A ordem, p. 63-142.

MARCUSCHI, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.

_____. (2002). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONÍSIO, A; MACHADO, A; BEZERRA, M. A (org) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 19-36.

MARTELOTTA, M. E; RÊGO, L. (1996). Gramaticalização de “lá”. In: MARTELOTTA, M. E; VOTRE, S. J; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, p. 237-250.

NEVES, M. H. M. (2002). *Os advérbios circunstanciais (de lugar e tempo)*. In: Ilari, R. (org.) *Gramática do Português Falado*, Vol. II: Níveis de Análise Linguística. 4ª ed. rev. Campinas, SP:

Editora da UNICAMP.

_____. (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP.

OLIVEIRA, M. R.; BATOREO, H. (2014). Construções com pronomes locativos (Loc) do tipo LocV e VLoc no PB e no PE: correspondências e distinções. *Revista Linguística (ALFAL)* v. 30, p. 169-206.

[OLIVEIRA, M. R.](#); [ROCHA, R. A.](#) (2016). Hierarquia contextual e construcional: correspondências e implicações. *Revista Linguística*, v. Esp, p. 68-82.

OLIVEIRA, M.R; SANTOS, L. (2011). Padrões de uso da expressão ‘sei lá’ no português. *Signótica (UFG)*, v. 23, p. 363-384.

OLIVEIRA, M. R.; TEIXEIRA, A. C. (2017). Padrões construcionais de base locativa na perspectiva do texto e da gramática do português. In: LUQUETTI, E. C. F; MOURA, S. A. (org). *Linguística em perspectiva: cognição e ensino de língua e literatura*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, p. 74-91.

_____. (2015). Construções locativas de base verbal. In: Maria Angélica Furtado da Cunha. (org.). *A gramática da oração - diferentes olhares*. 1ed.Natal: EDUFRN, p. 167-192.

RISSE, M. S; SILVA, G. M; URBANO, H. (2002). Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. V. (org). *Gramática do português falado*. 2^{ed}. São Paulo: Unicamp, v. VI, p. 21-57, 2002.

ROCHA, R. A. (2016). *O esquema LocV_{conect}: mudanças construcionais e construcionalização*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói.

ROSARIO, I. C. ; [OLIVEIRA, M. R.](#) (2016). Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online)*, v. 60, p. 233-259.

SAMBRANA, V. R. M. (2017). *Marcadores discursivos formados pelos verbos “olhar” e “ver” - uma abordagem construcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói.

SILVA, J. R. (2014). *O grau em perspectiva: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez.

TAVARES, M. A (2012). Gramática emergente e o recorte de uma construção gramatical, em E.R. SOUZA (org), *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*, São Paulo, Contexto: 33-54.

TEIXEIRA, A. C. (2015). *A construção verbal marcadora discursiva VLoc_{md}: uma análise funcional centrada no uso*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói.

_____. (2010). *Padrões de uso de “vá lá” e “vamos lá” na norma brasileira do português: microconstruções e gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Letras. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói.

TRAUGOTT, E. (2012). *Toward a coherent account of Grammatical Construcionalization*. Draft for a volume on historical construction grammar edited by Elena Smirnova, JóhannaBarðdal, Spike Gildea, and LotteSommerer. March 2nd.

TRAUGOTT, E; DASHER, R. (2002). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

TRAUGOTT, E; HEINE, B. (1991). *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: Benjamins.

TRAUGOTT, E; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

VENÂNCIO, E. N. (2015). *Instanciações da microconstrução intensificadora “para lá de X” no português contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói.

ANÁLISE FUNCIONAL DOS CONECTORES *EM VEZ DE* E *AO INVÉS DE* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Ivo da Costa do Rosário¹
Idrissa Ribeiro Novo²

RESUMO

À luz da Linguística Funcional Centrada no Uso, o presente trabalho visa a descrever as principais propriedades morfossintáticas e semântico-pragmáticas das construções conectoras *em vez de* e *ao invés de*, no português brasileiro contemporâneo. A análise de ambas as construções permite a conclusão de que esses conectores veiculam o valor de substituição, e não apenas de oposição, como tentam evidenciar as abordagens tradicionais.

Palavras-chave: *Em vez de*, *ao invés de*, conectores

ABSTRACT

Based on Usage-Based Functional Linguistics, the present work aims to describe the main morphosyntactic and semantic-pragmatic properties of constructions *em vez de* and *ao invés de*, in contemporary Brazilian Portuguese. An analysis of both constructions allows one to conclude that these connectors convey the value of substitution, not just opposition, as traditional approaches try to defend.

Keywords: *Insted of*, *rather than*, connectors

1 Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense e docente credenciado no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rosario.ivo3@gmail.com

2 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. E-mail: idrissa_novo@hotmail.com

Considerações Iniciais

As gramáticas normativas e os manuais de redação insistem que a diferença entre *em vez de* e *ao invés de* é que o primeiro significa *no lugar de* ao passo que o segundo significa *ao contrário de*. No uso real da língua, isso se sustenta? A distinção entre uma expressão e outra se resume a essa questão?

A pesquisa aqui desenvolvida, com base no aparato teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante, LFCU), tem o objetivo de apresentar uma breve descrição das propriedades morfosintáticas e semântico-pragmáticas das construções conectoras *em vez de* e *ao invés de*, o que certamente vai muito além do que indicam as obras anteriormente citadas. Vejamos um exemplo de cada conector:

(01) O filósofo Gilles Deleuze falava de a arte e de a resistência como sendo uma luta de os homens contra a morte. Klotz acredita que esta ideia está em o cinema também, embora esteja em processo de desaparecimento porque a indústria cinematográfica está se tornando muda e cega, e que o espectador acabou perdendo a palavra. O público de hoje consome os filmes, **em vez de** ser liberado por as palavras de estes. Por isso o diretor gosta de filmes polêmicos, que forcem as pessoas a debater, liberando assim a palavra. Para ele, a maldição é passar esta ideia de que as pessoas não têm mais importância. (GBR <http://35.mostra.org/jornal-da-mostra/as-questoes-humanas-de-nicolas-klotz-%E2%80%93-1/>)

(02) Quando começo a escrever deixo de ser dono de mim mesmo. Fico à mercê de idéias que nunca pensei. Elas aparecem sem que eu as tenha chamado e me dizem: “« Escreva! “ Não tenho outra alternativa. Obedeço. Cummings, referindo-se a um livro seu, **ao invés de** dizer “« quando eu escrevi esse livro “», disse “« quando esse livro se escreveu “». Não foi ele... O livro já estava escrito antes, em algum lugar. Ele só fez obedecer a as ordens que o livro lhe deu. Nikos Kazantzakis, autor de Zorba, o Grego, confessou que as letras de o alfabeto o aterrorizavam. E isso porque, uma vez soltas, elas se recusavam a obedecer as suas ordens. “« As letras são demônios astutos e desavergonhados -- e perigosos – uma coisa pela outra. (GBR. <http://abmesduca.com/?p=6449>)

Conforme podemos observar inicialmente, os conectores aqui apresentados veiculam a noção de substituição, visto que o evento introduzido por essas expressões é substituído pelo evento que, efetivamente, está na oração matriz. Assim, *a priori*, não há diferença no uso de um ou outro conector.

O interesse por esse tema deve-se ao fato de que, de uma maneira geral, poucos são os estudos sistemáticos disponíveis sobre esses elementos na literatura especializada. Em uma análise preliminar, é possível observar que ambos os conectores instanciam a noção de substituição, mas as ideias de oposição e preferência também estão presentes, mesmo que de forma subsidiária.

Após essas breves considerações iniciais, partimos para uma segunda seção, que se dedica a

apresentar a fundamentação teórica da pesquisa, que se sustenta basicamente em dois pontos: na LFCU e na Gramática de Construções. Em seguida, são explicitados os pressupostos metodológicos do trabalho. O quarto tópico refere-se a uma sucinta revisão da literatura, na tentativa de evidenciar propostas que tratem do assunto aqui discutido. Na seção seguinte, propomos uma análise de alguns dados investigados durante o período de coleta. Por fim, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

2. Fundamentação Teórica

Nesta seção, elucidamos os pressupostos teóricos que norteiam a pesquisa, a qual é vinculada a uma perspectiva funcionalista, focada no intuito de discutir a gramaticalidade dos conectores *em vez de* e *ao invés de*. Na seção 2.1, apresentamos brevemente os pontos principais da LFCU. Em seguida, na seção 2.2, destacamos alguns aspectos da Gramática de Construções. Como já afirmado anteriormente, esses dois pontos dão sustentação teórica à investigação realizada.

2.1. Linguística Funcional Centrada no Uso

A abordagem configurada como Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) é o resultado das pesquisas empreendidas pelos estudiosos da Linguística Funcional Clássica e da Linguística Cognitiva. Para a primeira, há uma constante interação entre gramática e discurso e, por isso, a gramática está em constante processo de mudança em consequência das peculiaridades do discurso. A segunda, por sua vez, procura compreender de que maneira o comportamento linguístico reflete as capacidades cognitivas que dizem respeito ao processo de categorização, levando em consideração as experiências humanas no contexto das atividades individuais, sociointeracionais e culturais.

Essas duas correntes compartilham pressupostos teórico-metodológicos, dentre os quais se destacam:

(...) rejeição à autonomia da sintaxe, incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural (...) (CEZARIO; CUNHA: 2013, p. 14)

Compreendemos, portanto, a partir da simbiose entre as duas abordagens, que a gramática é a representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua e, por isso, pode ser afetada pelo uso linguístico. Desta maneira, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem padrões semelhantes, pois a categorização conceptual e a categorização linguística são análogas.

Para a LFCU, a estrutura da língua emerge na medida em que ela é usada, diferentemente do que preconizam os estudos formalistas da língua(gem). As práticas discursivas, no cotidiano, motivam a instabilidade linguística, assim como a sua aparente regularidade. Desse modo, é necessário considerar as funções semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas dos fatos da língua em análise. Com relação a esse último aspecto, fica claro que os estudos em LFCU devem sempre considerar o papel que as construções analisadas desempenham nos contextos reais de comunicação.

De acordo com Oliveira e Rosário (2016, p. 4), essa é uma das maiores conquistas deste ‘casamento teórico’, já que “a pesquisa funcionalista tem se voltado para o tratamento da dimensão contextual dos usos linguísticos”.

Traugott e Trousdale (2013) e Traugott (inédito; 2012) (...) assumem que ambiguidade pragmática e polissemia, consideradas fundamentais para a deflagração de estágios iniciais de mudança, devem ser investigadas justamente a partir da análise da dimensão contextual, seja em nível oracional ou ainda em termos mais amplos, a depender do tipo e da natureza do objeto de pesquisa. (OLIVEIRA; ROSÁRIO, 2016, p.4)

De fato, o uso é força-motriz da mudança linguística. É na interação verbal que os significados são negociados e mudanças ocorrem. É no uso que ocorre o clássico jogo da sistematização e da regularização *versus* liberdade e autonomia, visto que fatores de natureza pragmático-comunicativa são tanto responsáveis pela regularização como pela atualização da gramática.

Ainda segundo Fried (2008) *apud* Rosário e Oliveira (2015, p. 39), “a força dos fatores externos à língua motiva mudanças na compreensão dos falantes e também os incita à busca de formas mais expressivas, que carregam novas nuances semânticas e pragmáticas”, além de fatores cognitivos, experienciais, perceptuais.

Assim, quando ocorre essa negociação de significados, pode surgir também um contexto de

ambiguidade pragmática, acarretando os processos de subjetivação e intersubjetivação (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2015, p. 40).

O processo de subjetivação está atrelado à necessidade de, no discurso, o emissor ser informativo e de o receptor selecionar a interpretação mais relevante. Em outras palavras, é um processo de base metonímica, em que o emissor recruta sentidos para que ele seja compreendido facilmente e, por isso, está atrelado ao princípio de economia linguística.

Para Traugott e Dasher (2005, p.31), a subjetivação, de alguma maneira, envolve a intersubjetivação, “que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência ao que é declarado” (ROSÁRIO E OLIVEIRA, 2015, p. 40).

Diante da necessidade de ser informativo e de chamar a atenção do seu interlocutor, o emissor busca ser o mais criativo possível. Por isso, há formas que apresentam funções aparentemente iguais, como é o caso das construções conectoras *em vez de* e *ao invés de*, ambas atreladas à noção de substituição.

Com base nesses postulados, pretendemos investigar os mencionados conectores em contextos reais de produção, para que compreendamos em que medida tais contextos contribuem para a emergência dessas construções.

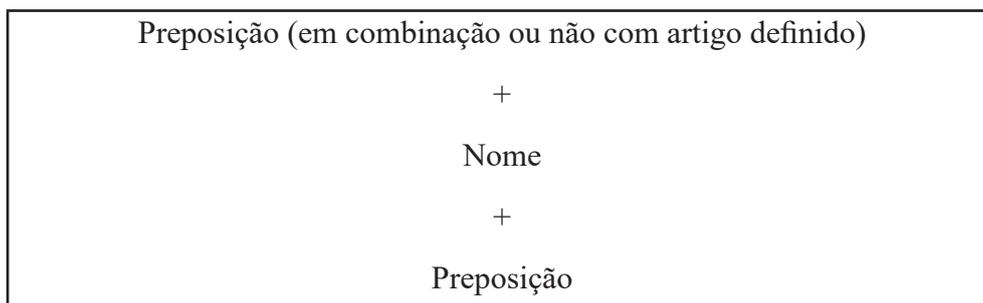
2.2. Gramática de construções

Uma das contribuições mais caras à LFCU foi a compreensão de que a língua é uma rede de construções. Construções são as unidades básicas da língua, as quais, por sua vez, instanciam-se a partir do pareamento entre forma e significado. Nessa perspectiva, cabe esclarecer três conceitos basilares: composicionalidade, produtividade e esquematicidade.

A composicionalidade diz respeito à integralidade ou falta de integralidade dos itens que constituem uma construção. Com relação ao objeto deste artigo, as construções em análise são

constituídas pelos elementos explicitados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Composição dos conectores *em vez de* e *ao invés de*



Fonte: Os autores, 2018.

Vale destacar que os usuários da língua não interpretam as construções *em vez de* e *ao invés de* como um somatório de itens. Ao contrário, a combinação descrita no quadro acima é interpretada como um verdadeiro *chunk* e, por conta disso, dizemos que os itens constituintes perderam composicionalidade. Tal processo é responsável pela formação de estruturas mais complexas a partir de sequências de elementos que coocorrem, visto que os usuários da língua interpretam sequências repetidas como uma única unidade.

Segundo Bosque e Demonte (2004, p. 581), dentro de uma perspectiva teórica clássica, a estrutura [[P+N+P] [TERMO]] “representa o mais alto grau de gramaticalização ou lexicalização”³, dentre o grupo em que se inclui a maior parte das locuções prepositivas.

Ainda de acordo com os autores, o mais alto grau de gramaticalização de locuções prepositivas é definido 1) pela impossibilidade de o nome que forma esse tipo de locução dar lugar a outro sintagma nominal; 2) pela fixidez dos elementos constituintes, 3) pela impossibilidade de os componentes da locução serem separados pela inserção de um modificador; e 4) por possuir um comportamento semelhante ao das preposições. De fato, todas essas propriedades estão presentes nas construções conectoras aqui estudadas.

Quando falamos em produtividade, fazemos alusão à questão da frequência. Assim, quanto mais produtiva é uma construção, mais ela tende a se cristalizar, a constituir um *chunk*, e tende a perder sua composicionalidade. De maneira geral, verificamos que, no *corpus* pesquisado, a construção conectora *em vez de* é bem mais frequente do que as ocorrências com o conector *ao invés de*.⁴

3 “La estructura representa el grado más alto de gramaticalización o lexicalización”

4 A coleta de dados foi realizada no site *Corpus do Português*, por meio de ferramenta de busca que reuniu um total de 39.675 ocorrências de *ao invés de* contra 76.278 ocorrências de *em vez de*.

Essa observação encaminha uma importante hipótese: o vocábulo *invés* provavelmente deriva de uma redução fonológica de *em vez*, já que a noção de substituição atribuída em geral a este conector também se verifica naquele.

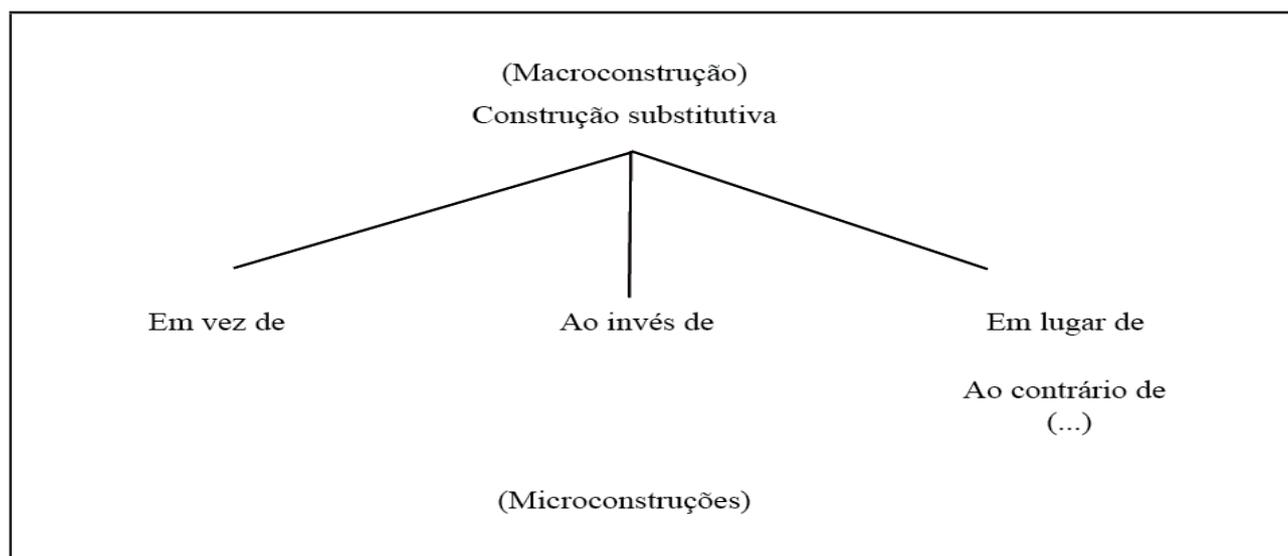
Essa hipótese ainda precisa ser investigada mais a fundo, com cautela, de modo que, por ora, ainda a tratamos como conjectura. É necessário avançar a pesquisa, especialmente no campo diacrônico, para que essa questão seja verificada empiricamente.

Por fim, a esquematicidade relaciona-se ao conceito de abstratização. De acordo com Rosário e Oliveira (2016, p. 10), “há construções bastante esquemáticas e abstratas, como há construções pouco ou medianamente esquemáticas. Tal gradiência tem a ver com os níveis de generalidade ou especificidade da construção”.

Assim, as construções são definidas conforme o nível de esquematicidade. Esquemas altamente abstratos são chamados de macroconstruções, enquanto grupos mais específicos, com comportamentos sintáticos e semânticos similares, pertencem ao nível das mesoconstruções. As construções individuais, por sua vez, são classificadas como microconstruções. Cada instanciação de uma microconstrução na língua é chamada de construto.

Defendemos que as construções conectoras *em vez de* e *ao invés de* fazem parte do esquema abstrato da *substituição*, conforme a representação a seguir:

Quadro 2 – Hierarquia construcional da construção substitutiva



Fonte: Os autores, 2018.

O quadro 2 é uma tentativa de representação do esquema da substituição⁵, que pode sancionar, dentre outras microconstruções, os conectores *em vez de* e *ao invés de*, objetos de estudo deste artigo.

Todos os três princípios – composicionalidade, esquematicidade e produtividade - contribuem para os estudos de mudança linguística em abordagem construcional, visto que, neste sentido, não se pretende mais realizar uma pesquisa baseada apenas nos itens da língua, mas em construções inseridas em contextos reais de uso.

A seguir apresentamos uma breve discussão acerca da articulação de orações e, mais especificamente, traçamos um parâmetro de tratamento das construções conectoras *em vez de* e *ao invés de* na literatura consultada.

3. Revisão da Literatura

No âmbito da abordagem tradicional, apenas coordenação e subordinação são apontadas como processos de articulação de orações na análise dos períodos compostos. Desta forma, orações de naturezas distintas são alocadas no mesmo arcabouço, desconsiderando-se as suas peculiaridades, assim como ocorre, por exemplo, com o grupo das orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais.

Uma das propostas mais clássicas, no campo dos estudos funcionalistas, para o campo da articulação de orações, é a desenvolvida por Hopper e Traugott (1993). Ao considerarem que há, na verdade, vários processos de combinação de orações, Hopper e Traugott (1993) propõem um *cline* de gramaticalização de orações, com base na proposta de Givón (1990, p. 826), para quem “quanto mais dois eventos/estados são integrados semanticamente ou pragmaticamente, mais as orações que os codificam estarão integradas gramaticalmente”.

Vejamos, a seguir, como Hopper e Traugott (1993, p. 170) representam a integração de orações a partir de graus de dependência e encaixamento, revelando uma postura menos rígida em relação à categorização oracional.

5 No esquema apresentado, não estão apontadas *mesoconstruções*. Como afirmam Teixeira e Rosário (2016, p. 147), “nem todos os fenômenos linguísticos são fácil e elegantemente esquematizados em três níveis: esquema, subesquema e microconstrução”. Logo, nesta pesquisa, optamos por representar apenas os níveis macro e micro.

Quadro 3 – Cline de integração oracional segundo Hopper e Traugott (1993)

Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
-dependente		+dependente		+dependente
-encaixado		-encaixado		+encaixado

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p.170)

De acordo com os autores, no modo paratático, duas ou mais orações constituem núcleos independentes, relacionados entre si por meio de inferências, caracterizando, portanto, uma independência relativa, já que a integração é marcada mais em termos semântico-pragmáticos do que em termos de junção. Aqui se inserem as orações justapostas e as coordenadas.

No modo hipotático, por sua vez, há interdependência entre as orações que constituem uma cláusula. Uma oração constitui um núcleo, ao qual se ligam as outras orações que, embora não façam parte do escopo da oração núcleo, não podem “suportar a si mesmas”. As orações hipotáticas estão em uma relação de adjunção em relação à oração núcleo, visto que a oração marginal não se encontra inserida na oração núcleo e, portanto, não funciona como um de seus constituintes. Nesse grupo, estão reunidas as orações relativas apositivas e as adverbiais (da gramática tradicional).

A subordinação, por fim, também conhecida como “encaixamento”, representa a dependência completa, na qual a encaixada está inserida como um constituinte da oração matriz. As orações relativas restritivas e as completivas costumam ser incluídas nesse grupo.

Defendemos que as construções conectoras *em vez de* e *ao invés de* instanciam estruturas de hipotaxe, devido aos seus traços de [+ dependência; - encaixamento]. Apesar de o quadro oracional de gramáticas tradicionais (ROCHA LIMA, 2011; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2007) não incluir esse tipo de estrutura, postulamos que elas são produtivas no português do Brasil, na função de veicular o valor semântico de substituição.

No que se refere aos conectores pesquisados, o quadro a seguir ilustra o tratamento dado a eles nas gramáticas investigadas:

Quadro 4 – Sistematização das construções conectoras *em vez de* e *ao invés de* nas gramáticas investigadas

<p>Azeredo (2010)</p>	<p>Menciona <i>em vez de</i> como locução prepositiva, a qual apresenta o valor semântico de contraste, substituição ou preterição. No paradigma das orações adverbiais, o autor faz uma observação a respeito desse conector: “Com <i>em vez de</i> pretere-se ou descarta-se algo” (<i>op. cit.</i>, p. 336). <i>Ao invés de</i> não é citado.</p>
<p>Bechara (2009)</p>	<p>Assevera que <i>em vez de</i> é uma locução prepositiva, porém, na seção destinada à descrição das preposições, não explicita a relação semântica instanciada por essa locução. No entanto, ao tratar dos determinantes circunstanciais ou adverbiais (<i>op.cit.</i>, pp. 447-448), retoma a locução prepositiva <i>em vez de</i> como um dos introdutores do adjunto adverbial de substituição, troca ou equivalência. Novamente <i>ao invés de</i> não é mencionado.</p>
<p>Cunha e Cintra (2007)</p>	<p>Apenas mencionam que <i>em vez de</i> é uma locução prepositiva.</p>
<p>Ilari e Neves (2008)</p>	<p>Afirma que as locuções prepositivas, de maneira geral, são consideradas como construções. Em especial, observam um mesmo processo de formação para as construções destacadas, conforme se verifica nas páginas 792 e 793: preposição - nome - preposição. Ressaltam que tais unidades estão parcialmente gramaticalizadas e que o substantivo constituinte é, em geral, uma palavra de significação relacional e abstrata.</p>
<p>Neves (2011)</p>	<p>No capítulo dedicado à junção, destaca as construções “a + nome + preposição (tradicionalmente locução prepositiva)”. Embora <i>ao invés de</i> não seja mencionado, encaixa-se no paradigma descrito. Não se explicita a relação semântica evidenciada talvez por conta da diversidade semântica das construções descritas.</p> <p>Neves (2011) menciona a construção <i>em vez de</i>, evidenciando que construções do tipo em + nome + preposição expressam, dentre outras noções, a noção de substituição.</p>

Rocha Lima (2011)	Não menciona as construções conectoras estudadas no quadro das locuções prepositivas e, portanto, não apresenta nenhum tipo de descrição dos conectores em foco.
-------------------	--

Fonte: Os autores, 2018.

É válido ainda destacar que Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2007) preservam a visão tradicional de que a preposição/locução prepositiva tem por função subordinar um elemento da oração a outro elemento. Bechara (2009, p. 296) prescreve também que “a preposição não exerce outro papel que não seja ser índice da função gramatical do termo que ela introduz”. Os gramáticos citados, porém, reconhecem o valor semântico estabelecido pelas preposições/locuções prepositivas.

Azeredo (2010), por sua vez, expõe duas noções não reconhecidas pelas gramáticas tradicionais no que se refere ao paradigma dos valores semânticos que emergem, nos termos do autor, das orações adverbiais: preferência e substituição. Essa observação é evidenciada por Neves (2011), quando a linguista se refere ao mesmo conector.

Conforme se verifica, ainda há que se empreenderem outras análises a respeito das construções conectoras *ao invés de* e *em vez de*. Na seção a seguir, são apresentados os pressupostos metodológicos adotados para a realização da pesquisa e, em seguida, a análise dos dados.

4. Pressupostos Metodológicos

O *corpus* desta pesquisa é formado pelas 100 primeiras ocorrências de cada conector estudado, extraídas do *Corpus do Português*, o qual pode ser acessado por meio do link www.corpusdoportugues.org. O *Corpus do Português*, organizado por Davies e Ferreira, atualmente apresenta duas interfaces de pesquisa.

A interface mais antiga é constituída por mais de 45 milhões de palavras dos anos 1200 a 1900, e pode ser usada para verificar a história do Português. Para o século XX, é dividida igualmente entre gêneros de estilo falado, ficção, jornais e textos acadêmicos ⁶.

Neste artigo, propomos a análise do comportamento linguístico das mencionadas construções conectoras no século XXI, no Português do Brasil. Para tanto, utilizamos apenas os dados presentes na segunda interface dos *Corpora*, os quais estão integralmente disponíveis nos *links* de acesso aos

⁶ Texto informado pelo sítio do *Corpus do Português*.

blogs de onde foram extraídos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa sincrônica, centrada em investigar as construções conectoras substitutivas no português brasileiro contemporâneo.

É necessário também esclarecer que as ocorrências receberam um tratamento predominantemente qualitativo, visto que, por ora, não interessam os dados estatísticos para o escopo deste trabalho⁷.

Na próxima seção, analisamos alguns contextos em que tais conectores se apresentam e discutimos, com base no aparato teórico da LFCU, os valores semântico-pragmáticos instanciados por eles.

5. Análise

De acordo com o que já foi enunciado, nosso trabalho centra-se na análise das 100 primeiras ocorrências de cada conector (*em vez de* e *ao invés de*), com base no *Corpus do Português*. Por limitação de espaço, embora a pesquisa, de maneira geral, tenha sido realizada com base na análise de um escopo mais amplo, neste artigo, apresentamos apenas alguns exemplos.

Kortmann (1997, p. 88) propõe que *em vez de* evidencia uma noção de substituição. O autor afirma que, nessa relação, há dois possíveis eventos alternativos: *p* e *q*. *Q* acontece ou é realizado, embora *p* fosse esperado; *q*, portanto, substitui *p*. De fato, tal proposta se confirma em alguns contextos, como os abaixo destacados:

(03) Quando o sujeito vira “« crítico “», transforma em obrigação o que antes era prazer. **Em vez de** dar-se a o prazer de ver um filme, ou ouvir um disco, ele passa a ter a obrigação de ver filmes, ouvir discos -- e escrever sobre aquilo. Se vira obrigação, deixa de ser prazer. Mas esse duro e nada prazeroso ofício tem um aspecto gratificante. É quando você fala bem de um artista novo, ainda não consagrado. “« Crítico “», em geral, adora falar mal, meter o pau, esculachar. (GBR <http://50anosdetextos.com.br/1981/no-tempo-em-que-o-rumo-era-um-grupo-novo/>)

(04) Chega de saudade’: “« Elisete errou a letra. **Em vez de** cantar ‘para acabar com esse negócio de você viver sem mim’, cantou ‘pra acabar com esse negócio de jamais viver sem mim’ -- que não sei como os autores deixaram passar. O disco, aliás, só não é perfeito por causa de ‘Chega de saudade’ e de o baião ‘Vida bela’. Mas é uma alegria ouvir- lo agora como será de aqui a 100 anos. (GBR <http://acervo.revistabula.com/categoria/musica>)

⁷ Como as construções são utilizadas de forma intercambiável, ainda não foram encontradas evidências suficientes para um tratamento significativo dos dados estatísticos.

Podemos depreender desses dois exemplos os seguintes esquemas:

Expectativa (3) = dar-se ao prazer de ver um filme ou ouvir um disco

SUBSTITUI-SE POR

Contraexpectativa (3) = obrigação de ver filmes, ouvir discos – e escrever sobre aquilo.

Expectativa (4) = cantar para acabar com esse negócio de você viver sem mim

SUBSTITUI-SE POR

Contraexpectativa (4) = cantou pra acabar com esse negócio de jamais viver sem mim.

Desta maneira, o enunciador prepara a expectativa do interlocutor na oração iniciada por *em vez de*, mas quebra essa expectativa no momento seguinte, na segunda oração. É essa quebra de expectativa que, por vezes, aponta para uma relação de oposição. Acreditamos, no entanto, que, nos casos apresentados, a relação de substituição, na verdade, seja a preponderante e superordenada.

É necessário, neste momento, lembrar que, segundo Azeredo (2010), o conector *em vez de* não apenas evidencia uma noção de substituição, mas também de preferência. Tal aspecto, entretanto, não é apontado por Kortmann (1997), para quem esse valor semântico é próprio das orações instanciadas por *ao invés de*⁸.

Uma vez que nosso estudo é realizado com base em dados empíricos do português brasileiro contemporâneo, em nossas análises, percebemos, assim como Azeredo (2010), que o valor de preferência também emerge das orações iniciadas por *em vez de*, conforme os exemplos abaixo enumerados.

(05)“« Se quiser recuperar- se “», disse uma mulher de A.=A., “« aceite o tratamento, siga as instruções e continue vivendo. É fácil, se você se lembrar de os novos fatos a respeito de sua saúde. Quem é que tem tempo de sentir- se diminuído ou lamuriar- se, quando há

8 Com base no estudo de gramáticas padrão de oito línguas (inglês, alemão, francês, latim, grego clássico, grego moderno, abkházia e georgiano), Kortmann (1997, 81) organiza os subordinadores adverbiais em um conjunto de 32 relações interclausais, dentre as quais se encontram a substituição – representada por *instead of* – e a preferência – representada por *rather than*. No inglês, o contexto de uso dos dois conectores é mais marcado do que no português brasileiro contemporâneo, na qual se nota um uso intercambiável das duas construções conectoras.

tantas delícias relacionadas com uma vida feliz, sem temor de a doença? “ Resumindo, lembramos que temos uma enfermidade incurável, potencialmente fatal, chamada alcoolismo. E, **em vez de** continuar bebendo, **preferimos** planejar e usar novas maneiras de viver sem o álcool. Não precisamos ter vergonha de sofrer de uma doença. Não é nenhuma desgraça. Ninguém sabe exatamente porque certas pessoas se tornam alcoólicas e outras não. Não temos culpa. Não quisemos ser alcoólicos. Não tentamos contrair esta doença. Afinal de contas não sofremos de alcoolismo só por gostar de isso. Não nos propusemos, com malícia e deliberação a fazer coisas de as quais nos envergonharíamos depois. (GBR <http://aabr.com.br/ver.php?id=148&secao=8>)

(06) O Sol está longe de ser um alimento, por isso não se encaixa exatamente em a lista acima. No entanto, ele tem um papel tão importante para a saúde de o seu cérebro que não pode ficar de fora de a sua rotina. **Em vez de** passar horas trancado em o quarto ou em uma biblioteca para tentar absorver ao máximo os conteúdos aprendidos em a escola ou em a faculdade, **prefira** dedicar alguns minutos para tomar sol. Pode parecer estranho, mas é fundamental entrar em contato com os raios solares em os horários adequados para garantir a presença de vitamina D em o seu organismo. (GBR <http://102fmmatal.com.br/site/?p=6164>)

Nesses casos, é possível deprendermos outros dois esquemas:

Contraexpectativa (5) = planejar e usar novas maneiras de viver sem álcool

É PREFERÍVEL A

Expectativa (5) = cães beberem a água do bebedouro

Contraexpectativa (6) = dedicar alguns minutos para tomar sol

É PREFERÍVEL A

Expectativa (6) = passar horas trancado em o quarto ou em uma biblioteca para tentar absorver ao máximo os conteúdos aprendidos em a escola ou em a faculdade

Observa-se que, nesses dois exemplos, a noção de preferência é fortemente evidenciada pelo verbo *preferir*, presente nas duas situações descritas. De todo modo, verificamos que a noção de substituição está ainda vinculada à de preferência.

No âmbito contextual, percebemos que, em se tratando de um jogo argumentativo, alguns termos auxiliam a opinião do enunciador. No exemplo (5), a oração iniciada pelo conector *em vez de* veicula uma polaridade negativa, já que indica o que não deve ser feito. Tal polaridade é evidenciada por termos de orientação negativa, como o advérbio *não* e o pronome *ninguém*.

Os verbos no modo imperativo, além da construção *é fundamental* na ocorrência (6), também cumprem a função de orientar o leitor para “o que não deve ser feito”. Assim, não é apenas a construção substitutiva que traz a noção de substituição, tampouco o conector em si, mas toda porção textual argumentativa.

Quanto ao conector *ao invés de*, Lopes e Souza (2014) apontam que ele ocorre em diferentes contextos sintáticos, sinalizando duas relações discursivas distintas: comparação contrastiva e substituição. Analisemos os dois exemplos que seguem.

(07) A grande polêmica, se é que vai ter polêmica, está intimamente ligado a o ST. É o anseio de muita gente dentro de o clube, é importante e tem que ser considerada. O grupo de estudos **ao invés de** 18, será composto por 23 conselheiros, além de o presidente e vice de o CD. As reuniões acontecerão quinzenalmente, para debater e examinar propostas e sugestões de os conselheiros. Os conselheiros não foram nomeados, buscaram contemplar todas as tendências políticas de o clube. (GBR <http://3vv.com.br/2013/05/pingado-29-05-2013-turiassu1840-e-o-que-andam-falando/>)

(08) A vitimização e raiva se manifestarão dia após dia. Em outras palavras, a energia de o fóton trabalhará com nossas intenções e se você não estiver alinhado e certo de essas intenções... já viu. Energia fotônica conecta nossos pensamentos, por isso, é importante que saibamos o que queremos, **ao invés de** o que não queremos, caso contrário, a manifestação de os seus desejos se materializará, então, cuidado com o que deseja! (GBR <http://2012fimdostempos.blogspot.com/>)

Nesses dois exemplos, também emerge a noção de substituição, explícita de uma maneira mais clara do que a que se evidencia nas orações instanciadas por *em vez de*:

Expectativa (7): Grupo de estudos composto por 18 conselheiros

SUBSTITUI-SE POR

Contraexpectativa (7): Grupo de estudos composto por 23 conselheiros

Expectativa (8): Importante saber o que não queremos

SUBSTITUI-SE POR

Contraexpectativa (8): Importante saber o que queremos

No que se refere à ideia de comparação contrastiva, podemos observar que não se trata de algo

muito frequente. De fato, dentre as cem primeiras ocorrências, encontramos poucos exemplos, dentre os quais destacamos os que seguem abaixo:

(09) Discutir a relação É importante saber o motivo de a sua relação não estar indo bem, porém você não deve forçar o seu companheiro a ficar falando de seus sentimentos. Os homens preferem demonstrar o que sentem, **ao invés de** ficar falando a todo o momento. Vasculhar seus telefones Algo que incomoda os homens é dom de a espionagem de as mulheres, muitas, quando estão desconfiadas, acabam vasculhando os bolsos, carteiras, perfis de redes sociais, telefones, agenda, de entre outros pertences de o marido ou namorado. (GBR <http://007blog.net/quais-atitudes-femininas-que-fazem-um-homem-desistir-do-relacionamento/>)

(10) Fato é que a oposição resolveu se mexer e levantar a campanha de o “« não a a ditadura “»». Para conseguir virar o jogo, contratou o publicitário René Saavedra, representado por o ótimo ator mexicano Gael García Bernal (também de Amores Brutos, Diários de Motocicleta, Babel, Ensaio sobre a Cegueira), que deu cara nova a a linguagem que seria usada para convencer as pessoas a se manifestarem contra o status quo. **Ao invés de** adotar uma campanha pessimista, mostrando o drama de as famílias de os desaparecidos, os conflitos entre manifestantes e polícia, Saavedra propõe como mote de campanha a alegria, o otimismo, a linguagem familiar. (GBR <http://2001video.empresarial.ws/blog/?p=9763>)

Negativo (9): ficar falando a todo o momento

SUBSTITUI-SE POR

Positivo (9): mostrar o que sentem

Negativo (10): adotar uma campanha pessimista

SUBSTITUI-SE POR/ É PREFERÍVEL A

Positivo (10): Saavedra propõe como mote de campanha a alegria, o otimismo, a linguagem familiar.

Comparam-se, no exemplo (9), os comportamentos feminino e masculino. É possível verificar o realce que se estabelece para o comportamento masculino, pois é esta a informação veiculada em primeira instância. Em segundo plano, representa-se o comportamento feminino pela imagem “ficar falando a todo momento”.

O exemplo (10), que também apresenta uma comparação contrastiva, coloca em competição duas possíveis atitudes a serem tomadas diante da campanha “Não à ditadura”: a considerada

pessimista é descartada, sendo eleita a considerada mais otimista.

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos traçar, à luz da LFCU, um panorama dos conectores *em vez de* e *ao invés de*, analisando algumas ocorrências coletadas no *Corpus do Português*. A escassa literatura disponível acerca dessas construções revela a necessidade de uma descrição do fenômeno linguístico, o qual possui considerável produtividade no português brasileiro contemporâneo.

Há uma empírica evidência, no *corpus* analisado, de que a construção conectora *em vez de* é mais produtiva do que *ao invés de*. Acreditamos que isso ocorra por conta de *invés* provavelmente derivar de *em vez*. Essa derivação faz com que ambos sejam intercambiáveis na veiculação da ideia de substituição. De fato, o postulado tradicional de que *ao invés de* significa *ao contrário de* e que *em vez de* significar *no lugar de* não se sustenta no português em uso.

Além disso, constatamos a existência de três valores semântico-pragmáticos que emergem do uso dos conectores em foco, quais sejam: a substituição, a preferência e a comparação contrastiva. Essas funções estão atreladas à noção semântica mais geral e básica de substituição.

Dada a quantidade de questionamentos apresentados, percebe-se que a riqueza desse fenômeno não pode extinguir-se em uma análise com poucas laudas. Pretendemos, dessa forma, retomar este assunto em trabalhos posteriores, já que acreditamos na real contribuição da pesquisa para os estudos linguísticos, admitindo a existência do valor de substituição no rol das orações hipotáticas.

REFERÊNCIAS

- Azeredo, J. C. (2010). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha.
- Bechara, E. (2009). *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bosque, I. & Demonte, V. (2004). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- Cezario, M. M.; Furtado da Cunha, M. A. (Orgs). (2013). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.

Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (2007). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática.

Davies, M.; Ferreira, M. (2016). *Corpus do Português*. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.

Fried, M. (2008). Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution. *Constructions and language change*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, pp. 47-79.

Givón, T. (1990). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins.

Gonçalves, S. C. L.; Lima-Hernandes, M. C.; Casseb-Galvão, V. C. (Orgs.). (2007). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação – Em homenagem a Maria Luiza Braga*. São Paulo: Parábola Editorial.

Goldberg, A. (1995). *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

Ilari, R. & Neves, M. H. (Orgs.). (2008). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. São Paulo: Editora da UNICAMP.

Kortmann, B. (1997). *Adverbial Subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter.

Lopes, A. C. M. & Sousa, S. (2014). The discourse connectives *ao invés* and *pelo contrário* in contemporary European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Martelotta, M. E.; Votre, S. J.; Cezário, M. M. (1996). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Neves, M. H. M. (2011). *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp.

Oliveira, M. R.; Rosário, I. C. (Orgs.). (2015). *Linguística centrada no uso – teoria e método*. 1.ed.

Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ.

Rocha Lima, C. H. (2011). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Rosário, I. C.; Oliveira, M. R. (2016). Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 60, pp. 233-259. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>.

Traugott, E. C.; Dasher, R. (2005). *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

REPRESENTAÇÃO COMPUTACIONAL DAS CONSTRUÇÕES DE SUJEITO- PREDICADO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Alexandre Diniz da Costa (UFJF)¹

Vânia Gomes Almeida (UFJF)²

Ludmila Meireles Lage (UFJF)³

Gustavo Barbosa (UFJF)⁴

Natália Duarte Marção (UFJF)⁵

Vanessa Ramos Lopes Paiva (UFJF)⁶

Ely Edison da Silva Matos (UFJF)⁷

Tiago Timponi Torrent (UFJF)⁸

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta para representar computacionalmente construções do Português Brasileiro, no âmbito do Constructicon da FrameNet Brasil. Dessa forma, demonstra de que maneira as teorias irmãs da Semântica de Frames e da Gramática das Construções podem ser

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: alexandre.costa@ufjf.edu.br

2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: vania.almeida2017@letras.ufjf.br

3 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lu.meireleslage@gmail.com

4 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gustavo.grpb@gmail.com

5 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: duarte.natalia@letras.ufjf.br

6 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: vanessalettrasufjf@gmail.com

7 Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ely.matos@ufjf.edu.br

8 Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: tiago.torrent@ufjf.edu.br

implementadas computacionalmente com vias a sustentar aplicações em Compreensão de Língua Natural.

Palavras-chave: Representação Computacional. Gramática de Construções. Semântica de Frames. FrameNet Brasil.

ABSTRACT

This paper presents a proposal for the computational representation of constructions in Brazilian Portuguese in the FrameNet Brasil Constructicon. We demonstrate how the sister theories of Frame Semantics and Construction Grammar can be implemented so as to support applications in Natural Language Understanding.

Keywords: Computational Representation. Construction Grammar. Frame Semantics. FrameNet Brasil.

Introdução⁹

Implementações computacionais de Gramáticas das Construções têm ganhado cada vez mais espaço no campo da Linguística Computacional dedicado à Compreensão de Língua Natural (Allen, 1995). Tais implementações são aplicadas às mais diversas tarefas, tais como *parsing* sintático-semântico (Bryant, 2008; Steels, 2011; Marques & Beuls, 2016; Matos et al., 2017), comunicação com sistemas autônomos (Trott et al., 2015) e geração automática de língua natural (Dominey et al., 2017).

Todas essas aplicações dependem, em alguma medida, de um constructicon, ou seja, um recurso computacional em que informações estruturais sobre construções de uma ou mais línguas são modeladas (cf. Lyngfelt, no prelo). Um recurso dessa natureza encontra-se atualmente em desenvolvimento para o Português Brasileiro (PB), no âmbito do projeto FrameNet Brasil, cujo objetivo principal é o de construir, para esse idioma, um modelo semântico baseado em frames, atrelado a suas manifestações linguísticas (Salomão, 2009).

9 O Constructicon da FrameNet Brasil é desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa Frames e Construções em Contraste, financiado pelo programa CAPES/STINT de cooperação binacional Brasil-Suécia (Processo nº 99999.009910/2014-00).

Dado esse contexto, o objetivo principal deste trabalho é o de apresentar uma proposta de representação computacional de construções do PB, fundada na Semântica de Frames (Fillmore, 1982; 1985) e na Gramática de Construções (Fillmore, Kay & O'Connor, 1988; Kay & Fillmore, 1999; Fillmore, 2013), implementada no Constructicon da FrameNet Brasil. Para tanto, na seção 1, apresentamos uma breve contextualização da interface entre representações computacionais e linguística cognitiva, apresentando, na sequência – seção 2 – a FrameNet Brasil como uma proposta de representação de conhecimento linguístico baseada na Semântica de Frames. Na seção 3, demonstraremos como a proposta de modelagem objeto deste trabalho é implementada, através da representação dos aportes formal e funcional de construções de estrutura argumental no PB. Na seção 4, discutimos as limitações existentes no modelo, para, na seção 5, apresentarmos nossas conclusões.

1. A Interface entre Representações Computacionais e Linguística Cognitiva

Poole e Mackworth (2010), ao tratar do desenvolvimento de agentes computacionais baseados em Inteligência Artificial (IA), definem as características fundamentais das representações computacionais de conhecimento nos seguintes termos:

uma representação deve ser suficientemente rica para expressar o conhecimento necessário para resolver o problema. Ela deve ser o mais próximo possível do problema. Deve ser compacta, natural e sustentável. Deve ser fácil ver a relação entre a representação e o domínio que está sendo representado, de modo que seja fácil determinar se o conhecimento representado está correto. Uma pequena mudança no problema deve resultar em uma pequena mudança na representação do problema. Essa representação deve ser acessível a uma computação eficiente, o que geralmente significa que é capaz de expressar características do problema que podem ser exploradas para ganho computacional e capaz de balancear precisão e tempo de computação. Ela deve poder ser obtida a partir de pessoas, dados e experiências passadas. (Poole & Mackworth, 2010)¹⁰

Tais traços podem, em princípio, ser aplicáveis a qualquer tipo de conhecimento e/ou capacidade cognitiva que se queira representar computacionalmente, seja ela visão, reconhecimento de fala ou a representação do conhecimento linguístico em seus aspectos formais e semântico-pragmáticos.

No âmbito da Linguística, a busca por representações ocasionou o surgimento de inúmeros

10 "A representation should be rich enough to express the knowledge needed to solve the problem. It should be as close to the problem as possible; it should be compact, natural, and maintainable. It should be easy to see the relationship between the representation and the domain being represented, so that it is easy to determine whether the knowledge represented is correct. A small change in the problem should result in a small change in the representation of the problem. It should be amenable to efficient computation, which usually means that it is able to express features of the problem that can be exploited for computational gain and able to trade off accuracy and computation time. It should be able to be acquired from people, data and past experiences."

formalismos de representação do conhecimento, tais como a semântica formal, a lógica formal, os sistemas de frames, as redes semânticas e a gramática de construções, entre outros.

Teorias como o Gerativismo Chomskyano (Chomsky, 1993 [1981]) se destacaram, nesse sentido, justamente por considerar a manipulação do sentido através do estudo da forma, ou seja, por tratar o significado como imanente. Nessas perspectivas, de modo genérico, a proposta era a de que o léxico forneceria um mecanismo que asseguraria que todo falante de português, por exemplo, no emprego de um verbo como *amanhecer*, não selecionasse para ele qualquer argumento interno ou sujeito [+animado].

Ao se propor realizar representações computacionais, não se pode negar que é muito mais cômodo manipular um modelo de língua ideal, que não apresenta idiossincrasias ou usos metafóricos e metonímicos. No entanto, não podemos ignorar que aspectos como esses estão no cerne do nosso processamento cognitivo como operações fundamentais, sob pena de terminarmos com um modelo computacional “inocente”, que não consegue dar conta nem mesmo dos usos mais cotidianos da língua, processando o significado das sentenças de acordo com as suas partes e a sua organização, numa extensão, para o domínio da modelagem, dos termos de Fillmore (1979). Para este autor, o falante-ouvinte inocente, apesar de conhecer as regras sintáticas da língua, não tem conhecimento sobre expressões idiomáticas ou usos metafóricos, processando a língua literal e composicionalmente.

Sentenças como (1) não satisfariam as condições necessárias, segundo um modelo baseado em regras, para a adequada interpretação do verbo em questão, uma vez que o verbo *amanhecer*, nesse caso, tem sujeito humano e complemento predicativo. Entretanto, qualquer falante do português é capaz de compreender tal sentença.

(1) O homem amanheceu doente.

Face a ocorrências como (1), uma abordagem lexicalista, que confiasse exclusivamente nas propriedades de seleção argumental do verbo para a organização da sentença, seria levada a propor a existência de uma outra entrada no léxico mental para *amanhecer*, a qual seria homônima daquela descrita anteriormente, mas que teria, em sua grade temática, um sujeito [+animado] e seu predicativo.

A Linguística Cognitiva surge com uma proposta de tratamento diferenciado para o significado, uma vez que a relação entre as formas linguísticas e o sentido atribuído a elas é mediada pela cognição.

O significado deixa de ser um reflexo direto do mundo e passa a ser visto como uma construção através da qual o mundo é apreendido e experienciado. Assim, a forma não contém o significado, mas contribui para a sua construção (Fauconnier & Turner, 2002).

Nesse contexto, a Semântica de Frames se destaca como um programa de pesquisa em semântica que enfatiza a relação entre língua e experiência, conceptualizando o mundo em cenas ou frames. Nas palavras de seu fundador, o linguista Charles Fillmore, um frame é “um sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um desses conceitos, é necessário entender todo o sistema em que estão inseridos”¹¹ (Fillmore, 1982, p.111). Assim, para que se entenda a distinção de sentido entre (2) e (3), bem como a estranheza que um professor causaria a seus alunos universitários ao dizer (2), não basta conhecer o significado “de dicionário” das palavras café e merenda. Faz-se necessário a ativação de uma estrutura de conceitos – ou frame – que caracteriza um estabelecimento de ensino como tendo um determinado perfil de alunos, os quais pertencem a uma dada faixa etária.

(2) Meninos, já está na hora da merenda, podem sair.

(3) Meninos, já está na hora do café, podem sair.

Tal definição de frame e suas implicações para o estudo do significado linguístico relacionam-se, desde sua proposição, ao conceito de frames em IA (Minsky, 1975), donde deriva a natural aproximação entre a teoria da Semântica de Frames e as representações computacionais. Minsky (1975) propõe que os segmentos de raciocínio, linguagem, memória e percepção sejam maiores e mais estruturados do que meras listas de itens e suas definições. Em sua proposta teórica para a representação de conhecimento no âmbito da IA, parte do pressuposto de que

Quando alguém se depara com uma situação nova (ou causa uma mudança substancial em sua percepção do problema em questão), essa pessoa seleciona na memória uma estrutura chamada Frame. Trata-se de um modelo armazenado na memória que deve ser adaptado à realidade através da mudança de detalhes, caso seja necessário. Um frame é uma estrutura de dados para representar uma situação estereotipada, como estar em um tipo de sala de visitas, ou ir a um aniversário de criança.¹²

11 "a system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits"

12 When one encounters a new situation (or makes a substantial change in one's view of the present problem) one selects from memory a structure called a Frame. This is a remembered framework to be adapted to fit reality by changing details as necessary. A frame is a data-structure for representing a stereotyped situation, like being in a certain kind of living room, or going to a child's birthday party.

Minsky (1975) endossa a visão, que começa a tomar forma em Fillmore (1968), de que a significação linguística não se constitui da soma dos significados dos itens em uma sentença, mas que confia em algum tipo de estrutura mais ampla que organiza o pano de fundo para a compreensão do sentido. Na altura de publicação de sua proposta teórica, Minsky se refere à Gramática de Casos, teoria fillmoreana que se constitui na semente da Semântica de Frames e de sua teoria irmã, a Gramática de Construções.

A vertente da Gramática de Construções desenvolvida por Fillmore e Kay em Berkeley (Kay & Fillmore, 1999; Fillmore, 2008; 2013), constitui, portanto, outra das aproximações entre a Linguística Cognitiva e as representações computacionais. Caracterizada por ser um modelo baseado em unificação que se fundamenta matematicamente, busca incorporar práticas computacionais para tratar o significado das expressões linguísticas. Nesse contexto, Fillmore, Kay e O'Connor (1988) apresentam construções como as regras que licenciam signos linguísticos baseados em outros signos linguísticos. As estruturas licenciadas por uma ou mais construções são chamadas de construtos, os quais instanciam propriedades particulares com respeito a uma construção que os licencia.

Através da unificação entre os níveis de representação, a Berkeley Construction Grammar apresenta uma relação estreita entre significado e significante por um sistema baseado em traços em que as construções são representadas por Matrizes de Atributo e Valor (AVM), em um pareamento de forma e sentido mediado por signos.¹³ As AVMS são combinadas de acordo com os valores atribuídos aos seus atributos e a coindexação mantém o controle da unificação de relações.

Assim, uma sentença como (1), condenada a ser ou mal formada, ou excepcional, ou periférica em outras abordagens sobre a gramática, pode ser formalizada conforme a AVM na Figura 1, a qual representa o construto licenciado pela Construção de Mudança de Estado do PB. Tal construção é um dos subtipos de construção de Sujeito-Predicado do PB, sendo composta por dois signos filhos: um Sintagma Nominal Determinado, em posição de sujeito, e um Sintagma Verbal Adjetival, na função de predicado, configurando-se o esquema sintático [[SN[V [SA_{adj}]]]. Do ponto de vista semântico, codifica o frame *Sofrer_mudança*, no qual uma Entidade, o Sujeito, passa por uma mudança de estado, até atingir uma *Qualidade_final*, codificada pelo Adjetivo em função de Predicativo, o qual

¹³ Vide a Entrevista com Paul Kay, neste volume, para uma discussão sobre a relação entre a Berkeley Construction Grammar e a Sign-Based Construction Grammar.

evoca o frame de Condições_médicas. As Circunstâncias em que a mudança se dá são marcadas pelo Verbo, que evoca o frame de Mudança_de_turno, no qual uma Unidade calêndrica avança no tempo, passando de um turno a outro.

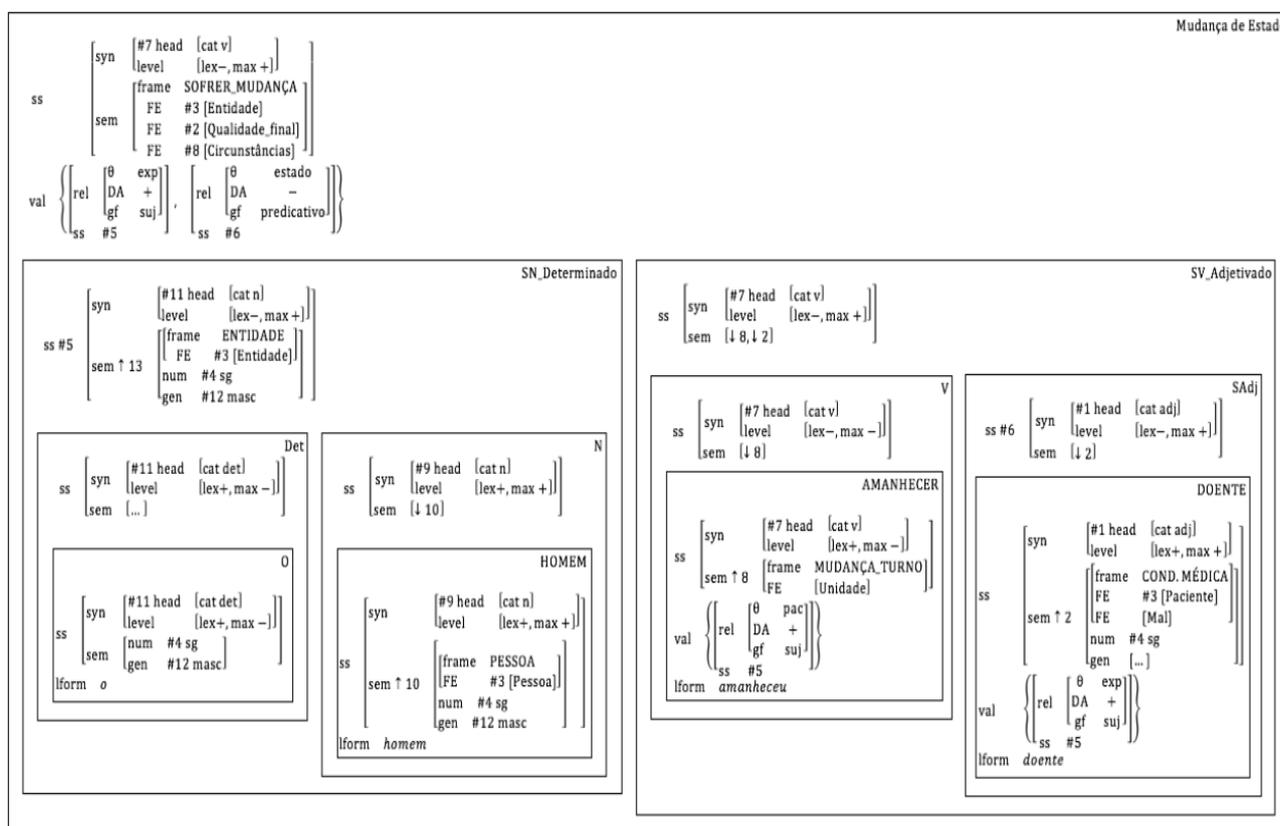


Figura 1: AVM do Construto “O homem amanheceu doente”, licenciado pela Construção de Mudança de Estado

Na AVM, cada constituinte é representado por uma caixa, que contém as seguintes estruturas básicas:

- Nome do constituinte: aparece no canto superior direito;
- Estrutura sintático-semântica (ss): conjunto de atributos e seus valores que indicam as propriedades sintáticas (syn) e semânticas (sem) de cada constituinte e/ou da construção como um todo. É composta pelos seguintes atributos:
 - head: indica o traço de núcleo do constituinte, o qual se define quanto ao pertencimento categorial (cat), ou seja, se se trata de um nome (n), verbo (v), adjetivo (a), determinante (det) etc., e ao nível (level), isto é, se se trata de um constituinte que é uma projeção máxima de seu núcleo (max +/-) e se este tem manifestação lexical direta (lex +/-);
 - frame: indica o frame evocado pelo constituinte, o qual é definido por seu nome e

pelos elementos de frame (FEs) que o compõem;

- num: indica se o constituinte é singular ou plural;
 - gen: indica se o constituinte é masculino ou feminino.
- Valência (val): representa a valência do constituinte e/ou da construção como um todo. Cada valente é definido quanto à sua estrutura ss e também quanto à relação (rel) que estabelece com o constituinte, tanto em termos das funções teta (θ) e gramatical (gf) a ele atribuídas, quanto ao fato de ser ou não um argumento semanticamente proeminente (DA +/-).

Os índices numéricos presentes na matriz indicam a unificação dos valores de cada atributo. O processo de unificação pode indicar dois aspectos importantes da construção. Por um lado, checa se os atributos sintático-semânticos dos constituintes estão em acordo. Assim, os índices #4 e #12, por exemplo, dão conta da necessária concordância nominal entre o sujeito e seu predicativo, bem como daquela entre o determinante e o nome. Por outro, parecia forma e sentido, ao mapear a semântica de cada elemento presente na construção. Assim, o índice #3 indica que a Entidade que sofre a mudança de estado é uma Pessoa, que pode ser enquadrada como o Paciente do frame de Condições_médicas. Já o índice #2 indica que o estado final de #3 é estar doente, enquanto #8 mostra que a Circunstância em que tal mudança se deu corresponde à passagem da noite para a manhã. Índices precedidos de setas indicam que determinado aspecto semântico é projetado para um constituinte maior.

Por fim, o atributo da forma lexical (lform) indica quais elementos da sentença que contêm o construto licenciado estão mapeados a quais constituintes.¹⁴

A representação de construções na forma de AVMs, típica da BCG e da Sign-Based Construction Grammar – SBCG – (Sag, 2012), aliada a uma representação semântica baseada em frames, abre caminho para a modelagem computacional de construções, em especial dada a existência de recursos já implementados com larga trajetória de desenvolvimento, como a FrameNet. Na próxima seção, apresentamos esse recurso.

2. A FrameNet e o Constructicon

Em 1997, Fillmore e colaboradores passam a desenvolver uma implementação computacional de sua teoria: a Berkeley FrameNet tem início no International Computer Science Institute, com o objetivo de descrever lexicograficamente a língua inglesa a partir de uma modelagem semântica

¹⁴ Para uma explicação detalhada dos atributos comumente constantes de AVMs, vide Fried & Ostman (2004).

fundada em uma rede de frames (Fillmore et al., 2003). Nesse recurso, Unidades Lexicais (LUs) são descritas a partir de um frame de *background*, e instâncias dessas LUs são anotadas em sentenças extraídas de *corpora*. Os frames, por sua vez, são organizados em uma rede e definidos em termos de seus participantes, denominados Elementos de Frame (FEs). A Figura 2 traz, como exemplo, o frame *Medical_conditions*.

Note-se que o frame traz uma definição pensada para os usuários humanos do recurso, a qual vem seguida dos FEs que compõem o frame, com suas respectivas definições. Os FEs são classificados em nucleares (core) e não-nucleares (non-core). Enquanto aqueles são necessários para que o frame se instancie, estes são opcionais.

Medical_conditions

[Lexical Unit Index](#)

Definition:

Words in this frame name medical conditions or diseases that a patient suffers from, is being treated for, may be cured of, or die of. The condition or disease may be described in a variety of ways, including the part or area of the body (**Body part**) affected by the condition (e.g. liver cancer, cardiovascular disease), the **Cause** of the condition (e.g. bacterial meningitis, viral pneumonia), a prominent **Symptom** of the condition (e.g. asymptomatic stenosis, blue ear disease), the **Patient** or population (originally) affected by the condition (e.g. bovine tuberculosis, juvenile diabetes), or the (proper) **Name** used to identify the condition (e.g. Munchausen Syndrome, Lou Gehrig's Disease). Annotation in this frame is done in respect to the name of the condition or disease.

John died of **pancreatic** **CANCER**.

FEs:

Core:

Ailment [I]

FN: Any medical problem.

Patient [Pat]

Semantic Type: Living_thing

This FE is used for the patient, entity, or population (originally) affected by the condition or illness.

juvenile **DIABETES**

Dutch Elm **DISEASE**

Legionnaire's **DISEASE**

Non-Core:

Body part [Body_P]

Body Part is used for the part or area of the body affected by the condition or disease.

cardiovascular **DISEASE**

liver **DISEASE**

Cause [Cause]

This FE is used for the cause of a condition or disease.

bacterial **MENINGITIS**

Degree [deg]

Semantic Type: Degree

The extent to which the **Ailment** diverges from the norm.

I am **very** **SICK**.

Since the degree of involvement with an **Ailment** is equivalent to how negative the experience of the **Patient** is, in many cases, **Degree** is expressed by a negative descriptor.

It seems that he does have **very severe** **ECZEMA**.

Duration [dur]

The length of time over which a medical condition persists.

Name [Name]

This FE is used for the **Name** that identifies the condition or disease.

Munchausen **SYNDROME**

Place [I]

The location where the **Ailment** is effecting the **Patients**.

Symptom [Symp]

This FE is used for a prominent symptom of the condition or disease.

asymptomatic **STENOSIS**

I have a **COLD** with a really bad cough.

Figura 2: Frame de *Medical_conditions*, da Berkeley FrameNet

Uma vez definido o frame, LUs que o evocam podem ser anotadas tanto para os FEs que aparecem em sua localidade sintática, quanto para as funções gramaticais (GFs) e tipos sintagmáticos (TS) desses FEs.

A partir do projeto matriz, outros grupos de pesquisadores passaram a desenvolver framenets para seus idiomas, dentre os quais o PB, através da FrameNet Brasil (Salomão, 2009; Torrent & Ellsworth, 2013). Assim, a sentença em (1) pode ser anotada para a LU *doente.a* do frame *Medical_conditions* (ou *Condições_médicas*, em PB), conforme a Figura 3.

[117471]	NI	o	homem	amanheceu	doente.
Condições_médicas.doente.a					doente
FE	INI		Pacient		
GF			Ext		
PT			NP		
Other					
Adj				Cop	

Figura 3: Anotação lexicográfica na FrameNet Brasil

Note-se que, na anotação lexicográfica, o SN “o homem”, que instancia o FE Paciente, é marcado com a GF de Argumento Externo (Ext) do adjetivo, ao qual se liga por uma cópula, indicada na camada Adj. O FE Mal, necessário à compreensão do frame, é marcado como uma Instanciação Nula Indefinida (INI), uma vez que não se manifesta linguisticamente, mas é inferível, uma vez que, se o homem está doente, é porque foi acometido de algum Mal (cf. Fillmore, 2007, para uma discussão sobre instanciações nulas na FN).

A anotação mostrada na Figura 3, entretanto, não é capaz de capturar a semântica da construção de Mudança de Estado que licencia a sentença (1). Isso porque ela se dá a partir da LU *doente.a*. Devido à constatação dos limites impostos pela anotação lexicográfica, a Berkeley FrameNet passa a desenvolver, em 2008, em paralelo ao já estruturado Lexicon, um Constructicon, com o intuito de representar computacionalmente determinadas estruturas linguísticas não processáveis lexicograficamente (Fillmore, 2008; Fillmore, Lee-Goldman & Rhomieux, 2012). O Constructicon abarca o conhecimento linguístico que excede a valência simples de palavras simples (Fillmore, 2008). De modo mais específico, descreve construções em termos de suas propriedades gramaticais e seu potencial semântico.

A iniciativa de criação de um modelo computacional de construções foi seguida também pela

FrameNet Brasil que, desde 2010, desenvolve um Constructicon para o PB (Torrent et al., 2014; Silva et al., 2017). Da mesma forma que acontece para unidades lexicais, o Constructicon também realiza anotações, porém enquanto o método lexicográfico representa apenas a LU e os seus elementos de acordo com seu padrão de valência, o método construcional mapeia uma construção formalmente, unificando-a, quando relevante, a um frame específico.

Assim, para que a sentença (1) seja corretamente analisada, faz-se necessário a modelagem, no Constructicon da FrameNet Brasil, da Construção de Mudança de Estado. O processo de representação computacional dessa e de outras construções de Sujeito-Predicado do PB será objeto da próxima seção.

3. Modelagem das Construções de Sujeito-Predicado no Constructicon da FrameNet Brasil

As construções analisadas neste trabalho são herdeiras da construção de Sujeito-Predicado, a qual, por sua vez é um dos subtipos da construção X_Núcleo. Tal construção abstrata é composta por um núcleo que é especificado por um elemento à esquerda (Kay & Fillmore, 1999). Serão mostradas nas próximas subseções, as representações computacionais das construções Transitiva_direta_ativa, Intransitiva, Ergativa, Predicativa, de Mudança de Estado, de Argumento Cindido (Sampaio, 2010) e de Objeto Interdito (Bronzato, 2009). Antes, entretanto, apresentamos os mecanismos básicos utilizados para representar, no domínio computacional, os princípios da constituência e da unificação empregados na constituição de AVMs. Tais mecanismos foram desenvolvidos no âmbito das pesquisas de Almeida (2016) e de Lage (2018).

Nesse contexto, a fim de conferir ao Constructicon o *status* de rede construcional, além da possibilidade de armazenar informações de modo econômico e não redundante, foi estabelecida a relação de Herança construcional (Lage, 2018). É adotada a herança múltipla, modelo segundo o qual uma construção, na hierarquia, pode herdar de mais de uma construção dominante. Além disso, o modo completo de herança é utilizado (Kay & Fillmore, 1999), o qual presume que a construção herdeira é um tipo mais específico da construção mãe, uma vez que toda informação específica para cada nó que domina, direta ou indiretamente, um determinado nó é herdada (Goldberg, 1995, p. 74). Ainda, a herança será tratada pelo viés da cópia virtual de informação, isto é, a informação herdada é registrada somente na construção dominante, o que impede a redundância no armazenamento de dados.

Por outro lado, com o intuito de representar a unificação entre os polos formal e funcional das

construções, foi estabelecida a relação de Evocação (Lage, 2018), responsável por associar a construção ao frame por ela evocado, nas situações em que isso ocorrer. Ao fazê-lo, são também relacionados os Elementos da Construção (CEs) aos Elementos de Frame (FEs), quando houver tal correspondência.

Por fim, para contemplar a constituência construcional, foi necessário implementar restrições que envolvessem uma série de aspectos. Em um primeiro momento, foram criadas três restrições, a saber, a CE>Constructicon, a CE_before e a CE_meets (Almeida, 2016). A restrição CE>Constructicon foi implementada para determinar os casos em que o signo filho é licenciado por outra construção já definida no Constructicon. Por sua vez, a CE_before determina se um dado Elemento da Construção deve vir antes de outro na sentença, enquanto a CE_meets sinaliza que um Elemento da Construção deve vir antes de outro e que ambos devem ser adjacentes, de modo que não haja entre eles nenhum material interveniente.

Posteriormente, outras três restrições foram elaboradas, quais sejam, CE>Lexeme, CE>Frame e CE>Frame_family, instanciando três níveis de restrições de preenchimento. No primeiro deles, restringe-se que apenas palavras específicas possam preencher um dado *slot*. No segundo nível, é possível restringir-se que todas as LUs que evocam um frame possam ocupar um dado *slot*. No terceiro nível, pode-se restringir que todas as LUs que evocam uma família de frames, isto é, um dado frame mais genérico e todos os frames que herdaram dele, possam ocupar um dado *slot*.

Exemplos da aplicação das relações e restrições são apresentados nas próximas seções.

3.1 A Construção de Mudança de Estado

Conforme já pontuado na seção 2, a construção de mudança de estado, que licencia (1), é um tipo de construção de estrutura argumental caracterizada por [SN[V[SAdj]]]. Como podemos perceber, essa construção apresenta uma predicação adjetival que é expressa pelo predicado verbo-nominal. Segundo Cunha e Cintra (2013), o predicado verbo-nominal em português possui dois núcleos significativos, um verbo e um predicativo.

Com uma abordagem gerativista, Foltran (1999) apresenta essas construções como predicações secundárias. Ela faz uma divisão entre predicação secundária e mini-oração, sendo que a predicação secundária pode ser orientada para o objeto, para o sujeito, ou ser caracterizada como resultativa. Segundo Foltran, sentenças como (4) são exemplos de predicados secundários orientados para o objeto, enquanto sentenças como (5) são exemplos de predicados secundários orientados para o sujeito. Já

casos como (6) exemplificam predicados secundários resultativos, sendo os casos semelhantes a (7) exemplos de mini-oração.¹⁵

(4) João comprou o carro quebrado

(5) Pedro chegou cansado

(6) Ela cortou o cabelo curto

(7) Eu considero Maria bonita

O que caracteriza, de acordo com Foltran (1999), a predicação secundária é o recebimento de um papel temático do sujeito ou objeto por um outro núcleo lexical, assim temos duas unidades predadoras. Em (4) e (5), *carro* e *Pedro* são duplamente tematizados, *carro* pelo verbo comprar e pelo adjetivo quebrado e *Pedro* pelo verbo chegar e pelo adjetivo cansado. No caso das mini-orações, o segundo argumento do verbo é expresso por uma oração, como em (7), *Maria bonita*, em que essa predicação não apresenta elemento verbal com flexão de tempo. Por isso, é chamada de mini-oração, pois é o adjetivo o predador do sintagma nominal. Já a predicação resultativa aplica-se no estado final do objeto direto, apresentando uma causatividade a partir de uma ação verbal, como em (6).

Como podemos observar, a análise realizada por Foltran apresenta um caráter mais composicional e lexicalista, uma vez que a construção de Mudança de Estado é apresentada apenas como resultado de uma dupla tematização de dois predicados.

Já Castilho (2010) afirma que predicados verbo-nominais são minissentenças adjetivais em que temos uma única estrutura desempenhando duas funções, o que evidencia o multifuncionalismo das estruturas sintáticas. No exemplo (8), retirado de Castilho (2010), o autor afirma que *doente* é uma minissentença adjetival que se encontra separada do sintagma verbal *encontraram o povo*, havendo, assim, uma fronteira sintática entre a sentença simples e a minissentença adjetival.

(8) Os pesquisadores encontraram o povo doente.

As descrições realizadas por Castilho e Foltran demonstram casos em que a construção de mudança de estado apresenta a seguinte configuração [SN [V [SN[SAdj]]]], havendo, assim, a existência de outro sintagma nominal entre o verbo e sintagma adjetival como em (4), (6), (7) e (8).

¹⁵ Exemplos retirados de Foltran (1999).

Porém, nesse trabalho para a modelagem de construções, trataremos apenas das construções como em (5).

Nosso objetivo aqui é, primeiramente, demonstrar como uma abordagem construcional pode ser mais eficaz para tratar de estruturas como essas, pois, como afirma Goldberg (1995), estruturas argumentais são instâncias de construções que existem independentemente de verbos – ou outros itens lexicais predicadores, como adjetivos – e evocam frames genéricos das ações humanas básicas, possuindo, assim, significado por si mesmas, o que nos permite diferenciar uma construção de outra. Em segundo lugar, pretendemos ainda demonstrar a possibilidade de modelar tal construção computacionalmente utilizando a infraestrutura disponibilizada pela FrameNet Brasil.

No que concerne ao primeiro objetivo, a AVM apresentada na Figura 1 fornece suporte para o argumento de que uma análise construcional de sentenças como (1) e (5) é mais econômica, além de dar conta, via unificação, de uma variedade maior de possibilidades de preenchimento dos *slots* do verbo e do adjetivo. Considerem-se os exemplos (9-13), extraídos do Corpus do Português – Web/dialetos.¹⁶

- (9) Um belo dia, **Jack amanheceu morto**.
- (10) **João acabou condenado** apenas por homicídio culposo, sem a intenção de matar.
- (11) No último show, em Belgrado, na Sérvia, mês passado, **Amy apareceu bêbada**, esqueceu letras e saiu do palco antes da hora.
- (12) **O Japão acordou feliz** e muito entusiasmado por organizar a maior competição esportiva do mundo.

Apesar de os itens lexicais que ocupam os *slots* do verbo e do adjetivo na construção serem distintos daqueles presentes em (1), guardam algo em comum com eles. Começando pelos verbos, assim como ocorre com *amanhecer*, os verbos *acabar*, *aparecer* e *acordar* não preveem, em sua especificação de valência (val), um argumento interno, pedindo apenas um sujeito. Quanto aos adjetivos, assim como *doente*, os adjetivos *morto*, *condenado*, *bêbado* e *feliz* indicam estados. Nesse sentido, a AVM da Figura 1, que representa o construto em (1), pode ser modificada para representar a construção de Mudança de estado, conforme a Figura 4.

¹⁶ Disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>

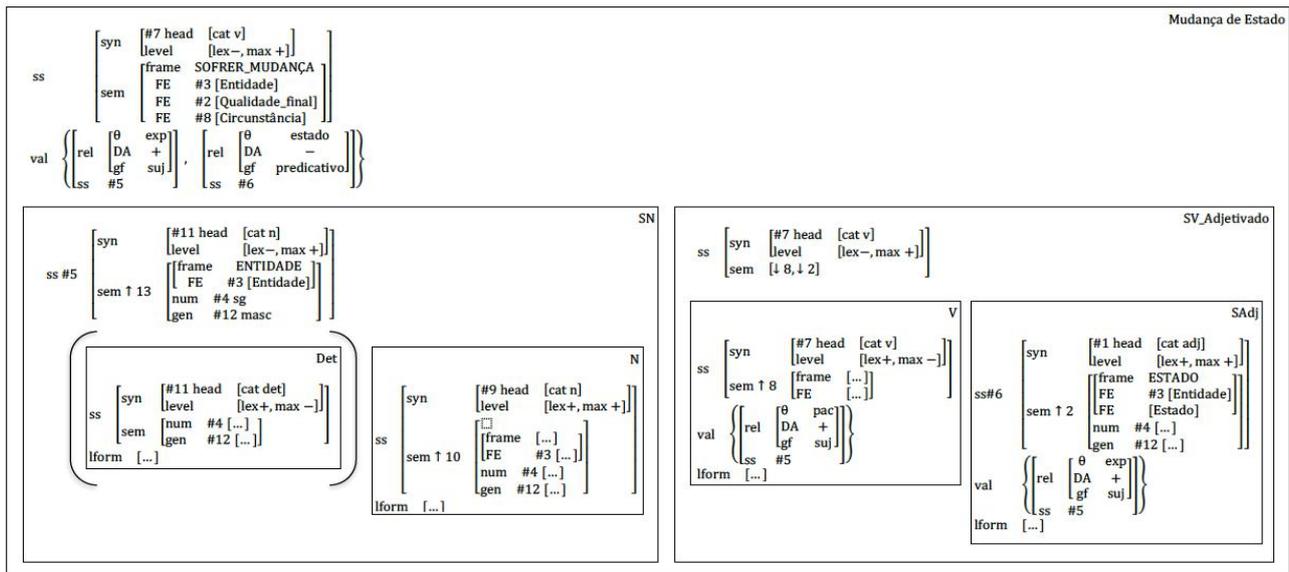


Figura 4: AVM da Construção de Mudança de Estado

Observe-se que valores de diversos atributos encontram-se indefinidos na AVM da construção – [...] – e que o *slot* Det passa a ser opcional. Porém, os índices de unificação se mantêm, de modo a marcar a necessidade, por exemplo, de que o sujeito da construção seja unificado à Entidade a quem o Estado se aplica, ou de que o frame evocado pelo verbo seja unificado a uma determinada Circunstância da mudança de estado, o que é marcado pelo índice #8, que unifica o FE do frame de Sofrer_mudança, ao frame evocado pela LU que preencher o *slot* V.

Já no concernente ao segundo objetivo, passaremos agora a demonstrar de que modo a AVM da Figura 4 pode ser traduzida em uma representação computacional. Dados os princípios e ferramentas de modelagem descritos na abertura da seção 3, a construção de Mudança de estado é definida no Constructicon da FrameNet Brasil conforme a Figura 5.

Mudança de Estado [state_change]

Definição	
Tipo de construção SN_V_SAdj. Essa construção é composta por um Sintagma Nominal Sujeito e um Sintagma Verbal Adjetival Predicado_Verbo_Nominal . A construção indica uma mudança de estado no Sujeito.	
Exemplo(s)	
Elementos da Construção	
Predicado_Verbo_Nominal [predicado verbo nominal]	Predicado composto obrigatoriamente por um Sintagma_verbal_adjetival.
Sujeito [state_change_sujeito]	O sujeito é um Sintagma_Nominal
Relações	
Evoca	Sofrer_mudança
Herda de	Sujeito_predicado

Figura 5: Construção de Mudança de estado no Constructicon da FrameNet Brasil

Como se pode notar pelas descrições, os Elementos da Construção (CEs) são licenciados pelas construções de Sintagma Nominal e Sintagma Verbal Adjetival, que correspondem ao Sujeito e ao Predicado Verbo-Nominal, respectivamente. Para garantir que essa informação conste da representação computacional dessa construção, a restrição CE>Cxn (cxn) é aplicada. Ademais, faz-se necessário indicar que o frame evocado pelo Adjetivo deve evocar algum Estado. Assim, a restrição CE>Frame_family (fam) é aplicada ao núcleo Adjetivo do CE Predicado_verbo_nominal. Por fim, faz-se necessário restringir os verbos que ocorrem no *slot* V àqueles que são admitidos pela construção. Dois tipos de restrição podem ser utilizadas para tanto: a restrição CE>Frame, para os casos em que todos os verbos que evocam um dado frame podem ocupar o *slot*; ou a restrição CE>LU, quando se quiser definir verbos específicos, com sentidos específicos, a ocupar esta posição. A aplicação de tal restrição demandaria um estudo de *corpus* que não está no escopo deste artigo, assim, a título de demonstração, aplicamos a restrição CE>Frame (evk) ao V, para indicar que quaisquer verbos que evoquem o frame de Acordar – *acordar, despertar* – podem preencher essa posição. O resultado da aplicação das restrições é mostrado na Figura 6.

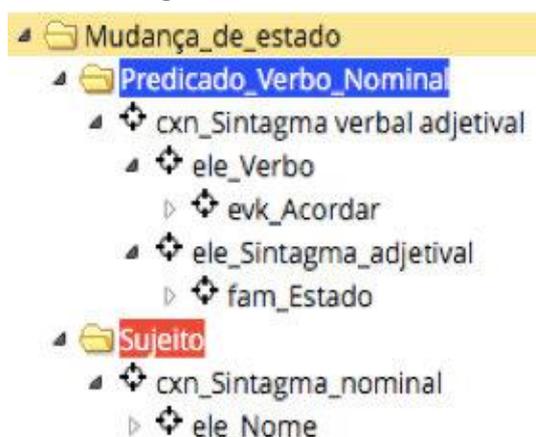


Figura 6: Restrições aplicadas aos CEs da construção de Mudança de estado

Completando a modelagem, as relações de Herança e Evocação, respectivamente, incluem a construção de mudança de estado na rede de construções de Sujeito-Predicado do PB e mapeiam seu aporte semântico para um frame já modelado pela FrameNet, no caso, o frame de Sofrer_mudança. Dessa forma, percebemos que a construção de Mudança de estado herda da construção mais genérica Sujeito-Predicado, sendo que, naquela, o CE Predicado é mais específico do que aquele da construção mãe. Demonstra-se, também, a unificação do polo formal com a contraparte semântica da construção, pela evocação do frame de Sofrer_mudança pela construção, através do mapeamento dos CEs Sujeito e Predicado_verbo_nominal aos FEs Entidade e Qualidade_final, respectivamente.

Vejamos agora como esses princípios de modelagem podem ser aplicados a outras construções

3.2 As Construções de Objeto Interdito, Intransitiva e Transitiva Direta Ativa

A Construção de Objeto Interdito (Bronzato, 2009), se relaciona a contextos de destransitivização do predicador verbal, uma vez que ela omite um complemento tipicamente associado ao rompimento das regras de conduta e a tabus sociais. São licenciadas por essa construção sentenças como aquelas em (13-15), extraídas do Corpus do Português.

- (13) **Uma senhora que bebe** tanto assim, não é uma senhora.
- (14) Por que **você bebe** tanto, mamãe, você fica cheirando mal.
- (15) **O jovem bebe** para se desinibir e participar dos seus grupos.

As três ocorrências acima apresentam o verbo *beber* relacionado ao rompimento de uma conduta social, associada ao consumo de bebidas alcoólicas, geralmente avaliada de forma negativa pelas pessoas. Segundo Bronzato (2009, p. 78), “as sutilezas semânticas, resultantes da destransitivização de predicadores verbais, são frutos de um processo de mesclagem entre o item lexical e a construção sintática”. Desse modo, a Construção de Objeto Interdito atua sobre os frames evocados pelas LUs verbais presentes nas sentenças licenciadas por ela, no sentido de convidar o interlocutor a uma inferência de que o complemento interdito não é costumeiramente bem-visto.

A construção de Objeto Interdito herda da construção Transitiva Direta Ativa, pois a primeira apresenta a valência básica do verbo alterada, ou seja, verbos como *beber*, *cheirar*, *fumar* são considerados, tradicionalmente, conforme Castilho (2010), biargumentais, isto é, apresentam um argumento externo e um argumento interno. Dessa forma, diferentemente da construção Transitiva Direta Ativa, o objeto na construção de Objeto Interdito aparece omitido, uma vez que, conforme Bronzato (2009, p. 78), “o apagamento sintático do participante interdito explica-se pela atuação de uma estratégia de proteção de face, representando, pois, uma ação de *polidez positiva*”.

Nesse sentido, a construção evoca o frame de Avaliação_de_moralidade, segundo o qual um Avaliado (o Sujeito) é julgado quanto a um Comportamento (o Predicado). Em termos de constituição, essa construção é aparentemente similar à construção Intransitiva, uma vez que não apresenta complemento interno ao verbo. Por outro lado, tem o *slot* V preenchido por verbos que preveem, em sua valência, a existência de tal complemento, que foi interdito pela construção.

Assim, o CE Sujeito é licenciado pela construção Sintagma_nominal, enquanto o CE Predicado é, portanto, licenciado pela construção de Sintagma_verbal_sem_complemento, diferentemente do que ocorre com a construção Transitiva Direta Ativa, que tem Predicado licenciado pela construção de Sintagma_verbal_com_complemento.

Até este ponto, em termos de restrições, as construções de Objeto Interdito e Intransitiva são idênticas, o que representa um problema para o modelo. Tal problema é resolvido justamente modelando-se o fato de que, apesar de nuclear um SV_sem_complemento, o V da construção de Objeto Interdito é, normalmente, biargumental. Na FrameNet, verbos biargumentais evocam frames da família de Ação_transitiva, enquanto verbos monoargumentais, tipicamente presentes na construção Intransitiva, evocam frames herdeiros de Ato_intencional. Assim, as restrições CE>Construction e CE>Frame_family, juntamente com a relação de Evocação, são capazes de diferenciar as construções Transitiva Direta Ativa, Intransitiva e de Objeto Interdito entre si, conforme demonstram as Figuras 7 (a, b e c), 8 (a, b e c) e 9 (a, b e c).

Transitiva Direta Ativa [cxn_act_trans_dir]

Definição	
Tipo de construção SN_V_SN. Essa construção exibe um argumento externo Sujeito e um Predicado . O argumento interno é um objeto direto.	
Exemplo(s)	
Elementos da Construção	
Predicado [ce_predicate_act_trans_dir]	O Predicado é composto de um SV e um SN objeto direto.
Sujeito [ce_subject_act_trans_dir]	O sujeito é um SN.
Relações	
Evoca	Ação_transitiva
Herda por	Objeto_interdito
Herda de	Sujeito_predicado

Figura 7(a): Construção Transitiva Direta Aitva

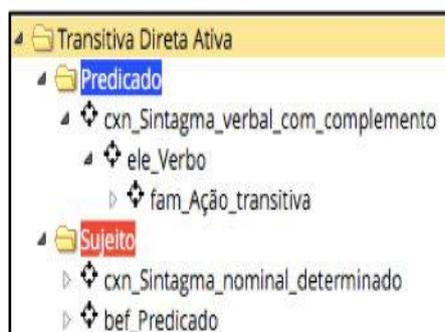


Figura 7(b): Restrições aplicadas aos CEs da Construção Transitiva Direta Ativa

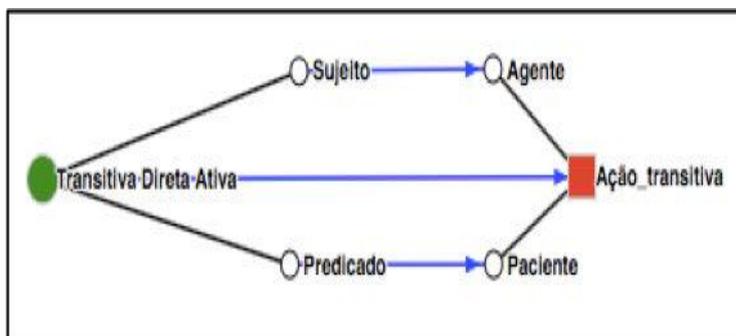


Figura 7(c): Frame evocado pela Construção Transitiva Direta Ativa

Intransitiva [Intransitive]

Definição
Tipo de construção [SN[V]]. Essa construção exibe um argumento externo Sujeito e um Predicado sem complemento interno.
Exemplo(s)
Elementos da Construção
Predicado [Predicate] O Predicado é um Sintagma verbal sem complemento.
Sujeito [Subject] O Sujeito é um Sintagma nominal.
Relações
Evoca Agir_intencionalmente
Herda de Sujeito_predicado

Figura 8(a): Construção Intransitiva

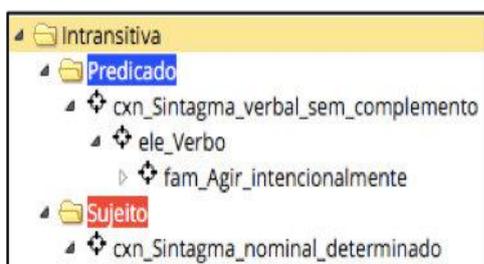


Figura 8(b): Restrições aplicadas aos CEs da Construção Intransitiva

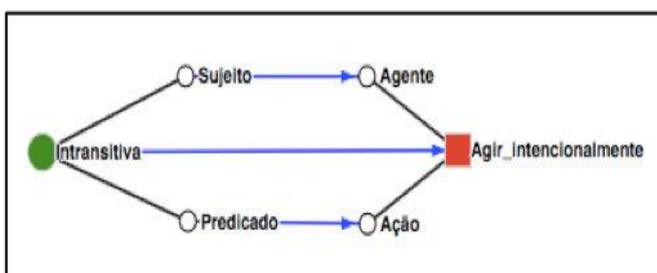


Figura 8(c): Frame evocado pela Construção Intransitiva

Objeto_interdito [object_interrupted]

Definição
Tipo de construção [[SN] [V[Ø]]]. Essa construção exibe a valência alterada dos verbos, apresentando interdição, ou seja, o objeto está implícito na sentença.
Exemplo(s)
Elementos da Construção
Predicado [Predicate] O predicado é composto por um verbo cujo objeto direto e deliberadamente interditado.
Sujeito [Subject] O sujeito é um SN.
Relações
Evoca Avaliação_de_moralidade
Herda de Transitiva Direta Ativa

Figura 9(a): Construção de Objeto Interdito

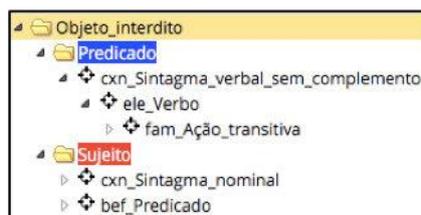


Figura 9(b): Restrições aplicadas aos CEs da Construção de Objeto Interdito

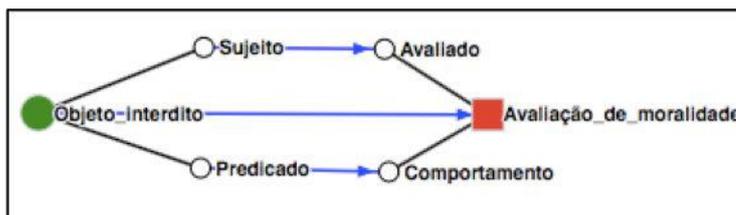


Figura 9(c): Frame evocado pela Construção de Objeto Interdito

Os conjuntos de Figuras 7, 8 e 9 demonstram de que maneira a infraestrutura baseada em restrições e relações do Constructicon da FrameNet Brasil possibilita a representação computacional detalhada das construções em questão. Poder-se-ia questionar, entretanto, que a construção de Objeto Interdito evoca também o frame de Ação_transitiva e que tal informação não consta da Figura 9(c). Porém, há que se considerar que a relação de herança entre esta construção e a Transitiva Direta Ativa registra que tudo o que é válido para a construção mãe também o é para a construção filha, incluindo a evocação de frames. Nesse sentido, o sistema como um todo registra que a construção de Objeto Interdito evoca, via herança, o frame de Ação_transitiva.

3.3 As Construções de Argumento Cindido e Ergativa

A construção Ergativa é um tipo de construção de estrutura argumental que apresenta a seguinte configuração sintática [SN [SV]] em que um sujeito sofre ação de um evento expresso pelo verbo. Diferentemente da construção Intransitiva, que também apresenta uma estrutura monoargumental, o sujeito da Ergativa exhibe comportamento típico do objeto direto dos verbos transitivos. Dessa forma, o argumento interno que é demovido para a posição do sujeito é afetado por uma causa potencialmente externa (PERINI, 2010).

A construção Ergativa licencia construtos como (16) e (17) e, como podemos observar, o sujeito dessa construção não pratica nenhuma ação, sendo paciente.

(16) O vaso quebrou

(17) O lençol rasgou

No processo de representação dessa construção no Constructicon, conforme Figuras 10(a) e 10(b), foi necessário considerar esses aspectos sintáticos-semânticos, uma vez que a construção Ergativa também é herdeira da construção Sujeito-Predicado e evoca o frame Ser_afetado, indicando

que, enquanto o CE Sujeito corresponde a entidade que sofre a ação, o CE Predicado corresponde ao evento com apenas um núcleo verbal, que não é manifesto sintaticamente na forma de um novo argumento.

Ergativa [cxn_ergative]	
Definição	Tipo de construção SN_V. Essa construção exibe um argumento interno Sujeito e um Predicado .
Exemplo(s)	
Elementos da Construção	<p>Predicado [ce_predicate] O Predicado é composto por um SV.</p> <p>Sujeito [ce_subject] O Sujeito é um SN.</p>
Relações	<p>Evoca Ser_afetado</p> <p>Herda de Sujeito_predicado</p>

Figura 10(a): Construção Ergativa



Figura 10(b): Frame evocado pela Construção Ergativa

Já as construções de Argumento Cindido (CACs) são definidas por Sampaio (2010) como construções que apresentam dois argumentos sintáticos e apenas um argumento semântico com função de paciente. Apesar de essas construções apresentarem uma sintaxe semelhante à da construção Transitiva direta ativa, não existe nenhuma ação praticada pelo sujeito que afete um paciente. O que ocorre, na verdade, é que uma mesma entidade se comporta como sujeito e objeto, ambos pacientes, como ilustram o exemplos (18) e (19).

(18) O celular quebrou a tela

(19) A calça rasgou o bolso.

Sendo assim, o que caracteriza as CACs, além da sua estrutura biargumental, e a expressão de um evento que afeta um paciente, é a relação meronímica entre seus argumentos.

Sampaio (2010) afirma que essa relação é a principal característica da CAC-artefato¹⁷, uma vez

¹⁷ Sampaio (2010) postulou uma família de Construções de Argumento Cindido, porém, neste trabalho, apresentamos apenas a representação da CAC-artefato.

que o sujeito é um artefato e seu objeto, uma parte específica desse artefato: a tela consiste em uma parte do celular e o bolso uma parte da calça.

Argumento cindido [cxn_split_object]

Definição
Tipo de construção SN_V_SN. Essa construção exibe um argumento externo Sujeito e um Predicado . O argumento interno é um objeto direto. A construção apresenta uma relação PARTE/TUDO entre os argumentos.
Exemplo(s)
Elementos da Construção
Predicado [ce_predicate_split_object] O Predicado é composto de um SV e um SN objeto direto.
Sujeito [ce_subject_split_object] O sujeito é um SN.
Relações
Evoca Parte_todo, Ser_afetado
Herda de Sujeito_predicado

Figura 11(a): Construção de Argumento Cindido

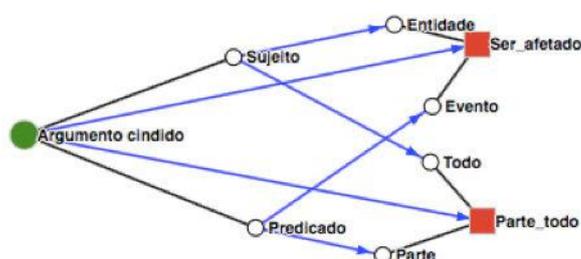


Figura 11(b): Frames evocados pela Construção de Argumento Cindido

Como ilustram as Figuras 11(a) e 11(b), a representação da construção de Argumento Cindido é muito semelhante à representação da construção Transitiva, do ponto de vista formal. A diferença reside justamente na semântica dessas construções: enquanto na CAC os frames *Ser_afetado* e *Parte_todo* estão unificados aos CEs *Sujeito* e *Predicado*, através dos FEs *Entidade* e *Evento*, e *Parte* e *Todo*, a construção Transitiva indica que há um paciente que sofre a ação transitiva de um agente.

Quando comparamos as construções Ergativa, Argumento Cindido e Transitiva Direta Ativa, percebemos a necessidade de um sistema de representação que seja eficiente para tratar de aspectos que vão além da estrutura formal. Se, por um lado, a CAC apresenta a mesma configuração sintática da Transitiva e, por outro lado, apresenta uma contraparte semântica semelhante à da Ergativa, apenas um modelo de representação que se baseie em pareamentos de forma e sentido – a definição clássica de construção (cf. Goldberg, 1995) – permite que se produza uma representação eficaz dos fenômenos linguísticos.

3.4 As Construções Predicativas

Completando o conjunto de construções de estrutura argumental do PB modeladas até então no Constructicon da FrameNet Brasil, temos as construções Predicativas, chamadas por Perini (2010) de Estativas, por conta do fato de o *slot* V nessas construções ser preenchido por verbos de estado, tais como *ser*, *estar*, *continuar*, *ficar* e *parecer*. Segundo este autor (2010, p. 101-102), há dois subtipos de construções Estativas: a Estativa propriamente dita, em que uma Qualidade é atribuída a um Qualificando, e a Estativa de Lugar, em que um Lugar é atribuído a um Localizando. As sentenças (20-23), extraídas de Perini (2010), exemplificam essas construções.

- (20) A Letícia é muito inteligente.
- (21) A Letícia é um gênio.
- (22) A toalha está aqui.
- (23) Poços de Caldas é no Sul de Minas.

Analisando-se (20) e (21), exemplos da construção Estativa, nota-se que o *slot* do predicativo pode ser preenchido tanto por um núcleo adjetival, quanto por um núcleo nominal. Já em (22) e (23), esse mesmo *slot* pode ser preenchido tanto por núcleos adverbiais, quanto por Sintagmas Preposicionais.

A análise de Perini (2010) é adaptada à modelagem dessas construções no Constructicon da FrameNet Brasil, as quais, porém, são nomeadas como construção Predicativa Nominal e construção Predicativa Locativa. Tal renomeação decorre da constatação de que o esquema $[SN[V_{cop}[SN|SAdj]]]$, que caracteriza a construção Estativa de Perini (2010) se presta a relacionar uma entidade – o Sujeito – tanto a um estado, quanto a um atributo. Assim, há dois subtipos de construção Predicativa Nominal: a Atributiva, que licencia sentenças como (20), e a Estativa, que licencia casos como (24).

- (24) O peixe está doente.

Dada esta divisão, enquanto a construção Predicativa Nominal Atributiva evoca o frame de Atributos, a Estativa evoca o de Estado. Além disso, restrições se aplicarão sobre os verbos de ligação, ou cópulas, que podem figurar em cada subtipo. Enquanto a versão Atributiva aceita todos os verbos de ligação listados por Perini (2010), a Estativa não aceita o verbo *ser*, uma vez que a noção de permanência advinda desse verbo não condiz com a noção de estado.

As Figuras 12, 13 e 14 mostram a modelagem das construções predicativas nominais, enquanto

a Figura 15 mostra o grafo que representa as relações de herança e evocação propostas para as construções Predicativas nominais.

Predicativa_nominal_atributiva [Attributive_nominal_predicate]

Definição	Tipo de construção predicativa em que um SAdj ou SN codificam um atributo do Sujeito .
Exemplo(s)	
Elementos da Construção	<p>Predicado [Predicate] O Predicado é composto por um SAdj ou SN que codificam um atributo do Sujeito.</p> <p>Sujeito [Subject] O Sujeito é um SN.</p>
Relações	<p>Evoca Atributos</p> <p>Herda de Predicativa_nominal</p>

- ▲ Predicativa_nominal_atributiva
 - ▲ Predicado
 - ◆ cxn_Sintagma_verbal_cópula
 - ele_Cópula
 - ◆ ele_Predicativo_do_sujeito
 - fam_Atributos
 - ▲ Sujeito
 - cxn_Sintagma_nominal

Figura 13: Construção Predicativa nominal atributiva e restrições aplicadas a seus CEs

Predicativa_nominal_estativa [Stative_nominal_predicate]

Definição	Tipo de construção [SN[Vcop[SAdj SN]]] em que um adjetivo ou nome predicativos atribuem um estado a um Sujeito .
Exemplo(s)	
Elementos da Construção	<p>Predicado [Predicate] O Predicado é composto por um SAdj ou SN predicativos.</p> <p>Sujeito [Subject] O Sujeito é um SN.</p>
Relações	<p>Evoca Estado</p> <p>Herda de Predicativa_nominal</p>

- ▲ Predicativa_nominal_estativa
 - ▲ Predicado
 - ◆ cxn_Sintagma_verbal_cópula
 - ele_Cópula
 - ◆ ele_Predicativo_do_sujeito
 - fam_Estado
 - ▲ Sujeito
 - cxn_Sintagma_nominal

Figura 14: Construção nominal estativa e restrições aplicadas a seus CEs

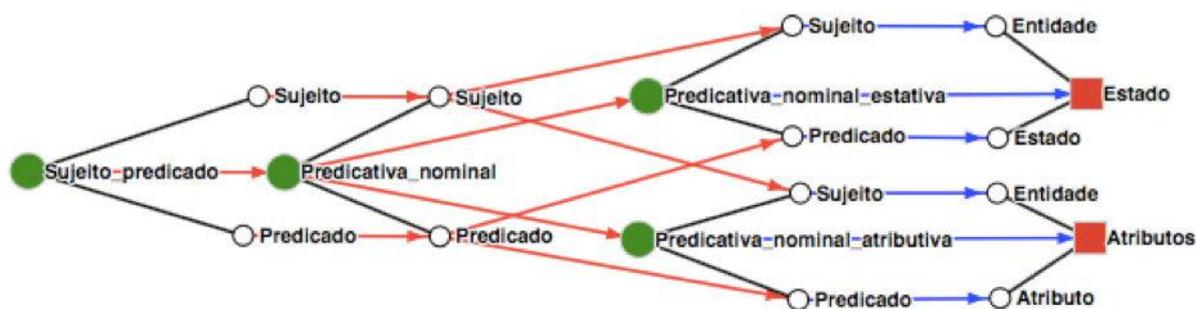


Figura 15: Relações de herança e evocação modeladas para as construções Predicativas nominais

Já a construção Predicativa Locativa segue o esquema sintático [SN [V_{cop} [SAdv|SP]]] e evoca o frame Ser_localizado. Tal construção licencia sentenças como (22) e (23) e foi modelada conforme a Figura 16.

Predicativa_locativa [Locative_predicate]	
Definição	Tipo de construção em que o núcleo é um advérbio ou nome Predicativo que atribui uma localização a um Sujeito .
Exemplo(s)	
Elementos da Construção	<p>Predicado [Predicate] O predicado é composto por uma cópula e um SAdv ou SP.</p> <p>Sujeito [Subject] O Sujeito é um SN.</p>
Relações	<p>Evoca Ser_localizado</p> <p>Herda de Sujeito_predicado</p>

Figura 16: Construção Predicativa locativa

A informação sobre a constituição do CE Predicado é modelada aplicando-se restrições tanto ao CE em si, quanto à construção que o licencia. Assim, utilizando-se a restrição CE>Construction, modela-se que o CE Predicado é licenciado pela construção de Sintagma_verbal_copular_locativo – cf. Figura 17 –, a qual, por sua vez, é composta pelos CEs Cópula e Locativo. Em seguida, aplicam-se ao CE Cópula as restrições CE>Construction, para indicar que ela é licenciada pela construção de Verbo; CE_before, para indicar que a Cópula vem antes do Predicado, e CE>Lexeme, para indicar que apenas os verbos *ser*, *estar*, *ficar* e *continuar* podem ser usados nesse *slot*, excluindo-se o verbo *parecer*, conforme aponta Perini (2010) – cf. Figura 18.



Figura 17: Restrições aplicadas aos CEs da Construção Predicativa locativa

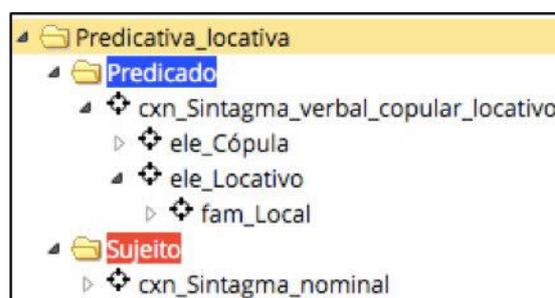


Figura 18: Restrições aplicadas aos CEs da Construção de Sintagma verbal copular locativo

Uma vez modeladas as construções, em termos de suas restrições e relações de herança e

evocação de frames, é possível propor uma rede das construções de Sujeito-Predicado do PB, conforme a Figura 19.

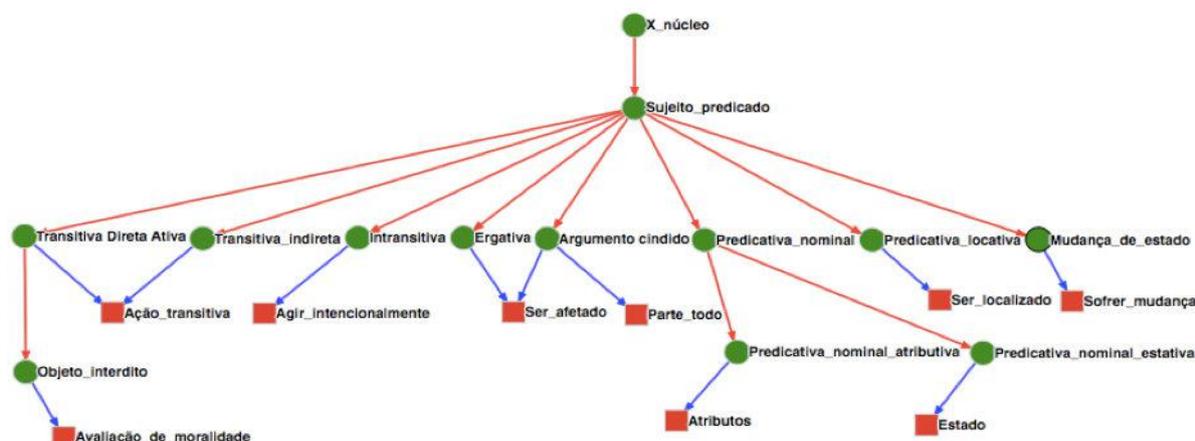


Figura 19: Rede de construções de Sujeito-Predicado do PB

Considerações Finais: Limites à Representação Computacional do Conhecimento

As pesquisas em Compreensão da Língua Natural, como a que vem sendo realizada no âmbito da FrameNet Brasil, apontam para a necessidade de representação de pelo menos dois tipos de conhecimento (Ovchinnikova, 2012): o conhecimento linguístico e o conhecimento “de mundo” (*world knowledge*).

O conhecimento “de mundo” está geralmente associado a um domínio específico e, via de regra, é representado de maneira formal. A formalidade visa eliminar ambiguidades, restringir interpretações, facilitar a comunicação e, em alguns casos, possibilitar uma representação computacional do conhecimento. Para isso, são definidas linguagens formais, com regras estritas. Exemplos destas representações podem ser encontrados nas redes semânticas, nos thesaurus, nas ontologias, nos modelos em grafo, nos modelos conexionistas, nos modelos baseados em lógicas formais, entre vários outros.

O conhecimento linguístico, por outro lado, diz respeito a como o conhecimento “de mundo” é expresso usando uma língua natural. Envolve diversas e variadas dimensões, que tratam das questões fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas. Em especial, aborda a complexa questão do significado e de como o significado pode ser representado. As expressões linguísticas – motivadas pela cognição humana – são inerentemente flexíveis, ambíguas, dependentes do contexto, movidas pela criatividade e pouco aderentes a regras (Fauconnier & Turner, 2002).

É natural que, em busca de uma representação computacional para o conhecimento linguístico, a relação da linguagem com outros sistemas cognitivos tenha sido negligenciada. A linguagem foi considerada autônoma e objetiva, e sua representação reduzida a regras lógico-formais. Os estudos na Linguística Cognitiva, no entanto, já mostraram a insuficiência do significante para tratar da dimensão da significação linguística (Salomão, 1999; Fauconnier & Turner, 2002).

O problema não é representar o conhecimento através do uso sistemático da forma. O problema é considerar que essas representações abarcam todas as dimensões do significado. A formalização do conhecimento linguístico é necessária no âmbito computacional, mas não se deve ignorar a limitação que esta formalização impõe. Confiar que as formas são capazes de processar a essência dos sistemas conceptuais de conhecimento é dizer que a capacidade humana de construir significados pode ser manipulada totalmente. No entanto, como afirmam Fauconnier e Turner (2002), as expressões linguísticas apontam para o significado, mas não o portam.

Esses limites à representação computacional do conhecimento podem ser amenizados por teorias linguísticas como a Semântica de Frames e algumas abordagens da Gramática das Construções, que buscam ser cognitivamente plausíveis. Como foi visto, a FrameNet e o Constructicon aliam o registro dos fenômenos linguísticos ao registro do significado associado a esses fenômenos. A rede de frames, elementos de frame, unidades lexicais e construções, representando simultaneamente o conhecimento linguístico e o conhecimento “de mundo”, constitui uma ferramenta flexível e abrangente para o estudo e a compreensão da língua sob o ponto de vista computacional.

As construções que foram aqui modeladas explicitam a necessidade de considerar tanto aspectos semânticos como aspectos sintáticos para uma representação satisfatória do conhecimento linguístico. Para isso, de um lado, as restrições sintáticas foram tratadas em termos de sintagmas e categorias gramaticais como uma forma de mostrar as generalizações presentes em cada construção. Por outro lado, cada restrição foi unificada a um determinado componente semântico do frame evocado pela construção.

A proposta é abarcar no Constructicon diferentes construções de estrutura argumental com o intuito de constituir uma gramática do PB que inclua diferentes padrões construcionais, já que esses manifestam frames genéricos das ações humanas básicas, que já estão disponíveis na base da FrameNet Brasil.

REFERÊNCIAS

Allen, J. (1995). *Natural Language Understanding*. New York: Pearson.

Almeida, V. G. (2016). *Identificação Automática de Construções de Estrutura Argumental: um experimento a partir da modelagem linguístico-computacional das construções Transitiva Direta Ativa, Ergativa e de Argumento Cindido*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Bronzato, L. H. (2009). O enquadre gramatical da interdição ou “a bom entendedor meia palavra basta”. In: Miranda, N. S. & Salomão, M. M. M. (orgs.). *Construções do Português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: UFMG, p. 76-97.

Bryant, J. E. (2008). *Best-fit constructional analysis*. Tese de Doutorado em Ciência da Computação, University of California, Berkeley.

Castilho, A. T. (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.

Chomsky, N. (1993 [1981]). *Lectures on government and binding: The Pisa lectures*. Berlin: Mouton de Gruyter.

Cunha, C. F. & Cintra, L. (2013). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Dominey, P. F., Meallier, A. L., Pointeau, G., Mirliaz, S. & Finlayson, M. (2017). Dynamic construction grammar and steps towards the narrative construction of meaning. In *The AAAI 2017 Spring Symposium on Computational Construction Grammar and Natural Language Understanding Technical Report SS-17-02*. Palo Alto, CA: AAAI Publications, v.17, p.163-170.

Fauconnier, G. & Turner, M. (2002). *The Way We Think*. New York: Basic Books.

Fillmore, C. J. (1979). Innocence: a second idealization for linguistics. In *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley, CA: BLS, v. 5, p. 63-76.

_____. (1982). Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (ed.), *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, p.111-138.

_____. (1985). Frames and the Semantics of Understanding. *Quaderni di semantica*, 6 (2), p. 222-254.

_____. (2007). Valency Issues in FrameNet. In: Herbst, T. & Götz-Votteler, K. (orgs.). *Valency: Theoretical, Descriptive and Cognitive Issues*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, p. 129–160.

_____. (2008). Border conflicts: FrameNet meets construction grammar. In Bernal, E. & DeCesaris,

J. (eds.). *Proceedings of the XIII EURALEX International Congress*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, v. 4968, p. 49-68.

_____. (2013). Berkeley Construction Grammar. In: Hoffmann, T. & Trousdale, G. (eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, p. 111-132.

_____.; Kay, P. & O'Connor, M. (1988). Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, 64 (3), p. 501-538.

_____.; Petruck, M. R.; Ruppenhofer, J. & Wright, A. (2003). FrameNet in action: The case of attaching. *International journal of lexicography*, 16 (3), p. 297-332.

Foltran, M. J. (1999). As construções de predicação secundária no português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Fried, M. & Östman, J-O. (2004). Construction Grammar: A thumbnail sketch. In: _____. (orgs.). *Construction Grammar in a Cross-Linguistic Perspective*. Amsterdam: John Benjamins, p. 11-86.

Goldberg, A. E. (1995). *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: Chicago University Press.

Kay, Paul; Fillmore, Charles J. (1999). Grammatical constructions and linguistic generalizations: The 'What's X doing Y?' Construction. *Language*, 75 (1), p.1-33.

Marques, T. & Beuls, K. (2016). A Construction Grammar Approach for Pronominal Clitics in European Portuguese. In *International Conference on Computational Processing of the Portuguese Language*. Berlim: Springer, p. 239-244.

Lage, L. M. (2018). *Modelagem Linguístico-Computacional das Relações entre Construções e Frames no Constructicon da FrameNet Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Lyngfelt, B. (no prelo). Introduction: constructicons and constructicography. In: Lyngfelt, B.; Borin, L.; Ohara, K. & Torrent, T. T. *Constructicography: Constructicon Development across Languages*. Amsterdam: John Benjamins.

Matos, E. E.; Torrent, T. T.; Almeida, V. G.; Silva, A. B. L.; Lage, L. M.; Marção, N. D.; Tavares, T. S. (2017). Constructional Analysis Using Constrained Spreading Activation in a FrameNet-Based Structured Connectionist Model In: *The AAAI 2017 Spring Symposium on Computational Construction Grammar and Natural Language Understanding Technical Report SS-17-02*. Palo

- Alto, CA: AAAI Publications, v.17, p.222-229.
- Minsky, M. (1975). A framework for representing knowledge. In: Winston, P. (org.). *The psychology of computer vision*. New York: Mc Graw-Hill.
- Ovchinnikova, E. (2012). *Integration of World Knowledge for Natural Language Understanding*. Paris: Atlantis Press.
- Perini, M. A. (2010). *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Poole, D. L., & Mackworth, A. K. (2010). *Artificial Intelligence: foundations of computational agents*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pustejovsky, J. & Stubbs, A. (2012). *Natural Language Annotation for Machine Learning: A guide to corpus building for applications*. Sebastopol, CA: O'Reilly.
- Sag, I. Sign-Based Construction Grammar: an informal synopsis. In: Boas, H. C. & Sag, I. (orgs.). (2012). *Sign-Based Construction Grammar*. Stanford: CSLI Publications.
- Salomão, M. M. M. (1999). A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, 3 (1), p. 61-79.
- _____. (2009). FrameNet Brasil: um trabalho em progresso. *Calidoscópico*, 7(3), p. 171-182.
- Sampaio, T. F. (2010). *A Família de Construções de Argumento Cindido no Português do Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Silva, A. B. L.; Lage, L. M.; Marcao, N. D.; Tavares, T. S.; Almeida, V. G.; Matos, E. E. & Torrent, T. T. (2017). In: *The AAAI 2017 Spring Symposium on Computational Construction Grammar and Natural Language Understanding Technical Report SS-17-02*. Palo Alto, CA: AAAI Publications, v.17, p.193-196.
- Steels, L. (Ed.). (2011). *Design patterns in fluid construction grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- Torrent, T. T. & Ellsworth, M. (2013). Behind the Labels: criteria for defining analytical categories in FrameNet Brasil. *Veredas*, 17 (1), p. 44-65.
- Torrent, T. T.; Lage, L. M.; Sampaio, T. F.; Tavares, T. S. & Matos, E. E. S. (2014). Revisiting border conflicts between FrameNet and Construction Grammar: Annotation policies for the Brazilian Portuguese Constructicon. *Constructions and Frames*, 6 (1), p. 34-51.

ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO EM GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÕES BASEADA NO USO: O CASO DA CONSTRUÇÃO PSEUDOCLIVADA

Diego Leite de Oliveira¹

RESUMO

O artigo discute a estrutura da informação em uma perspectiva construcionista. São analisadas construções pseudoclivadas do russo em comparação com suas contrapartes em português brasileiro e inglês. Essa análise indica que, ao mesmo tempo que as pseudoclivadas em russo exibem similaridades com suas contrapartes nas línguas mencionadas, apresentam especificidades relacionadas à estrutura da informação. Nesse caso, foi possível postular para o russo um padrão de herança particular, em que a pseudoclivada herda propriedades de uma construção de foco mais abstrata, pareando a função de foco com a posição final da sentença.

Palavras-chave: Gramática de Construções Baseada no Uso; Estrutura da informação; Foco

ABSTRACT

This article aims at discussing information structure under a constructionist perspective. Therefore Russian pseudo-cleft construction is analyzed in comparison with its Brazilian Portuguese and English counterparts. This analysis indicates that, at the same time that pseudo-cleft in Russian display some similarities with its counterparts in the above languages, it exhibits some specificities regarding information structure. Thus, in Russian, it is possible to postulate a particular inheritance pattern, in which the pseudo-cleft construction inherits properties from a more abstract focus construction, pairing a focus function with the final position in the sentence.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras Orientais e Eslavas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: diegooliveira@letras.ufjf.br.

Keywords: Usage-Based Construction Grammar; Information Structure; Focus

Introdução

Desde a Antiguidade Clássica, os estudiosos dividem o enunciado em pelo menos duas partes, cuja análise, bastante desenvolvida em seu viés sintático, possibilitou que no decorrer do tempo fossem conhecidas como sujeito e predicado. Embora ainda no século XIX estudiosos como Henry Weil (apud MATHÉSIUS [1939] 1967) tenham observado a existência de fenômenos outros – que transcendiam os aspectos meramente sintáticos da sentença, tais fenômenos só viriam a ser estudados, de forma mais sistematizada, com a Escola de Praga, a partir dos trabalhos de Mathésius ([1939] 1967), Traviček (1962) e Firbas (1966), sob a égide *aktuální členění větne*, conhecida no Ocidente como *functional sentence perspective* (perspectiva funcional da sentença), ou, nos termos de Halliday (1967), *information structure* (estrutura da informação)².

De lá para cá, o estudo da estrutura da informação tem proporcionado um volume significativo de contribuições acerca do tema, sob as mais variadas perspectivas, evidenciando o fato de diversos fenômenos se demonstrarem sensíveis à forma com a qual a informação se organiza em um enunciado. A título de exemplo, é possível conferir o impacto da estrutura informacional na variação da ordem vocabular do russo (cf. KOVTUNOVA 1976; COMRIE 1989), nas assim chamadas restrições de ilha em português e inglês (cf. DECAT 2006; GOLDBERG 2006) e no estudo de construções de estrutura da informação específicas, tais como clivadas de diversos tipos e em diversas línguas (LAMBRECHT 2000, 2001; HILPERT E KOOPS 2009, BRAGA ET AL. 2013, LEITE DE OLIVEIRA 2017).

Este artigo visa a apresentar uma breve discussão sobre o tratamento da estrutura informacional em perspectiva construcionista baseada no uso, em decorrência do aprofundamento das reflexões apresentadas em Leite de Oliveira (2017a). Nesse sentido, serão debatidas algumas questões, dentre as quais destacam-se:

- i. Estrutura da informação: descrição e motivação em uma perspectiva construcionista baseada no uso;
- ii. Implicações tipológicas da estrutura da informação em Gramática de Construções Baseada no Uso.

² Também é comum o termo *information packaging* (empacotamento da informação, em uma tradução livre), termo cunhado por Chafe (1976).

Nesse sentido, parte-se primordialmente da análise de construções pseudoclivadas da língua russa, em comparação, quando relevante, com línguas como português e inglês. O trabalho se organiza da seguinte forma: na próxima seção um breve panorama sobre o modelo teórico conhecido na atualidade como Gramática de Construções Baseada no Uso (doravante denominado GCBU) é apresentado; na seção 3, são discutidos alguns conceitos acerca dos estudos da estrutura da informação (doravante denominada EI), relevantes para a GCBU, principalmente aqueles contidos em Lambrecht (1994, 2000 e 2001); na seção 4, são apresentados os aspectos metodológicos empregados na coleta e análise dos dados investigados neste trabalho; na seção 5 cada uma das questões indicadas nesta introdução é abordada em subseções específicas e, finalmente, algumas considerações gerais encerram o artigo, na seção 6.

2. Gramática de Construções baseada no uso – GCBU

O marco fundador da Gramática de Construções (daqui em diante, denominada GC) como um construto teórico remete à segunda metade da década de 80 (cf. FILLMORE, KAY E O’CONNOR, 1988; LANGACKER, 1987; LAKOFF 1987), com trabalhos que questionavam a concepção de língua predominante na época, qual seja, a de uma divisão discreta entre o léxico, como o domínio das palavras e das idiossincrasias, e a sintaxe, como o domínio das operações regulares e puramente estruturais, perspectiva apontada por Hilpert (2014) como “abordagem da gramática e do dicionário”. A GC emerge como uma crítica a essa concepção, sugerindo que o conhecimento linguístico do falante não se divide em sintaxe e léxico, mas, sim, consiste em um inventário estruturado de unidades simbólicas convencionalizadas, que pareiam, por um lado, forma e, por outro, significado/função (cf. GOLDBERG, 1995, 2006) – as assim chamadas construções, que podem incluir, em seu polo formal, informações fonológicas, morfológicas e/ou sintáticas e, no polo do significado/função, informações de cunho semântico, pragmático e/ou discursivo funcional (cf. CROFT 2001). O inventário dessas unidades seria estruturado, em linhas gerais, na forma de uma rede de relações taxonômicas hierárquicas, variando em níveis de esquematicidade e abstração, sem serem postulados níveis subjacentes de representação.

Todas as abordagens linguísticas consideradas construcionistas compartilham, de forma geral, os postulados supracitados, basilares para a discussão pretendida na seção 5 deste trabalho. No entanto, dentre esse conjunto de abordagens, há um subgrupo que se destaca das demais versões construcionistas, por ser considerado “baseado no uso” (*usage-based*) e cujas principais premissas serão especificadas abaixo, a título de maior clareza sobre a fundamentação teórica deste trabalho.

Para que uma versão da GC seja considerada baseada no uso, ela precisa ter um forte comprometimento com ao menos dois pressupostos básicos: (a) a concepção de que o conhecimento linguístico do falante emerge a partir de eventos de uso, ou seja, a partir da experiência que o falante tem com a linguagem; e (b) a prerrogativa de que tal conhecimento se organiza a partir da aplicação, pelo usuário da língua, de processos cognitivos de domínio geral, **não exclusivamente linguísticos**, como por exemplo, os defendidos por Langacker (1987) e Bybee (2010), a saber, rotinização cognitiva, esquematização, categorização, analogia, abstração, associação, armazenagem mnemônica rica³. Esses pressupostos são fundamentais para qualquer perspectiva baseada no uso, porque nessa concepção é de se esperar que o mecanismo de aquisição da linguagem envolva grande dose de aprendizado, da mesma forma que a aquisição de outras formas de conhecimento a partir da experiência, afinal, tal como afirma Goldberg (2006, p. 59) “conhecimento linguístico é conhecimento”.

A esse propósito, atenção especial é dada à forma com a qual o conhecimento linguístico do falante é categorizado. A todo momento que nos deparamos com instâncias de uso da língua, como em outros domínios cognitivos, processos de comparação e associação entram em cena, para que possamos desenvolver as habilidades de abstração, esquematização e categorização. Por exemplo, se um falante se depara recorrentemente com padrões linguísticos como *João comeu o bolo*, *O rapaz comeu o queijo*, *O colega comeu mosca* etc, instâncias desse tipo vão sendo comparadas, e sua estrutura formal e significado **são associados e/ou dissociados, a fim de que o falante possa categorizar um** padrão de representação mais abstrato, organizado na forma de um esquema do tipo ‘S comer O’, que, por sua vez, ao ser comparado com outros padrões linguísticos, como ‘S chutar O’, ‘S bater O’, permite a abstração de um padrão formal ainda mais genérico, do tipo [S V O], pareado com um significado generalizado como [AGENTE AGE SOBRE PACIENTE]. A imagem abaixo ilustra esse processo de categorização do conhecimento linguístico do falante⁴. Nela, observa-se um pequeno exemplo da representação em rede de relações taxonômicas, que se organizam a partir da aplicação de processos cognitivos de domínio geral, tais como os supracitados. A rede na figura consegue dar conta tanto de padrões construcionais mais abstratos, permitindo que o falante organize o conhecimento que possui acerca de uma oração transitiva do tipo SVO, bem como de padrões construcionais mais específicos como as expressões ‘S comer mosca’, ‘S bater boca’, ‘S chutar o

3 Há uma vasta literatura em que se defende o uso das habilidades cognitivas de domínio geral para justificar os universais da língua. A propósito desses processos, conferir Langacker (1987, 1991, 2000, 2008), Barlow e Kemmer (2000), Bybee (2010), .

4 Convencionalizou-se rotular as construções apenas pelo seu viés formal, quando de sua representação em rede. Tal caracterização almeja simplesmente maior economia de espaço na menção às construções, sem contudo ignorar a existência do polo semântico das construções.

balde’, ‘S armar (um) barraco’ que, por apresentarem caráter idiossincrático e menos composicional, são categorizadas como nós específicos na rede.

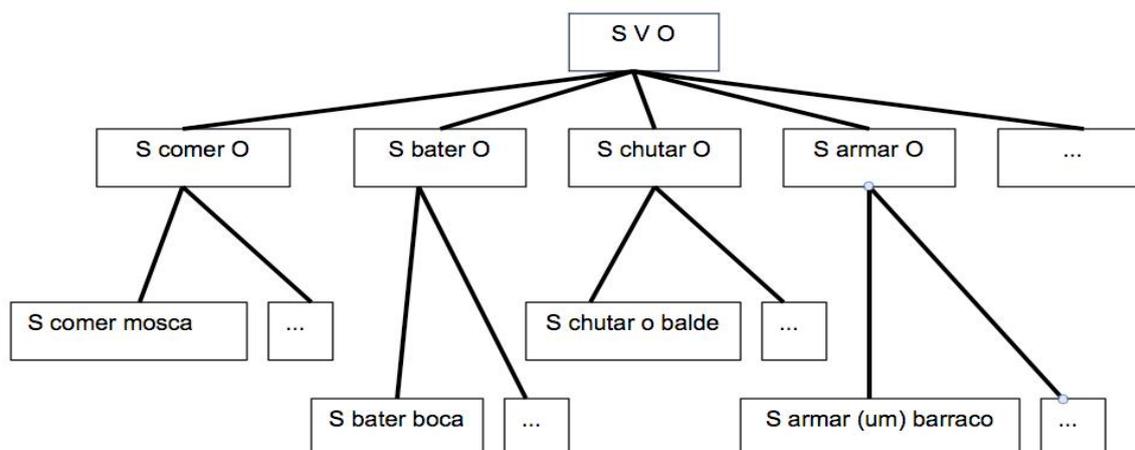


Figura 1. Representação esquemática da hierarquia taxonômica da construção SVO em português.

Além disso, se determinado padrão for consideravelmente frequente na língua, a despeito de exibir algum aspecto idiossincrático, poderá também ser configurado como um nó específico e independente. Conclui-se daí que o falante, em contato com instâncias concretas de uso, aplica os processos citados a ponto de desenvolver uma rede robusta e representativa de seu conhecimento linguístico, processo que ocorre desde o período inicial de aquisição da linguagem pelo falante, bem como no decorrer de toda a sua vida, criando-se novos nós e configurações para essa rede construcional, a depender não somente do nível de especificidade das instâncias linguísticas com as quais o falante se depara, mas também da frequência de tais instâncias no uso real da língua. Nesse sentido, tal como sugerido por Langacker (2000, p. 1-2) é possível dizer que um modelo baseado no uso (como a GCBU) é *maximalista* e *não redutivo*, porque a gramática seria massiva e altamente redundante, consistindo em uma abordagem *de baixo para cima* (*bottom up*), pois, nessa concepção, o geral surge a partir do específico, que é o que está mais diretamente ligado à experiência.

É possível mencionar, ainda, uma terceira propriedade importante da GCBU, que será utilizada para a análise apresentada na seção 5, a saber, o papel central atribuído à motivação das formas linguísticas. Seguindo essa linha, Lakoff (1987) defende que, quando construções novas surgem na língua, elas não são aleatórias, mas, pelo contrário, são motivadas por estruturas pré-existentes, da mesma forma que novos sentidos de palavras são motivados por sentidos já existentes. Nesse sentido, Goldberg (1995, p. 67) propõe o princípio da motivação maximizada, segundo o qual se duas construções estão relacionadas formalmente, devem manter também algum tipo de relação semântica.

Um exemplo de como a motivação pode ser aplicada às construções é fornecido por Goldberg (2006, p. 218-19), quando argumenta, com base em Langacker (1987), que as peças de roupa de baixo em inglês (*pants, shorts, knickers, kulots, leggings, etc.*), que ocorrem exclusivamente no plural, são motivadas pelo fato de que os referentes envolvidos apresentam uma estrutura bipartida, cada parte para uma perna, o que explica também por que *skirt* e *wrap* não são originalmente plurais. Portanto, como a construção de plural do inglês e a construção de roupas de baixo possuem a mesma forma, assim como significados relacionados, pode-se dizer que esta última é motivada pela primeira. Nesse sentido, é possível falar sobre uma relação de herança.

A noção de herança foi adotada a partir de estudos em inteligência artificial e linguagem de programação, como um mecanismo para designar classes ou objetos que se valem de propriedades de outras classes ou objetos (cf. GOLDBERG 1995, LEITE DE OLIVEIRA 2017). Considerando o exemplo acima, fornecido por Goldberg (2006), é possível motivar a construção de roupas de baixo em inglês por meio de uma relação de herança, em que a construção de roupas de baixo se baseia nas propriedades formais da construção abstrata de plural, por manter com ela alguma relação em termos semânticos, como a expressão de algum aspecto de pluralidade. Se as relações taxonômicas entre as construções permitem entender o processo de categorização linguística a partir do qual o usuário da língua desenvolve o modelo de representação cognitiva da linguagem, a noção de herança, por seu turno possibilita motivar a existência de construções na língua.

Mais um exemplo de herança é fornecido por Goldberg e Van Der Avera (2012), quando investigam a construção “X is to Y” (como em *‘the match is to begin at 11 pm’*), buscando motivar algumas propriedades dessa construção a partir de algumas das propriedades de construções existentes, tais como a construção copulativa de *Sujeito-predicado*, a construção de *auxiliar modal* e a *construção de complemento infinitivo*, ao mesmo tempo em que a construção “X is to Y” exibe um significado particular, que não pode ser previsto a partir da combinação dessas construções. Esse tipo de análise, sugerida por abordagens construcionistas baseadas no uso, ressalta, ao mesmo tempo, a não previsibilidade do signo linguístico, bem como sua não arbitrariedade, da mesma forma que focaliza a relação entre construções na língua, por meio de um modelo de rede, em que diversas construções mantêm algum tipo de relação entre si. Na subseção 5.2 da seção 5 deste artigo, observaremos como a questão da herança pode ser utilizada para motivar construções pseudoclivadas em uma língua.

Para as finalidades deste artigo, o breve panorama apresentado nesta seção sobre a GCBU será suficiente. Na próxima seção, são apresentados, também em linhas gerais, alguns conceitos básicos

sobre a EI, importantes para a perspectiva construcionista empreendida neste trabalho.

3. Estrutura da informação em GCBU

Em GC, o importante trabalho de Lambrecht (1994, 2000, 2001) constitui referência primordial acerca da estrutura da informação e sua relação com a gramática. De acordo com o estudioso, a estrutura da informação pode ser definida tal como explicitado abaixo:

“... componente da gramática da sentença, em que proposições como representações conceptuais de estados de coisas são pareadas com estruturas lexicogramaticais, de acordo com os estados mentais dos interlocutores, que usam e interpretam essas estruturas como unidades de informação em dados contextos discursivos⁵” (cf. LAMBRECHT, 1994, p. 5).

Essa definição, além de revelar a perspectiva construcionista adotada pelo estudioso, quando indica que estruturas lexicogramaticais são pareadas com representações conceptuais, introduz uma série de conceitos que requerem alguns esclarecimentos. Para Lambrecht (1994), a estrutura da informação se subdivide em três dimensões específicas: a das proposições; a da representação mental dos referentes do discurso; e, por fim, a das relações pragmáticas de relevância e previsibilidade das proposições e seus elementos em dadas situações discursivas.

É no que diz respeito à primeira dimensão que Lambrecht utiliza as noções de informação velha e informação nova, tão frequentes em estudos sobre estrutura da informação. Aqui cabe ressaltar que as noções de informação velha e informação nova referem-se às proposições e não são aplicadas a elementos lexicais ou sintáticos isoladamente. As proposições seriam representações conceptuais de estados de coisas e se estruturariam pragmaticamente em porções pressupostas e não pressupostas, ao que o autor atribui os rótulos de pressuposição pragmática e asserção pragmática, respectivamente, definidas abaixo e contidas em Lambrecht (1994, p. 52):

PRESSUPOSIÇÃO PRAGMÁTICA: o conjunto de proposições evocadas de forma léxico-gramatical em uma sentença, as quais o falante considera que o ouvinte já conhece ou está disposto a assumir como dadas no momento em que a sentença está sendo enunciada⁶.

ASSERÇÃO PRAGMÁTICA: a proposição expressa por uma sentença que se espera que o

5 No original: “... component of sentence grammar in which propositions as conceptual representations of states of affairs are paired with lexicogrammmatical structures in accordance with the mental states of interlocutors who use and interpret these structures as units of information in given discourse contexts.

6 No original: **PRAGMATIC PRESSUPPOSITION:** The set of propositions lexicogrammmatically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered.

ouvinte passe a conhecer como o resultado de ouvir a sentença enunciada⁷.

A título de exemplo e para que a discussão na seção 5 possa se dar de forma mais clara, observe-se o exemplo (1.a-b), extraído de Lambrecht (1994, p. 209):

(1) [LAMBRECHT, 1994, p.209]

a. Where did you go last night?

b. I went to the MOVIES.

Com base em Lambrecht (1994), é possível afirmar que o enunciado contido em (1.b) evoca ao menos uma pressuposição pragmática, isto é, o falante considera que o ouvinte já conhece ou está disposto a assumir como dada a proposição de que o falante foi a algum lugar, o que pode ser caracterizado nos termos de Prince (1986) e Lambrecht (2001), como uma proposição aberta pressuposta. Além disso, seguindo o raciocínio de Lambrecht (1994), a informação veiculada pela sentença contida em (1.b) não é MOVIES, mas sim, a proposição abstrata *The place I went to last night was the movies*, que consiste, portanto, na asserção pragmática, ou seja, a informação que se espera que o ouvinte passe a conhecer como o resultado de ter ouvido a sentença enunciada.

Em relação à segunda dimensão da estrutura informacional proposta por Lambrecht (1994), qual seja, a da representação mental dos referentes do discurso, cabe mencionar o nível de identificabilidade dos referentes no discurso. De acordo com o estudioso, quando o falante deseja fazer uma asserção que envolve alguma entidade que ele assume que ainda não foi representada na mente de seu interlocutor e que não pode ser referida de forma dêitica, faz-se necessário criar uma representação desse referente por meio de descrição linguística, que possa vir a ser referida de forma anafórica no discurso subsequente. Com vistas a dar conta da diferença entre entidades para as quais o falante considera que o ouvinte já possui uma representação em sua mente e aquelas para as quais o falante assume que o ouvinte ainda não possui representação, Lambrecht (1994) postula, com base em Chafe (1976), a categoria cognitiva de *identificabilidade*. Para o estudioso a distinção entre referentes identificáveis e não identificáveis está conceptualmente vinculada à relação entre pressuposição e asserção, só que no nível da representação mental dos referentes no discurso. Referentes não identificáveis seriam aqueles para os quais ainda não existe uma representação compartilhada entre falante e ouvinte, ao passo que referentes identificáveis seriam aqueles para os quais já existe uma representação compartilhada.

7 No original: PRAGMATIC ASSERTION: The proposition expressed by a sentence which the hearer is expected to know or take for granted as a result of hearing the sentence uttered.

Valendo-se das contribuições de Prince (1981) e Chafe (1988), Lambrecht (1994) sugere uma divisão entre referentes identificáveis e não identificáveis, em que seria possível observar algumas correlações formais, tais como *proeminência prosódica*, uma vez que referentes não identificáveis tendem a ser expressos com proeminência maior prosódica do que elementos identificáveis; *pronominalização*, pois referentes identificáveis geralmente podem ser pronominalizados, o que não ocorre com referentes não identificáveis; *marca de definitude*, ao passo que referentes identificáveis tendem a ser expressos com marcas que carregam o traço [+definido], diferentemente do que ocorre com referentes não identificáveis. Lambrecht (1994) se aprofunda na caracterização da categoria cognitiva de identificabilidade, fornecendo subcategorizações relacionadas aos estados de ativação dos referentes no discurso, porém, para as finalidades deste artigo, a caracterização identificável/não identificável será suficiente.

Por fim, aborda-se aqui a dimensão relativa à relevância e previsibilidade das proposições e seus elementos em determinadas situações discursivas. Nesse caso, são relevantes as noções de tópico e foco. Em seu livro, Lambrecht (1994) dedica parte considerável a essas duas categorias, caracterizando-as tal como segue:

Tópico: “aquilo de que trata a proposição expressa pela sentença”⁸. (LAMBRECHT 1994, p. 118)

Foco: “o componente semântico de uma proposição pragmaticamente estruturada em que a pressuposição difere da asserção”⁹. (LAMBRECHT 1994, p. 213)

A noção de tópico adotada por Lambrecht (1994, p.118), tal como o próprio estudioso declara, assemelha-se à tradicional definição de “sujeito”, mas essas duas noções não devem ser compreendidas da mesma forma. De acordo com o estudioso, embora em algumas construções de diversas línguas possa haver coincidência entre essas duas categorias, tópicos não configuram sujeitos gramaticais e sujeitos gramaticais não são necessariamente tópicos. Um exemplo de construção em que o sujeito e o tópico são nitidamente distintos é a construção $SN_{pleno} + SN_{pronominal\ anafórico}$ do português brasileiro, instanciada em (2):

(2) [VIEIRA 2014, p. 54]

É... *as lojas norMAIS* elas vendem a P de um preço, a G de outro, a GG de outro.

8 No original, “...the thing which the proposition expressed by the sentence is about.”

9 No original: “The semantic component of a pragmatically structured proposition whereby the assertion differs from the presupposition”.

No exemplo acima, extraído de Vieira (2014), o SN em itálico *as lojas norMAIS* consiste no tópico da sentença, ou seja, no assunto de que trata a proposição expressa pela oração *elas vendem a P de um preço, a G de outro, a GG de outro*, a qual apresenta informação relevante sobre o assunto em questão.

No que diz respeito à categoria de foco, as noções de pressuposição e asserção pragmáticas supracitadas são especialmente importantes, a fim de que se tenha total compreensão da definição de Lambrecht reproduzida acima. Retomando o exemplo contido em (1.b), *the MOVIES* pode ser considerado o foco da sentença, pois seu *denotatum* encontra-se em uma relação pragmaticamente construída com a proposição expressa, de maneira que seu acréscimo torna parte do enunciado informação nova, aquilo que diferencia a proposição aberta (ou pressuposição pragmática) *I went to X* da asserção pragmática “X deve ser identificado como *the movies*”, de tal forma que o falante apresenta *the movies* como não recuperável ou não previsível pelo o ouvinte. Nesse sentido, pode-se afirmar que a categoria de foco só pode ser compreendida na interface entre pressuposição e asserção. Na seção 5, veremos em maior detalhe como essa interface pode ser representada, quando da descrição da construção pseudoclivada.

Identificadas as três dimensões sugeridas por Lambrecht (1994), passa-se agora à seção 4, em que alguns aspectos metodológicos referentes aos dados utilizados para análise são apresentados.

4. Aspectos metodológicos

Como observado acima, na seção 2, um dos pressupostos teóricos fundamentais da GCBU é a compreensão de que o uso afeta a representação cognitiva da língua, ou seja, a gramática. Dessa forma, os estudiosos orientados por uma concepção baseada no uso defendem que a língua em uso é a melhor evidência que se tem para determinar a natureza e a organização específica dos sistemas linguísticos. A esse respeito, Givón (2012) ressalta a importância de se estudar *a fala real em contexto* para a linguística enquanto ciência, salientando, inclusive, que “a linguística nunca deveria tomar a conveniência metodológica da *competência* e elevá-la ao nível de significância metodológica primordial” (GIVÓN, 2012, p. 41).

Para dar conta de discutir as questões elencadas na introdução deste artigo, investigam-se construções pseudoclivadas do russo, contrastadas com pseudoclivadas do português e do inglês. Assim, como recurso metodológico, recorro à análise qualitativa de dados reais de uso dessas línguas,

extraídos, respectivamente, do Corpus Nacional da Língua Russa (*Natsyonalnyi korpus russkogo iazyka* - NKRIA), do Corpus do Português (CP) e do Corpus do Inglês Americano Contemporâneo (*Corpus of Contemporary American English* - COCA)¹⁰. Os dados analisados correspondem à modalidade escrita da língua, em registros e gêneros textuais variados.

A coleta de construções pseudoclivadas nas línguas analisadas, nos três *corpora* utilizados, se deu a partir de uma busca não exaustiva pelas palavras *QU kto* (кто), *tchto* (что), em russo, *quem* e *o que*, em português e *what* e *who*, em inglês, que consideram o traço de animacidade do referente. Evidentemente, para cada idioma a busca retornou instâncias de diversas construções, além das analisadas neste artigo, as quais foram eliminadas da análise. Para cada língua foram analisadas aproximadamente 20 instâncias.

Na próxima seção, procede-se à discussão das questões elencadas na introdução, a partir da análise das construções em pauta na língua russa e de eventuais comparações dessas construções com suas contrapartidas em português e inglês.

5. Estrutura da informação e GCBU: um estudo das construções pseudoclivadas

Nesta seção, discutem-se duas questões importantes para os estudos em GCBU, organizadas em duas subseções. Na primeira subseção, que trata da descrição e motivação da construção pseudoclivada, como uma construção de estrutura da informação, apontam-se os aspectos da forma e do significado/função da construção em língua russa, contrastando-a, sempre que se fizer relevante, com o português brasileiro e o inglês, para em seguida ser apresentado o padrão de motivação para a existência dessa construção. Na segunda subseção, pretende-se discorrer brevemente sobre possíveis implicações tipológicas de uma visão construcionista sobre a estrutura da informação.

5.1. Estrutura da informação: descrição e motivação em GCBU

5.1.1 Descrição da construção pseudoclivada

A construção pseudoclivada tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, sendo classificada por Hilpert e Koops (2009) e Hilpert (2014) como uma construção de estrutura da informação e por Braga et al. (2013) como uma construção de foco. De maneira geral, ela integra o

¹⁰ Tais *corpora* podem ser acessados em <http://ruscorpora.ru> , <https://www.corpusdoportugues.org>, <https://corpus.byu.edu>, respectivamente.

grupo das assim chamadas construções clivadas e pode ser caracterizada, nos termos de Lambrecht (2001, p. 467), de seguinte forma:

“... uma estrutura complexa que contém uma oração matriz, cujo núcleo é uma cópula, e uma oração relativa ou tipo relativa, em que o argumento relativizado é coindexado com o elemento que constitui o predicativo da cópula. Juntas, matriz e relativa expressam uma proposição logicamente simples, que poderia ser expressa na forma de uma única oração, sem alteração nas condições de verdade¹¹.”

Tal discussão dialoga em parte com Prince (1978), que argumenta que uma sentença do tipo apresentado em (3) evoca o mesmo conteúdo lógico que a sentença exibida em (4).

(3) Português (CP)

... quem inventou o termo “coxinha” foi a minha amiga de infância...

(4) Minha amiga de infância inventou o termo “coxinha”.

O exemplo (3) exhibe uma construção pseudoclivada do português. O conteúdo lógico ou, nos termos de Lambrecht (1994, 2001), a proposição expressa pela construção pseudoclivada em (3) e pela sentença contida em (4), uma sentença simples do tipo SVO, pode ser considerada a mesma, qual seja a proposição “Minha amiga de infância inventou o termo ‘coxinha’”. No entanto, a forma com a qual a informação está sendo apresentada nessas duas sentenças difere substancialmente. Em línguas como português, inglês e russo, a ordem vocabular básica SVO, pronunciada com marcação prosódica neutra exhibe uma estrutura da informação do tipo tópico-comentário, em que o sujeito geralmente assume o papel do tópico e o predicado assume o papel do comentário, caracterizando o tipo não marcado de estrutura focal de línguas desse tipo, qual seja, a estrutura de foco de predicado, tal como é possível conferir em Van Valin e LaPolla (1997) e Lambrecht (2000). Quando se faz uso de uma construção pseudoclivada nessas línguas, a estrutura da informação já não se organiza mais de forma não marcada e assume uma configuração conhecida como estrutura de foco argumental, na qual apenas um dos componentes da sentença ocupa posição focal¹². Em uma construção pseudoclivada clássica, como a indicada em (3), com um exemplo do português, o constituinte focalizado ocorre ao

¹¹ a complex structure consisting of a matrix clause headed by a copula and a relative or relative-like clause whose relativized argument is coindexed with the predicative argument of the copula. Taken together, the matrix and the relative express a logically simple proposition, which can also be expressed in the form of a single clause without a change in truth conditions.

¹² Vale destacar, além da configuração focal apresentada pela construção clivada, o seu papel como marcadora de contraste, explícito ou não no contexto discursivo (cf Leite de Oliveira 2017a).

final da sentença, da mesma maneira que em língua russa, para a qual apresenta-se um exemplo em (5):

(5) Russo (NKRIA)

<i>Karikózov</i>	<i>ustróilsia</i>	<i>v</i>	<i>diviziónn-om</i>	<i>lazarét-e.</i>	<i>Éto</i>					
Karikozov	empregar-PAS-REF	em	de divisão-PRE	hospital-PRE	DEM					
<i>ujé</i>	<i>v</i>	<i>týl-u</i>	<i>i</i>	<i>tam</i>	<i>ujé</i>	<i>nié</i>	<i>vgoniáli</i>	<i>iegó</i>	<i>v</i>	<i>oznób</i>
já	em	retaguarda-PRE	e	lá	já	NEG	fazer entrar	3S.AC	em	calafrio
<i>i</i>	<i>oniemiénie</i>	<i>triéskotnia</i>	<i>vintóvok</i>	<i>i</i>	<i>zakhliébyvaiuchieiesia</i>					
e	entorpecimento	estalos	espingarda-GEN.PL	e	engasgado-REF					
<i>takánie</i>	<i>puliemiét-ov.</i>	<i>Komú</i>	<i>on</i>	<i>zavídoval</i>	<i>éto</i>					
batida	metralhadora-GEN.PL	quem-DAT	3S	invejar-PAS	DEM/COP					

sanitár-am.

assistente de enfermagem-DAT.P

Karikozov encontrou trabalho no hospital da divisão. Este já ficava na retaguarda e lá os estalidos das espingardas e a batida engasgada das metralhadoras não lhe causavam calafrios e entorpecimento. *Quem ele invejava eram os assistentes de enfermagem.*

Considerando a pseudoclivada em russo, em seu polo formal, é possível observar a presença de uma palavra QU, que, em consonância com a definição de Lambrecht, consiste em um dos argumentos da oração tipo relativa que a segue, uma cópula, que em russo obrigatoriamente se manifesta como a partícula copulativa invariável¹³ *eto*. Por fim, é possível identificar o constituinte clivado, obrigatoriamente coindexado com a palavra QU que encabeça a construção. Assim, é possível apresentar o esquema formal presente na figura abaixo:



Figura 3. Representação esquemática do polo formal da construção pseudoclivada em russo.

Comparativamente, em línguas como o português e o inglês, a construção pseudoclivada exibe um padrão mais esquemático, na medida em que a cópula utilizada é do tipo verbal, que apresenta

13 O elemento *eto*, em russo, assume caráter gradiente, podendo ocorrer, a depender do contexto, como um pronome demonstrativo, como um marcador de foco ou como uma cópula. Para maiores detalhes, conferir Leite de Oliveira (2017a).

flexão e permite possibilidades de manifestação variadas, geralmente em correlação modo-temporal com o verbo da oração tipo relativa, como demonstram os exemplos (6. a-b), do português brasileiro, e (7. a-b), do inglês, em que seguem em negrito o verbo da oração tipo relativa e a cópula da construção clivada:

(6.a) Português (CP)

... nunca abandone a pessoa que te ama, pois eh muito ruim isso, já passei por isso. E quem **foi** abandonada **fui** eu.

(6.b) Português (CP)

O riso, porém saía amarelo, sem vontade. Quem **ria** a valer **era** Laport, o “« Zé Pinha “» de cara rechonchuda.

(7.a) Inglês (COCA)

What **is** interesting to note **is** the contrast to the previous exhibit, where fee loads

(7.b) Inglês (COCA)

What they **should** have done **was** sue the United States

Diante do uso de cópula verbal, geralmente em uma correlação modo-temporal entre o verbo da oração tipo relativa e da cópula, o padrão formal da pseudoclivada em português e inglês pode ser compreendido tal como descrito na figura 4.

Português	Inglês
$QU_i X SER_{flex} Y_i$	$QU_i X BE_{flex} Y_i$
Correlação modo temporal entre o verbo da construção clivada e a cópula	Correlação modo temporal entre o verbo da construção clivada e a cópula

Figura 4 Representação esquemática da forma das construções pseudoclivadas do português e do inglês

Ainda no polo formal e considerando a ocorrência de pseudoclivadas do russo, do português e

do inglês, observa-se que, nas duas últimas **línguas**, a inversão é permitida, ao passo que em russo o procedimento de inversão torna a sentença inaceitável¹⁴. Tem-se por inversão, a possibilidade de ocorrência do constituinte clivado deslocado à esquerda, seguido da oração tipo relativa, como em construções do tipo pseudoclivada invertida, que assumem a configuração $[Y_i \text{ COP } QU_i \text{ X}]$. Tomem-se, a título de comparação, os exemplos (8a-b), (9a-b), do português e do inglês, respectivamente, e (10a-b), da língua russa.

(8a) Português (CP)

Se estiver comigo, é porque me quer e isso já basta. Aliás, *isso é o que basta*. [pseudoclivada invertida]

(8b) Português

“O que basta é isso” [pseudoclivada clássica]¹⁵

(9a) Inglês (COCA)

... students know what balance sheets, profit-and-loss statements, and cash flow statements are. *What is missing is an understanding of the investor mindset*. [pseudoclivada clássica]

(9b) Inglês

“An understanding of the investor mindset is what is missing.” [pseudoclivada invertida]

(10a) Russo (NKRIA)

Vot	uj	kto	lga-l	i	pod	prisiágoi	i	biéz	nieió
PAR	PAR	quem	men-	e	sob	juramen-	e	sem	3S.GEN
			tir-PAS			to-INS			

14 Em Leite de Oliveira (2017a) foram realizados testes de aceitabilidade com falantes nativos de russo, no que se refere à propriedade de inversão do padrão $QU_i\text{-X ETO } Y_i$, sugerindo alternativas como $Y_i \text{ ETO } QU_i\text{-X}$ e $\text{ETO } Y_i \text{ QU}_i\text{-X}$. O resultado do teste indicou que somente a construção clivada clássica, que exibe o padrão $QU_i\text{-X ETO } Y_i$ é aceitável em russo.

15 Exemplo inventado com base no exemplo (8a)

<i>éto</i>	<i>kommunist-y!</i>	Lgá-l-i	svérkhu	donízu	pogolóvno	rádi
COP	comunista-PL	mentir-PAS-PL	de cima	a baixo	sem exceção	por
privilégi-i	rádi	vlást-i	i	prósto	po	privýtchk-e.
privilégio-GEN	por	poder-GEN	e	simplesmente	por	hábito-DAT

Pois, quem mentia, com ou sem juramento, eram os comunistas! Mentiam de cima a baixo, sem exceção, em defesa de seus privilégios, de seu poder e simplesmente por hábito. [Pseudoclivada clássica]

(10b) Russo

<i>*Kom-</i>	<i>éto</i>	<i>kto</i>	<i>lga-l</i>	<i>i</i>	<i>pod</i>	<i>prisiágoi</i>	<i>i</i>	<i>biéz</i>	<i>nieió</i>
<i>muníst-y</i>									
comunista-PL	COP	quem	mentir-PAS	e	sob	juramento-INS	e	sem	3S.GEN

*Os comunistas eram quem mentia, com ou sem juramento! [Pseudoclivada invertida]

No polo do significado, a estrutura da informação constitui o aspecto caracterizador da construção pseudoclivada, a qual pode ser compreendida como um tipo de construção de foco argumental, em que apenas um dos constituintes da sentença encontra-se em posição focal. Considerando os exemplos (3) e (4), é possível depreender, como já dito, que ambos os enunciados evocam a proposição “minha amiga de infância criou o termo ‘coxinha’”. Contudo, apenas o enunciado (3), representativo de uma construção pseudoclivada, evoca a pressuposição de que “alguém criou o termo ‘coxinha’”. O exemplo (4), se lido como uma declarativa neutra, permite a interpretação de que o foco da sentença é “inventou o termo ‘coxinha’”, caracterizando-se como uma construção de foco de predicado, como já dito anteriormente (cf. Van Valin 1997, Lambrecht 2000). Já em (3), o foco é “minha amiga de infância”. Considerando a proposta de Lambrecht (1994, 2001), a estrutura da informação de (3) poderia ser descrita, tal como observado em (11):

(11) Português

Sentença: “quem inventou o termo “coxinha” foi a minha amiga de infância”

Proposição: “minha amiga de infância inventou o termo ‘coxinha’”.

Pressuposição pragmática: “X inventou o termo ‘coxinha’”

Asserção pragmática: “X = minha amiga de infância.”

Foco: “minha amiga de infância”

A partir das definições de pressuposição pragmática, asserção pragmática e foco, propostas por Lambrecht (1994, 2000, 2001) e apresentadas na seção 3 acima, é pode-se sugerir que a construção pseudoclivada, representada pelo enunciado (3), evoca a proposição aberta pressuposta (ou pressuposição pragmática) “X inventou o termo ‘coxinha’”, como o conjunto de conhecimentos que o falante assume que o ouvinte dispõe antes de a sentença ser enunciada. A asserção pragmática, como o conjunto de conhecimentos que o falante assume que o ouvinte adquire em decorrência do fato de ter ouvido a sentença é a relação de identificação de X (alguém) com ‘minha amiga de infância’. Finalmente, o foco como o componente capaz de permitir que o ouvinte diferencie asserção e pressuposição na interpretação da sentença pode ser identificado, na sentença em questão, como “minha amiga de infância”. O mesmo tipo de interpretação apresentado em (11) pode ser sugerido para o enunciado (5) do russo, tal como expresso no exemplo (12), abaixo:

(12) Sentença: *Komú on zavídoval éto sanitar-am*
quem-DAT 3S invejar-PAS DEM/COP assistentes de enfermagem-DAT
Quem ele invejava eram os assistentes de enfermagem.

Proposição: *On zavídoval sanitaram* (ele invejava os assistentes de enfermagem).

Pressuposição pragmática: “*On zavídoval X*” (Ele invejava X)

Asserção pragmática: “X = *sanitaram*” (assistentes de enfermagem)

Foco: “assistentes de enfermagem”.

Da mesma forma que em português e em russo, esse tipo de análise pode ser aplicado às construções pseudoclivadas do inglês, tal como caracterizado no exemplo (13) abaixo, que retoma o exemplo (7b):

(13) Inglês

Sentença: *What they **should** have done **was** sue the United States*

Proposição: *They should have sued United States.*

Pressuposição pragmática: They should have done X

Asserção pragmática: X=sue the United States

Foco: “sue the United States”

A descrição acima apresentada consegue dar conta da dimensão das proposições, bem como da dimensão das relações pragmáticas de relevância e previsibilidade das proposições e seus elementos em determinadas situações discursivas. Falta ainda dar conta da dimensão da representação mental dos referentes no discurso.

Uma forma de analisar essa dimensão é considerando a categoria cognitiva de identificabilidade, que pode ser evidenciada a partir do constituinte que expressa o referente focal. Em Leite de Oliveira (2017a) observou-se, por meio de uma análise quantitativa, que parte considerável dos constituintes clivados encontrados em pseudoclivadas do russo expressava referentes não identificáveis, para os quais seria necessário, tal como discutido por Lambrecht (1994), fazer a apresentação via descrição linguística, tal como se verifica no exemplo (14), o que não quer dizer que elementos identificáveis não sejam possíveis na construção, principalmente se considerarmos sua função contrastiva, tal como no exemplo (15)¹⁶:

(14) Russo [NKRIA]

<i>Tchto</i>	<i>poraja-iet</i>	<i>v</i>	<i>Rossi-i</i>	<i>natchal-a</i>	<i>prochlogo</i>	<i>veka</i>	<i>tak</i>
O que	surpreender	em	Rússia-PRE	início-GEN	passado- GEN	século-GEN	PAR
	-3S						
<i>eto</i>	<i>obilie</i>	<i>vsiak-o- go</i>	<i>rod-a</i>	<i>s'iezd-ov</i>	<i>i</i>	<i>sovietov</i>	
COP	abundância	todo- GEN	gênero- GEN	congresso- GEN	e	conselho-GEN	

O que surpreende na Rússia do início do século passado é **a abundância de todo gênero de congressos e conselhos.**

¹⁶ No que diz respeito ao português e ao inglês, não há notícias de uma análise quantitativa que considere os fatores contidos em Lambrecht em termos da categoria cognitiva de identificabilidade

(15) Russo [NKRIA]

<i>– obeziá- na</i>	<i>prevratílas'</i>	<i>v</i>	<i>tchelovié- ka</i>	<i>kogdá</i>	<i>nautchilas'</i>	<i>razlitchát'</i>	<i>na</i>	<i>tchto</i>
maca- co	tranfor- mar-PAS-REF	em	homem- AC	quan- do	aprender	distinguir	em	que
	<i>nádo</i>	<i>obrachiát'</i>	<i>vnimánie</i>	<i>a</i>	<i>na</i>	<i>tchto</i>	<i>niét.</i>	
necessário	voltar	atenção	e	em	que	NEG		
<i>– A</i>	<i>vot</i>	<i>éto</i>	<i>ujé</i>	<i>grúbo.</i>				
e	DEM	DEM	já	grosseiro.				
<i>Prost-ítie</i>	<i>pojáluista.</i>	<i>Kogó</i>		<i>íá</i>		<i>mién'ch</i>	<i>vsegó</i>	
descul- par-IMP	por favor	quem-AC		1S		menos	tu- do-GEN	
<i>khotié-l</i>	<i>obidiét'</i>			<i>tak</i>	<i>éto</i>	<i>vas.</i>		
querer.IMPF- PAS	ofender			PAR	DEM/COP	2S.AC		

- O macaco se transformou em homem, quando aprendeu a distinguir em que deve prestar atenção e em que não deve.
- E isso já foi uma grosseria.
- _Desculpe-me, por favor Quem eu menos que tudo queria ofender era você.

Considerando-se a interpretação supracitada, sugere-se a representação geral e abstrata¹⁷ da construção pseudoclivada em russo, como um pareamento de forma e significado, presente na figura 5¹⁸.

17 Evidentemente, a depender do tipo de cena codificado pela construção, pode haver mudanças no polo da forma e do significado, tais como o tipo de palavra QU envolvido e conseqüentemente no tipo de constituinte que será focalizado, ou na estrutura argumental da oração X que apresenta a palavra QU como um de seus argumentos.

18 A representação abstrata da construção pseudoclivada em português brasileiro e inglês será apresentada em trabalhos subseqüentes, pois requer observações empíricas mais aprofundadas, que incluem, por exemplo, o grau de identificabilidade dos referentes nesse tipo de construção em ambas as línguas.

<p>FORMA:</p> <p>$QU_i - X \text{ ETO } Y_i$</p> <p>Palavra QU como argumento de oração tipo relativa, seguida de cópula e do constituinte focalizado coindexado com a palavra QU</p> <p>Restrição: a construção pseudoclivada em russo não admite inversão.</p>
<p>FUNÇÃO¹:</p> <p>FOCO ARGUMENTAL</p> <p>Evocação de uma proposição aberta em que um referente X é identificado por meio de uma asserção pragmática</p> <p>*Há preferência por referentes não identificáveis no slot relativo ao constituinte focalizado.</p>

Figura 5. Representação da construção pseudoclivada em russo

Uma vez apresentada uma breve discussão sobre a descrição de aspectos da estrutura informacional da construção pseudoclivada na língua russa, contrastando-a, quando relevante, com pseudoclivadas do português e do inglês, passa-se agora à discussão sobre a motivação da construção pseudoclivada no russo em comparação com línguas como o português e o inglês.

5.1.2. Motivação da construção pseudoclivada

Na trilha dos estudos linguísticos de orientação funcional-cognitivista, a GCBU busca encontrar motivações para a existência de construções na língua (cf. LANGACKER, 1987; LAKOFF, 1987; GOLDBERG, 1995, 2006). De acordo com a literatura especializada, essas motivações podem ser contempladas por meio do mecanismo de herança já descrito na seção 2 deste artigo. Se para o português e para o inglês, a definição de construção clivada proposta por Lambrecht (2001) já apresenta em parte e indiretamente os nós construcionais a partir dos quais as construções pseudoclivadas dessas línguas podem herdar propriedades, em russo a construção pseudoclivada requer um olhar mais aprofundado em sua estrutura informacional. Para o português, o inglês e parcialmente para o russo, é possível postular relações de herança das propriedades da construção de cópula identificacional e das propriedades da construção abstrata QU, da qual também herdam propriedades construções relativas, interrogativas QU, encaixadas ou não, assim como construções relativas sem antecedente.

Motiva-se a construção pseudoclivada, considerando-se primeiramente, suas propriedades identificacionais (cf. Halliday 1967, 2014), também contida na construção de cópula identificacional que, em russo, utiliza obrigatoriamente a partícula copulativa *eto* e, em português e inglês, requer a

cópula verbal (no caso, *ser* e *be*, respectivamente). Além disso, uma parte da construção é responsável por evocar uma proposição aberta pressuposta, em que um de seus elementos carece de identificação, propriedade inerente a diversos tipos de construção QU, como construções interrogativas QU, encaixadas ou não, relativas prototípicas ou sem antecedente¹⁹, conjunto de construções que compartilham entre si o fato de evocarem uma proposição aberta pressuposta (cf. LEITE DE OLIVEIRA, 2017, p. 146-147)²⁰. Assim, é possível propor o diagrama na figura 5.

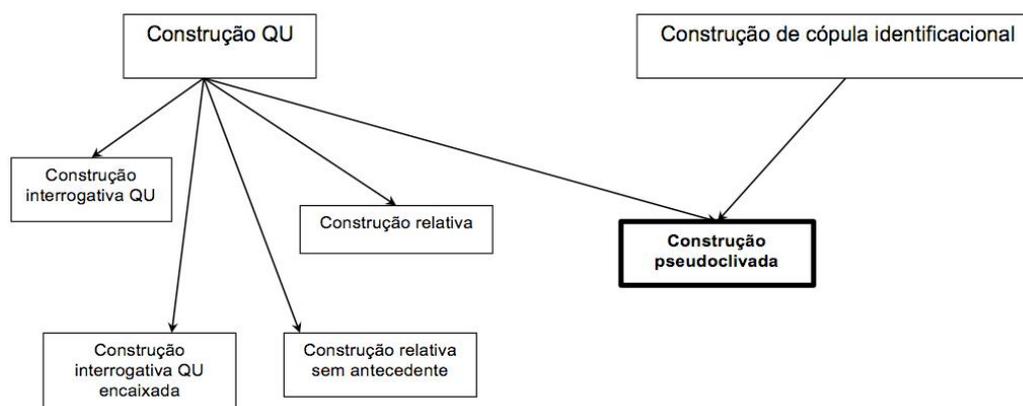


Figura 6. Relação de herança entre a construção pseudoclivada e as construções QU e de cópula identificacional em russo, inglês e português.

Com o diagrama proposto acima, é possível entender como a construção pseudoclivada consegue evocar uma proposição aberta pressuposta em que um elemento X carece de identificação (propriedade herdada da construção abstrata QU), e em seguida **é identificado por meio de uma relação copulativa identificacional (propriedade herdada da construção de cópula identificacional)**. No entanto, o russo, como já anunciado, exibe uma especificidade, que não é contemplada por essas relações de herança: a impossibilidade de inversão entre o constituinte clivado e a oração tipo relativa, ou, em outras palavras, a impossibilidade de inversão entre a porção pressuposta e a porção focal da construção, como já descrito acima. O que pode motivar essa restrição formal?

19 Em Leite de Oliveira (2017a) essa relação de herança é especificada em detalhes. A partir da descrição sugerida por Halliday (2014), que faz uma distinção entre construções identificacionais e atributivas em inglês, apresentam-se as propriedades identificacionais da construção de cópula em russo do tipo *Prezident Rossii eto Putin* (O presidente da Rússia é o Putin.), ressaltando-se a necessidade de se utilizar a partícula copulativa *eto*. As propriedades semânticas e formas existentes na construção de cópula identificacional também estão presentes na construção pseudoclivada do russo, sendo possível, portanto, sugerir uma relação de herança entre elas duas.

20 Basicamente, as construções de cópula identificacional apresentam o padrão [X COP Y], como, por exemplo, em *Joana é a filha mais velha*, em português. No caso da Construção abstrata [QU X], um exemplo interessante é ‘O que você está lendo’, que pode ser enunciada na forma de uma interrogativa QU, como *O que você está lendo?*, de uma interrogativa QU encaixada, como *Eu sei o que você está lendo*, de uma relativa padrão, como *Eu conheço o livro que você está lendo*, de uma relativa sem antecedente *O que você está lendo não me agrada*, ou, finalmente, de uma pseudoclivada, como *O que você está lendo é um bilhete*.

A literatura linguística sobre a língua russa (KOVTONOVA 1976, COMRIE 1989) defende que a ordem dos constituintes na sentença está sujeita a restrições de cunho pragmático, mais especificamente, à estrutura da informação. Esse fato permitiu postular a generalização de que em russo há uma restrição pragmática que impede a ocorrência de porções pressupostas em posição final na sentença.

Pensando a língua como um inventário de construções organizado na forma de uma rede taxonômica, que exibe elos diversificados, as generalizações e demais tipos de associações entre os nós da rede devem se dar por meio desses elos. Em sentenças simples do russo a tendência é que o constituinte focalizado ocorra em posição final na sentença. Nesse sentido, construções de foco argumental **não podem apresentar o** conteúdo pressuposto na posição prevista para elementos focais. Essa concepção se aplica também às pseudoclivadas russas. Diante disso, pode-se pensar em um padrão construcional abstrato, que pareia a forma linguística [posição final na sentença] com a função [foco], da qual diversas construções na língua russa herdariam propriedades. Com isso, é **possível sugerir o padrão de herança** disponível na figura abaixo para a língua russa, que não se aplicaria nem ao português, nem ao inglês, mas exclusivamente ao russo. De acordo com o quadro exposto na figura 7, o russo apresentaria um padrão de herança múltipla, em que a propriedade de evocar uma proposição aberta pressuposta em que um elemento X carece de identificação é fornecida pela construção abstrata QU, a propriedade de identificar esse elemento X com algum participante da construção é herdada da construção de cópula identificacional com *eto*, ao passo que a posição fixa do constituinte focalizado na sentença consiste em uma propriedade herdada da construção de foco abstrata.

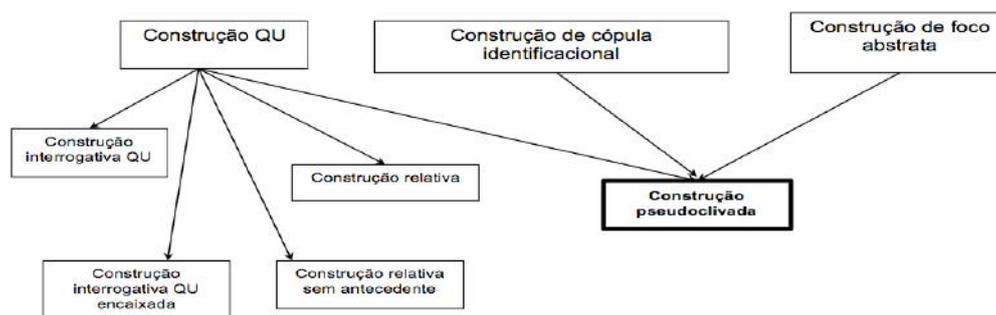


Figura 7 Representação das relações de herança da pseudoclivada em russo

Essa descoberta para as pseudoclivadas da língua russa sugere que, a despeito da possibilidade

de línguas diferentes apresentarem construções semelhantes, alguns aspectos inerentes a essas construções podem restringir, flexibilizar ou não se organizar da mesma forma, e pelo contrário, podem ser específicos para cada língua. Como o foco de análise deste artigo recaiu sobre a língua russa, por questões de espaço não foi possível lançar um olhar mais aprofundado sobre as diferenças de uso entre as construções pseudoclivadas em português e inglês, o que pode consistir em um projeto de análise para o futuro. Em todo caso, os resultados da análise empreendida até o momento permitem sugerir algumas implicações tipológicas para o estudo da estrutura da informação em GCBU, as quais serão apresentadas na próxima seção.

5.2. Implicações tipológicas da estrutura da informação em GCBU

Em seu trabalho seminal sobre sintaxe, Jespersen (1984[1937]) descreve a construção clivada do inglês, indicando que esse tipo de construção consiste em uma das maneiras pelas quais línguas como, entre outras, inglês e francês conseguem sublimar o fato de possuírem ordem vocabular rígida. O estudioso salienta, ainda, o fato de esse tipo de construção não existir ou não ser ostensivamente utilizado em línguas, cuja ordem vocabular é mais flexível, tais como as línguas eslavas.

Essa observação tipológica se coloca como um *insight* interessante para se pensar o lugar da estrutura da informação em um viés tipológico aplicado à GCBU. De fato, em russo a pseudoclivada clássica é o único tipo de estratégia de clivagem atestado nesta língua e, além disso, comparativamente ao inglês e ao português, é utilizada com maior parcimônia, apresentando restrições formais (cf. LEITE DE OLIVEIRA, 2017a, 2017b).

Diante dos avanços no estudo da estrutura da informação, é possível observar a relação entre ordem vocabular e estrutura informacional por um ponto de vista mais aprofundado e lançar mão da noção de *domínio potencial de foco* (Lambrecht 1994, Van Valin e LaPolla 1997, Van Valin 1999), a saber, a posição preferencial, na sentença, para a manifestação do componente focal, que, em russo, como já visto, ocorre na posição final em sentenças declarativas.

Em um estudo breve sobre o domínio potencial de foco em perspectiva tipológica, Van Valin (1999) busca estabelecer uma relação entre ordem vocabular e estrutura focal (através da noção de domínio potencial de foco), postulando uma tipologia, de acordo com a qual existiram línguas que apresentam ordem vocabular rígida e domínio potencial de foco também rígido, línguas que apresentam ordem vocabular flexível e domínio de foco rígido, línguas que exibem ordem vocabular rígida,

porém domínio de foco flexível e línguas que exibem tanto ordem vocabular como domínio potencial de foco flexíveis. Evidentemente, Van Valin (1999) interpreta a dicotomia rigidez X flexibilidade não em termos absolutos, mas, sim, gradientes, ou seja, as línguas podem apresentar maior ou menor grau de rigidez ou flexibilidade²¹. Dessa forma, o russo exibiria um grau de flexibilidade da estrutura de foco diferente em relação ao português brasileiro e o inglês. Contudo, são necessários maiores estudos para avaliar a validade da tipologia rigidez/flexibilidade da estrutura sintática X rigidez/flexibilidade da estrutura de foco sugerida por Van Valin, assim como quais línguas podem ser agrupadas em quais tipos.

Do ponto de vista da GC/GCBU, a noção de domínio de foco, como uma construção que parecia forma, a saber, a posição na sentença, e significado, qual seja, o componente semântico de uma proposição pragmaticamente estruturada, que difere pressuposição e asserção, pode ser poderosa do ponto de vista tipológico. Ela poderia ser útil para compreender tanto restrições formais existentes nas línguas – tal como a impossibilidade de inversão da construção pseudoclivada em russo – quanto a flexibilização – como no caso da variação da ordem vocabular nessa mesma língua ou em outras que correlacionem ordem vocabular e estrutura informacional²².

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar uma breve discussão sobre dois aspectos relevantes para a GCBU: (i) a descrição e a motivação de construções e (ii) aspectos tipológicos ligados à estrutura da informação. Para isso, tomou-se como objeto a construção pseudoclivada do russo, em contraposição, sempre que relevante, com línguas como o português e o inglês.

Foi possível observar que, do ponto de vista formal, o russo apresenta especificidades não observadas em línguas como o português e o inglês. Uma delas, e a mais relevante para este artigo, é a impossibilidade de inversão da construção pseudoclivada clássica, produzindo o que se convencionalizou chamar, na literatura, de pseudoclivada invertida. Essa especificidade pode ser explicada pelo fato de em russo haver uma generalização que requer a ocorrência de constituintes focais ao final de sentença declarativa. Em termos construcionistas é possível postular um nó

21 Em seu trabalho, Van Valin (1999) caracteriza a língua russa como uma língua com domínio de foco flexível, pois salienta que em interrogativas, o foco tende a ocorrer no início da sentença e não ao final, como em declarativas. Porém, se a análise se restringe às sentenças declarativas, verifica-se que o russo possui domínio de foco menos flexível do que línguas como o português e o inglês.

22 Evidentemente a flexibilidade da ordem vocabular em russo resulta da combinação de uma série de fatores, que incluem não somente o domínio potencial de foco, mas também aspectos morfológicos e prosódicos.

construcional específico e abstrato, ao qual a construção pseudoclivada estaria vinculada por um elo de herança, o que corrobora o princípio da motivação maximizada, postulado por Goldberg (1995), com base na extensa literatura funcional-cognitiva sobre motivação.

Esse fato levanta questionamentos interessantes para a Gramática de Construções (Baseada no Uso), em termos tipológicos. O russo é uma língua, na qual a estrutura sintática e a estrutura informacional estão integradas a tal ponto de existir uma construção de foco abstrata que motivaria a existência de construções de foco mais específicas na língua, tais como a pseudoclivada clássica, que não admite inversão. Em línguas como o português e o inglês não seria possível estabelecer a existência de uma construção de foco abstrata, ou pelo menos não nos termos do russo, a qual influenciasse a contrapartida pseudoclivada dessas línguas. Tal fato sugere um campo de investigações frutífero em GCBU, em perspectiva tipológica.

REFERÊNCIAS

BARLOW, M. E KEMMER, S. *Usage Based Models of Language*. Standford: CSLI, 2000.

BRAGA, M. L., LEITE DE OLIVEIRA, D. E BARBOSA, E. M. Gradiência e variação nas construções de foco no português brasileiro. *Caderno de Letras da UFF* 47, p. 29-46, 2013.

BYBEE, J. *Language Usage and Cognition*. Cambridge: University Press, 2010.

CHAFE, W. “Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view.” In: LI, C. (ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 25-55.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. *Coherence and grounding in discourse. Typological studies in language. Vol XI*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 21-52.

COMRIE, B. *Language Universals and Linguistic Tpology*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press. 2001.

DECAT, M. B. N. “Restrições de ilhas” revisitadas: uma abordagem funcionalista à luz da noção

de “unidade de informação”. *Gragoatá*. n. 21, p. 133-146, 2006.

DIESEL, H. Usage-based construction grammar. In: DABROWSKA, E. DIVJAK, D. (eds.), *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015. p. 296-322.

FILLMORE, C. J., KAY, P. E O’CONNOR, M.C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: The case of Let alone. *Language* 64/3, p. 501-538, 1988.

FIRBAS, J. On defining theme in Functional Sentence Perspective. *Travaux linguistiques de Prague*. Prague: Éditions de L’Academie Tchecoslovaque des Sciences, p. 267-288, 1966.

GIVON, T. *A compreensão da Gramática*. São Paulo: Cortez, Natal, RN: EDUFRN, 2012. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta e Filipe Albani.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: Chicago University Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work – The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, A. E. VAN DER AUWERA, J. This is to count as a construction. *Folia Linguistica*, 46,1, p. 109–132, 2012.

HALLIDAY, M.K.A. Halliday, M.A.K. Notes on transitivity and theme in English, Part 2. *Journal of Linguistics* 3. p.199-244, 1967.

HALLIDAY, M. K. A. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold. 2014.

HILPERT, M. KOOPS, C. The co-evolution of syntactic and pragmatic complexity: diachronic and cross-linguistic aspects of pseudoclefts. In: GIVÓN, T. e SHIBATANI, M. (eds.), *Syntactic Complexity*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 215-238.

JESPERSEN, O. *Analytic Syntax*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

KOVTUNOVA, I. I. *Sovremennyi russki iazyk. Poriadok slov I aktual'noie tchlenenie predlojenia*. Moskva: Prosvechenie, 1976.

LAKOFF, G. *Women Fire and dangerous things. What categories reveal about mind*. Chicago: University Press, 1987.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form. A theory of topic, focus, and the mental representations of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, vol. 71, 1994.

LAMBRECHT, K. When Subjects Behave like Objects: An Analysis of the Merging of S and O in Sentence Focus Constructions across Languages. *Studies In Language* 24:3, p. 611–682, 2000.

LAMBRECHT, K. A framework for the analysis of cleft constructions. *Linguistics* 39.3, p. 463-516, 2001.

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar. Volume I: Theoretical Prerequisites*. Standford: University Press, 1987.

LEINNO, J. Information structure. In: HOFFMAN, T. E TROUSDALE, G. (eds.) *Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University press, 2013. p. 329-344.

LEITE DE OLIVEIRA, D. *Construções de foco com o marcador éto em russo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

LEITE DE OLIVEIRA, D. Construções pseudoclivadas em russo e em português: uma análise construcionista. *Contextos Linguísticos v.11nº 20*, 2017, p.7-27.

MATHESIUS, V. O Tak nazyvaiemom aktual'nom tchlenenie. In: KONFRASHOVA, N. A. (ed.) *Prazhski lingvisticheski krugok. Sbornik statiei*, Moskva: Progress, 1967, p. 239-245.

PATTEN, A. *The English it-cleft: A constructional account and a diachronic investigation*. Berlin:

De Gruyter Mouton 2012.

PRINCE, E. On the syntactic marking of presupposed open propositions. In FARLEY, A., FARLEY, P., and MCCULLOUGH, K.-E. (eds.). *Papers from the Parasession on Pragmatics and Grammatical Theory, 22nd Regional Meeting Chicago Linguistic Society*. 1986. p. 208-22.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In COLE, P (ed) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.

PRINCE, E. A comparison of wh-clefts and it-clefts in discourse. *Language* 54, p. 883–906. 1978.

TRAVNICEK, F. O tak zvanem aktualnim cleneni vetnim. *Slovo a slovesno*. Praha 22, p. 163-171, 1962.

VAN VALIN, R. A typology of the interaction of focus structure and syntax. In RACHILINA, E. V. & TESTELEK, J. G. (eds.), *Typology and linguistic theory from description to explanation: For the 60th birthday of Aleksandr E. Kibrik*. Moscow: Languages of Russian Culture, 1999. p. 511-524.

VAN VALIN, R. LAPOLLA, R. *Syntax, Structure, Meaning, and Function*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

VIEIRA, A. F. C. *Construção SNpleno-tópicoi + SNproi + Verbo no Português do Brasil: Uma análise funcional baseada no uso*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

“PARECE QUE” É UMA CONSTRUÇÃO: A CATEGORIA DE INFERÊNCIA EM WA’IKHANA (TUKANO ORIENTAL)

*Bruna Cezario*¹

*Kristina Balykova*²

*Kristine Stenzel*³

RESUMO

Este artigo investiga propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas da construção que expressa a categoria de evidencialidade INFERENCIAL na língua Wa’ikhana (Tukano Oriental). A partir dos princípios da Gramática de Construções, discutiremos a relação entre a forma e a função, mostrando que a função semântica da construção não é previsível a partir de suas partes componentes. Entretanto, é possível motivar as propriedades dessa construção ao relacioná-la com outras construções existentes na língua.

Palavras-chave: evidencialidade, línguas Tukano Oriental, Gramática de Construções, linguística funcional-cognitiva, tipologia funcional.

ABSTRACT

This article investigates the syntactic, semantic, and pragmatic properties of the construction that expresses the evidential category of INFERENCE in Wa’ikhana (East Tukano). Using the principles of Construction Grammar, we discuss the relation between form and function, arguing that the semantic function of this construction is not predictable from its component parts. However, it is possible to

1 Bruna Cezario é mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ.

2 Kristina Balykova é mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ.

3 Kristine Stenzel é professora associada na Faculdade de Letras e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.

motivate the properties of the construction by relating it to other known constructions in the language.

Keywords: evidentiality, East Tukanon languages, Construction Grammar, functional-cognitive linguistics, functional typology.

Introdução

Este artigo discute os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da construção de evidencial INFERENCIAL da língua Wa'ikhana (Tukano Oriental). A evidencialidade é uma categoria gramatical que indica a fonte de informação de uma declaração (AIKHENVALD 2004: 3). Em algumas línguas, como as da família Tukano Oriental, essa categoria é obrigatória. Por exemplo, numa sentença da língua Tuyuka como *dliga apé-wi* "[vi que] ele jogou futebol" (BARNES 1984: 257), há um morfema sufixal verbal (em destaque) que indica que o falante viu diretamente o evento declarado. Em Wa'ikhana, há três categorias de evidência expressas por sufixos e apenas um, o INFERENCIAL, consiste em uma construção sintática. Nos exemplos (1) e (2), apresentamos ocorrências do evidencial INFERENCIAL. A construção é composta pelo verbo copular *ihi* marcado pelo sufixo de evidência VISUAL no aspecto perfectivo *-di*⁴ e o complemento da cópula, expresso por um verbo nominalizado pelo sufixo *-di*⁵.

(1)⁶ *wa'awa'adi ihidinaha*
wa'a-wa'a-di ihi-di~daha
 ir-ir-NMLZ COP-VIS.PFV.2/3-ENF
 '(Parece que) ele foi embora (ver o igarapé).'

(2) *i'yado niini ihidi*
i'ya-do ~dii-di ihi-di

4 Na seção 6, comentaremos sobre a hipótese de que não é apenas o evidencial visual que pode marcar a cópula nessa construção. Essa hipótese é baseada na comparação dos nossos dados com os da língua Kotiria, uma língua da mesma família que o Wa'ikhana. Neste artigo, consideraremos apenas a forma com o evidencial visual perfectivo, uma vez que é a única forma encontrada até agora nos dados de Wa'ikhana.

5 Forma sincronicamente homófona, porém gramaticalmente distinta do evidencial visual perfectivo de 2/3 pessoa *-di*.

6 Os dados são apresentados em formato interlinear com linhas representando: 1. forma ortográfica; 2. forma morfológica subjacente com segmentação (os morfemas inerentemente nasais são precedidos por ~); 3. linha de glosas correspondentes a cada morfema da linha 2 (a lista de abreviações das glosas encontra-se no fim deste artigo); 4. tradução livre. Repare-se que a forma ortográfica pode divergir, em alguns aspectos, da forma morfológica. Morfemas inerentemente nasais e morfemas que, na pronúncia, assimilam o traço nasal de outros morfemas mas cuja forma subjacente não é nasal têm representação ortográfica com consoantes nasais, como [n], enquanto, na forma morfológica, aparecerão suas contrapartes orais subjacentes, como [d]. Dados citados de outros autores podem não conter a forma ortográfica.

‘(Parece que) ele estava comendo.’

A análise aqui desenvolvida descreve a construção de evidencial INFERENCIAL do Wa’ikhana a partir de uma perspectiva construcionista (GOLDBERG 1995, 2006; CROFT 2001; BYBEE 2010; TRAUGOTT & TROUSDALE 2013). Goldberg (1995 :4) define *construção* como um pareamento de forma e significado, em que uma ou mais propriedades não são diretamente previsíveis a partir do conhecimento que o falante tem de outras construções da língua.⁷ Essa definição se aplica à construção Wa’ikhana analisada neste artigo, pois parece ser impossível prever seu significado apenas a partir dos elementos que a compõem. Além disso, buscaremos demonstrar que os componentes da construção em análise não são arbitrários e sim motivados por outras construções da mesma língua. Desse modo, a presente análise pretende contribuir para os estudos tipológicos das línguas Tukano Orientais, para os estudos da categoria de evidencialidade e para os estudos dos modelos construcionistas.

Antes de apresentar a nossa análise da construção, daremos breves informações sobre o povo e a língua Wa’ikhana na seção 2. Na seção 3, a evidencialidade será definida enquanto um conceito tipológico e, na subseção 3.1, trataremos do sistema evidencial Wa’ikhana. Na seção 4, comentaremos brevemente sobre os princípios da Gramática de Construções e, na seção 5, apresentaremos a metodologia. Descreveremos a forma e a função da construção de evidencial INFERENCIAL no Wa’ikhana na seção 6. Na seção 7, trataremos das construções que motivam a forma e a função da construção em questão em uma “rede de links de herança”. Por fim, na seção 8, apresentaremos as conclusões da análise e questões que ficaram em aberto para análises futuras.

2. O povo e a língua Wa’ikhana

O povo Wa’ikhana (também conhecido como Piratapuyo) habita o extremo noroeste brasileiro, na Terra Indígena Alto Rio Negro nas proximidades da fronteira com a Colômbia e nas áreas colombianas contíguas. A população em 2005 era de 1433 indivíduos no território brasileiro (FOIRN⁸ 2005) e de 814 indivíduos no território colombiano (DANE⁹ 2005).

7 Goldberg (2006) e os atuais teóricos funcional-cognitivos assumem a possibilidade de existência de construções inteiramente previsíveis – e, portanto, não-idiomáticas –, desde que suas instanciações sejam frequentes o suficiente para que sejam armazenadas como padrões independentes.

8 Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, AM, Brasil.

9 Departamento Administrativo Nacional de Estadística, um órgão estatal colombiano.

A língua Wa'ikhana pertence à família Tukano Oriental, tendo a língua Kotiria (também conhecida como Wanano) como sua língua irmã mais próxima. Embora não se saiba o número exato de falantes de Wa'ikhana, avalia-se que a língua está em uma situação de ameaça, devido às mudanças sócio-históricas na região (STENZEL 2005). Entre os fatores que desfavorecem o uso da língua Wa'ikhana pela população étnica, pode-se ressaltar o uso crescente do Tukano — língua da mesma família dominante na sub-região do Uaupés — pelas crianças e jovens e a migração das famílias Wa'ikhana das suas aldeias tradicionais para locais, dentro e fora da Terra Indígena Alto Rio Negro, onde outras línguas predominam.

Do ponto de vista tipológico, a língua Wa'ikhana apresenta a ordem de constituintes Sujeito–Objeto–Verbo (SOV) como a mais recorrente. A cópula verbal *ihi*, assim como os demais verbos, tende a ocupar a posição final na frase. O Wa'ikhana apresenta um sistema de alinhamento nominativo-acusativo, em que os sujeitos dos verbos transitivos e intransitivos não recebem marcação morfológica, enquanto os objetos dos verbos transitivos, quando referenciais, são marcados pelo sufixo *-de* (STENZEL 2008b).

Os verbos finitos no modo *realis*¹⁰ são obrigatoriamente marcados por um sufixo que indica, ao mesmo tempo, a evidencialidade e o aspecto da informação evidencial. Nos sufixos que expressam a evidência visual, também há distinção entre a primeira e a não primeira pessoa do sujeito. Nos sufixos que expressam outros tipos de evidência, a marcação de pessoa é neutralizada. A categoria de evidencialidade no Wa'ikhana será tratada em detalhes na seção 3.1.

O amplo uso de processos de nominalização de complementos verbais na língua Wa'ikhana é também relevante para o presente trabalho. Os sufixos com a função de nominalização de complementos verbais são de dois tipos: 1) há um paradigma de nominalizadores que concordam com o sujeito (*-i* '1/2SGM', *-ko* 1/2SGF' *-do* '3SG', *--da* '1PL', *-e(-ye)* '2/3PL'), usados na maioria das construções com complementos verbais, e 2) há um nominalizador genérico *-di*. Este último é usado na construção de evidência inferencial em análise. Os classificadores também podem exercer a função de nominalização (ver o exemplo 19 na seção 7.1.1).

10 Givón (2001) postula que a modalidade pode ser expressa através dos modos *irrealis* e *realis*, os quais são definidos respectivamente como “uma ação que não ocorreu ou que é apresentada como tendo ocorrido num mundo contingente, ou ainda é um evento hipotético, [e] (...) uma ação cuja ocorrência é asseverada como correspondendo a um evento real.” (CUNHA, OLIVEIRA e MARTELOTTA 2015: 29).

3. Evidencialidade

Evidencialidade é uma categoria gramatical, cuja função semântica primária é indicar a fonte da informação contida em uma sentença declarativa (AIKHENVALD 2004: 3). Os evidenciais, portanto, expressam a natureza do acesso sensorial/cognitivo do falante ao evento, sobre o qual se faz uma declaração (MICHAEL 2008: 137). Tipologicamente, as línguas com evidenciais gramaticalizados são raras. Elas constituem apenas um quarto das línguas naturais estudadas até agora. No entanto, sistemas de evidenciais são comuns em línguas das Américas e, principalmente, da Amazônia. Evidenciais são encontrados em línguas das famílias Arawá, Arawak, Carib, Chibcha, Nambiquara, Pano, Quechua, Tukano, Tupi-Guaraní, Nadahup (Vaupés-Japurá Makú), Witoto, Yanomami e Zaparo (STENZEL 2008a: 405-408; AIKHENVALD 2012: 248-278).

Nessas línguas, a natureza da evidência em que uma declaração é baseada deve ser explicitada por meio de um morfema. Em (3) e (4), apresentamos exemplos de evidenciais em duas línguas da família Tukano Oriental (Desano e Tatuyo, respectivamente). As línguas dessa família são conhecidas por terem sistemas de evidenciais bastante complexos. Em (3), o morfema *-ku* se afixa ao radical verbal *i* ‘fazer’, indicando que a fonte de informação é não visual (no exemplo, a ação declarada foi escutada pelo falante). Enquanto, em (4), os morfemas *-jú* e *-pá* indicam que a fonte da informação é indireta e reportada, respectivamente.

(3) Desano

~igi pea tabe-gi i-ku~bi
3SGM lenha cortar-3SGM fazer-NVIS-3SGM.IMPERV

‘Ele está cortando lenha.’ (O falante está dentro da casa e pode apenas ouvir a lenha sendo cortada em outro lugar) (traduzido de SILVA 2012: 257)

(4) Tatuyo

ká~jáároka~kúbú-ehá-jú-pá-o
apunhalar-cair-ser.imóvel-chegar-INDIR-REP-3SGF

'Ela caiu no chão, imóvel (foi dito, reportado).' (traduzido de STENZEL & GOMEZ-IMBERT 2018: 362)

3.1. Evidenciais em Wa'ikhana

Em Wa'ikhana, foram encontradas quatro categorias semânticas de evidencialidade (WALTZ 2012; STENZEL & GOMEZ-IMBERT 2018): VISUAL, PRESUMIDO, REPORTADO e INFERENCIAL. A categoria VISUAL indica que o falante teve acesso visual direto à informação declarada ou experienciou o evento como protagonista. O evidencial PRESUMIDO é usado quando o falante internalizou a informação de alguma forma — quando a informação faz parte do senso comum ou de alguma experiência pessoal prévia. O REPORTADO indica que a informação não é de primeira mão, ou seja, foi dada por outra pessoa. Por último, o INFERENCIAL indica que a informação foi obtida por evidência indireta, feita a partir da observação de resultados do evento ocorrido.

No Wa'ikhana, os evidenciais VISUAL e PRESUMIDO apresentam duas formas: uma no aspecto perfectivo e outra no imperfectivo. Observa-se que, nas línguas Tukano Oriental, o aspecto dos evidenciais se refere ao acesso à informação e não à estrutura temporal interna do evento declarado. Assim, os evidenciais visuais no imperfectivo indicam que o falante ainda tem acesso cognitivo/sensorial ao evento declarado, seja porque está participando da ação, seja porque está experienciando o estado, seja porque está testemunhando o evento diretamente. Já os evidenciais visuais no perfectivo indicam que o falante não tem mais acesso cognitivo/sensorial ao evento que está sendo declarado (STENZEL 2008a: 415-6). Abaixo, apresentamos uma tabela com as formas de evidenciais do Wa'ikhana.

REPORTADO		VISUAL				INFERENCIAL	PRESUMIDO	
		1ª p.		2ª/3ª p.			PFV	IPFV
ESP.	DIF.	PFV	IPFV	PFV	IPFV	<i>-ri ihi-</i>	PFV	IPFV
<i>~yo'ga</i>	<i>~yo'ti / ~yɥgɥ</i>	<i>-i/ɥ¹¹</i>	<i>-aha</i>	<i>-di</i>	<i>-de / -re</i>		<i>-aye</i>	<i>-aga</i>

Tabela 1. Evidenciais do Wa'ikhana (adaptado de Stenzel & Gomez-Imbert 2018: 377).

Como se pode observar na Tabela 1, todos os evidenciais do Wa'ikhana são sufixos verbais,

¹¹ Fonologicamente [i] ou [u], porém representado nos dados com o símbolo <ɥ> para facilitar a leitura e seguir a decisão ortográfica dos Wa'ikhana.

exceto o INFERENCIAL, que consiste em uma construção sintática.

4. A Gramática de Construções

A Gramática de Construções (GOLDBERG 1995, 2006; CROFT 2001; BYBEE 2010; TRAUGOTT & TROUSDALE 2013) considera como um princípio básico o fato de as construções, pareamentos de forma e significado, serem as unidades básicas de uma língua (GOLDBERG 1995). Portanto, o conhecimento linguístico do falante consiste em um complexo inventário de construções gramaticais, “contendo milhares de unidades simbólicas (isto é, construções gramaticais) de todos os tipos: de palavras a padrões entoacionais, passando por esquemas morfológicos, estruturas sintáticas semipreenchidas e padrões sintáticos inteiramente abertos” (PINHEIRO 2016, *no prelo*). Esse inventário bastante heterogêneo foi chamado de *constructicon* (HOFFMANN & TROUSDALE 2013: 3), uma fusão entre as palavras inglesas *construction* (‘construção’) e *lexicon* (‘léxico’). Conclui-se que essa abordagem refuta uma divisão rígida entre o léxico e a sintaxe. Tal postura fica evidente na seguinte afirmação:

As construções lexicais e as construções sintáticas se diferem na sua complexidade interna, assim como no grau até o qual sua forma fonológica é especificada, mas tanto as construções sintáticas quanto as lexicais constituem, essencialmente, o mesmo tipo da estrutura dos dados representados declarativamente: ambas pareiam a forma e o significado¹². (GOLDBERG 1995: 7)

A Gramática de Construções também propõe que não há uma distinção entre a semântica e a pragmática. Desse modo, tanto os aspectos semânticos quanto os pragmáticos fazem parte do polo do significado. Croft (2001) propõe que as propriedades das construções sejam divididas em seis, três para o polo da forma, três para o polo do significado, como na figura abaixo.

12 No texto original, “Lexical constructions and syntactic constructions differ in internal complexity, and also in the extent to which phonological form is specified, but both lexical and syntactic constructions are essentially the same type of declaratively represented data structure: both pair form with meaning”.

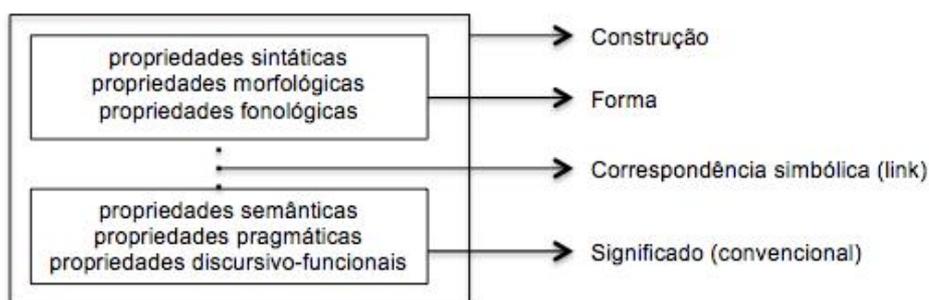


Figura 1. Esquema de uma construção (CROFT 2001: 18)

As construções, portanto, podem ser desde estruturas fonológicas segmentais, como palavras, a padrões sintáticos, como a estrutura Sujeito – Verbo – Objeto (SVO) em português. Desse modo, as construções exibem diferentes graus de preenchimento fonológico. Elas podem ser a) completamente preenchidas, como palavras (ex. “casa”) ou expressões fixas (ex. “maria vai com as outras” ou “boa tarde”); b) parcialmente preenchidas, como esquemas morfológicos (ex. o prefixo *des-* + radical verbal) ou padrões sintáticos semifixos (ex. “dar uma de X”) ou c) podem não ter nenhum preenchimento fonológico, como o próprio padrão SVO ou padrões entoacionais. Além disso, algumas construções apresentam informações semânticas (como “boa tarde”, o prefixo *des-* + radical verbal, SVO) e outras têm especificações pragmáticas (como os padrões entoacionais) no polo do significado. Apesar dessas diferenças, todas as construções são unidades simbólicas.

Os modelos da Gramática das Construções reconhecem que o inventário de construções (*constructicon*) pode ser representado como uma rede taxonômica hierárquica formada por nós, os quais consistem nas construções que compõem o conhecimento linguístico do falante. Essa rede mostra a relação associativa de construções mais abstratas com as mais concretas, por exemplo, ao postularmos uma construção semipreenchida como JOGAR + OBJETO, também postulamos uma construção mais concreta como “jogar bola”. Os modelos construcionistas, portanto, irão representar essas duas construções como interligadas em uma rede taxonômica em que a construção mais concreta “jogar bola” se apresenta como uma especificação da construção mais abstrata JOGAR + OBJETO.

5. Metodologia: análise da inferência em narrativas orais da língua Wa'ikhana

Os exemplos considerados nesse artigo provêm de uma análise qualitativa de um *corpus* de dados primários que constam no ACERVO LINGUÍSTICO-CULTURAL DO POVO WA'IKHANA¹³.

13 Disponível no ELAR (SOAS, University of London) <<https://elar.soas.ac.uk/Collection/MPI944429>> e no

Elegemos trabalhar com três narrativas orais, analisadas e glosadas a partir de um banco de itens lexicais e morfemas gramaticais, que também faz parte do acervo. Uma das narrativas é uma história tradicional de Curupira, a outra é uma narrativa pessoal de um homem que foi buscar caraná (um tipo de planta usada na construção das casas), e a terceira é uma narrativa inventada para explicar como se faz uma canoa. Seleccionamos seis sentenças em que o evidencial INFERENCIAL foi usado. Esse tipo de evidencial é uma categoria marcada na língua, pois a quantidade de suas ocorrências é bem menor do que a de outros evidenciais, como VISUAL ou PRESUMIDO.

Como estamos trabalhando com uma língua cuja descrição gramatical ainda está em curso, para identificarmos os evidenciais, partimos de análises primárias desta língua (WALTZ 2012; STENZEL comunicação pessoal) e análises de línguas parentes, como o Kotiria (STENZEL 2013; STENZEL & GOMEZ-IMBERT 2018). Para analisar as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do evidencial INFERENCIAL, observamos o seu uso em diferentes contextos sintáticos e o comparamos com o uso de outros evidenciais em contextos semelhantes. Uma vez identificadas tais propriedades da construção, descritas nas seções a seguir, usamos os princípios da Gramática de Construções para analisar, descrever e motivar esse evidencial.

6. A construção de evidencial INFERENCIAL

6.1 A forma

Como mencionado na seção 3.1, o INFERENCIAL é o único evidencial da língua Wa'ikhana que consiste em uma construção sintática, contrastando com evidenciais expressos por sufixos como o REPORTADO *--yugɬ* em (5) e PRESUMIDO *-aye* em (6). No caso dessas categorias, bem como no da categoria VISUAL, o morfema evidencial se afixa diretamente ao verbo principal.

(5) Reportado

tido bukɬdo mɛnɛno yaido ihĩnugɬ
ti-do bukɬ-do ~bɛda-do yai-do ihĩ--yugɬ
 ANAF-SG velho-SG morto-SG onça/pajé-SG COP-REP

‘O velho era pajé (dizem).’

(6) Presumido

[Prodoclin \(Museu do Índio\).](#)

pɯado ihiaɣe tina diedoa tina so'õpɯ
pɯa-do ihiaɣe ti~da die-do-a ti~da ~so'o-pɯ
 dois-SG COP-PRES.PFV ANAF-PL cachorro-SG-PL ANAF-PL DEIC:DIST-LOC
 'Havia dois cachorros, lá no fundo (da canoa).'

Comparamos esses sufixos com a construção de evidência inferencial em (1), repetido aqui como (7). No caso dessa construção, o verbo semanticamente pleno é nominalizado pelo sufixo nominalizador genérico *-di* e funciona como o complemento da cópula *ihiaɣe*, que recebe o sufixo do evidencial VISUAL.

(7) *wa'awa'adi ihidinaha*
wa'a-wa'a-di ihiaɣe-di~daha
 ir-ir-NMLZ COP-VIS.PFV.2/3-ENF
 '(Parece que) ele foi embora (ver o igarapé).'

A forma da construção pode ser representada como em (8):

(8) $[V-ri_{NMLZ} [COP-di_{VIS.PFV.2/3}]]_{VP}$

Em todos os dados analisados para o estudo, o evidencial VISUAL afixado à cópula da construção foi o *-di*. É um sufixo cumulativo que, além da informação sobre o tipo de evidência, encerra as informações sobre o aspecto perfectivo do acesso visual ao evento e sobre a 2/3 pessoa do sujeito (ver Tabela 1). Sabemos que, na construção análoga do Kotiria, outros evidenciais visuais (em outro aspecto e pessoa, bem como o evidencial PRESUMIDO no aspecto perfectivo) podem ocupar a mesma posição que o *-di*. Portanto, há a hipótese de que o mesmo ocorra em Wa'ikhana (STENZEL 2018; STENZEL & GOMEZ-IMBERT 2018). De acordo com essa hipótese, poderíamos ter uma construção mais abstrata interligada a (8), na qual no lugar do evidencial *-di* afixado à cópula haveria um slot não preenchido para algum tipo de evidencial não especificado (visual ou presumido), como em $[V-ri_{NMLZ} [COP-EVIDENCIAL]]_{VP}$. Neste artigo, porém, apenas nos atemos aos dados encontrados.

De acordo com a análise dos nossos dados, o verbo nominalizado por *-di* pode ser a) um verbo de ação, como *wa'a* 'ir' em (7) acima; b) uma cópula *ihiaɣe*, com o complemento expresso por um verbo estativo nominalizado¹⁴, como em (9), em que os dois elementos foram sublinhados; ou c) o auxiliar

14 Em Wa'ikhana, como em outras línguas Tukano Oriental, há verbos estativos que expressam noções adjetivais (Stenzel 2013: 87-89, 194-195), como a raiz verbal *susu* 'ser oco' no exemplo (9), nominalizada pelo classificador de

progressivo *~dii*, cujo complemento é um verbo ativo nominalizado, como em (10).

(9) *ũkadu keẽmi 'i susudu ihika 'adi ihiditha*

~uka-du

~kee-~bi'i

[*susu-du*

ihika 'a-di

ihidi-tha]

um-CLS:cilíndrico

cortar-FRUS.1

ser.oco-

COP-DUR-NMLZ

COP-VIS.PFV.2/3-ENF

CLS:cilíndrico

‘Derrubamos um pé (ruim), (parecia que) foi ocado.’

(10) *i'yado niidi ihidi*

i'ya-do

~dii-di

ihidi

comer-SG(NMLZ)

PROG-NMLZ

COP-VIS.PFV.2/3

‘(Parecia que) ele estava comendo.’

6.2. Significado/função da construção

O evidencial INFERENCIAL, como apresentado na subseção 6.1, indica que a fonte da informação sobre um evento declarado é uma conclusão a partir de uma constatação visual dos resultados do evento. Portanto, o falante não teve acesso visual *direto* (como participante ou testemunho presencial) ao evento, e sim a seus resultados, que lhe permitem inferir o evento. Por exemplo, a fala em (1), repetido aqui como (11), foi retirada da narrativa sobre o Curupira, em que um personagem pede que o outro vá ao igarapé e vê a pessoa *indo* em direção ao igarapé, mas não a vê *chegando* lá. Desse modo, o narrador usa a construção INFERENCIAL, pois o que ele viu o fez inferir que o outro tenha chegado ao igarapé, mas ele não viu isso acontecer diretamente.

(11) *wa'awa'adi ihidinaha*

wa'a-wa'a-di ihidi-~daha

ir-ir-NMLZ

COP-VIS.PFV.2/3-ENF

‘(Parece que) ele foi embora (ver o igarapé).’

Nos exemplos (9), repetido aqui como (12), e (13) podemos ver bem a diferença entre as categorias INFERENCIAL e VISUAL. Nesse trecho da narrativa sobre o fazer da canoa, o personagem (também o narrador) e seu pai estão derrubando uma árvore para fazer uma canoa, porém a árvore está ocada (ficou podre por dentro ou foi ruída por insetos) e o narrador fala:

objetos cilíndricos *-du*.

(12) *ũkadu keẽmi'i susudu ihika'adi ihiditha*
~uka-du ~kee~bi'i susu-du ihi-ka'a-di ihi-di-tha
 um-CLS:cilíndrico cortar-FRUS.1 ser.oco- COP-DUR-NMLZ COP-VIS.PFV.2/3-ENF
 CLS:cilíndrico

'Derrubamos um pé (ruim), (parecia que) foi ocado.'

Ele usa o INFERENCIAL por não ter visto diretamente o processo ou a causa que deixou a árvore ocada, mas ele viu ou percebeu algo que o fez concluir este resultado. Já o pai, na fala seguinte, citada em (13), confirma a conclusão, usando um evidencial VISUAL:

(13) *Yo'o maku susudu ihika'ade*
Yo'o ~baku susu-du ihi-ka'a-de
 Olha! filho ser.oco- CLS:cilíndrico COP-DUR-VIS.IPFV.2/3

'Olha, filho, está ocado!'

Em certos contextos, o evidencial PRESUMIDO também pode ter uma interpretação de inferência, por exemplo, em (14), o falante infere/presume que não terá bebida na casa do cunhado. Entretanto, essa declaração não é baseada na observação de algum resultado do evento ocorrido e sim em experiências prévias ou em algo internalizado pelo falante.

(14) *si'niye mabiaedaaga*
~si'di-ye ~badia-eda-aga
 beber-NMLZ.INDF não.existir-NEG-PRES.IPFV

'Não deve ter bebida (lá).'

Alguns autores, como Palmer (1986) e Givón (1982), afirmam que os evidenciais estão intimamente relacionados ao valor de verdade e à modalidade epistêmica. Já para outros, como Aikhenvald (2003, 2004) e Michael (2008), a evidencialidade é uma categoria gramatical separada da modalidade epistêmica, uma vez que sua semântica básica indica a "fonte de informação". Esses dois últimos autores afirmam que, em algumas línguas, os evidenciais têm uma ligação pragmática com a modalidade epistêmica, entretanto esse seria um valor secundário dos evidenciais (MICHAEL 2008: 70-1). Por exemplo, em (11) acima, é possível considerar uma interpretação de modalização da declaração, uma vez que o falante não tem certeza se o outro personagem chegou de fato ao igarapé. Ele pode ter escolhido usar o INFERENCIAL para não se comprometer com o valor de verdade da afirmação. O mesmo ocorre em (12), pois o falante parece não ter certeza se a árvore está de fato ocada ou não, ao contrário do seu pai, que confirma o fato, usando um evidencial VISUAL em (13).

No entanto, neste artigo, não entraremos no debate sobre a evidencialidade ser ou não uma categoria gramatical separada da modalidade epistêmica. Nosso foco é o valor pragmático da modalidade epistêmica dos evidenciais na língua Wa'ikhana, mais especificamente, o valor pragmático do evidencial INFERENCIAL.

7. Buscando motivações

O termo “motivação” foi introduzido na linguística por Saussure com o *Curso de Linguística Geral*, quando o autor discute o exemplo da palavra “dezenove”, afirmando que, apesar de ser formada pelos signos arbitrários “dez” e “nove”, a palavra como um todo é motivada. Para a tradição funcionalista, no entanto, o conceito de motivação está atrelado ao princípio da *iconicidade* (GIVÓN 2001: 34-37), segundo o qual há uma correlação entre forma e função, ou seja, “a estrutura de uma construção gramatical reflete, de algum modo, a estrutura do conceito que ela expressa” (CEZARIO & CUNHA 2013:22).

Para a Gramática de Construções, as construções de uma língua podem ser motivadas por outras construções da mesma língua. Essa relação pode ser representada através de uma rede com links de herança. Nos termos de Goldberg (1995:72), “a construção A motiva a construção B, se a B herda da A”¹⁵. A seção a seguir apresenta nossa análise das construções que motivam o evidencial INFERENCIAL e das propriedades que foram herdadas pela construção em análise.

7.1 Cópula *ih* e predicado nominal

7.1.1 O polo da forma

Segundo a definição bastante genérica de Pustet (2003: 21), cópula é um elemento linguístico que co-ocorre com certos lexemas quando estes funcionam como núcleos de predicados, lembrando ainda que esses predicados devem ser não verbais. Payne (1997: 115-118) enumera quatro tipos de cópula que ocorrem nas línguas naturais: verbo, pronome, partícula invariável e processo derivacional que verbaliza predicados nominais. Em Wa'ikhana, a cópula pertence ao primeiro tipo, ou seja, faz parte da classe verbal, pois leva os mesmos sufixos que os demais verbos. Entre esses sufixos, nosso

15 No texto original, “construction A motivates construction B if B inherits from A”.

principal interesse são os marcadores da evidencialidade, obrigatórios em frases finitas no modo *realis*.

A cópula *ihi* é utilizada com os predicados nominais, sejam seus núcleos nomes não derivados, como *~ku'ba* 'verão' em (15) ou deverbais, como *ye'se-ye--kida* '(seres) brancos', derivado a partir da raiz verbal *ye'se* 'ser branco' por meio do nominalizador de não 1ª pessoa plural *-ye* em (16), ou predicados locativos, como o dêitico *~o'o* 'aqui' em (17). Em regra, a cópula ocupa a última posição dentro da oração.

(15) *tipenaha kama ihidi*

<i>ti-pe--daha</i>	<i>~ku'ba</i>	<i>ihi-di</i>
ANAF-CLS:tempo-ENF	verão	COP-VIS.PFV.2/3

'Essa época era verão'

(16) *apekina ye'seyekina ihiaga*

<i>ape--kida</i>	<i>ye'se-ye--kida</i>	<i>ihi-aga</i>
outro-PL	ser.branco-NMLZ.2/3PL-PL	COP-PRES.IPFV

'Outros (peixes) são (seres) brancos'

(17) *yu'u ð ð ihaha*

<i>yu'u</i>	<i>~o'o</i>	<i>ihi-ha</i>
1SG	DEIC.PROX	COP-VIS.IPFV.1

'Eu moro aqui' (Lit.: 'Eu sou aqui')

Na construção de evidencial INFERENCIAL em análise, a cópula *ihi* acompanha sempre um nome deverbal formado por meio do nominalizador *-di*. No entanto, enquanto o deverbal em (16) deriva um nominal 'ente', o deverbal *wa'a-wa'a-di* em (1), repetido aqui como (18), parece mais derivar um nominal 'evento', a saber 'ida longe'.

(18) *wa'awa'adi ihidinaha*

wa'a-wa'a-di *ihi-di~daha*
 ir-ir-NMLZ COP-VIS.PFV.2/3-ENF
 '(Parece que) ele foi embora (ver o igarapé).' (Lit.: 'A ida longe foi/houve')

Em alguns casos, o verbo a ser nominalizado pelo sufixo *-di* é mais uma cópula *ihi* ou algum outro verbo de ligação, que, por sua vez, possui como complemento um verbo estativo nominalizado. Trata-se, portanto, de predicados nominais compostos. Em (9), repetido aqui como (19), a cópula nominalizada pelo *-di* tem como complemento a raiz estativa verbal *susu* 'oco' nominalizada, por sua vez, pelo classificador *-du*, que marca os objetos no formato cilíndrico, nesse caso, um tronco de árvore. Já em (20), a raiz verbal nominalizada pelo *-di* é *duku* 'estar em pé', e seu complemento é a derivação indicando um 'ser com raiva' a partir da raiz nominal *usua* 'raiva' + atributivo *-ti* + *-(wa')a* 'ir', indicando mudança de estado. Essa derivação é marcada pelo sufixo nominal de 3ª pessoa singular *-do*. Vale notar que, nos casos como (19) e (20), o escopo da inferência não está no verbo nominalizado pelo *-di* e sim no seu complemento, um verbo estativo nominalizado. Em outras palavras, no (19), a inferência se faz sobre a árvore estar oca, e no (20), sobre a pessoa em questão estar brava (e não sobre ela estar em pé).

(19) *ũkadu keẽmi'i susudu ihika'adi ihiditha*

<i>~uka-du</i>	<i>~kee~bi'i</i>	<i>susu-du</i>	<i>ihi-ka'a-di</i>	<i>ihi-di-tha</i>
um-CLS:cilíndrico	cortar-FRUS.1	ser.oco- CLS:cilíndrico	COP-DUR-NMLZ	COP-VIS.PFV.2/3-ENF

'Derrubamos um pé (ruim), (parecia que) estava ocado.'

(20) *tido mu'ũ ba'ũ usuatiadido dukuka'adi ihidi'i phetama'anaha*

<i>ti-do</i>	<i>~bu'ũ</i>	<i>ba'ũ</i>	<i>[usua-ti-a-di-do</i>
ANAF-SG	2SG.POSS	irmão.mais.novo	raiva-ATTRIB-ir-NMLZ-SG

<i>duku-ka'a-di</i>	<i>ihi-di]</i>	<i>pheta~ba'a~daha</i>
estar.em.pé-DUR-NMLZ	COP-VIS.PFV.2/3	porto-caminho-ENF

'Seu irmão estava em pé, (aparentemente) muito bravo, no caminho do porto'

7.1.2 Polo do significado

Estudiosos como Hengeveld (1992) e Pustet (2003) argumentam que a falta de conteúdo

semântico constitui a principal característica da cópula. Para o primeiro autor, a cópula não contribui para o significado da frase, mas funciona como um suporte sintático, pois “a cópula possibilita que um predicado não verbal aja como o predicado principal nas línguas e nas circunstâncias em que esse predicado não verbal, por si só, não poderia exercer essa função”¹⁶ (HENGEVELD 1992: 32). Assim, no Wa'ikhana, a cópula *ihi* funciona como um verbo auxiliar, que recebe os sufixos de evidencialidade e, eventualmente, outros marcadores de finitude verbal que não podem ocorrer junto ao predicado não verbal. Já para Pustet (2003:181), a principal função da cópula é a de contribuir para a complexidade estrutural dos predicados nominais, tornando-os mais marcados em comparação com os predicados verbais.

Dessa maneira, concluímos que o que motiva *semanticamente* a construção de evidencial INFERENCIAL não é a cópula em si, mas o predicado nominal como um todo. Para sustentar tal conclusão, devemos identificar qual parte do significado do predicado nominal contribui para motivar o significado maior da construção em análise. Em seguida, argumentaremos que essa parte do significado provém da função atributiva (*ascriptive function*) do predicado nominal.

Hengeveld (1992) distingue três tipos de predicação não verbal: predicações atributivas (*ascriptive predications*), existenciais (*existential predications*) e equacionais (*equative predications*). Os predicados na função atributiva (*ascriptive function*) “constroem uma imagem de uma entidade, por ex., um indivíduo ou situação, atribuindo alguma propriedade, no sentido mais amplo possível, a aquela entidade”¹⁷ (HENGEVELD 1992: 103)¹⁸. Já segundo Pustet (2003), a distinção básica é entre predicados identificacionais (*identificational*) e atributivos (*ascriptive*). Enquanto os referentes extralinguísticos dos primeiros são únicos no universo do discurso, os dos atributivos não o são. O predicado atributivo (*ascriptive predicate*) “meramente predica um dado estado de existência”¹⁹ (PUSTET 2003: 45).

16 No texto original, “A copula enables a non-verbal predicate to act as a main predicate in those languages and under those circumstances in which this non-verbal predicate could not fulfil this function on its own”.

17 No texto original, “build up a picture of some entity, e.g. an individual or a situation, by ascribing some property, taken in the widest possible sense of the word, to that entity”.

18 As predicações existenciais, por sua vez, constituem um subtipo das atributivas. Sua função primária é atribuir a existência (e não uma propriedade concreta) ao referente do argumento. As predicações equacionais se distinguem das atributivas por se basearem em predicados que têm algum uso *referencial* não predicativo (Hengeveld 1992: 105). Assim, em uma frase como *João é bonito*, a predicação é atributiva, pois *bonito* não pode ser usado referencialmente: **Bonito esteve aqui*. Já na frase *João é um homem bonito*, temos uma predicação equacional, pois *um homem bonito* pode ser usado referencialmente: *Um homem bonito esteve aqui*.

19 No texto original, “merely predicates a certain state of affairs”.

Assim, podemos concluir que os predicados não verbais na função atributiva descrevem entidades, inclusive situações, focando em alguma das suas propriedades. Consideramos que essa também é a função do predicado nominal dentro da construção de evidencial INFERENCIAL no Wa'ikhana.

Stenzel (2013: 285), ao analisar a construção análoga no Kotiria, aponta que esta tem como o foco não a ação, mas os seus resultados ou o estado que resulta da ação. Isso se justifica pelo fato de que, no momento da inferência, a ação em si já não é mais observável, mas apenas dedutível a partir das evidências deixadas. Esses vestígios da ação realizada formam uma cena *estática* observada pelo autor da inferência. Assim, quando uma pessoa encontra restos de comida e pronuncia a frase (21), ela está deduzindo que “houve um ato de comer” e esta suposição funciona como uma descrição da cena.

(21) yu'u pano ihiyee i'yaka'adi ihidi'i

yu'u	~pado	ihiyee	i'ya-ka'a-di	ihidi
1SG	fazer.antes	COP-PL.INDF	comer-DUR-NMLZ	COP-VIS.PFV2/3

‘Alguém (aparentemente) comeu antes de mim’.

Dado seu caráter estático, a cena é codificada linguisticamente não por um predicado verbal, que tende mais a expressar processos dinâmicos, mas sim por um predicado nominal na sua função atributiva (*ascriptive function*). Essa diferença também é captada pela distinção entre “situações dinâmicas” e “estados”, proposta por Dahl (1985: 28-29). As situações dinâmicas envolvem algum tipo de mudança e movimento, e as construções linguísticas correspondentes, geralmente, apresentam um verbo pleno como seu núcleo. Já as construções estativas tendem a envolver “nomes ou adjetivos na função predicativa, com ou sem uma cópula funcionando como núcleo vazio da frase predicativa”²⁰ (DAHL 1985: 28).

7.1.3 O problema do sufixo nominalizador *-di*

O nominalizador *-di* possui um caráter genérico, não trazendo informações sobre a pessoa, o gênero e o número do referente. Segundo Stenzel (2013:130), no Kotiria, o sufixo cognato *-ri* é

²⁰ No trecho original, “nouns or adjectives in predicative function, with or without a copula functioning as the dummy head of the predicate phrase”.

acrescido a raízes verbais para a derivação dos nomes *animados*. Após o acréscimo do *-ri*, o radical nominal resultante recebe a morfologia de classificação nominal (os sufixos que marcam o gênero e o número do referente). No Wa'ikhana, o mesmo processo é bastante recorrente, tanto em derivações a partir de verbos de semântica ativa, como *baka-i'ya-di-kido* 'o que procura comida' em (22), quanto em derivações com semântica estativa, por exemplo, *pahi-di-kido* 'o grande' em (23).

(22) *tikido peopu makai'yadikido ihide*

ti-kido *peo-pu* *~baka-i'ya-di-kido* *ihi-de*

ANF-SG cachoeira-LOC procurar-comer-NMLZ-SG COP-VIS.IPFV2/3

'Ele (peixe pacu) procura comida na cachoeira' (Ou: 'Ele é quem procura [o que] comer na cachoeira')

(23) *semebe'e pahidikido wakua ku'ode*

~sebe-be'e *pahi-di-kido* *wakua* *ku'o-de*

paca-tucunaré ser.grande-NMLZ-SG calombo ter-VIS.IPFV2/3

'Tucunaré paca é grande e tem calombo'

No entanto, na construção de evidencial INFERENCIAL, a raiz verbal nominalizada pelo *-di* não recebe nenhum outro sufixo nominal. Fora essa construção, o uso dos radicais nominais derivados pelo *-di* sem o acréscimo de sufixos nominais não parece ser muito frequente no Wa'ikhana, mas alguns exemplos podem ser encontrados, como vemos em (24) e (25).

(24) *ke'noaydu'adi muhsa puasuaaye*

~ke'doa-yu'du-a-di *~busa* *pua-sua-aye*

ser.bom-INTENS-ir-NMLZ 2PL jogar.timbo-costumar.fazer-ASSERT.PFV

'Onde vocês costumam jogar timbo está/ficou muito bom.'

(25) *yu'u yo'yedi wa'awu'ta nii*

yu'u *yo'ye-di* *wa'a-wu'ta* *~dii*

1SG pescar-NMLZ ir-INTENT dizer

'"Eu vou pescar, disse"'

Stenzel (2013:284-285) sugere que, na construção de evidencial INFERENCIAL do Kotiria, o uso do nominalizador genérico *-ri* "é consistente com a semântica da categoria de inferência, na qual o foco está em um estado resultante ou nos resultados de uma ação realizada por um agente

não identificável ou não recuperável”²¹. Dessa maneira, dada a indeterminação do agente, o nome deverbal não recebe sufixos nominais. Essa explicação dá conta dos casos como (21), repetido aqui como (26), em que não se sabe quem realizou a ação. Já, nos casos como (1), repetido aqui como (27), o agente da ação é conhecido, porém, mesmo assim, o nome deverbal não leva sufixos de gênero e número. Podemos supor, no entanto, que o nome deverbal derivado pelo *-di* não se refere ao agente da ação e sim à ação em si. Portanto, em (25), *i'ya-ka'a-di* poderia ser traduzido como “ato de comer”, enquanto *wa'a-wa'a-di*, em (26), seria traduzido como “ida”. Dessa maneira, os nomes deverbais em questão não receberiam sufixos de gênero e número por não se referirem a seres vivos e sim a ações realizadas por esses seres.

(26) *yɯ'ɯ pano ihiyee i'yaka'adi ihidi'i*

yɯ'ɯ ~*pado* *ihiyee* *i'ya-ka'a-di* *ihidi*
 1SG fazer.antes COP-PL.INDF comer-DUR-NMLZ COP-VIS.PFV2/3

‘Alguém, aparentemente, comeu antes de mim’ (Lit. ‘aparentemente, houve um ato de comer de alguém antes de mim’)

(27) *wa'awa'adi ihidinaha*

wa'a-wa'a-di *ihidi-di*~*daha*
 ir-ir-NMLZ COP-VIS.PFV.2/3-ENF

‘(Parece que) ele foi embora (ver o igarapé)’ (Lit. ‘Parece que há/houve a ida longe’)

Um dos nossos objetivos futuros será o de identificar outras construções do Wa'ikhana em que o nominalizador *-di* não é seguido por sufixos nominais e descobrir se essas construções motivam a de evidencial INFERENCIAL.

7.2 O evidencial VISUAL na construção de inferência

De acordo com os dados apresentados, na construção de INFERENCIAL, a cópula recebe um sufixo de evidencial VISUAL (categoria *default*). A princípio, o uso de um marcador VISUAL nessa construção pode parecer arbitrário ou até paradoxal. Entretanto, ao observarmos a construção de evidencial VISUAL, podemos ver que ela motiva tanto a forma quanto a função da construção de

21 No texto original, “is consistent with the semantics of the inference category, in which focus is on a resultant state or on the results of an action performed by an unidentifiable or unrecoverable agent”.

evidência INFERENCIAL. Observemos a descrição da construção de evidencial VISUAL:

I. Forma: [V-VISUAL]

II. Função/Significado:

- Indicar que o modo de acesso sensorial/cognitivo ao evento em questão é visual (ou experienciado diretamente pelo falante).
- Indicar que a fonte de informação é externa.

Como, em todos os casos de INFERENCIAL encontrados, o evidencial VISUAL marca também o aspecto perfectivo do acesso ao evento e a 2/3 pessoa do sujeito, vamos considerar a seguinte construção mais concreta:

I. Forma: [V-*di*_{VIS.PFV.2/3}]

II. Função/Significado:

- Indicar que o modo de acesso sensorial/cognitivo ao evento em questão é visual.
- Indicar que a fonte de informação é externa.
- Indicar que a fonte de informação do evento declarado não está mais disponível ao falante (aspecto *perfectivo*, ver seção 1.2).
- Indicar 2/3 pessoa do sujeito.

Podemos ver que o evidencial VISUAL perfectivo motiva não somente a forma do INFERENCIAL, mas também parte de seu significado. Por exemplo, o modo de acesso cognitivo/sensorial do falante no evidencial INFERENCIAL também é *visual*, porém não é direto ao evento em questão, e sim ao(s) resultado(s) do evento. No mais, a fonte de informação no INFERENCIAL é sempre externa, assim como no VISUAL. Além disso, na construção em análise, o aspecto *perfectivo* do sufixo VISUAL indica que, no momento da fala, o falante não tem mais acesso ao(s) resultado(s) do evento que o fez (fizeram)

inferir o evento declarado.

7.3 Rede com links de herança da construção de INFERENCIAL em Wa'ikhana

Considerando as duas construções que motivam a construção INFERENCIAL em Wa'ikhana, podemos representar essa construção em uma rede de links de herança (*inheritance hierarchy*), usada pela Gramática de Construções para capturar a motivação (GOLDBERG 1995: 72). A construção INFERENCIAL, na rede, é o nóculo filho das duas outras construções, das quais ela herda parte da forma e do significado. Essas duas construções são os nóculos mães. De acordo com Goldberg & Auwera (2012: 121), “a existência do nóculo mãe motiva o nóculo filho, fazendo com que este tenha maior chance de se desenvolver e, presumidamente, seja mais fácil de ser adquirido e usado”²².

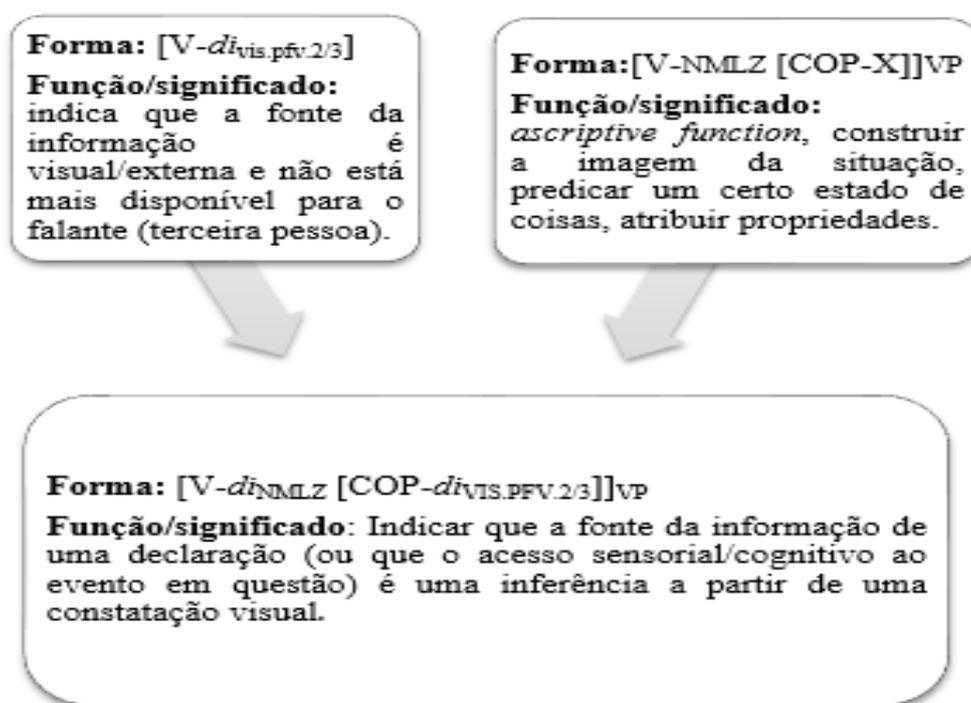


Figura 2. Construções que motivam as propriedades da construção evidencial INFERENCIAL.

Na Figura 2, portanto, temos como nóculos mães (i) a construção de evidencial VISUAL [V-*di*_{vis.pfv.2/3}] e (ii) a construção de predicado nominal, expresso por um verbo nominalizado seguido de cópula [V-NMLZ [COP-X]]VP, e como o nóculo filho, o evidencial INFERENCIAL. A função desse evidencial não pode ser prevista se olharmos apenas para a sua forma. Porém, observando a rede de links de

22 No texto original, “the existence of the mother nodes motivates the daughter node, making it more likely to exist and presumably easier to learn and use”.

herança pudemos constatar que a relação entre a forma e a função desse evidencial não é arbitrária, uma vez que a construção herda propriedades tanto formais quanto semântico-pragmáticas de outras construções.

Considerações finais

A inferência é a única categoria de evidência no Wa'ikhana expressa não por um sufixo, mas por uma construção sintática. Essa construção consiste da cópula *ihi* com o sufixo *-di* (marcador da evidência visual, aspecto perfectivo e não primeira pessoa do sujeito) e do complemento da cópula, que, necessariamente, envolve um verbo nominalizado pelo sufixo *-di*. Dessa maneira, a forma da construção pode ser descrita como $[V-di_{NMLZ} [COP-di_{VIS.PFV.2/3}]]_{VP}$.

Por um lado, a interpretação do significado como sendo o de "inferência" não é previsível a partir dos elementos componentes da construção analisada. Por outro, argumentamos que tal interpretação é motivada por outras construções da língua Wa'ikhana. Assim, o uso do sufixo que marca a evidência visual e o aspecto perfectivo se justifica por (i) o modo de acesso à cena estática observada ter sido visual e (ii) a cena estática observada não estar mais disponível na hora de enunciação, o que acarreta o uso do aspecto perfectivo. A cópula *ihi*, por si só, não motiva semanticamente a construção. No entanto, o predicado nominal como um todo, ou seja, a cópula e seu complemento (verbo nominalizado) contribuem para o polo de significado da construção por meio da função atributiva (*ascriptive function*). Enquanto os predicados verbais são utilizados para descrever as cenas dinâmicas, os nominais descrevem as cenas estáticas. Visto que a inferência se faz com base na observação dos vestígios ou resultados de uma ação e não com base na ação em si, o predicado nominal é condizente com o caráter estático da cena observada.

Nos próximos passos desta análise, investigaremos possíveis motivações para o uso do nominalizador *-di* na construção de evidencial INFERENCIAL. Além disso, pretendemos ampliar o nosso *corpus* para verificar a hipótese de existirem casos em que o *slot* do marcador da evidência visual, aspecto perfectivo e não primeira pessoa *-di* seja ocupado por outro sufixo, como ocorre em Kotiria, em que essa posição também pode ser ocupada por outro tipo de evidencial VISUAL – no aspecto imperfectivo ou em outra pessoa – ou por um evidencial PRESUMIDO.

LISTA DE ABREVIACOES PARA GLOSAS

1 primeira pessoa	DEIC dêitico	INTENT intencional	PRES (evidencial) presumido
2 segunda pessoa	DIST distal	IPFV/IMPERV imperfeito	PROG progressivo
3 terceira pessoa	DUR durativo	LOC locativo	PROX próximo
ANAF anafórico	ENF ênfase	NEG negação	REP (evidencial) reportado
ASSERT assertivo	FRUS frustrativo	NMLZ nominalizador	SG singular
ATTRIB atributivo	INDF indefinido	NVIS (evidencial) não visual	SGF singular feminino
CLS classificador	INDIR indireto	PFV perfectivo	VIS (evidencial) visual
COM comitativo	INS instrumental	PL plural	
COP cópula	INTENS intensificador	POSS possessivo	

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. (2003). Evidentiality in typological perspective. *Studies in evidentiality*. A. Y. Aikhenvald e R. M. W. Dixon (eds.), 1–31. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

AIKHENVALD, A. Y. (2004). *Evidentiality*. Nova York: Oxford University Press Inc.

AIKHENVALD, A. Y. (2012). *The Languages of the Amazon*. Oxford: Oxford University Press.

BARNES, J. (1984). Evidentials in the Tuyuca Verb. *International Journal of American Linguistics* 50(3), 255-71.

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press

CEZARIO, M. M. & CUNHA, M. A. F. (2013). *Linguística Centrada no Uso*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). (2015). *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A.

DAHL, Ö. (1985). *Tense and Aspect Systems*. Oxford: Basil Blackwell.

GIVÓN, T. (1982). Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, 6(1), 23–49.

GIVÓN, T. (2001) *Syntax*. An Introduction. Vol. 1. Amsterdam: John Benjamins.

GOLDBERG, A. E. (1995) *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: Chicago University Press.

GOLDBERG, A. (2006) *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Cambridge: Cambridge University Press.

GOLDBERG, A. E & AUWERA, J. (2012) This is to count as a construction. *Folia Linguistica*, 46/1, 109-132.

HENGEVELD, K. (1992). *Non-Verbal Predication*. Berlim/Nova Iorque: De Gruyter Mouton.

HOFFMANN, T. & TROUSDALE, G. (2013). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

MICHAEL, L. (2008). *Nanti evidential practice: Language, knowledge, and social action in an Amazonian society*. Tese de Doutorado, University of Texas at Austin.

PALMER, F. R. (1986). *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press.

PAYNE, T. E. (1997). *Describing Morphosyntax: A Guide for Field Linguists*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

PINHEIRO, D. (2016, *no prelo*). Um modelo gramatical para a linguística funcional-cognitiva: da Gramática de Construções para a Gramática de Construções Baseada no Uso. In: *Linguística Cognitiva: dos bastidores da cognição à linguagem*. P. T. Alvaro e L. Ferrari (orgs.). Campos: Brasil Multicultural.

PUSTET, R. (2003). *Copulas: Universals in the Categorization of the Lexicon*. Nova Iorque: Oxford University Press.

SILVA, W. (2012). *A descriptive grammar of Desano*. Tese de Doutorado, University of Utah.

STENZEL, K. (2005). *Multilingualism in the Northwest Amazon, Revisited*. Annals of the II Congress on Indigenous Languages of Latin America (CILLA).

STENZEL, K. (2008a) Evidentials and Clause Modality in Wanano. *Studies in Language* 32(2), 404–444.

STENZEL, K. (2008b). Kotiria ‘differential object marking’ in cross-linguistic perspective. *Amerindia* 32, 154-181.

STENZEL, K. (2013). *A Reference Grammar of Kotiria (Wanano)*. Lincoln: University of Nebraska Press.

STENZEL, K. & GOMEZ-IMBERT, E. (2018) Evidentiality in Tukanoan languages. *The Oxford Handbook of Evidentiality*. A. Y. Aikhenvald (ed.), 357-387. Oxford: Oxford University Press.

STENZEL, K. (2018). Embedding as a building block of evidential categories in Kotiria (Eastern Tukanoan). *Recursion across domains*. L. Amaral, M. Maia, A. Nevins, e T. Roper (eds.). 68-85 Cambridge: Cambridge University Press. TRAUGOUTT, E. C. & TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.

WALTZ, N. E. (2012). *Diccionario Bilingüe – Piratapuyo-Español Español-Piratapuyo*. Bogotá: Editorial Fundación para el Desarrollo de los Pueblos Marginados.

CONSTRUCIONALIZAÇÃO E MUDANÇA CONSTRUCIONAL DE LOCUÇÕES CONJUNTIVAS EM PORTUGUÊS: O CASO DE *NA HORA QUE*¹

Diego Minucelli Garcia²

Gisele Cássia de Sousa³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças construcionais por que passam a locução conjuntiva *((n)a hora (em) que* do português. A abordagem teórica adotada é a da Gramática de Construções e de sua extensão ao estudo da mudança linguística proposta por Traugott e Trousdale (2013). A partir dos resultados da análise dos graus de composicionalidade, produtividade e esquematicidade das construções extraídas de um banco de dados do português falado no interior paulista, propomos uma hierarquia construcional capaz de mapear a trajetória de construcionalização de *na hora que* e de locuções conjuntivas semelhantes. Essa hierarquia teria como construção mais esquemática a forma $[N_{\text{CIRCUNSTANCIAL}} \text{ que}]_{\text{CONECTIVO}}$.

Palavras-chave: mudança linguística, construcionalização, conjunção, conjunção temporal.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze constructional changes of Portuguese conjunctive locution *na hora em que* (lit. *at the hour in that*). The theoretical approach adopted is the Construction Grammar

1 Este artigo é baseado na dissertação de Mestrado do primeiro autor, desenvolvida sob orientação da segunda autora.

2 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista – campus de São José do Rio Preto/SP. E-mail: diegominucelli@gmail.com.

3 Docente da Universidade Estadual Paulista – campus de São José do Rio Preto/SP. E-mail: giselecs@ibilce.unesp.br.

and its extension to the study of linguistic change proposed in Traugott and Trousdale (2013). From the results of the analysis of the degrees of compositionality, productivity and schematicity of the constructions extracted from a database of Portuguese spoken in the interior of São Paulo, we propose a constructional hierarchy capable of mapping the possible constructionalization trajectory of *na hora que* and similar conjunctive locutions. This hierarchy would have $[N_{\text{CIRCUNSTANCIAL}} \text{ que}]_{\text{CONECTIVO}}$ as a more schematic construction.

Keywords: linguistic change, constructionalization, conjunctions, temporal conjunctions.

Introdução

Este trabalho focaliza a natureza formal e funcional de locuções conjuntivas formadas por [preposição *em*] + [artigo definido singular (*o*, *a*)] + [substantivo indicativo de uma circunstância (*temporal (hora, dia, momento)*, *causal (causa, razão)*, *proporcional (medida, proporção)*, etc.)] + [preposição *em*] + [pronome relativo *que*]. A forma *na hora em que*, exemplificada abaixo, é representativa dessas locuções em português e constitui o foco das análises realizadas neste trabalho. A forma *na hora em que*, exemplificada abaixo, é representativa dessas locuções em português e constitui o foco das análises realizadas neste trabalho. Os dados analisados são representativos do português falado na região noroeste do estado de São Paulo e integram o banco de dados IBORUNA.⁴

(1) geralmente dá quinze panquecas... doze a quinze panquecas... uma ao lado da o(u)tra como a gente gosta de fazê(r)... e coloco no forno com que(i)jo... derretê(r)... [Doc.: ai que ruim] e... meu marido gosta muito de queijo ralado então o dele tá sempre lá do lado como eu num gosto muito... *na hora em que ele vai por o molho vermelho por cima ele já... joga o que(i)jo ralado...* e é só comê(r) (IBORUNA-AC-080)

Conforme se observa a partir do exemplo (1), é possível interpretar a oração *em que ele vai por o molho vermelho por cima*, que segue o SPrep [na hora], como uma oração relativa cujo papel é especificar o nome temporal *hora*. Entretanto, mesmo que a oração com *que* seja assim interpretada, a oração inteira, encabeçada por *na hora*, indica uma localização temporal (*na hora em que ele vai por o molho vermelho por cima*) para o estado-de-coisas expresso na oração seguinte (*ele já joga o queijo ralado*), prevalecendo, assim, a instauração de um esquema hipotático temporal resultante das orações combinadas.

⁴ Informações mais detalhadas sobre o banco de dados IBORUNA e sua composição podem ser obtidas em <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>.

Essa dupla possibilidade de interpretação, como também consideram Pereira, Braga e Paiva (2010), torna-se, entretanto, menos provável à medida que a sequência passa a ser empregada sob formas reduzidas, com apagamento dos elementos que circundam o nome temporal. As ocorrências a seguir, registradas no português falado, exemplificam essa redução de *na hora em que*, com apagamento: (i) da preposição *em* após o nome *hora* no exemplo em (2); (ii) da preposição *em* antes do nome *hora* no exemplo em (3), restando apenas o artigo *a (hora)*; e (iii) por fim, apagamento também do artigo *a* antes de *hora* no exemplo em (4), de que resulta a forma mais reduzida *hora que*.

(2) você pega a goiabada você derrete um pedaço dela... com um po(u)co de água... na hora que ela fica bem cremosa dura... você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada (IBORUNA-AC-106)

(3) eu de(i)xei ele saí fui po banco... a hora que eu tava manobran(d)o...manobran(d)o o carro pra estacioná(r)... éh:: três pessoas... abriram a porta do meu carro... (IBORUNA-AC-077)

(4) Ela arremessô(u) a faca eu num senti NADA⁵ num doeu NADA NADA NADA... hora que eu vi tava jorran(d)o sangue... acho que POR DEUS que tinha uma toalha de banho (ela apertô(u)) (inint.) e (saímos) pro postinho (IBORUNA-AC-027)

Assim, consideramos neste artigo que, em sua forma mais completa, *na hora em que* funciona de dois modos: como uma locução conjuntiva que marca uma oração temporal em relação a uma oração subsequente (principal); e como um sintagma no qual um nome circunstancial temporal (*hora*) é especificado por uma oração relativa iniciada por (*em*) *que*. À medida que vão se apagando os elementos que antecedem e que seguem o nome *hora*, a função conjuncional da forma se torna sobressalente, e esmaece, conseqüentemente, a interpretação de uma especificação do nome *hora* por meio de uma oração relativa. Em outras palavras, com o apagamento de alguns de seus elementos, reduz-se a composicionalidade da forma, e a interpretação passa a ser a de ((*n*)a) *hora (em) que* como um só bloco, com função conjuncional semelhante à de uma conjunção como *quando* em português.

A interpretação não composicional de formas sequenciais é característica de *construções*, conforme a define, por exemplo, Goldberg (1995): “C é uma CONSTRUÇÃO se C for um pareamento de forma-significado $\langle F_i, S_i \rangle$ de modo que algum aspecto de F_i ou algum aspecto de S_i não seja estritamente previsível a partir das partes componentes de C [...]”⁶ (GOLDBERG, 1995, p. 4).

5 No cópús analisado, a caixa-alta indica pronúncia com entonação elevada.

6 C is a CONSTRUCTION iffdef C is a form-meaning pair $\langle F_i, S_i \rangle$ such that some aspect of F_i or some aspect of S_i is not strictly predictable from C's component parts [...] (GOLDBERG, 1995, p. 4).

Assumimos, deste modo, que *((n)a hora (em) que* constitui uma construção com função conjuncional no português brasileiro contemporâneo e pretendemos, a partir daí, demonstrar aspectos de sua natureza formal e funcional, bem como descrever seu estatuto construcional em português. Mais especificamente, buscaremos descrever, com base nas propostas de Traugott (2008, 2012) e de Traugott e Trousdale (2013), em uma perspectiva sincrônica, os graus de esquematicidade, composicionalidade e produtividade da construção, em suas formas mais completas (*na hora (em) que*) e mais reduzidas (*a hora que, hora que*). A partir desses graus, propomos uma hierarquia construcional de *((n)a hora (em) que*, capaz de captar passos de sua mudança construcional e, possivelmente, seu processo de construcionalização.

A proposta deste trabalho alia-se, portanto, aos estudos de Gramática de Construções e ao modelo da Linguística Centrada no Uso, em franca expansão em países dos Estados Unidos, da Europa e também no Brasil (nesse último, citem-se, entre outros, Salomão (2002), Miranda e Salomão (2009), Furtado da Cunha (2013), Furtado da Cunha e Bispo (2013), Furtado da Cunha, Silva e Bispo (2016), Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015), Rosário e Oliveira (2016), Pinheiro e Ferrari (2015a, b), Fumaux, Alonso e Cezario (2017), Garcia (2017)). Desse modo, a partir dos objetivos aqui propostos, o trabalho, além de fomentar o desenvolvimento de estudos a respeito do português sob essas vertentes teóricas, também pode contribuir para as discussões acerca da validade do modelo de Gramática de Construções e das propostas de mudança construcional e construcionalização no tocante à descrição de diferentes estruturas linguísticas efetivamente empregadas na língua em uso.

Este texto encontra-se dividido em cinco seções. Após esta seção inicial, seguem-se considerações sobre a proposta de Traugott (2008, 2012) e de Traugott e Trousdale (2013) acerca da mudança construcional e da construcionalização, ao lado de reflexões sobre a relação entre esses processos e a gramaticalização, fenômeno mais antigo e conhecido nos estudos funcionalistas. Nas duas seções subsequentes, encontram-se as análises da natureza construcional de *((n)a hora (em) que* e a proposta de uma hierarquia que reflita seus graus de mudança construcional e de construcionalização. Encerram o texto, as conclusões do trabalho.

2. Construcionalização e gramaticalização

Grande parte das pesquisas atuais voltadas à descrição sintático-gramatical com base na

abordagem cognitivo-funcional, ou na abordagem da Linguística Centrada no Uso, relaciona-se aos modelos de Gramática de Construções (CROFT, 2001, 2007; GOLDBERG, 1995, 2006) e se fundamentam na concepção de que a língua é um conjunto de construções, isto é, de pareamentos entre forma e função. A mudança linguística baseada nessa visão é vista como um processo que atinge a língua criando novas construções, ou alterando subcomponentes de uma construção (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013).

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), a mudança linguística ocorre por meio de dois processos: a *mudança construcional*, quando não há a criação de nova construção, mas uma alteração de suas subpartes, e a *construcionalização*, quando efetivamente ocorre a criação de uma nova construção.

Nessa perspectiva, Traugott (2012) afirma que a mudança construcional afeta os subcomponentes de uma construção, isto é, seus fatores sintáticos, morfológicos, fonológicos, semânticos e pragmáticos. O processo de mudança construcional, ao atingir uma construção, não necessariamente afeta todos os seus subcomponentes ao mesmo tempo, o que indica que ele pode ocorrer em aspectos somente formais ou somente funcionais de uma construção.

Para exemplificar essa ocorrência da mudança em subcomponentes distintos de uma construção, Traugott (2012) descreve as mudanças construcionais por que passa a forma *will* do inglês. Em relação ao subcomponente semântico, *will* teria passado por uma mudança de sentido de *ter intenção* para codificador de *futuro*. Corroborando essa mudança, como demonstra a autora, no subcomponte sintático, *will* passou de verbo pleno (lexical) para verbo auxiliar (gramatical). No subcomponente morfofonológico, *will* se reduz a *'ll*, aglutinando-se a pronomes pessoais ao codificar o futuro de verbos plenos (*I'll wait for you*).

Assim, conforme afirmam Traugott e Trousdale (2013), a “mudança construcional é uma mudança que afeta a dimensão interna de uma construção. Não envolve a criação de um novo nó”⁷ (p. 26). A construcionalização, por sua vez, de acordo com esses autores:

é a criação (combinação) de novos signos forma_{nova}-significado_{novo}. Ela forma novos tipos de nós, os quais têm nova sintaxe ou morfologia e novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. É acompanhada por mudanças nos graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A construcionalização de esquemas sempre resulta de

7 A constructional change is a change affecting one internal dimension of a construction. It does not involve the creation of a new node (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 26).

uma sucessão de micropassos e, portanto, é gradual.⁸ (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 21-22).

Em termos gerais, entende-se a *esquematicidade* como o aumento ou diminuição de abstração semântica e sintática da construção. A *produtividade* liga-se ao desenvolvimento de novos tipos de construção, em geral, por meio da extensão de padrões já existentes, ao passo que a *composicionalidade* diz respeito ao nível de acesso semântico (global ou individual) das subpartes das formas.

Considerando-se, pois, que a construcionalização é o processo pelo qual se descrevem as mudanças por que passam construções de uma língua, uma importante questão se coloca no âmbito dos estudos funcionalistas: em que medida a construcionalização se relaciona à gramaticalização, processo de mudança mais amplamente conhecido?

Esse questionamento, conforme aponta Silva (2012), deriva naturalmente de um contraste entre a concepção clássica de gramaticalização, entendida, desde Meillet (1948a, b) como mudança unidirecional que transforma um item (menos) lexical em (mais) gramatical (HOPPER; TRAUGOTT, 1993), e os avanços dos estudos descritivos e das perspectivas teóricas orientadas pelo uso linguístico.

Conforme demonstra Silva (2012), com o desenvolvimento dos estudos cognitivistas e funcionalistas, e de modelos baseados no uso, como a Gramática de Construções, as mudanças descritas passaram a envolver não necessariamente apenas itens lexicais ou gramaticais, mas também construções em contextos específicos de uso. Em vez de se dissociarem por completo, construcionalização e gramaticalização, assim, podem ser vistas em uma relação de complementação, visando abranger, sem exceção, as diferentes formas de uma língua, de morfemas a expressões idiomáticas ou estruturas ainda mais esquemáticas, como a ordem de palavras. De acordo com Silva:

Gramática de Construções e teoria da gramaticalização partilham os temas da emergência dos padrões gramaticais, da relação entre léxico e gramática e da função crucial do uso. A principal vantagem teórica da abordagem construcionista da gramaticalização é evidenciar que não pode sustentar-se a tradicional separação entre léxico e gramática, que itens lexicais e construções esquemáticas interagem de diversos modos e que os processos de gramaticalização poderão situar-se em diferentes pontos do contínuo entre léxico e gramática (SILVA, 2012, p. 6).

8 Constructionalization is the creation of formnew-meaningnew (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning in the linguistic network of a population of speakers. It is accompanied by changes in degree of schematicity, productivity, and compositionality. The constructionalization of schemas always results from a succession of micro-steps and is therefore gradual. (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 21-22).

Pode-se, assim, conceber construcionalização como um processo mais abrangente, que, em termos analíticos, engloba tanto processos de gramaticalização quanto de lexicalização. Aliás, Traugott e Trousdale (2013) propõem distinguir construcionalização gramatical (= gramaticalização) de construcionalização lexical (=lexicalização). Segundo os autores, a construcionalização gramatical é aquela em que ocorre o “desenvolvimento de morfemas individuais (‘morfema gramatical’), os quais são tipicamente simples ou ‘atômicos’ em estrutura, e mais frequentemente, específicos ou ‘substantivos’”⁹ (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 94). Em relação à construcionalização lexical, eles afirmam que ela ocorre quando há o “desenvolvimento de novos signos que são forma_{nova}-significado_{novo} e no qual o polo do significado está associado principalmente com uma semântica concreta e o polo da forma, com categorias principais, como N, V ou Adj”¹⁰ (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 149).

Outra vantagem que se pode apontar na adoção da abordagem da construcionalização para descrever processos de mudança linguística, como se faz neste trabalho, é a possibilidade de se captar, conjuntamente, fatores formais e funcionais envolvidos na mudança. Conforme ilustra o esquema a seguir, representativo do conceito de construção dado em Croft (2001), esses fatores são os que sustentam o *link* de relação simbólica entre forma (propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e função (propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais) de uma construção. São, assim, esses fatores que naturalmente se alteram, em maior ou menor grau, conforme a mudança ocorre.

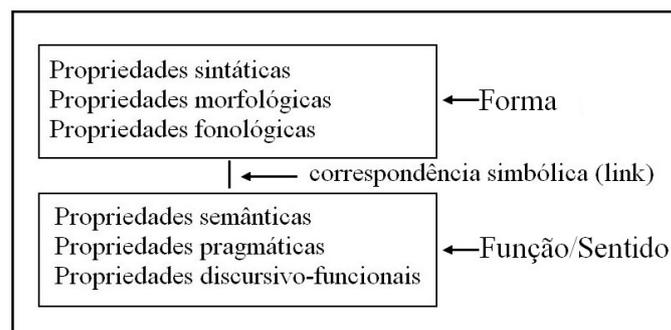


Figura 1: Modelo de representação simbólica da construção (CROFT, 2001, p. 18)

9 Development of individual morphemes (‘grams’), which are typically simple or ‘atomic’ in structure, and more often than not, specific or ‘substantive’ (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 94).

10 Development of new signs which are formnew-meaningnew and in which the meaning pole is associated mainly with concrete semantics and the form pole with major categories such as N, V, or ADJ (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013, p. 149).

3. Graus de construcionalização de *((n)a hora (em) que*

Para a análise, nesta seção, dos graus de construcionalização de *((n)a hora (em) que*, baseamos-nos na proposta de Traugott (2008, 2012) e Traugott e Trousdale (2013), segundo a qual o maior e menor grau de construcionalização de uma forma pode ser descrito a partir de sua composicionalidade, produtividade e esquematicidade. Os dois primeiros fatores serão discutidos nesta seção, ao passo que os graus de esquematicidade de *((n)a hora (em) que* serão objeto da seção 4.

Conforme referido anteriormente, a composicionalidade, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), é um fator ligado à transparência entre a forma e a função da construção considerando-se a integração entre seus itens. Se uma construção tem maior grau de composicionalidade, um falante compreende o significado dos itens da construção individualmente, o que não ocorre se a construção apresentar baixa composicionalidade. Nesse caso, o falante compreenderá apenas o significado global da construção, e haverá, portanto, uma menor transparência semântica entre a combinação do significado das partes e a forma/sintaxe da construção (TRAUGOTT, TROUSDALE, 2013).

Em relação ao grau de composicionalidade das formas de *((n)a hora (em) que*, pode-se verificar, a partir da ocorrência em (2), rerepresentada abaixo como (5), o alto grau de abstratização semântica do significado do nome *hora*, quando integra a unidade *na hora que*.

(5) você pega a goiabada você derrete um pedaço dela... com um po(u)co de água... *na hora que ela fica bem cremosa dura...* você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada (IBORUNA-AC-106)

Há, no exemplo em (5), a indicação de um *momento* por meio da construção *na hora que*. A oração [*ela fica bem cremosa dura*] é utilizada como referência para o momento em que se *pega esse creme branco e mistura com a calda da goiabada*. Existe nessa relação entre as orações um significado temporal, assim como no nome *hora*; no entanto, esse significado é estabelecido pela construção como um todo; *hora* aparece com seu significado esmaecido e está amalgamado aos demais itens da construção. Conforme a proposta apresentada por Traugott e Trousdale (2013), há uma diminuição semântica em cada item, incluindo o nome *hora*, o que faz com que o significado da construção só seja possível de ser compreendido quando interpretado a partir de seu todo, no qual os itens atuam em uma mesma unidade linguística.

Para evidenciar o grau de composicionalidade presente em cada uma das formas de *((n)a*

hora (em) que, propomos a aplicação de um teste, por meio do qual se insere, no interior da unidade linguística, o modificador *exata*. Se com a inserção desse adjetivo a locução se tornar natural, essa será uma evidência de que há um maior grau de composicionalidade na forma da construção, permitindo que haja inserção de elementos em seu interior. Caso a ocorrência do modificador dentro da construção resulte em uma forma pouco natural ao falante de português, haverá menor grau de composicionalidade na forma, com indicação de uma maior aglutinação entre os itens e reanálise dos elementos na formação da locução conjuntiva. Tomando a ocorrência em (5) como exemplo, pode-se verificar como esse teste se aplica à forma mais completa e às formas mais reduzidas de *((n)a hora (em) que*.

(6a) na hora exata em que ela fica bem cremosa dura... você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada.

(6b) ? na hora exata que ela fica bem cremosa dura... você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada.

(6c) ? a hora exata que ela fica bem cremosa dura... você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada.

(6d) * hora exata que ela fica bem cremosa dura... você pega esse creme branco e mistura com a... calda... da goiabada.

O teste revela que a forma mais completa da locução, em (6a), admite com bastante naturalidade a presença de um modificador ao lado do nome *hora*, um forte indício de seu baixo grau de composicionalidade e, assim, de sua natureza construcional. As formas intermediárias, *na hora que* e *a hora que*, apresentam gradualmente menor naturalidade na presença do modificador *exata*. Em ambos os casos, apesar de ser possível que um falante faça uso da sequência com o modificador, parece haver certo truncamento na pronúncia da construção, o que possivelmente interfere em sua naturalidade. Já *hora que*, parece possuir seus itens mais integrados uns aos outros e, portanto, com baixo grau de composicionalidade, atestado pela pouca naturalidade da construção com a presença de um modificador do nome *hora*. Em comparação à forma analisada anteriormente (*a hora que*), a presença de *exata* nesse caso parece aumentar o truncamento na pronúncia da construção, contribuindo para o seu estranhamento a um falante nativo.

A partir desta análise da composicionalidade das formas de *((n)a hora (em) que*, comprovada por um conjunto significativo de dados da pesquisa (295 ocorrências no total), pode-se propor o seguinte

cline de construcionalização das formas. Quanto mais à direita do *cline*, maior é o amalgamento entre os itens que compõem a construção e, assim, maior será o grau de construcionalização das formas.

na hora em que > *na hora que* > *a hora que* > *hora que*

Figura 2: *Cline de construcionalização de ((n)a) hora (em) que*

O amalgamento entre os itens na construção, impulsionado por sua baixa composicionalidade, também pode ser entendido como um processo de *chunking*, nos termos de Bybee (2010). Segundo a autora:

chunking é o processo por trás da formação e do uso de fórmulas ou de seqüências pré-fabricadas de palavras como *take a break*, *break a habit*, *pick and choose* e é um mecanismo primário que conduz à formação de construções e estrutura de constituinte¹¹ (BYBEE, 2010, p. 35).

Pode-se considerar, desse modo, que o processo cognitivo de *chunking* atua na construcionalização das formas de *((n)a) hora (em) que*, em conjunto com a diminuição da composicionalidade de seus itens.

Com a disposição das formas de *((n)a) hora (em) que* no *cline* proposto, observa-se que há uma correlação entre o grau de composicionalidade e a redução fonológica das formas da construção. A redução fonológica, que está, portanto, intimamente ligada ao grau de composicionalidade, é um processo que pode atingir a construção em seu processo de construcionalização gramatical, tal como o faz o conhecido processo de *erosão fonológica* em casos de gramaticalização (LEHMANN, 1982).

No caso das diferentes formas de *((n)a) hora (em) que*, com a redução fonológica que envolve o apagamento da preposição *em*, antes e depois do nome *hora*, e do determinante *a*, elas passam cada vez mais a ser interpretadas como uma locução conjuntiva, e menos como um sintagma nominal determinado e modificado por uma oração relativa. Nesse sentido, *hora que*, que apresenta maior grau de redução fonológica e tem seus itens mais integrados uns aos outros, corresponde à forma menos composicional e, também, à forma mais esquemática da construção, por apresentar maior grau de abstração (dessemantização) de seus itens componentes.

O *cline* de construcionalização de *((n)a) hora (em) que* proposto aqui encontra correspondência

¹¹ Chunking is the process behind the formation and use of formulaic or prefabricated sequences of words such as *take a break*, *break a habit*, *pick and choose* and it is also the primary mechanism leading to the formation of constructions and constituent structure (BYBEE, 2010, p. 35).

parcial com o segundo fator de construcionalização proposto por Traugott e Trousdale (2013): a produtividade da construção.

No *corpus* investigado, foram encontradas 295 ocorrências de *((n)a hora (em) que*, que se dividiram em 1 ocorrência (0,5%) de *na hora em que*, 84 ocorrências de *na hora que* (28,5%), 168 de *a hora que* (57%) e 42 ocorrências (14%) de *hora que*. A única ocorrência da forma *na hora em que* encontrada no *corpus* é a que apresentamos em (1), anteriormente neste texto. As ocorrências em (7) a (9), a seguir, são ilustrativas das três formas mais reduzidas da construção presentes no *corpus*.

(7) e ele foi embora pra essa festa tal... aí ele foi... de boa chegô(u) lá... foi na festa tudo tal aí *na hora que ele tava voltan(d)o... ele... deu de frente c'um boi no meio da avenida da/ da rodovia... e aí... tal capotô(u) o carro* (IBORUNA-AC-019)

(8) depois que tava tudo refogado aí colocava... ÉH:: legumes à gosto né? [Doc.: aham ((concordando))] cê coloca e o de s/ o trivial cebo::la... éh:: Alho né? ocê coloca de(i)xa (refogá(r)) e coloca cerveja *a hora que tivé(r) mais ou menos... borbulhando a cerveja você coloca a... o frango né?... faz ele... ali... o arroz faz separado...* (IBORUNA-AC-075)

(9) nem jogo sal nada corto um monte de pedacinho de tomate... e coloco num prato... pra comê(r) junto com o miojo... daí::... *hora que acaba eu ti::ro... vô(u) lá:: na pia porque eu gosto de deixá(r) um po(u)quinho de água* (IBORUNA-AC-010)

No tocante à produtividade, Traugott e Trousdale (2013) consideram que se trata de um fator ligado às frequências *type* (unidade particular) e *token* (número de ocorrências) (BYBEE, 2003). Assim, conforme a proposta de Bybee (2003), em processos de mudança como a construcionalização, a frequência *type* e *token* impulsiona, ou refreia, o surgimento de novas formas.

Para a construção em estudo, a expectativa era a de que a forma mais avançada no processo de construcionalização, *hora que*, fosse também a mais produtiva, a mais frequente entre os dados. O que ocorre, entretanto, é que a forma mais frequente no *corpus* é *a hora que*, que ainda conta com a presença do determinante *a*. Uma justificativa para a baixa produtividade de *hora que* pode estar relacionada justamente ao seu grau mais elevado de construcionalização, ou seja, a baixa produtividade, nesse caso, pode ser resultado da natureza inovadora da construção no sistema gramatical, portanto, em um estágio ainda incipiente de mudança em comparação às outras formas, como a forma *a hora que*, que se mostra mais produtiva.

De modo mais geral, é possível depreender desse comportamento que a correlação entre a

esquematicidade e a composicionalidade das formas, por um lado, e a produtividade, por outro, dependem não só do grau de construcionalização de uma forma, mas também de seu estágio de mudança no sistema linguístico, em relação a formas semelhantes. Por essa razão, em uma perspectiva sincrônica, nem sempre a forma com alto grau de construcionalização (esquematicidade alta e composicionalidade baixa) será necessariamente a mais produtiva em um recorte temporal da língua que se toma para análise.

4. Hierarquia construcional na mudança de locuções conjuntivas

Na seção anterior, foram analisados os graus de composicionalidade e produtividade da construção *((n)a hora (em) que*. Nesta seção, propomos uma discussão do grau de esquematicidade das formas, conforme propõem Traugott e Trousdale (2013).

De acordo com os autores, o grau de esquematicidade “é uma propriedade de categorização que crucialmente envolve abstração” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 13). Dessa forma, a esquematicidade, segundo Traugott (2008, 2012), tem relação com níveis de estruturação que se caracterizam por graus distintos de abstração e generalização, pelos quais passa um item alvo de construcionalização. Esses níveis são, em ordem crescente de abstração, o nível dos construtos, o de microconstruções, o de mesoconstruções e, por fim, o de macroconstruções, como definidos a seguir, em trecho extraído de Traugott (2008):

- macroconstruções: pareamentos de forma-significado que são definidos pela estrutura e pela função, como, por exemplo, partitivo, construção modificadora de grau, etc,
 - mesoconstruções: conjuntos de construções específicas de comportamento similar,
 - microconstruções: tipos de construção individuais,
 - construtos: ocorrências empiricamente atestadas, que são o *locus* da mudança.
- (TRAUGOTT, 2008, p. 236)

As macro e mesoconstruções refletem os níveis abstratos da hierarquia construcional. Enquanto a macroconstrução é o nível mais alto, em que está presente a representação abstrata e mais genérica das construções, a mesoconstrução reúne construções abstratas similares e, portanto, mais específicas do que as macroconstruções. As mudanças que ocorrem nesses níveis, segundo Traugott (2008), são observadas com mais vagar em uma distância temporal maior, quando é o caso, e a partir de uma grande quantidade de dados.

Os dados de *((n)a hora (em) que*, objetos desta pesquisa, foram analisados em relação ao comportamento de fatores de diferentes tipos, tanto formais (morfológicos e sintáticos) quanto funcionais (semânticos e pragmáticos). As propriedades características da forma abstrata, porém específica, da construção (a mesoconstrução [(prep) (art) N_{TEMPORAL} (prep) que]) encontram-se esquematizadas no quadro a seguir. Elas podem ser vistas como as que constituem o pareamento forma-função da mesoconstrução *na hora que*, isto é, as propriedades formais e funcionais que compõem as duas faces dessa construção, conforme a aceção de construção que se encontra em Croft (2001), esquematizada anteriormente na Figura 1.

FORMA	Propriedade Morfológica	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência em sentenças com sujeitos não idênticos • Correlação modo-temporal no presente do Indicativo nas orações da sentença
	Propriedade Sintática	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução de orações hipotáticas antepostas
FUNÇÃO	Propriedade Semântica	<ul style="list-style-type: none"> • Valor circunstancial temporal • Localização temporal majoritariamente no passado • Eventos da oração hipotática pontuais
	Propriedade Pragmático-discursiva	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência majoritária em textos do tipo narrativa de experiência.

Quadro 1: Pareamento forma-função de *((n)a hora (em) que*

A partir dos mesmos fatores formais e funcionais, foram analisadas as diferentes formas de *((n) a) hora que*. Os resultados revelam principalmente uma tendência à *especialização* da forma mais reduzida *hora que*, o que também atesta seu maior grau de construcionalização em comparação às demais. As propriedades características de cada uma das formas da construção estão sintetizadas no quadro a seguir.

Fatores	Na hora que	A hora que	Hora que
Posição da oração	Anteposta	Anteposta	Anteposta
Corref. entre sujeitos	Não idênticos	Não idênticos	Não idênticos
Correl. modo-temporal	Pres. Ind./Pres. Ind.	Pres. Ind./Pres. Ind.	Pres. Ind./Pres. Ind.
Valor circunstancial	Tempo	Tempo	Tempo
Localização temporal	Passado	Passado	Presente
Pontualidade do evento	Pontual	Pontual	Pontual
Tipo de texto	Nar. de experiência	Nar. de experiência	Rel. de procedimento

Quadro 2: Comparação entre as formas de ((n)a) hora que

Observa-se que os fatores *localização temporal* e *tipo de texto* distinguem a forma mais reduzida *hora que* das demais formas da locução. Essas seriam, portanto, as propriedades que, conforme se considera neste trabalho, mostram-se relevantes para a mudança construcional da forma, isto é, elas responderiam pelos passos que caracterizam o percurso de construcionalização do item.

A partir desses resultados, propomos a seguinte hierarquia construcional para ((n)a) hora (em) que.

Nível	Construção
<i>Macroconstrução</i>	[N _{CIRCUNSTANCIAL} que] _{CONECTIVO}
<i>Mesoconstrução</i>	[(prep) (art) N _{TEMPORAL} (prep) que] ([(prep) (art) N _{PROPORCIONAL} (prep) que], [(prep) (art) N _{CAUSAL} (prep) que...])
<i>Microconstrução</i>	[((n)a) hora (em) que] ([(n)o) dia (em) que], [(n)a medida (em) que], [(por) causa que]...)
<i>Construto</i>	na hora em que, na hora que, a hora que, hora que (no dia em que, no dia que, o dia que, dia que; na medida em que, na medida que, a medida que, medida que, por causa que, causa que...)

Quadro 3: Níveis hierárquicos da construção ((n)a) hora (em) que

A macroconstrução corresponde à representação simbólica abstrata da forma mais reduzida, e mais avançada no processo de construcionalização, *hora que*, formada pelo Nome_{TEMPORAL} *hora* + *que*. No esquema, aparece um tipo mais *genérico* de Nome, o circunstancial, porque estamos hipotetizando que o esquema proposto retrate a construcionalização de locuções conjuntivas com outros valores circunstanciais em português, como *proporção ((n)a medida (em) que)*, *causa, explicação ((por) causa que, (uma) vez que)*, etc. Para esse último tipo, parece haver já alguma evidência no português contemporâneo, como mostram as seguintes ocorrências, extraídas, respectivamente, de uma prova de Língua Portuguesa de um vestibular nacional, ocorrido em 2016, e de um romance, datado de 1993.¹²

(10) Verifica-se a ocorrência de perguntas retóricas nas tiras, pois em ambas a mãe pergunta ao filho o que ele está fazendo, na intenção de chamar sua atenção e lhe dar uma bronca, sem o intuito de receber uma resposta sobre o que ele está fazendo, *vez que ela já sabe o que o filho está fazendo ao olhar para ele*.

(11) “O serviço que eles fizeram no Lourival e no Chicão foi trabalho de matador profissional”, pensava, quando Juventino gritou do fundo do depósito: - Tá na hora, pessoal. Amanhã eu quero ocêis tudo aqui bem cedo, *causa que, depois do armoço, nós vamo despachá uma partida de castanha pra Marabá.*”

No nível da mesoconstrução, em que ainda há uma representação abstrata, a indicação temporal já aparece ao lado do nome. Há, assim, um esquema que se concretizará na forma de *types* conectivos temporais, provavelmente ao lado de outros *types* indicativos de proporcionalidade, condicionalidade, causalidade, etc. Relacionadas à mesoconstrução específica temporal, no nível da microconstrução, estão, além de *na hora que*, as formas ligadas a *((n)o dia (em) que*, bem como as construções conectivas indicativas de outras circunstâncias. No nível do construto, por fim, aparecem as realizações da construção [N_{CIRCUNSTANCIAL} *que*]_{CONECTIVO}, suas ocorrências reais, ou *tokens*, nos termos de Bybee (2003). Evidentemente, a validade do esquema proposto às outras formas conjuncionais, apenas hipotetizada aqui, bem como a natureza macro da construção [N_{CIRCUNSTANCIAL} *que*]_{CONECTIVO}, necessita ser atestada por outros estudos, tanto sincrônicos quanto diacrônicos.

Conclusões

Neste trabalho, propusemos descrever aspectos relativos à mudança construcional e à construcionalização da locução conjuntiva *((n)a hora em que* do português. A partir das propostas

¹² O trecho do romance citado integra o Corpus do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006), disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>.

de Traugott (2012) e Traugott e Trousdale (2013), demonstramos que, no português falado, a locução apresenta graus variados de composicionalidade, produtividade e esquematicidade. Esses diferentes graus tanto caracterizam a mudança construcional por que passa o item, quanto permitem mapear uma possível trajetória de construcionalização da forma.

Os resultados revelam que, em termos formais, as principais mudanças que afetam *((n)a hora (em) que* são: a alta integração entre os elementos *hora* e *que*, que impede a modificação do nome por um sintagma adjetivo; e a redução fonológica, resultante do apagamento da preposição *em* e do artigo *a*, na forma mais construcionalizada *hora que*. Em termos de significado, ocorre especialização da forma na expressão de eventos pontuais, situados no presente, em textos do tipo *relatos de procedimento*, de caráter mais descritivo.

Com base nesses resultados, elaboramos uma hierarquia construcional que retrataria as mudanças envolvidas e, possivelmente, a trajetória de construcionalização de *na hora que* e de construções conectivas semelhantes, como *na medida que*, *por causa que*, *uma vez que*. Consideramos, nesta etapa da pesquisa, que a macro construção que licencia essas formas, nucleadas por Nome substantivo, seja $[N_{\text{CIRCUNSTANCIAL}} \text{ que}]_{\text{CONNECTIVO}}$. Em estudo futuro, pretendemos investigar também a possibilidade de essa macroconstrução constituir, na verdade, um nó mais baixo em uma rede de construções que teria como macroconstrução mais alta $[X\text{que}]_{\text{conec}}$. Essa construção foi proposta por Cezario, Silva e Santos (2015), a partir do estudo de locuções com os advérbios *logo*, *ainda* e *sempre*. Apesar de essa macroconstrução envolver um item circunstancial de categoria distinta (advérbios), pode bem ser que ela seja mais antiga no sistema do português e represente um nó mais alto da rede, ao qual $[N_{\text{CIRCUNSTANCIAL}} \text{ que}]_{\text{CONNECTIVO}}$ se ligue radialmente, em uma mesma família de construções.

REFERÊNCIAS

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press.

_____. (2003). Mecanismos de mudanças em gramaticalização: o papel da frequência. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (eds.) *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell. p. 602-623.

CEZARIO, M. M.; SILVA, T. S.; SANTOS, M. (2015). Formação da construção $[X\text{que}]_{\text{conec}}$ no português. *E-escrita* (Revista do Curso de Letras da UNIABEU-Nilópolis), v. 6, n. 3, 229-243.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). (2013). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (2007). Construction Grammar. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press. p. 464-508.

FUMAUX, N. C. A.; ALONSO, K. S. B.; CEZARIO, M. M. C. (2017). Construcionalização de *um monte de SN*: uma abordagem centrada no uso. *Percursos Linguísticos*, v. 7, 139-158.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (2013). Polissemia construcional e convencionalização: o caso da construção ditransitiva. *Revista do GEL*, v. 10, 77-99.

_____.; BISPO, E. B. (2013). Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Revista do GELNE*, v. 15, 49-74.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SILVA, J. R.; BISPO, E. B. (2016). O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. *Revista Linguística*, v. 12 (especial), p. 55-67.

GARCIA, D. M. *Mudança construcional de “na hora que”*: uma abordagem cognitivo-funcional. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2017.

GOLDBERG, A. E. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (1995). *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEHMANN, C. (1982). Grammaticalization: variation synchronic and diachronic change. *Lingua e Stile*, v. 20, n. 3, 303-318.

MEILLET, A. (1948a). Le renouvellement des conjonctions. In: MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion. p.159-174.

_____ (1948b). L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Champion, p.130-148.

MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. M. (Org.). (2009). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

OLIVEIRA, M. R.; ROSARIO, I. C. (Org.). (2015). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ.

PEREIRA, M. H.; BRAGA, M. L.; PAIVA, M. C. (2010). Gramaticalização das construções (Prep) + (Det) + N + (Prep) + que. In: VITRAL, L.; COELHO, S. *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras. p. 173-200.

PINHEIRO, D.; FERRARI, L. V. (2015a). Interface sintaxe-semântica: em defesa de uma abordagem construcionista para a ordem VS do português brasileiro. *Letrônica*, v. 8, 285-303.

_____. (2015b). Entre a gramática de construções e a semântica lexical: em busca de uma explicação cognitivista para a distribuição dos verbos “aparecer”, “surgir” e “chegar” no português brasileiro. *Guavira Letras*, v. 21, 14-35.

ROSARIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. (2016). Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, v. 60, n. 2, 233-259.

SALOMÃO, M. M. M. (2002). Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 63-74.

SILVA, A. S. (2012). Gramaticalização, reanálise e subjectificação. Para uma revisão do conceito de gramaticalização. In: SANTIAGO-ALMEIDA, M. M.; LIMA-HERNANDES, M. C. (Orgs.).

História do Português Paulista. Série Estudos vol. III. Campinas/São Paulo: UNICAMP. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/290789590>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

TRAUGOTT, E. C. (2012). *Toward a coherent account of grammatical constructionalization*. To appear in: Smirnova, E.; Barðdal, J.; Gildea, S.; Sommerer, L. (ed.). *Historical Construction Grammar*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/150342997/Traugott-2012>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER G.; VEENSTRA, T. (eds.). *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. p. 219-250.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press.

A MUDANÇA E CONSTITUIÇÃO DA MICROCONSTRUÇÃO "POIS NÃO" NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Célia Márcia G. Nunes Lôbo¹

Vânia Cristina Casseb-Galvão²

RESUMO

Descreve-se a constituição da microconstrução “pois não”, na perspectiva da Gramática de Construções. Constatou-se que as alterações sintático-semânticas por ela sofridas partem de um contexto atípico, no qual a construção “pois” deixa de atuar como conjunção. A microconstrução realiza-se em contexto crítico: “pois” perde sua função conclusiva e assume função discursivo-pragmática. Por fim, atinge o contexto isolado, fase marcada pela perda da função semântica de negação da construção “não” e do processo de *chunking* entre as construções “pois” e “não”, resultando no uso inovador que constitui um novo nó na rede dos marcadores discursivos, revelando um processo de expansão.

Palavras-chave: gramática de construções, mudança; português brasileiro, “pois não”.

ABSTRACT

This article describes the process of constituting the microconstruction “pois não” in the perspective of the Construction Grammar. It was verified that the syntactic-semantic changes run along a path that starts from an atypical context in which the construction “pois” ceases to act as a conjunction. In the critical context “pois” loses its conclusive function and assumes discursive-pragmatic function. Finally, it reaches the isolated context: there are loss of the semantic function of the negation and the chunking between “pois” and “não”, resulting in innovative use, a new node in the network of discursive markers, a process of expansion.

Keywords: grammar of constructions; change; Brazilian Portuguese; “pois não”.

1 Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Email: celiamarciagn@hotmail.com

2 Professora Associada da Universidade Federal de Goiás. Professora convidada da Universidade Estadual de Goiás. Bolsista CNPq/Pq2. Email: vaniacassebgalvao@gmail.com

Considerações iniciais

Esta pesquisa se enquadra teoricamente na Gramática de Construções (GC). Com base nos pressupostos da GC, adotamos a concepção de língua como uma rede, em que pares de forma e significado instanciam construções do sistema linguístico, que podem exercer diversas funções durante a interação entre os usuários (GOLDBERG, 2006, 2013; BYBEE, 2010; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

Construções correspondem, portanto, a “unidades simbólicas convencionais” que integram o sistema linguístico, considerado como uma rede de construções, as quais exibem de maneira integrada propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. No âmbito da GC, denomina-se microconstrução (ou *type*) toda unidade instanciada que se atualiza no uso mediante os construtos (ou *tokens*). Microconstrução diz respeito a níveis mais abstratos (virtualizados), construtos correspondem a usos efetivos.

Quanto ao fenômeno linguístico analisado, descrevemos o percurso de constituição da construção “pois não”, comumente utilizada por falantes em situações de interação formal, atendimento ao público em geral etc. O interesse por estudá-la se justifica pela imprevisibilidade que apresenta a partir de seus aspectos composicionais e os significados a ela relacionados. Os usos que, inicialmente, nos despertaram a atenção são equivalentes a 1 e 1a, a seguir:

[1] — Talvez o senhor pudesse me aconselhar alguma coisa.

— **Pois não, pois não** - respondeu o homem, solícito.

(20:Fic:Br:Cardoso:Dias – *Corpus do Português*³).

[1a] — **Pois não?**, o gerente atende.

(20:Or:Br:LF:SP – *Corpus do Português*).

No exemplo [1], a microconstrução “pois não” indica uma maneira cortês de responder afirmativamente ao interlocutor. O uso tem o sentido equivalente a “sim” e/ou “claro”, “certamente”, expressa o consentimento ou disponibilidade em se fazer algo ou de tomar alguma atitude. Nesse caso, um dos interlocutores pede um conselho e o outro responde com “pois não”, garantindo que

3 As indicações entre parênteses, após os dados, são informações prestadas no *Corpus do Português* quanto ao século, padrão discursivo, língua, autor e obra.

o pedido foi aceito. Por sua vez, em [1a], a microconstrução “pois não” sob a forma interrogativa é equivalente à oração “Em que posso ajudá-lo?”; denota prontidão e disposição em ajudar, sugerindo disponibilidade do locutor em estabelecer interação, e incentiva uma reação por parte do interlocutor. Em ambos os casos, a construção tem função discursivo-interativa, funcionando como orientadora da interação.

Durante a seleção de dados no *corpus*, constatamos que a microconstrução “pois não” é instanciada em oito diferentes usos que diferem quanto à função semântico-pragmática e informacional.

Em todos os construtos encontrados, ocorre um processo de *chunking* entre os elementos estruturais da microconstrução. *Chunk* é um termo que vem sendo usado na abordagem construcional para designar a junção entre elementos linguísticos originariamente individuais, ou seja, a palavra “pois” deixa de exercer funções conjuntiva e conclusiva e associa-se à palavra “não”, que também perde sua função de negação, para comporem subpartes de um esquema em que ambas as palavras acopladas assumem uma função semântica distinta daquelas assumidas pelas duas palavras quando analisadas isoladamente em seus estágios composicionais.

A microconstrução “pois não” em sua acepção mais abstrata é instanciada no nível interpessoal da língua, na função de marcador discursivo e, por isso, é altamente intersubjetiva, funcionando como orientadora do processo interlocutivo. Diante disso, denominamos nosso objeto de análise como marcador discursivo (MD) *pois não*.

1. Procedimentos metodológicos

Esta análise provém de resultados mais amplos constantes em Lôbo (2017), na qual são investigadas a origem, mudança e expansão da microconstrução “pois não” no português, em perspectiva sincrônica e diacrônica, a partir da conjugação de postulados da Gramática de Construções e da Gramática Discursivo Funcional. Trazemos uma discussão favorecida e altamente inspirada no trabalho dessa pesquisadora, considerando-se o recorte metodológico e os princípios teóricos que seguem.

Analisamos os contextos de mudança que possibilitaram a constituição da microconstrução “pois não” e seus usos, cobrindo todo o efetivo período de formação do Português Brasileiro (doravante PB) no território brasileiro, com foco nas possibilidades semântico-pragmáticas assumidas em diferentes

contextos de interação comunicativa no PB.

Para esta investigação, portanto, o primeiro passo foi selecionar o *corpus* que subsidiaria a pesquisa. Inicialmente, realizamos buscas em diversos *corpora*, e devido à especificidade do fenômeno, pois é um uso extremamente frequente em situações de interação dialógica, elegemos o *Corpus do Português* (DAVIES e FERREIRA, 2006). A opção por esse *corpus* deve-se ao fato de que ele é constituído por dados de língua falada e escrita em diferentes padrões discursivos e períodos históricos, consistindo em um *corpus* rico em informações para a pesquisa. Além disso, sua interface é relativamente simples de ser acionada.

Várias buscas foram realizadas no *corpus* a fim de ratificar as hipóteses de que 1) a construção “pois não” deriva do encurtamento da construção oracional “pois não poderia + verbo infinitivo”, e de que 2) os usos de “pois não” integram uma rede construcional que apresenta diferentes graus de (inter)subjetividade. O objetivo era identificar ocorrências que pudessem sinalizar os contextos de mudanças pelos quais passou a microconstrução “pois não”.

Para os propósitos desta pesquisa, foram analisados dados produzidos entre os séculos XIX e XXI que, conforme Mattos e Silva (2008), corresponde ao período de implementação do Português Brasileiro.

A partir de pesquisas no *Corpus do Português* conseguimos encontrar dados relevantes que nos possibilitassem alguns direcionamentos para a definição do contexto típico (fonte) de “pois não”, e constatar as diferentes possibilidades semântico-pragmáticas dessa microconstrução.

Considerando que a microconstrução “pois não” tende a ser mais produtiva em contextos dialógicos, selecionamos dados de textos orais e escritos disponíveis no *Corpus*. Os textos escritos com forte carga de verossimilhança com a interação face a face foram numa opção metodológica profícua diante da impossibilidade de acesso a textos orais em sincronias mais antigas. Para a análise de dados escritos, elegemos aqueles da categoria denominada “Ficção” pelo *Corpus do Português*, na qual estão abrigados textos de romances e peças teatrais, altamente interativos. Segundo Preti (2004), esses gêneros textuais, por seus aspectos funcionais, estruturais e informacionais, apresentam forte carga de verossimilhança com a interação face a face e, por isso, são representativos da língua em uso.

Os parâmetros iniciais de análise estão relacionados aos princípios gerais sobre abordagens

construcionais, apresentados e discutidos por Goldberg (2006, 2013), Croft (2001), Traugott (2008), Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010); aos fatores construcionais de esquematicidade, produtividade e composicionalidade, conforme Traugott e Trousdale (2013); e aos tipos de contextos propostos por Diewald (2002, 2006). Atentaremos também para a intersubjetividade, considerada como um aspecto envolvido na atualização gramatical das marcas do enunciador. Tais pressupostos teóricos serão detalhados nas próximas subseções.

2. Fundamentação teórica

2.1. Tipos de mudanças linguísticas: mudanças construcionais e construcionalização

Os estudos sobre mudanças nos sistemas linguísticos têm sido alvo de análise a partir de diversas correntes teóricas que visam a pesquisar a língua em sua constituição e função. Tendo em vista que neste artigo a concepção de língua envolve o reconhecimento de sua constituição como um conjunto de construções, a mudança linguística é compreendida como toda e qualquer alteração nesse conjunto, formado por uma rede de pareamentos de forma e função.

Como representantes da abordagem construcional, Traugott e Trousdale (2013) desenvolvem suas pesquisas no intuito de compreender *como* as mudanças são instanciadas (e não *por que* elas ocorrem nas línguas). Esses autores propõem que as mudanças podem se caracterizar como dois processos distintos: mudança construcional, que diz respeito a alterações em apenas um plano construcional (forma ou significado), e construcionalização, que se refere a alterações no plano da forma e do significado simultaneamente.

Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 17), a mudança construcional

começa quando novas associações entre construtos e construções surgem ao longo do tempo, ou seja, quando a replicação de *tokens* leva a categorizações provisórias que não estavam disponíveis para usuários da língua antes e podem, portanto, ser chamadas de ‘novas’ (tradução nossa)⁴.

Embora as mudanças construcionais possam induzir a construcionalização, nem sempre

4 Original: “*Constructional change begins when new associations between constructs and constructions emerge over time, i.e. when replication of tokens leads to provisional categorizations that were not available to language-users before and can therefore be called ‘new’*”.

acarretam a instanciação de uma nova construção. Logo, as mudanças construcionais indicam polissemias e colaboram para a ocorrência de construcionalização, constituindo-se em uma etapa anterior a esta.

A construcionalização, por sua vez, é definida como a criação de um novo pareamento formaisignificado, ou seja, implica a elaboração de um novo signo no sistema linguístico, consistindo em uma mudança *type*, isto é, no nível de microconstruções. Trata-se da constituição de novos tipos de nós, os quais apresentam nova sintaxe ou morfologia e um novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. As mudanças em construcionalização podem ser analisadas conforme o grau de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A criação de novos nós na rede, ou seja, na língua, pode ser de natureza gramatical, denominada de construcionalização gramatical, ou de natureza lexical, a construcionalização lexical.

Impreterivelmente, para que haja construcionalização é necessário constatar mudanças no nível da forma e no do significado simultaneamente, pois a construcionalização envolve neoanálise ou uma nova configuração da forma morfossintática e do significado semântico/pragmático, e mudanças fonológicas e discursivas em diversos estágios.

2.2. Fatores de esquematicidade, produtividade e composicionalidade

Três fatores são frequentemente vinculados aos processos construcionais: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Pesquisadores como Langacker (2005, 2008), Traugott (2007), Bybee (2010), Trousdale (2012), entre outros, consideram que tais fatores estão envolvidos em vários tipos e fases de mudanças pelas quais as construções passam.

Devido ao alto poder descritivo e analítico da proposta de Traugott e Trousdale (2013), apresentamos a seguir as considerações desses autores acerca dos fatores esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Trata-se de uma proposta que favorece e incentiva análises consistentes dos processos de formação sistêmica, ao definir princípios de análise dos aspectos constitutivos dos pareamentos linguísticos, especialmente em perspectiva diacrônica. Essa abordagem enriquece o leque de opções de análise da mudança linguística e de sua implementação.

2.2.1. Esquematicidade

A esquematicidade é uma propriedade que envolve abstração. De modo geral, os esquemas representam uma generalização de categorias linguísticas e de categorias não linguísticas, e são percebidos pelos usuários da língua de modo inconsciente devido às estreitas relações existentes entre elementos de mesma categoria numa rede de construção. Sendo assim, pode-se dizer que o fator esquematicidade abarca padrões gerais de uma série de construções mais específicas.

Esse fator pode ser mensurado em graus de generalidade ou de especificidade. Por exemplo, partindo de um nível mais geral, há o conceito de *instrumento musical*, que é mais abstrato e inclusivo que o conceito de *piano*, ou o conceito de *substantivo*, que é mais abstrato que o de *substantivo próprio*. De um nível mais específico para o geral, *gatos* compõe parte do esquema maior *mamíferos*, *verbos de ligação* correspondem ao esquema de *verbos* etc. No caso do “pois não”, ele é parte do esquema maior dos marcadores discursivos.

Do mesmo modo que a esquematicidade pode ser analisada em relação de categorias, apresentando-se como esquematicidade mais abstrata, tal como nos exemplos do parágrafo anterior, ela também pode acontecer em construções. Nesse âmbito, os esquemas são compostos por *slots* que podem ou não ser preenchidos e formar microconstruções. Uma construção pode ser inteiramente esquemática, tal como SNLoc (AGUIAR, 2015), que permite que todos os seus *slots* sejam preenchidos, ou parcialmente esquemática, quando há uma parte substantiva, tal como a construção “chutar o balde/ pau da barraca” (chutar X), em que “chutar” corresponde à parte substantiva da construção e os complementos “balde” e “pau da barraca” correspondem elementos que preenchem a parte esquemática da construção, considerando que elas consistem em instanciações da mesma construção. A construção “pois não” é não esquemática, pois não abre qualquer *slot* para ser preenchido.

2.2.2. Produtividade

O fator produtividade numa construção também é gradiente, ou seja, refere-se à característica de extensão (abrangência) ou limitação do esquema construcional. Em termos morfológicos, podemos pensar, por exemplo, sobre o grau em que a combinação de uma conjunção mais um advérbio de negação (como é o caso de “pois não”) sanciona a criação de novas construções discursivo-pragmáticas. Em outras palavras, podemos constatar a produtividade do esquema “pois não” mensurando em que medida ocorre o aumento das possibilidades de colocação ou “expansão da classe hospedeira” (*host*

class), tal como denominado por Himmelmann (2004). Essa expansão ocorre quando determinada construção tem sua gama de colocações ampliada, tornando-se possível o preenchimento de *slots* por outras categorias na rede construcional. Classe hospedeira diz respeito à classe em que o elemento se insere após passar pelo processo de mudança. Por exemplo, em um processo de mudança em que um Nome passa a instanciar-se como um Verbo, o Verbo representa a classe hospedeira.

Traugott e Trousdale (2013, p. 18) afirmam que muitos trabalhos sobre produtividade têm se detido na questão da frequência como um fator de análise. Baayen (2001) e Bybee (2003 e outros) distinguem a frequência *type* (o número de expressões diferentes que um padrão particular tem) da frequência *token* (o número de vezes que a mesma unidade ocorre no texto).

Para Traugott e Trousdale (2013), há uma correspondência direta entre o aumento de frequência de uso com o aumento da frequência do construto, por isso, associam a frequência *type* com aquela relacionada à frequência de uma determinada construção e a frequência *token* com a frequência do construto, e ressaltam a relevância da rotinização dos usos por parte dos falantes.

A produtividade, portanto, pode estar relacionada à rotinização e à repetição frequente, mas também à expansão da classe hospedeira (*host class*). Quanto mais esquemático for o modelo, mais *slots* exigem ser ocupados, ou seja, mais produtivo ele é e maior é a frequência *type*.

2.2.3. Composicionalidade

O fator composicionalidade, por sua vez, diz respeito à relação de transparência entre forma e significado. Tal como explicitam Traugott e Trousdale (2013, p. 19):

Se uma construção é semanticamente composicional, então, enquanto o falante produzir uma sequência sintaticamente convencional, e o ouvinte entender o significado de cada item individual, o ouvinte será capaz de decodificar o significado do todo. Se não for composicional, haverá incompatibilidade entre o significado dos elementos individuais e o sentido do todo⁵.

Esses autores fazem algumas considerações também sobre o conceito de analisabilidade, considerada como um subtipo de composicionalidade, pois, se por um lado a composicionalidade se associa muito mais ao significado imputado ao todo a partir dos componentes de uma construção, por

5 Original “*If a construct is semantically compositional, then as long as the speaker has produced a conventional sequence syntactically, and the hearer understands the meaning of each individual item, the hearer will be able to decode the meaning of the whole. If it is not compositional, there will be mismatch between the meaning of individual elements and the meaning of the whole*”.

outro lado, a analisabilidade está relacionada a quanto o falante reconhece e distingue o significado desses componentes que compõem o todo. Por exemplo, “pois não” é uma microconstrução cujo grau de composicionalidade é baixo, uma vez que a soma de suas partes não reflete o significado que ela encerra. Todavia, consiste numa construção cujo grau de analisabilidade é alto, já que é possível identificar os significados de cada uma das partes que compõe a construção.

2.2.4. Intersubjetividade

Traugott (2010, p. 33), baseada em Lyons (1982), compreende a subjetividade como “o modo pelo qual as línguas naturais, em sua estrutura e seu modo normal de operação, fornecem para o agente locutório a expressão de si mesmo e suas próprias atitudes e crenças (LYONS, 1982, p. 102)”⁶, enquanto a intersubjetividade refere-se à relação do agente locutório com o destinatário, atentando-se para a constituição da autoimagem desse interlocutor. Via de regra, os processos intersubjetivos são mais abstratos que os subjetivos. A objetividade remete ao mundo sociofísico, ao domínio representacional da linguagem.

Tais processos podem ser atualizados na gramática das línguas, e, por isso, de maneira gradativa, as construções podem integrar uma rede cujos nós se caracterizam a partir de domínios + objetivo > ± subjetivo > ± intersubjetivo (Traugott, 2010), configurando diferentes graus de (inter)subjetividade. É o que pretendemos confirmar, a respeito do processo de mudança desenvolvido pela microconstrução “pois não”.

2.3. Tipos de contexto

Por longa data, a questão contextual tem sido considerada aspecto relevante nas pesquisas que visam a analisar a mudança linguística. Nos estudos de gramaticalização sob a perspectiva clássica, Heine et al (1991) propõem três estágios fundamentais relativos aos contextos de mudanças na interpretação de um enunciado, são eles:

Estágio 1: Em adição a seu sentido focal e nuclear A, uma dada forma linguística F adquire um sentido adicional B quando ocorre em um contexto específico C. Isso pode resultar em ambiguidade semântica uma vez que os sentidos de A ou B também podem ser implicados no contexto C [...].

Estágio 2: A existência do sentido B agora torna possível para a forma relevante a ser usada

6 Original: “the way in which natural languages, in their structure and their normal manner of operation, provide for the locutionary agent’s expression of himself and his own attitudes and beliefs (LYONS, 1982, p. 102)”.

em novos contextos que são compatíveis com B mas desconsideram o sentido A.

Estágio 3: B é convencionalizado; ele pode formar um foco secundário caracterizado por propriedades contendo elementos não presentes em A (cf. Dahl 1985:11) – com o efeito que F agora tem duas “polissemias”, A e B, que podem desenvolver eventualmente dentro “homofones” (HEINE et al, 1991, p. 71-72).

Uma alternativa recente e promissora para a abordagem da Linguística Funcional Centrada no Uso, no que se refere à questão contextual, está relacionada aos estudos de gramaticalização na perspectiva da Gramática de Construções. Nessa perspectiva, *contexto* é considerado em uma dupla e correlacionada dimensão, que diz respeito a contexto de forma (propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e de sentido (propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais), em que “ambas dimensões motivam usos linguísticos e são motivadas por tais usos” (OLIVEIRA, 2015, p. 24).

Em termos das relações contextuais, também ganha relevância a proposta de Diewald (2002, 2006), para quem o contexto é analisado considerando-se uma escala dos ambientes semântico-sintáticos nos quais os usos linguísticos são instanciados, favorecendo a mudança na gramática. A classificação de Diewald (2002, 2006) assemelha-se em alguns aspectos à proposta por Heine et al (1991).

Diewald (2006) destaca que novas funções gramaticais não surgem de modo homogêneo, ao contrário, sua origem está vinculada a “contextos” linguísticos específicos ou a “construções” específicas. Assim, a autora propõe um modelo de análise que integra aspectos semânticos, morfológicos e estruturais, enfatizando o papel das relações e influências paradigmáticas entre construções em uma determinada etapa da história de determinada na língua. Tal modelo faz distinção entre três fases cronológicas das funções gramaticais ordenadas diacronicamente e associadas a tipos de contextos peculiares, como pode ser visto no Quadro 1:

Estágio	Contexto	Significado / Função
I Pré-condições da gramaticalização	Contextos atípicos	implicatura conversacional
II Desencadeamento de gramaticalização	Contextos críticos	opacidade múltipla
III Reorganização e diferenciação	Contextos isolados	polissêmico / heterônimo

Quadro 1: Tipos de Contexto em gramaticalização

(Fonte: Adaptado de DIEWALD, 2006, p. 4)

A primeira fase de mudança, que diz respeito aos “contextos atípicos”, demonstra as condições prévias para a gramaticalização se desenvolver. Nessa fase é possível perceber uma expansão inespecífica da distribuição da unidade lexical para contextos nos quais não havia sido utilizada anteriormente. O significado, portanto, “[...] surge como uma implicatura conversacional, ou seja, o significado é contextualmente e pragmaticamente acionado e não explicitamente codificado nos próprios itens linguísticos” (DIEWALD, 2006, p. 4)⁷.

No segundo estágio, há o acionamento real (o início) do processo de gramaticalização em que são constatadas diversas interpretações possíveis para determinada construção linguística, incluindo o significado recém gramaticalizado. Essa fase é marcada por múltiplas ambiguidades e opacidades estruturais e semânticas, por isso ser identificado como “contexto crítico”. Diewald (2002, p. 109) distingue que enquanto na fase I “[...] novas possibilidades estruturais e semânticas foram distribuídas ao longo de diferentes contextos de forma independente um do outro, na fase II, fatores estruturais e semânticos acumulam em um contexto específico crítico”⁸.

O terceiro estágio, por sua vez, assinala a consolidação ou conclusão do processo de gramaticalização que não se reverte a uma fase anterior. Nesse contexto, além de ocorrer a implementação de um novo uso, nota-se a expansão na classe hospedeira. Há uma reorganização e uma diferenciação das formas gramaticais, em que o novo significado é isolado como um significado distinto do significado mais antigo, mais lexical. Tal separação é possível em contextos linguísticos específicos, os *contextos isolados*, que favorecem uma leitura particular do termo *gramaticalizado*, em detrimento de outras leituras. Logo, o novo significado gramatical não é mais dependente de implicatura conversacional e torna-se verdadeiramente polissêmico, na medida que co-ocorre com o antigo significado.

Evidentemente, os contextos expostos no Quadro 1 referem-se a processos de mudanças que partem de um contexto típico, o qual diz respeito à construção fonte a partir da qual se origina outras construções. Desse modo, o contexto típico refere-se ao uso mais conceitual, mais objetivo.

Dentre as propostas sobre os contextos de mudança mencionadas nesta seção, optamos pela abordagem de Diewald (2002), devido ao fato de que percebemos a sua compatibilidade com os

7 Original: “*arises as a conversational implicature, i.e. this meaning is contextually and pragmatically triggered and not explicitly encoded in the linguistic items themselves.*”

8 Original: “*new structural and semantic possibilities were distributed over different contexts independently of each other; at stage II, semantic and structural factors accumulate in one specific critical context.*”

princípios da Gramática de construções (GC), especialmente porque auxiliam a distinguir o esquema formal e significativo de pareamento construcional. Além disso, os tipos de contexto propostos pela autora estão baseados na noção de ambiência gramatical, ou seja, atentam para a macro sistematização da gramática das línguas.

3. Análise dos dados

Na análise do processo de construcionalização gramatical de “pois não”, em abordagem diacrônica, partimos da noção de contextos de Diewald (2002, 2006). O objetivo é distinguir os micropassos de mudança que levaram à construcionalização do “pois não” e sua hospedagem na classe dos marcadores discursivos, a implementação dessa mudança.

Visando compreender como se desenvolveu ao longo do tempo de formação do PB a configuração (forma e função) mais abstrata da microconstrução “pois não”, funcionando como introdutor de interação, dedicamo-nos a captar, ao longo do período de estabelecimento do português brasileiro, os contextos em que essa microconstrução aparece e que poderiam ter contribuído para a sua formação.

A partir dos usos de “pois não” encontrados no *Corpus do Português* e sistematizados, tal como descrevemos anteriormente, buscamos entender além do sentido, mediante uma análise morfossintática, como ocorreu a perda de complexidade dessa microconstrução quanto a seu aspecto composicional. O fator composicionalidade foi fundamental para delimitar os micropassos de mudanças. Ao analisar cada uso, utilizamo-nos dos seguintes critérios para aferir a composicionalidade:

- 1) Quebra do padrão oracional básico;
- 2) Perda de propriedades categoriais;
- 3) Possibilidade de material interveniente na construção sem perda do sentido.

Tais critérios são importantes no sentido de viabilizar o entendimento das micromudanças percebidas em uma estrutura oracional complexa que possibilitaram a instanciação de uma microconstrução com forma-função inovadora.

Nos tópicos seguintes, veremos como cada contexto linguístico se caracteriza e discutiremos aspectos pertinentes a cada estágio de mudança. A análise está disposta partindo-se do contexto mais composicional (contexto típico) ao menos composicional (contexto isolado).

3.1.Contexto típico

A análise foi orientada com base na hipótese de que a microconstrução “pois não”, funcionando como marcador discursivo, derivou de uma construção complexa mais esquemática e mais composicional, representada pelo esquema do Quadro 2. Vale lembrar que uma construção é considerada mais esquemática quanto maior for a possibilidade de preenchimento de *slots* em sua formação, e é considerada mais composicional quanto maior é a transparência entre forma e significado.

V. _{aux. modal}	+	CONJ. _{conclusiva}	+	[PREP.]	+	NÃO	+	V. _{principal}	+	COMPLEMENTO
<i>Haveria,</i>		<i>pois,</i>		<i>de</i>		<i>não</i>		<i>realizar</i>		<i>seu pedido?</i>
<i>Poderia,</i>		<i>pois,</i>		<i>---</i>		<i>não</i>		<i>ajudar</i>		<i>você?</i>

Quadro 2: Contexto típico da microconstrução “pois não”⁹ (elaboração própria)

Mediante os exemplos dispostos no Quadro 2, considerados neste artigo como contexto típico, percebemos que os termos na oração estão no nível de descrição do conteúdo comunicado. Há convergência entre os aspectos da forma e do significado, apresentando alto grau de composicionalidade, esquematicidade, produtividade e objetividade. O “pois” atua como conjunção conclusiva, entre duas orações, e o “não” atua como elemento de negação.

Fried (2015) traz considerações relevantes sobre o percurso de busca por definição do contexto fonte (típico) de determinadas construções. Suas afirmações coadunam-se à nossa análise sobre a microconstrução “pois não”. A autora orienta que na captura por herança parcial, em que construções estão relacionadas através de relações de semelhança de família, outro tipo de rede é necessário:

Trata-se de casos em que é evidente que um grupo de construções está relacionado através de vários subconjuntos de características partilhadas, mas que não pode ser estabelecida uma verdadeira hierarquia das variantes cada vez mais restritas, ou uma raiz empiricamente comprovada. Semelhança familiar frequentemente está em jogo na captura de relacionamentos diacrônicos entre construções; nesses casos, somos confrontados com vários resíduos e desvios, que podem deixar faltando partes da suposta hierarquia nos dados sincrônicos. [...]. A este respeito, o elemento consolidado na rede não é uma construção raiz, mas um espaço funcional (ou conceptual) sobre o qual dadas construções podem ser mapeadas (FRIED, 2015, p. 985).¹⁰

9 Os exemplos que aparecem nos quadros correspondentes à ilustração dos esquemas contextuais são meramente elucidativos, ou seja, não consistem em ocorrências encontradas no *corpus*.

10 Original: “*This concerns cases where it is evident that a group of constructions is related through various subsets of shared features but where a true hierarchy of increasingly more constrained variants, or an empirically attested root, cannot be established. Family resemblance is often at play in capturing diachronic relationships among*

Esse é um dos fatores passíveis de o pesquisador se deparar em pesquisas diacrônicas. Tendo por base as observações de Fried (2015), a nossa hipótese de que o MD *pois não* tenha surgido de uma construção mais complexa, especificamente, de uma oração perifrástica modal se justifica por alguns aspectos percebidos nessa estrutura oracional que podem ser tomados como herança parcial.

O primeiro deles diz respeito à própria composição da oração perifrástica modal. A conjugação perifrástica é formada por um *verbo auxiliar (+preposição) + verbo principal* (conjugado no infinitivo, no particípio ou no gerúndio) (cf. CUNHA e CINTRA, 2003). Numa oração perifrástica modal, o *slot* de verbo auxiliar é preenchido por verbos modais. Ao se relacionar a verbos de sentido pleno, o verbo modal pode conferir a eles, dentre outras funções, a função semântico-pragmática de polidez.

A perífrase oracional modal, portanto, como o próprio nome sugere, modaliza o discurso do falante. Esse fator demonstra uma característica marcante na consideração dessa estrutura oracional como contexto típico (fonte) da microconstrução “pois não”, já que, conforme veremos posteriormente na análise dos usos abstratizados, ela se instancia essencialmente como uma estratégia de polidez do locutor para com o interlocutor.

Ainda sobre modalização, que está na base da constituição do nosso fenômeno de estudo, as gramáticas de modo geral (de tradicionais a funcionalistas) relacionam esse fenômeno a aspectos subjetivos do locutor na elaboração de seus enunciados. Sabemos que a modalidade pode se apresentar como epistêmica, deôntica ou apreciativa. No contexto típico, que estamos analisando nesta seção, é perceptível uma expressiva relação com a modalidade epistêmica, a qual, na perspectiva de Lyons (1977, p. 793), refere-se ao tipo de modalidade relativa à natureza e à fonte do conhecimento, “a lógica epistêmica lida com a estrutura lógica de declarações que afirmam ou implicam que uma proposição particular, ou conjunto de proposições, é conhecido ou acreditável”¹¹.

Vale destacar que há diversos recursos para expressar a modalidade que não apenas a utilização de verbos modais, como por exemplo, o uso de condicionais ou até mesmo a entonação usada no enunciado. No âmbito deste artigo, estamos considerando esses recursos como integrantes e influentes na base da oração perifrástica modal considerada como contexto típico.

constructions; in those cases we are confronted with various residues and drifts, which can leave pieces of the putative hierarchy missing in the synchronic data. [...]. In this respect, the unifying element in the network is not some root construction, but a functional (or conceptual) space onto which given constructions can be mapped”.

11 Original: “*is concerned with the nature and source of knowledge, epistemic logic deals with the logical structure of statements which assert or imply that a particular proposition, or set of propositions, is known or believed”.*

Tais atributos vão ao encontro de nossas percepções na análise da oração perifrástica modal do tipo “Haveria, pois, de não realizar seu pedido?”, pois é notável nessa construção uma modalização do locutor no sentido de expressar uma relação de comprometimento com o que ele está comunicando, se posicionando com certeza diante de seu enunciado.

Não obstante, essa estrutura oracional, a partir da qual acreditamos ter surgido o *MD pois não*, apresenta uma particularidade interessante: a sua esquematicidade não é total, é parcial, pois o espaço destinado ao verbo modal (ou à modalização), embora seja preenchido de forma variada, não é totalmente aberto. A palavra “não”, representando a “negação”, é um elemento fixo nessa estrutura, cujo uso parece ser responsável pela restrição das opções de recursos de modalização possíveis nesse esquema, conseqüentemente interferindo no grau de esquematicidade da estrutura no que diz respeito ao preenchimento desse *slot*. Vejamos, por exemplo, as seguintes orações¹²:

[2] Haveria pois de não realizar seu pedido?

[2a] Não teria pois de realizar seu pedido?

[2b] Seria pois não realizar seu pedido? *

Em [2] e [2a], temos os verbos “haver” e “ter” preenchendo satisfatoriamente o *slot* de verbo modal na oração. No caso do verbo “ter”, no entanto, a funcionalidade está vinculada à alteração na ordem da negação. Em [2b], o verbo “ser”, também revestido de modalização, devido à condicionalidade, não preenche sintático-semânticamente o mesmo *slot*, pois a presença da construção “não” na oração impossibilita a utilização desse verbo de modo gramaticalmente coerente.

Na seção seguinte, analisamos o primeiro contexto de mudança na trajetória de construcionalização de “pois não”: o contexto atípico.

4.2. Contexto atípico

O contexto atípico consiste em instâncias que representam o primeiro passo da mudança. Verificamos, nesse contexto que o processo de construcionalização do *MD pois não* está intimamente relacionado à gramaticalização da construção “pois”. Portanto, na análise do contexto atípico, foi

12 A presença do asterisco (*) após os exemplos indica uma construção agramatical, ou seja, não possível no PB.

necessária uma atenção maior ao comportamento dessa construção na estrutura oracional.

Realizamos buscas no Corpus do Português visando perceber que tipo de relações a construção “pois” instanciava em construções mais complexas (orações) e que poderiam estar relacionadas ao desenvolvimento da microconstrução “pois não”. Em nossa análise de contextos, constatamos que o contexto atípico é caracterizado pela mobilidade da conjunção “pois” na oração modal, principalmente no que se refere ao deslocamento dessa conjunção com função conclusiva para uma posição pré-verbal, conforme se observa em [3a]. Ao tratar de “oração modal”, estamos nos referindo à estrutura oracional esquematizada no Quadro 2, na seção anterior.

[3] - [...] Resolveram, **pois**, não contrariá-lo.

(19:Fic:Br:Alencar:Gaúcho – *Corpus do Português*)

[3a] - Como, **pois**, havia de [não]formular um programa conjugal para
nosso uso? (19:Fic:Br:Alencar:Senhora – *Corpus do Português*)

Segundo gramáticas tradicionais da língua portuguesa, as conjunções coordenativas têm a função de ligar orações independentes e relacionar termos de idêntica função gramatical. Nessa mesma perspectiva, a conjunção “pois” é classificada como conclusiva quando está em posição pós-verbal na oração (cf. CUNHA, 1980; NICOLA e INFANTE, 1990; FARACO e MOURA, 1998). Tais gramáticas consideram a construção “pois” como uma conjunção que, em seu uso prototípico (contexto típico), liga orações em um mesmo enunciado e estabelece relação de conclusão, dedução ou consequência sobre o que fora previamente dito. Em [3] temos um exemplo desse uso. Observamos que o “pois” aparece posicionado após o verbo “resolver”, funcionando como um elemento de ligação entre orações (distinguidas pelos verbos “resolver” e “contrariar”), e transmitindo essa ideia de consequência.

No exemplo [3a], por sua vez, notamos que a construção “pois” está posicionada antes da forma verbal “havia” e não aparece ligando orações. Todavia, percebemos que, embora “pois” esteja em posição pré-verbal, ainda é possível capturar seu caráter conclusivo. Portanto, pode-se dizer que nesse caso, o “pois” marca o estabelecimento de uma conclusão, mas não a conexão entre orações. Nesse

sentido, Oliveira (2011, p. 106-107) traz a seguinte consideração:

Em estruturas conclusivas, *pois* não exerce o papel de conjunção, mas de um item que [...] atua como um marcador discursivo que indica a leitura conclusiva, funcionando como uma espécie de sinalizador das intenções discursivas.

A função típica das conjunções é vincular orações. No contexto atípico, porém, apesar de apresentar-se composicional por ainda estar no plano oracional, ocorre a expansão do uso de “pois” para um campo mais discursivo, preservando-se nuances conjuntivas.

Nesse sentido, considerando a trajetória construcional de “pois não”, os dados atestam que nas ocorrências de “pois” conclusivo em posição pré-verbal essa construção aparece acompanhada de elementos das mais variadas categorias: advérbios, substantivos, pronomes, conjunções etc. As diversas buscas realizadas no *Corpus do Português* nos possibilitam esboçar o seguinte quadro para a definição do contexto atípico de mudança:

Elemento <small>não oracional</small>	+	POIS <small>conclusivo</small>	+	V. <small>aux. modal</small>	+	[PREP.]	+	NÃO	+	V. <small>principal</small>	+	COMPL
<i>Por que,</i>		<i>pois,</i>		<i>haveria</i>		<i>De</i>		<i>Não</i>		<i>realizar</i>		<i>seu pedido?</i>
<i>Ela,</i>		<i>pois,</i>		<i>poderia</i>		---		<i>Não</i>		<i>ajudar</i>		<i>você?</i>

Quadro 3: Contexto atípico de construcionalização da microconstrução “pois não”

(elaboração própria)

O deslocamento de “pois” indicia que esse elemento apresenta função parentética, sua funcionalidade é extra oracional, logo, que está passando por um processo de mudança construcional, pois foram alteradas propriedades morfossintáticas desse pareamento. Assim, a perda da função conjuntiva pode ser considerada o primeiro passo de mudança construcional.

4.3. Contexto crítico

O contexto crítico é caracterizado pelo desencadeamento real da gramaticalização. Nele há perda da função conclusiva da construção “pois”, que passa a encabeçar a oração, assumindo, finalmente, função parentética e enfática:

[4] - **Pois** não me hei de lembrar, meu amo!

(19:Fic:Br:França:Doutoras – *Corpus do Português*).

[4a] - **Pois** não é que o homem está desperdiçando discursos.

(19:Fic:Br:Coelho:Conquista – *Corpus do Português*).

Nessas ocorrências, “pois” não atua na constituição oracional básica ou tem função conectiva de conclusão. Em contrapartida, a vinculação pragmático-discursiva é fortemente marcada.

Devido ao fato de os contextos atípico e crítico serem expressos por meio de estruturas oracionais complexas, há a possibilidade de os elementos que compõem o esquema representativo do contexto crítico preencherem posições variadas na organização oracional, com exceção do elemento “pois”, que, necessariamente, ocupa a posição inicial na oração, definindo o contexto crítico de mudança.

POIS _{discursivo}	+	NÃO	+	V. _{aux. modal}	+	[PREP.]	+	V. _{principal}	+	COMPL.
<i>Pois</i>		<i>Não</i>		∅		∅		<i>Realizaria</i>		<i>seu pedido?</i>
<i>Pois</i>		<i>Não</i>		∅		∅		<i>Ajudaria</i>		<i>você?</i>

Quadro 4: Contexto crítico de construcionalização da microconstrução “pois não”
(elaboração própria)

A configuração esquemática disposta no Quadro 4 é a que melhor representa o contexto crítico, pois, nesse esquema, percebemos que o verbo auxiliar modal é preterido pelo verbo principal conjugado no futuro do pretérito do modo indicativo, assumindo assim a função modalizadora.

Segundo Cunha e Cintra (2003), os verbos *haver* e *ter* consistiam em auxiliares por excelência. Said Ali (1957) afirma que, no português arcaico, a forma *haver-auxiliar* evidencia um uso erudito arcaico. Mateus *et al* (2003), por sua vez, ressaltam que *haver*, como verbo auxiliar na formação dos tempos compostos deixou de ser usado coloquialmente. Neves (2000) situa *haver* entre os verbos que não constituem predicados, que por sua natureza pode ser caracterizado como um *verbóide* (verbo-suporte), o qual apresenta significado esvaziado. Todas essas observações sobre verbo auxiliar (especialmente sobre o verbo *haver* que para nós é o mais representativo no contexto típico da microconstrução “pois não”) podem servir para justificar a não ocorrência do verbo auxiliar na estrutura oracional. Esse rearranjo na estrutura da oração contribui para a formação do *MD pois não*, o ponto de chegada do processo de mudança.

Devido à construcionalização de “pois”, marcada pela perda de propriedades categoriais gramaticais, no contexto crítico há menor grau de composicionalidade do que no contexto atípico. Quanto à esquematicidade, ainda há a possibilidade de *slots* serem preenchidos, uma vez que o “pois” pode ser substituído por outros elementos, especialmente por advérbios interrogativos (como “Por que” e “Como”, por exemplo), sem alterar o sentido da oração modal. Ademais, a construção “não” ainda continua funcionando como um elemento de negação.

Quanto à negação, no esquema apresentado no Quadro 4, a opção por uma estrutura não perifrástica parece condicionar seu posicionamento fixo na oração. Como pode ser visto nos exemplos [5], [5a] e [5b], nesse contexto, a negação ocorre em posição pré-verbal e sua mobilidade não é funcional.

[5] Pois **não** realizaria seu pedido?

[5a] Pois realizaria **não** seu pedido? *

[5b] Pois realizaria seu pedido **não**? *

Corroborando as postulações de Diewald (2006) sobre o contexto crítico, neste estágio, são notáveis as ambiguidades e opacidades estruturais e semânticas. A construção “pois” parece ainda recuperar, timidamente, a função conclusiva e, ao mesmo tempo, apresenta função pragmático-discursiva.

A partir dos resultados encontrados no *corpus* em relação a estruturas oracionais correspondentes ao contexto crítico, esboçamos o Quadro 5 a seguir, com os diferentes efeitos de sentido ou relações semântico-pragmáticas estabelecidas pela construção “pois”. Esse quadro foi elaborado considerando-se o entorno comunicativo da oração.

Nº	Ocorrências	Efeito de sentido
[6]	- Diga o que quiser... Eu não acredito! - Pois não acredite, exclamou Pedro Ruivo, perdendo a paciência. (19:Fic:Br:Azevedo:Girândola – <i>Corpus do Português</i>)	Desafio
[6a]	- Pois não é que quase me joga no precipício [...] (19:Fic:Br:Carvalho:Somos – <i>Corpus do Português</i>) ¹³	Contraexpectativa
[6b]	- Pois não falaremos mais nisso. Vamos trabalhar, senhor Pompeu [...]. (19:Fic:Br:Araújo:Angélica – <i>Corpus do Português</i>)	Exortação
[6c]	- [...] não foram à feijoada? Pois não sabem o que perderam. (19:Fic:Br:França:Cinismo – <i>Corpus do Português</i>)	Declaração
[6d]	- Pois não briguemos por isso: se eu ultrajei, caso. (19:Fic:Br:Coelho:Conquista – <i>Corpus do Português</i>)	Conselho
[6e]	- Pois não havia de fazer as minhas cortesias à dona? (19:Fic:Br:Alencar:Sertanejo – <i>Corpus do Português</i>)	Interrogação
[6f]	- [...] Eu também vou, disse João da Cunha, encaminhando-se para a porta. Pois não hei de acompanhá-los? (19:Fic:Br:Távora:Matuto – <i>Corpus do Português</i>)	Comprometimento

Quadro 5: Relações semântico-pragmáticas estabelecidas nos usos em contexto crítico ¹³

(elaboração própria)

Cada uma dessas orações pode indicar possíveis direcionamentos da trajetória de mudanças que resultou nos diferentes construtos em contexto isolado, conforme descrito na próxima seção.

4.4. Contexto isolado

O contexto isolado diz respeito ao estabelecimento da construcionalização de *pois não* como marcador discursivo (MD). Nesse contexto, em sequência às mudanças ocorridas nos contextos anteriores, a função interpessoal é encarecida e o elemento se especializa como marca de polidez:

¹³ Segundo Braga (1991, 2009), construções clivadas do tipo “É QUE” se prestam primordialmente à expressão de contrastes. Tal observação é nitidamente evidenciada nesse uso.

POIS	NÃO	V. aux. modal	[PREP.]	V. principal	COMPLEMENTO
<i>Pois</i>	<i>não?</i>	Ø	Ø	Ø	Ø

**Quadro 6: Contexto isolado de construcionalização da microconstrução “pois não”
(elaboração própria)**

Nesse contexto de análise, parece haver um processo de economia linguística por parte do falante ao tomar apenas o “pois não” como opção comunicativa, dispensando qualquer outro material oracional, como por exemplo, “em que posso ajudar?” Compreendemos que a economia, aqui, se correlaciona à rotinização, à perda de propriedades sintático-semânticas e ao aumento na frequência de uso da construção. Corroborando a hipótese que seguimos defendendo, acreditamos que esse uso possivelmente foi originado do pensamento analógico integrado pelo usuário a partir daquela sentença mais complexa demonstrada na seção sobre o contexto típico. Vejamos os exemplos a fim de comparar as construções:

[7] Emília - Papai *fala-me muitas vezes em vossemecê.*

Bermudes - **Pois não** havia de falar? Entendíamo-nos perfeitamente! (19:Fic:Br:Azevedo:Véspera – *Corpus do Português*)

[7a] Matias - Eu serei burro, mas *bão senso não me falta.*

Gertrudes - Oh! **pois não...**

(19:Fic:Br:França:Defeito – *Corpus do Português*).

O exemplo [7] representa o contexto crítico, já discutido na seção anterior. Como se observa nesse exemplo, o interlocutor demonstra uma surpresa em relação ao conteúdo comunicado pelo locutor (expresso em itálico). Para marcar essa impressão admirativa, o interlocutor utiliza a construção “Pois não havia de falar?”. No exemplo [7a], o locutor comunica que “bão senso não me falta” (*sic*), e o interlocutor confirma esse conteúdo, também de modo admirativo, utilizando-se da construção “pois não”. A construção linguística proferida pelo interlocutor do exemplo [7a] pode ser parafraseada por “Pois não haveria de faltar?”, assemelhando-se à oração exemplificada em [7]. Ao invés disso, no contexto isolado, o interlocutor opta por pronunciar apenas a microconstrução “pois não”, abrindo o canal de interação e tornando a comunicação mais ágil.

O construto exposto no exemplo [7a] parece ter se rotinizado e se convencionalizado entre os falantes como uma maneira de responder afirmativamente a alguma declaração anterior e de modo mais polido. Portanto, traços semânticos modais atenuadores permanecem na microconstrução “pois não” em contexto isolado. A convencionalização, por sua vez, desencadeia ou favorece a expansão do uso na classe dos MDs.

De acordo com De Haan (2005), a negação pode ser considerada parte da modalidade. Ela funciona pragmaticamente indicando a refutação da impossibilidade de fazer algo (“Pois **não** havia de falar?”). Esse uso da negação como refutação é um bom indício para afiançar a mudança semântica do “não” ao campo semântico de afirmação. No contexto isolado, percebemos que a construção “não” perde sua função semântica de negação e associada ao “pois”, mediante um processo de *chunking*, passa a compor uma nova microconstrução. Tanto que, no plano fonológico, a microconstrução é pronunciada de modo acoplado: [pojz.n'ẽw]. Não há mais composicionalidade e nem há a possibilidade de preenchimento de *slots* no que diz respeito à esquematicidade (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). A perda de composicionalidade, inclusive, é percebida pela própria supressão do acento tônico da construção “pois”. Inicialmente, no contexto típico, observamos duas palavras desassociadas (“pois” e “não”). A palavra “pois” perde o acento, permanecendo apenas o acento na palavra “não”.

Configura-se como contexto isolado, pois o processo de construcionalização se consolida, ocorrendo mudanças na forma e na função dos elementos que compõem a microconstrução.

Além do uso que buscávamos descrever no início da pesquisa (construção *Pois não?* pragmaticamente equivalente à construção *Em que posso ajudar?*), encontramos mais sete (7) construtos distintos. A fim de que o leitor perceba as diferenças semântico-pragmáticas de cada uso, apresentamo-los brevemente no Quadro 7, a seguir:

Nº	Ocorrências	Efeito de sentido
[8]	- Como vamos de versos? - Não faço versos. - Ah! Pois não ... Pensa que não leio? (19:Fic:Br:Coelho:Conquista – <i>Corpus do Português</i>)	Desafio/ironia

Nº	Ocorrências	Efeito de sentido
[8a]	- <i>Miserável!</i> - Oh! Pois não! A senhora entende que me deve humilhar a seu gosto [...]! (19:Fic:Br:Azevedo:Coruja – <i>Corpus do Português</i>)	Admirativo
[8b]	<i>Ele quer abandonar-me? Pois não! Faz o seu dever. Obrará como um “rapaz de juízo”!</i> (19: Fic:Br:Azevedo:Coruja – <i>Corpus do Português</i>)	Exortativo
[8c]	- [...] <i>manipoba não é uma planta que dá goma elástica no nordeste?</i> - É. Pois não. Mas aqui é comida. [...]. (20:Fic:Br:Morais:Igaraunas – <i>Corpus do Português</i>)	Declarativo
[8d]	- [...] Eu quero falar! - <i>Fale! Fale! Pois não...</i> (19: Fic:Br:Azevedo:Nova – <i>Corpus do Português</i>)	Admoestativo
[8e]	[...] <i>Sabe que estive para ser nosso parente? Pois não?</i> (19:Fic:Br:Machado:Borba – <i>Corpus do Português</i>)	Interrogativo
[8f]	- <i>Talvez o senhor pudesse me aconselhar alguma coisa.</i> - Pois não, pois não - respondeu o homem, solícito. (20:Fi-c:Br:Cardoso:Dias – <i>Corpus do Português</i>).	De comprometimento
[8g]	- Anselmo Ribas, foi companheiro de casa de meu irmão. - Pois não. Trocaram um aperto de mão. (19:Fic:Br:Coelho:Conquista – <i>Corpus do Português</i>) - Pois não? , o gerente atende (20:Or:Br:LF:SP – <i>Corpus do Português</i>)	De introdução interativa

Quadro 7: Expansão de “pois não” na classe hospedeira dos MDs (elaboração própria)

Nos exemplos dispostos no Quadro 7, marcamos com *itálico* o conteúdo comunicado que é

recuperado pelo locutor/interlocutor no momento da interação, a fim de facilitar a percepção das diferenças semântico-pragmáticas entre os usos e também a relação intersubjetiva presente nesses construtos. Em cada ocorrência, a microconstrução “pois não” recupera conteúdos comunicados com intenções comunicativas distintas. Provavelmente, devido à analogia (BAGNO; CASSEB-GALVÃO, 2017, 2017a), na expansão desses usos, vários significados estão implicados nos diferentes efeitos de sentido replicados a partir de um mesmo pareamento forma-função. Trata-se, portanto, de um pareamento altamente produtivo para o usuário da língua. Em [8g], por exemplo, “pois não” é um facilitador da interação, altamente intersubjetivo, e seu uso não recupera qualquer conteúdo comunicado na interação.

Se por um lado, no contexto isolado, dispensam-se os componentes oracionais outrora presentes nos contextos típico, atípico e crítico, por outro lado, percebemos que, com exceção do uso exemplificado em [8g], em todos os demais usos há uma dependência do entorno comunicativo para que o sentido da construção “pois não” seja validado.

Apresentamos na seção 4.5, a seguir, algumas observações estatísticas sobre os contextos de mudanças descritos até aqui.

4.5 Aspectos gerais sobre os contextos de mudanças

Diante das análises de contextos realizadas, percebemos que, ao longo do período de implementação do PB, a microconstrução “pois não” passou por mudanças construcionais, tanto na forma quanto na função. Inicialmente, mudanças na forma e na função ocorridas primeiramente pela conjunção “pois”, e, por fim, mudança na função ocorrida pela negação “não”, até resultar na microconstrução *MD pois não*, atingindo o estágio de construcionalização.

No escopo desse artigo, os contextos atípico e crítico referem-se a orações complexas e altamente esquemáticas. Diante desse fator, tornou-se inviável o cálculo das frequências dos contextos típico e crítico. Portanto, nos dados da Tabela 1, a seguir, para os contextos atípico e crítico, estamos considerando apenas aquelas ocorrências em que aparecerem a construção “pois” seguida da construção “não”, tal como nas seguintes orações “Agora, pois, não toca, nem desenha” e “Pois não havia de fazer as minhas cortesias à dona?”, as quais correspondem, respectivamente, ao contexto atípico e crítico.

Foram coletadas do *Corpus do Português* 1844 ocorrências do pareamento “pois não”. Dessas ocorrências, contamos com 592 dados do PB para efetiva análise. Os dados se distribuem nas

estruturas oracionais complexas, reconhecidas, nesta pesquisa, como contexto atípico (19) e contexto crítico (357), e no contexto isolado (216), em uso como marcador discursivo. A Tabela 1 detalha essas ocorrências, considerando-se os séculos XIX, XX, XXI. Vale ressaltar que os dados atestam a relação entre a constituição da microconstrução “pois não” e a implementação da gramática do PB, já que em uma análise preliminar não encontramos no *corpus* resultados de ocorrências em contexto crítico e isolado anteriores ao século XIX. O fato de não termos registro de usos anterior ao século XIX, todavia, não implica definitivamente que eles não existam. Na realidade, deve-se considerar essa não-localização muito mais como uma dificuldade em encontrar material de caráter oral (dialogado) em períodos mais antigas, ou mesmo como uma representação de que tais usos não eram tão produtivos para os falantes à época.

Tipos de Contexto	PB			
	Século XIX	Século XX	Século XXI	TOTAL
Contexto Atípico	18 (3%)	1 (0,16%)	0 (0%)	19 (3,2%)
Contexto Crítico	306 (51,6%)	50 (8,4%)	1 (0,16%)	357 (60,3%)
Contexto Isolado	170 (28,7%)	46 (7,7%)	0 (0%)	216 (36,4%)
TOTAL	494 (83,4%)	97 (16,3%)	1 (0,16%)	592 (100%)

Tabela 1: Frequência de contexto por século no PB

A Tabela 1 apresenta, na última coluna da direita, os números de ocorrências e percentuais de todos os contextos século a século. Na última linha, estão os números de ocorrências e percentuais de cada contexto em todos os séculos. Os dados apresentam 63,5% (376/592) de ocorrências de estruturas oracionais complexas (em contexto atípico e crítico) e 36,4% (216/592) de ocorrências do “pois não” construcionalizado como marcador discursivo.

A maior frequência de ocorrências por contexto corresponde ao século XIX. Acreditamos que isso se dê porque a maior parte dos dados do *corpus* é composta de obras datadas nesse período (especialmente, séculos XIX e XX). Além disso, as obras datadas em séculos anteriores no *Corpus do Português* correspondem a padrões discursivos que fogem do nosso foco de pesquisa (narrativas e descrições).

A escassez de dados a sincronias mais atuais é significativa, pois pode indicar o não uso da microconstrução “pois não” no PB contemporâneo em relação ao uso de outras construções na rede linguística, ou seja, o falante do PB pode ter substituído o uso de “pois não” por outro uso mais produtivo atualmente.

4.6 Rede hierárquica e construcionalização de “pois não” no PB

Tomando por base os critérios de análise já apontados neste artigo, especialmente aos que dizem respeito à gradação dos fatores composicionalidade e intersubjetividade, elaboramos uma rede construcional do *MD pois não* em um diagrama que evidencia os micropassos de mudanças percorridos por essa microconstrução até sua construcionalização, no intuito de demonstrar um *cline* de mudança construcional do “pois não” e seu processo de expansão na classe dos MDs. Os usos utilizados para exemplificação nesse diagrama foram selecionados considerando-se aqueles mais prototípicos para cada contexto analisado.

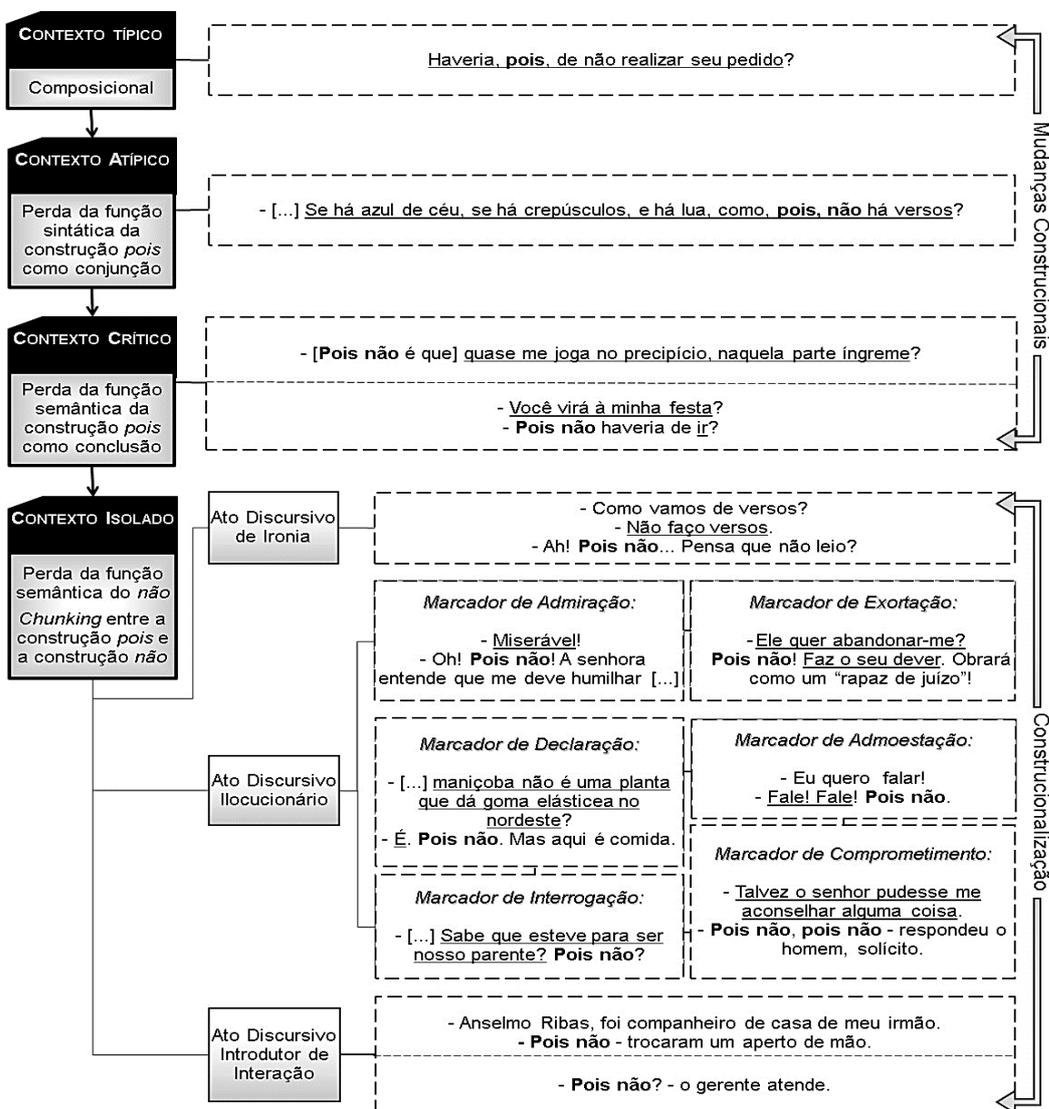


Figura 1: Micropassos de mudanças da microconstrução “pois não” no PB (elaboração própria)

No diagrama representado pela Figura 1, os quadros da primeira fileira, à esquerda, expõem a definição de cada contexto de mudança, ou seja, contêm o nome do contexto a que se refere (típico, atípico, crítico e isolado), seguido de suas respectivas características sintático-semânticas no processo de construcionalização do *MD pois não*. Os quadros tracejados comportam os construtos que exemplificam cada tipo de contexto. As setas, à direita do diagrama, destacam os contextos em que se observam as mudanças construcionais e a consumação da construcionalização e a expansão na classe dos MDs. No contexto isolado, especificamente, após o quadro que aparece com a definição (à esquerda), temos outros quadros que marcam os Atos Discursivos possibilitados pela microconstrução “pois não” em seu estágio já construcionalizado, quais sejam: ironia, ilocução e introdução de interação.

Em suma, a Figura 1 sintetiza as explicações sobre a trajetória construcional de “pois não”. Assumimos, portanto, que um *cline* de constituição da microconstrução “pois não” como MD assim se configura:

1. No **contexto típico**, temos uma estrutura oracional complexa (a construção perifrásica modal), em que o “pois” e o “não” têm suas funções prototípicas preservadas, isto é, aparecem atuando como conjunção e advérbio de negação, respectivamente.
2. O primeiro passo de mudança ocorre no **contexto atípico**, em que percebemos a perda de propriedade categorial da construção “pois” devido à supressão de sua função sintática como conjunção, marcada por sua mobilidade sintagmática, típica dos elementos intersubjetivos.
3. No **contexto crítico**, nos deparamos com mais uma mudança construcional, dessa vez, em aspecto relativo à semântica da construção “pois” que deixa sua função conclusiva e passa a assumir função discursivo-pragmática, encabeçando a sentença oracional.
4. Por fim, no **contexto isolado**, além de ocorrer um processo de *chunking* entre as construções “pois” e “não”, constatamos que a construção “não” perde sua função semântica de negação e, finalmente amalgamadas, assumem funções semântico-pragmáticas diversas no nível interpessoal da comunicação (ironia, ilocução e interjeição interativa), sendo o campo mais produtivo dessas funções o das ilocuições abstratas (admirativa, exortativa, declarati-

va, admoestativa, interrogativa, marcador de comprometimento, conforme HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

Considerações finais

Os dados atestaram que a microconstrução “pois não” é um uso inovador na língua portuguesa, cujo gatilho para a construcionalização no PB ocorre no século XIX.

Mediante a análise dos contextos de mudanças, pudemos validar a hipótese de que a oração perifrástica modal é o contexto típico dessa microconstrução. Também pudemos confirmar a hipótese de que o paradigma forma-função constituído pelos usos de “pois não” integra um *cline* cujos extremos vão de subjetivo à intersubjetivo, pois inicia-se com a subjetividade do falante em modalizar seu discurso, até chegar a um estágio em que atua no nível interpessoal, no qual a construção é diretamente orientada para o ouvinte.

Ainda no âmbito da gradação (inter)subjetiva, constatamos que quanto mais composicional mais próxima à objetividade está a construção e quanto menos composicional mais intersubjetiva ela é.

Considerando-se o pareamento forma-função “pois não”, já com uso inovador como marcador discursivo, tomando como base os postulados de Croft (2001) e os parâmetros de análise de Traugott e Trousdale (2013), constatamos que a microconstrução “pois não” atua muito mais como um elemento de ordem gramatical que lexical. Embora essa microconstrução não apresente função sintática na constituição oracional básica, ela tem função discursiva.

Diante disso, concluímos que a formação do “pois não” resultou de um processo de neoanálise e de mudanças construcionais nos dois polos de seu pareamento forma-função, consistindo em um caso de construcionalização, ou, para sermos mais exatos, numa construcionalização discursiva.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. T. de. (2015). *A construcionalização lexical SNLoc atributiva e sua instanciação no Português*. 2015. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Campus de Niterói.

BAAYEN, R. H. (2001). *Word Frequency Distributions*. Dordrecht: Kluwer.

BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (2017). Mudança linguística: fenômeno sociolinguístico de base funcional. In: BAGNO, M; CASSEB-GALVÃO, V. C; REZENDE, T. *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, pp. 9-33.

_____. (2017a). Hipercorreção e analogia: os usos do particípio passado. In: OLIVEIRA, M. R; CEZÁRIO, M. M. *Funcionalismo linguístico*. Diálogos e vertentes. Rio de Janeiro: Aduff: pp. 141-156.

BRAGA, M. L. (1991). As sentenças clivadas no português falado do Rio de Janeiro. *Organon*, v. 5, n. 18, pp. 109-125.

_____. (2009). Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n. 24, p. 173-196, jan./jun.

BYBEE, J. L. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

BYBEE, J. L. (2003). Mechanisms of change in grammaticization: The role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell. pp. 602–623.

CROFT, W. (2001). *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press.

CUNHA, C. F. da, CINTRA, L. (2003). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CUNHA, C. F. (1980). da. *Gramática da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: FENAME.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. (2006-). *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>.

DE HAAN, F. (2005). *Typological approaches to modality*. In: FRAWLEY, W. (Ed.). *Modality*.

Berlin: Mouton de Gruyter.

DIEWALD, G. (2002). A model of relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I.; DIEWALD, G. (Eds.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. pp. 103-120.

_____. (2006). Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, Special Volume 1: Constructions all over - case studies and theoretical implications, pp. 1-28, Jan.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. (1998). *Gramática Nova*. 3. ed. São Paulo: Ática.

FRIED, M. (2015). Construction Grammar. In: ALEXIADOU, A.; KISS T. (Eds.). *Handbook of syntax*. 2. ed. Berlin: Walter de Gruyter. pp. 974-1003.

GOLDBERG, A. E. (2013). *Constructionist approaches*. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.) *Handbook of Construction Grammar*. Oxford University Press. pp.15–31.

_____. (2006). *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press.

HEINE, B. et al (1991). *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. (2008). The interpersonal level. In: _____. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. New York: Oxford University Press. pp. 46-127.

HIMMELMANN, N. P. (2004). Lexicalization and grammaticization: Opposite or orthogonal? In: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIEMER, B. (Eds.). *What makes grammaticalization: a look from its fringes and its components*. Berlin: de Gruyter. pp. 21–42.

LANGACKER, R. (2005). Construction Grammars: Cognitive, radical, and less so. In: IBÁÑEZ, R. de M.; FRANCISCO J.; CERVEL, M. S. P. (Eds.). *Cognitive Linguistics: Internal Dynamics and Interdisciplinary Interaction*. Berlin: Mouton de Gruyter. pp. 101-159.

LÔBO, C. M. G. N. A microconstrução “pois não” no português brasileiro: construcionalização e expansão. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás. 2017, 129 p. Goiânia.

LYONS, J. (1982). Deixis and subjectivity: *Loquor, ergo sum?* In: JARVELLA, R. J.; KLEIN, W. (Eds.). *Speech, Place, and Action: studies in deixis and related topics*. New York: Wiley. pp. 101-124.

LYONS, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

MATEUS, M. H. M. et al. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho.

MATTOS E SILVA, R. V. (2008). Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestão para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 34, pp. 11-30.

NEVES, M. H. de M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.

NICOLA, J. de; INFANTE, U. (1990). *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. Scipione: São Paulo.

OLIVEIRA, M. R. de. (2015). Contexto: definição e fatores de análise. In: _____; ROSÁRIO, I. C. do. (Org). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj. pp. 22-35.

OLIVEIRA, M. do C. P. (2011). *A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos - estudo de caso: a coordenação conclusiva na estruturação de textos argumentativos de jovens em idade escolar*. 330f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Porto, Porto.

SAID ALI, M. (1957). *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

TRAUGOTT, E. C. (2010). (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. pp. 29-70.

_____. TRAUGOTT, E. C. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of Degree Modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (Eds.). *Variation, Selection, Development: probing the evolutionary model of language change*. Berlin: Mouton de Gruyter. pp. 219-250.

_____. (2007). The concepts of constructional mismatch and type-shifting from the perspective of grammaticalization. *Cognitive Linguistics*, n. 18, pp. 523-557.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.

TROUSDALE, G. (2012). Grammaticalization, constructions, and the grammaticalization of constructions. In: DAVIDSE, K. et al. (Eds.). *Grammaticalization and Language Change: New Reflections*. Amsterdam: Benjamins. pp. 167-198.